SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em: 1º de setembro de 2026
(terça-feira)

Às 14 horas
120ª Sessão Deliberativa Ordinária

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) - Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Senadores e os Senadores poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa durante a sessão.

A presente sessão não deliberativa ordinária... Aliás, corrigindo, a presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação de medidas provisórias e das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Projeto de Lei nº 278, de 2026, do Deputado José Guimarães;

- Projeto de Lei 3.453, de 2024, do Deputado Felipe Carreras;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2022, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul;

- Projeto de Resolução nº 53, de 2025, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de dez minutos para o uso da palavra.

O primeiro inscrito é o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) - Senador Confúcio Moura, é um prazer revê-lo, o maior Governador da história de Rondônia.

Senhoras e senhores, meus únicos patrões, brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde! Uma ótima semana a todos, especialmente aos que trabalham neste Senado Federal e que representam um patrimônio para todos nós, os funcionários, as funcionárias.

É uma alegria voltar, como sempre, e rever, no início de cada sessão, o gaúcho histórico Senador Paulo Paim aqui presente.

Subo à tribuna para tratar de assunto que envolve o meu querido Goiás, a responsabilidade do Poder Legislativo, a soberania nacional e o futuro do nosso Brasil: terras-raras, tema que engloba também os chamados minerais críticos e estratégicos. Terras-raras constituem um grupo de 17 elementos químicos essenciais para a produção de turbinas eólicas, *smartphones*, carros elétricos, baterias e equipamentos militares.

No Brasil, elementos de terras-raras existem em ao menos cinco estados: Goiás, Minas Gerais, Amazonas, Bahia e Sergipe. Em Minaçu, no interior goiano, fica a única produtora de terras-raras operando em grande escala no Brasil. É a mineradora Serra Verde, que pertence a três fundos estrangeiros e está sendo vendida - pasmem - para uma companhia norte-americana

por US$ 2,8 bilhões, uma operação que, pela legislação vigente, fica difícil sustar. Detalhe: não estamos diante de um simples acordo empresarial. Parte dos recursos envolvidos, US$ 750 milhões, vem do Governo dos Estados Unidos, por meio do Departamento de Guerra.

Vejam bem: outro país mobiliza dinheiro público para garantir acesso a um recurso mineral estratégico brasileiro! É um negócio de alcance geopolítico, basta atentar para a disputa entre Estados Unidos e China pelo controle desses recursos naturais decisivos para o futuro da economia, da indústria, da energia e da própria segurança dos países.

"E quem ainda importa nesta disputa?", pergunto. O país tropical chamado Brasil. Temos, em nosso subsolo, cerca de 21 milhões de toneladas de terras-raras, atrás apenas da China, que, com 44 milhões de toneladas, segundo o Serviço Geológico dos Estados Unidos, fica com quase a metade das reservas mundiais. Como a China domina boa parte da cadeia mundial, da mineração ao processamento e à fabricação de produtos de maior valor agregado, os Estados Unidos e a União Europeia correm para reduzir sua dependência do país asiático; daí o crescente interesse pelas terras-raras brasileiras.

E o Brasil, como deve se posicionar? Seguir o velho modelo de país exportador de matéria-prima, transferindo riquezas para cadeias produtivas controladas no exterior, ou finalmente aproveitar uma oportunidade histórica?

Temos uma chance rara de acabar com o padrão de dependência que remonta ao período colonial e podemos finalmente transformar nossas riquezas em desenvolvimento nacional e construir uma cadeia industrial capaz de produzir tecnologia de ponta.

E nós Senadores temos como contribuir decisivamente para isso. Precisamos aprovar o Projeto de Lei 2.780/2024, já votado na Câmara, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e cria mecanismos para fortalecer a cadeia produtiva desses minerais do país. Trata-se de um marco legislativo importante para aperfeiçoar a regulação do setor, estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e criar condições para que o Brasil agregue valor aos seus recursos minerais. O projeto não é contra o investimento estrangeiro, não impede a iniciativa privada e não busca fechar o Brasil ao mundo.

Com uma nova legislação, poderemos transformar a nossa enorme vantagem geológica em vantagem econômica, tecnológica e estratégica; criar instrumentos para estimular a pesquisa, a mineração responsável, o beneficiamento, o refino e a industrialização de terras-raras; assegurar condições para que empresas brasileiras participem da cadeia produtiva; e garantir que parte crescente do valor gerado fique no Brasil.

O texto que devemos aprovar fortalece a capacidade do Estado brasileiro de regulamentar o setor, incentiva o processamento e o refino no território nacional e cria mecanismos para examinar parcerias internacionais que possam afetar a segurança econômica ou geopolítica do país. Isso significa planejamento estratégico, algo de que o Brasil é carente. Os Estados Unidos fazem isso, a China faz e a União Europeia também.

Não podemos esquecer que, pela Constituição brasileira, art. 20, são bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo. Assim, a decisão sobre o uso dessa riqueza também precisa pertencer aos brasileiros. Soberania não quer dizer fechar as portas ao mundo, significa entrar no mundo sabendo exatamente o que temos, quanto vale e o que queremos construir com aquilo que é nosso.

Vejo aqui, com a maior alegria...

O Sr. Plínio Valério (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Senador Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - ... o Senador do Amazonas Plínio Valério, por quem eu de coração, em nome de Deus, torço pela reeleição. Eu não estarei aqui mais, como o Senador Confúcio Moura, que preferiu sair, deixar, e Paulo Paim também, mas você certamente vai continuar aqui.

Parece que passou perto de ti o Esperidião Amin. Passou também?

O Sr. Plínio Valério (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Isso, o Esperidião está lá atrás...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Daqui eu não vejo. Daqui eu não vejo.

O Sr. Plínio Valério (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - ... na bancada lá atrás. Como sempre nós dois a postos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Amim por quem eu estou torcendo como se fosse do Estado de Goiás. Esses dias eu vi uma pesquisa com o nome dele em primeiro lugar e interprete cada um como quiser. "Ah, Kajuru, você é contra o filho do Bolsonaro?" Não! Eu sou a favor do Esperidião Amin - ponto final - e Santa Catarina também é.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Pois não, meu querido. Um aparte, Plínio.

O Sr. Plínio Valério (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para apartear.) - Agradeço, como sempre, Kajuru, a sua bondade, a sua amizade em tecer elogios.

O Amin, com certeza, volta; eu também, com certeza, voltarei.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Se Deus quiser!

O Sr. Plínio Valério (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Estaremos aqui a representá-lo. Deus tem escutado nossas orações, e a gente sente quando as coisas encaixam.

Kajuru, eu o ouvi atentamente. Eu cheguei aqui e estou desde o começo do seu discurso. Que discurso bom! A gente precisa, imediatamente, tratar nossos recursos minerais com mais cuidado. E você falava de terras-raras. No momento, só se fala em terras-raras.

Eu falei em urânio aqui, porque nós tivemos um crime lesa-pátria praticado ano passado. Eu fui até a Justiça Federal e estou com a ação lá. O Governo chinês, duas empresas chinesas, mistas com estatais chinesas, compraram a mina de Pitinga, no Município de Presidente Figueiredo, a 105 minutos de Manaus, que produz cassiterita há algumas décadas. Só que, no bloco que vem cassiterita...

(Interrupção do som.)

O Sr. Plínio Valério (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Alô!

Comprovado que, naqueles blocos, há terras-raras e urânio. Eu denunciei essa venda aqui. Para minha surpresa, era uma empresa peruana que detinha o direito da Paranapanema - por muitos anos foi explorado ali -, e essa empresa peruana vendeu à empresa chinesa. E os Congressistas, nada. A Constituição fala que tem que passar por aqui quando você ultrapassa um limite em termos de tamanho da área. Eles alegaram que não, que é o subsolo. É essa coisa quando se quer enrolar. Os chineses compraram uma mina no Estado do Amazonas que tem montanhas de rejeitos de urânio e terras-raras. E os chineses detêm tecnologia para trabalhar essas terras-raras e para aproveitar o rejeito de urânio.

Eu acho que você tem razão quando diz que é preciso abrir, sim. Não é preciso escancarar, como está dessa forma que está. Se o Brasil abrir mão, neste momento, de cuidar do que é nosso...

(Soa a campainha.)

O Sr. Plínio Valério (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - ... nós vamos estar simplesmente repetindo aquele estado em que nós fomos colônia lá em mil quinhentos e pouco.

Portanto, o seu discurso hoje é de uma profundidade tamanha, que me permite este aparte de dizer que nós estamos sendo vítimas, no Amazonas, de um crime lesa-pátria, quando a empresa chinesa comprou a mina de Pitinga, que contém de tudo, Confúcio, de tudo e do bom. E a gente a entrega de mão beijada. Eu estou falando de um estado que tem mais da metade da sua população vivendo abaixo da linha da pobreza.

Por isso, nesses sete anos e meio, meu amigo Confúcio, eu fui tão veemente ao falar de Amazônia, ao falar de Amazonas.

Obrigado, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Que é isso! Suas palavras, peço que as acrescente ao meu pronunciamento prazerosamente.

Meu ídolo Esperidião Amin, também quero ouvir o seu aparte com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Plínio Valério... Plínio...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) - Eu não posso falar sobre matéria eleitoral, mas eu queria que você tivesse transferido o seu título para Santa Catarina.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Se ainda tivesse tempo...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Popularidade lá você tem.

(Interrupção do som.)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - E a mim, muito.

Mas eu quero enaltecer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Eu faria com o maior prazer.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Eu quero enaltecer o seu pronunciamento como um todo sobre a questão das terras-raras.

Nós estamos piscando. Estão namorando conosco. Mas não nos esqueçamos: eles sempre vão querer a matéria-prima.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Sim.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Desde o pau-brasil. Não éramos nós que aproveitávamos aquilo, Senador Confúcio - o senhor, que sempre defendeu a educação. Nós não sabíamos transformar aquilo na púrpura ou na tinta, na cor.

A púrpura era o mais caro, porque a alternativa eram caranguejos, e tinha que ter 100kg de caranguejos para poder tingir tecidos. Isso há 2 mil anos.

Então, não vão querer montar indústria no Brasil.

(Soa a campainha.)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - E os tecidos são a prova disso. O Tratado de Methuen, que Portugal assinou com a Inglaterra, em 1707, proibia a instalação de fábricas de indústria têxtil, no linguajar de hoje, em Portugal, metropolitano ou colônia. Era proibido e, em troca, a Inglaterra não fabricaria vinhos do Porto, mas comprou todas as vindimas e todas as empresas que produziam vinho do Porto, ou seja, em 1757, por aí, para cumprir o tratado, foram destruídas todas as indústrias têxteis do Brasil, no Nordeste e Sul afora. Eles não querem que nós tenhamos indústria. Por isso, não querem que nós tenhamos educação e, muito menos, educação contemporânea. E agora a contemporaneidade é veloz, célere, rápida.

Então, o seu pronunciamento é importante exatamente por isto, para que nos acautelemos. Estamos namorando, mas eles não querem se casar conosco. Eles querem roubar o nosso dote, sob a forma de matéria-prima, e agregação de valor, *nix*, nada. Então, é um alerta importante de quem ama o Estado, o Brasil, a sociedade brasileira.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) - Perfeito.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Eu subscrevo o seu pronunciamento com destaque para este apelo: não nos deixemos seduzir pela mesma ladainha que nos enganou ao longo da história.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Exato.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Comprar os talentos que a natureza nos deu é malbaratar o que nós herdamos e que nós devemos valorizar com trabalho, educação, conhecimento e empreendedorismo.

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Eu que agradeço, acrescentando também a este meu pronunciamento, por favor, Presidente Confúcio Moura, as palavras de Espiridião Amin.

Uma das poucas saudades que eu vou ter deste Senado vai ser exatamente esta: de subir à tribuna, fazer um pronunciamento e ter argumentos à parte com homens públicos da qualidade de Amin, de Plínio, de Confúcio, que tantas vezes me aparteou, de Paulo Paim, que quantas vezes me aparteou. Disso eu vou ter saudade, sem nenhuma dúvida.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Hein, Plínio, lá em Pitinga... Eu trabalhei em Pitinga por dez anos - em Pitinga, São Francisco e Massangana, em Rondônia. São Francisco fica na divisa do Amazonas com Rondônia. E ali, naquela época, a gente explorava cassiterita somente. E agora você está me falando que Pitinga está sendo cobiçada por outros temas tão importantes.

Na época, o Samuel Hanan era o Presidente do grupo...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Isso, do Paranapanema.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - É, do Parapanema.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Eu conversei muito com ele, que me falou dessas montanhas de resíduos.

Olhem só: acreditar que os chineses vão chegar na Amazônia para levar só cassiterita é continuar acreditando em Papai Noel. E essas montanhas que têm lá, a gente não pode nem visitar, com medo, porque é radioativo, é urânio.

E eles já trabalham nisso, eles já têm a tecnologia para transformar urânio em bomba atômica. Estão lá no Paquistão.

Eu denunciei, eu estou na Justiça Federal e eu estava prestes a ganhar, mas eu conversei com a juíza, conversamos, e, diante dessa insegurança jurídica que permeia Brasília, Kajuru, caramba, eu ganho aqui na Amazônia, perco em Brasília e vou pagar aos chineses uma loucura lá. Aí eu tive que trocar por um colegiado indígena. Amigos meus caciques assinaram a petição, e ela está correndo.

Então, o senhor, mais do que ninguém, tem conhecimento.

Naquela época, levavam só cassiterita. Mentira. Tem um laboratório em Campinas já, dentro da universidade, patrocinado pelos chineses, fazendo esse estudo. Eles foram lá e compraram.

Assim, Amin, nós estamos voltando ao tempo de Colônia, quando mandavam a matéria-prima, e importávamos já o produto final a preço bem caro.

Legal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Muito bom, Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - O segundo orador escrito é o Senador Paulo Paim.

Por gentileza, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) - Presidente Confúcio Moura, MDB, Rondônia, meus cumprimentos a V. Exa.

Aproveito este minuto para cumprimentar o MDB porque eu achei muito importante a posição do Líder Eduardo Braga quando ele pediu urgência aqui para que fosse votada durante o esforço concentrado a PEC da redução de jornada.

Então, meus parabéns ao MDB!

Quero também cumprimentar a Senadora Damares, que já está no Plenário; o Senador Kajuru.

Cumprimento o Senador Esperidião Amin, cumprimento o Senador Plínio Valério e também cumprimento os líderes que estão aqui à minha esquerda, casualmente, da Força Sindical e da CTB, que são do Rio Grande do Sul e vieram acompanhar o debate que esta semana teremos aqui de diversos temas fundamentais, entre eles a discussão da escala 6x1.

E é sobre esse tema que eu volto a falar hoje, Sr. Presidente. Comprometi-me a falar todos os dias e venho fazendo isso quando subo à tribuna.

Presidente Confúcio Moura, amanhã, a CCJ do Senado vai votar a PEC 221, de 2019, que, enfim, avançará, creio eu que avançará, para a rejeição da proposta de escala 6x1 e caminhará para 5x2, porque isto é o que faz a 221, de 2019: 40 horas semanais, sem redução salarial, numa escala 5x2.

Quero cumprimentar, nesta introdução, o Presidente da CCJ, Senador Otto Alencar, pela posição firme, clara e decidida de colocar a matéria em votação.

Cumprimento também o Relator, Senador Omar Aziz, que, com posição muito firme, muito clara, disse que o relatório que ele já apresentou semana passada está pronto para ser votado.

Espero eu que possamos também votá-la aqui no Plenário do Senado no mesmo dia. E por que no mesmo dia? Eu trouxe os argumentos para hoje, porque não os usei ontem.

Considerando que inúmeras outras PECs foram votadas na CCJ de manhã e vieram para cá à tarde, e foram votadas sem o interstício de cinco sessões. Vou citar aqui algumas porque alguém: "Tá, o Paim fala, fala, mas não prova.". Provo!

Cito aqui a PEC 32, de 2025, sobre a modernização da administração pública, aprovada pelo Senado em 24 de fevereiro de 2026.

Cito a PEC 14, de 2021, que trata da aposentadoria de agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. O Senado aprovou rito especial em 14 de julho de 2026. E, assim, o Plenário aprovou em primeiro e segundo turnos num único dia.

Cito mais uma, a PEC 48, de 2023, sobre o marco temporal, um tema polêmico. Também teve requerimento de calendário especial e foi aprovado pelo Plenário do Senado com a mesma urgência.

Vou mais além, a PEC 8, de 2021, que limita poderes do Supremo Tribunal Federal. Teve calendário especial aprovado pelo Plenário, foi para apreciação a limitação das decisões monocráticas. Ela foi aprovada pelo Senado também num único dia, em novembro de 2023.

Sr. Presidente Confúcio Moura - V. Exa. ontem deu uma aula aqui da tribuna - é legítimo e democrático se opor a determinada situação, afinal, estamos em uma democracia. Mas quero dizer que o mundo caminha nesse sentido.

Nós, em tempos de IA, de pejotização, de MEI, de automação, de robótica... O mundo percebeu que o caminho é a redução da jornada sem redução do salário. Será que todos os países do mundo estão equivocados? De 513 Parlamentares na Câmara, somente 19 votaram contra. Será que todos - essa ampla maioria - estão equivocados?

Por inúmeras vezes, eu falei aqui, apresentei dados e números. Ontem mesmo comentei o cenário do Brasil, da América Latina e da Europa. Por isso, vejo a votação de amanhã com muita esperança, eu dizia, muita esperança mesmo para melhorar a vida do povo brasileiro.

Repito, na Câmara, quase unanimidade: mais de 97% votaram favoravelmente à escala 5x2.

O Relator na CCJ, Senador Omar Aziz, disse que a votação no Senado não será diferente. É a opinião dele que eu estou comentando. Segundo ele, a perspectiva é de que teremos 65 votos a favor da escala 5x2. O Relator, pela sua sabedoria e capacidade de fazer uma leitura precisa da conjuntura, tem dito que votar contra a vontade do povo seria um suicídio político.

Esse tema não é de interesse de esquerda, de centro, de direita, de um ou outro partido, de uma ou outra central, seja aqui, por exemplo, a Força, que está aqui, e também a CTB - a nacional e a estadual estarão aqui presentes -, como vão estar as outras centrais. Todos estarão aqui amanhã!

O Brasil não pode estar na contramão do mundo e da história. As novas tecnologias são uma realidade; a inteligência artificial e a robótica vieram para ficar. O aumento da produtividade é fato e é real nos países que reduziram a jornada, então façamos da redução da jornada de trabalho também uma realidade. Isso é justiça social, um novo tempo de trabalho para um novo mundo do trabalho. Não se trata aqui de criar, como alguns tentam dizer, de forma que entendo até folclórica: "ah, vai ser o caos, vai quebrar o país". Isso me lembra até do salário mínimo, me lembra do décimo terceiro, que diziam que seriam um absurdo o décimo terceiro e o salário mínimo com aumento real, e está aí o salário mínimo crescendo com aumento real.

A humanidade caminha para um novo tempo. O Brasil não está inventando a roda. Aliás, estamos atrasados: a OIT - repito esse dado que eu comentei ontem - recomenda jornada de 40 horas semanais desde 1935! Todos nós buscamos a melhoria da vida da população: quem não quer mais saúde? Quem não quer menos acidentes? Quem não quer mais empregos, mais produtividade, melhores condições para os empreendedores, inclusive, avançarem? Esse é o caminho da redução da jornada.

O fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, é um dos temas mais importantes dos últimos 50 anos no Brasil. Tranquilamente, eu diria, é o mais importante desde a Constituinte de 1987-1988. Eu estava lá, eu vivi aquele tempo!

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - Eu vi a direita e a esquerda conversando, dialogando, e Gastone Righi, que não era de esquerda, foi o primeiro signatário de reduzir a jornada de 48 para 44.

Eu trato dessa questão há 57 anos. Comecei na luta estudantil - eu tinha um livrinho de 40 horas na luta estudantil no Ginásio Noturno para Trabalhadores, de Caxias do Sul -, passei pelo movimento sindical, passei pelas centrais, estive na Constituinte e depois seguimos por décadas com essa luta na Câmara e no Senado, até chegarmos a este momento histórico.

Sr. Presidente, é uma luta de décadas, é uma bandeira secular dos trabalhadores e das trabalhadoras, e agora estamos diante de uma oportunidade que vai marcar para sempre a história de dar um passo adiante. Ontem, no meu pronunciamento - e está aqui, Senador -, ontem no meu pronunciamento, o Senador Confúcio Moura, que estava presidindo a sessão, citou brilhantemente Domenico De Masi. E, aqui, eu fui olhar um pouco os livros dele e eu resgatei uma frase desse sociólogo italiano, que para mim sintetiza muito, muito bem o momento que estamos vivendo. Disse, abro aspas: "Quando se coloca...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) - ... um robô ou um computador que faz 15% do trabalho de um operário, aumentando em muito a produtividade, deveríamos reduzir no mínimo em 15% o tempo da

jornada de trabalho para manter os empregos. Ou então teremos pais completamente ocupados e os filhos completamente desocupados", fecho aspas.

Sr. Presidente, é exatamente esse o desafio que temos pela frente: fazer com que os avanços da tecnologia e da produtividade sirvam para melhorar a vida das pessoas. Menos tempo de trabalho, mais tempo para viver, mais qualidade de vida. Esse é o futuro do trabalho que nós defendemos. E esse futuro começa agora, aqui no Senado Federal.

Obrigado, Presidente, claro, no longo dessa semana.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Bem, parabéns ao Senador Paulo Paim por mais esse pronunciamento histórico e brilhante.

Eu passo a palavra para o Senador Plínio Valério, PSDB, Estado do Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discursar.) - Presidente Confúcio, a quem nos primeiros dias, quando a gente se reunia lá no Ministério, ainda com o Tarcísio, e que nós nos chamamos de irmãos e companheiros de infortúnio e ideais, nós, da Amazônia, que sofremos tantos infortúnios, carregamos tantos ideais e lutamos por tantas causas, o Kajuru me disse que o senhor não será candidato à reeleição. É isso mesmo? É? Não será candidato à reeleição? Vai fazer muita falta. E você também, viu, Kajuru? Não só na qualidade nos discursos e nos apartes, mas, acima de tudo, na resenha do dia a dia. Mas temos aí, cara, nós temos aí até dezembro.

Senadoras e Senadores, olha só, o Kajuru puxou um tema muito bom, o Paim também puxou um tema extremamente saudável. Eu só quero registrar, antes de falar, Kajuru, os grupos armados no Amazonas estão invadindo as aldeias indígenas, tomando conta, Senador Confúcio, de aldeias indígenas, sabe onde? No Rio Negro, o município mais rico do planeta. Lá, as ONGs predominam, o ISA esteve muito tempo lá, pessoas comuns não entram.

Eu gosto muito de São Gabriel e frequento muito, sei da dificuldade. Quando a gente fez uma diligência da CPI das ONGs, uma comitiva dos índios coripaco levou 14 dias para chegar lá em Pari-Cachoeira, no motor de uma voadeira. Você vê a dificuldade, e os grupos armados, Kajuru, agora estão lá dentro das aldeias indígenas. É um estado, como eu digo aqui, que pune, mas não protege, e este Governo Federal tem desmobilizado as Forças Armadas. Por isso que eu tenho o maior carinho pela Aeronáutica, Marinha e Exército, que estão sempre lá cuidando da gente. Fica a denúncia que já foi feita pelos portais e eu registro aqui.

Meu amigo Kajuru, meu amigo Paim, eu queria falar de acordos. Nós, na vida, fazemos muitos acordos, na política, outros tantos. E quando eu faço e participo de um acordo, eu o cumpro. Foi feito um acordo aqui após dois anos e quatro meses, quando a gente conseguiu votar na CCJ a PEC 65, do Senador Vanderlan Cardoso, que dá autonomia financeira e orçamentária ao Banco Central. Eu fui o autor da lei que deu autonomia operacional, que fixou o mandato. E a gente vem sendo enrolado, o Governo enrolando e a gente, "me engana que eu gosto", vai indo.

Até que um dia conseguimos votar, mas ficou lá - estavam o Senador Otto, o Senador Jaques Wagner; eu também estava presente -, e telefonei para o Davi. Ao ser aprovada na CCJ, a PEC viria para o Plenário e seria votada na primeira reunião presencial. Ficamos alguns meses com reuniões semipresenciais e eu não me manifestei. Aí aconteceram reuniões presenciais, e nada; a reunião é presencial hoje, e nada; aí amanhã também não está na pauta.

Portanto, aqui, mais do que uma cobrança de acordo entre Senadores da República, eu fico triste por estar registrando isso. É importante que o Presidente Davi Alcolumbre ouça. Se ele não ouvir agora o meu discurso, vai ouvir mais tarde, porque eu vou cobrar dele esse acordo. Ele me disse, textualmente, que, sendo aprovada na CCJ, na primeira sessão presencial colocaria em votação, e não está.

E nós estamos colocando em risco, Senador Kajuru, não mais apenas o Banco Central, que está para colapsar. Não estamos colocando apenas o funcionamento do Pix, que só tem 32 servidores, mas, acima de tudo, a propriedade dessa criação, que hoje é patrimônio brasileiro, que é o Pix. O Presidente Trump já se pronunciou sobre isso. Eu ouvi um especialista dizendo que, se um banco desses privado e forte se manifestar, pode levar o Pix.

E sabe por que eu estou falando dessa importância, Kajuru? Como eu disse, não é só porque o Banco Central controla a inflação e é responsável por controlar a moeda, o que é importantíssimo; é porque nós colocamos no Pix... Eu, como Relator, tenho um artigo sobre o Pix que diz o seguinte: o Pix é do Banco Central, o Banco Central não pode terceirizá-lo e não pode taxar CPF, porque esse fantasma que paira sobre nossas cabeças, no dia a dia de todos nós - vai ser taxado ou não vai? - a gente colocaria na Constituição. O Pix passaria a ser um dos artigos da Constituição brasileira e, portanto, estaria realmente blindado.

Aí eu vejo os dois candidatos que mais estão disputando a paternidade do Pix, mas nenhum vem aqui para mobilizar a sua bancada e para dizer: "Vamos votar então". Porque, Kajuru, ao votar, ao dar condições ao Banco Central, nós estamos,

acima de tudo, fortalecendo o Pix. Essa PEC deixou de ser do orçamento do Banco Central e passou a ser da segurança do Pix.

Eu vou dar seis motivos para que meus companheiros e minhas companheiras do Senado apoiem essa PEC e apoiem o nosso relatório, que está pronto para ser votado. Kajuru, me ligam ministros: "Ah, mas dá um tempo para a gente". O tempo é dado, mas não colaboram; e o tempo está passando, e nós vamos perder o Pix.

Seis motivos para apoiar a PEC: proteção do Pix - está garantido no nosso relatório -; maior controle da inflação e mais poder de compra para as pessoas - o Banco Central é responsável por controlar a inflação -; redução estrutural dos juros - tanto o Roberto Campos quanto o Galípolo não foram na onda dos Presidentes para abaixar juros ou para aumentar juros, para o governo fazer o que quisesse -; combate à fraude e lavagem de dinheiro - Banco Master, foi possível porque o Banco Central tem autonomia operacional, senão o Vorcaro estava solto ainda aí e nada disso teria sido feito -; melhor supervisão das instituições financeiras e alinhamento aos padrões internacionais - o Banco Central precisa de um orçamento para se alinhar aos padrões internacionais.

É uma referência internacional o Banco Central, mas precisa de socorro, sim.

E o Galípolo pediu socorro, pediu até "pelo amor de Deus", porque hoje o Banco Central sofre de uma redução de pessoal. A cada ano, é uma redução gigantesca. Estão cortando o orçamento do Banco Central - todos os anos se corta o orçamento -, e o Banco Central arrecada trilhões para o Tesouro Nacional.

Portanto, eu quero aqui cobrar mesmo e dizer a você brasileiro e a você brasileira que está vendo agora que essa opinião que alguns têm - jamais vocês a tenham - a respeito da política é por isto: porque os homens fazem compromisso, fazem acordo, e não o cumprem. E o descumprem da pior forma possível: sem dar satisfação a quem participou do acordo.

E eu estou aqui cobrando e vou cobrar do Presidente Davi, porque, até então, para mim, o Davi, além de um excelente companheiro, tem sido um Senador que mantém a sua palavra. Portanto, eu vou lembrá-lo de que é preciso colocar a PEC do Banco Central em votação.

A da 6x1 já vem de forma acelerada. Beleza, vamos votar, legal. Pensei que não fôssemos votar agora. Vamos nessa, sim, apesar das narrativas. Mas a PEC do Banco Central, Senador Amin, é fundamental.

No gráfico de servidores do Banco Central - você precisa ver -, a cada ano há uma queda terrível. O Pix é gerido, Confúcio, por 32 servidores apenas, que controlam esses golpes, essas fraudes que acontecem dia a dia, Kajuru - R$150 milhões para cá, R$50 milhões para lá... E eles vão de forma, às vezes, manual. Essa gente que toma conta do Pix não tem direito a bônus, não tem direito a... Está em casa, ligam, corre para lá. E não ganha extra.

A gente precisa... O Senado Federal... E ouçam o que eu digo, não por estar Senador, mas por ter a idade que eu tenho: este Senado vai passar para a história como aquele que permitiu que o Pix fosse taxado, porque o Governo que aí está pensa que vai ganhar a eleição e não quer um Banco Central autônomo, para poder taxar o Pix. Eu estou dizendo isto, assinando embaixo - proteste quem quiser, faça o que quiser -: o Governo que aí está, que está pensando que vai se perpetuar, não quer o Banco Central autônomo e vai taxar o Pix.

É por isso que é preciso... Nós já estamos blindando o Pix nessa PEC, nesse relatório.

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Será que a nossa omissão é tamanha que a gente não percebe a importância de colocar o Pix na Constituição? Será que a gente não percebe que é um momento único - único! - de ajudar a população brasileira? E é a população brasileira que mais sofre, porque o Pix hoje está na esquina, ao se vender bombom, ao se vender chiclete, até ao se pedir ajuda.

Não podemos mais viver sem o Pix. O Brasil, Confúcio, não vive mais sem o Pix.

E você, Senador, o Kajuru, o Amin, eu e o Paim temos essa oportunidade de blindar, de botar na Constituição: "O Pix é brasileiro, o Pix é do Banco Central. Não se pode terceirizá-lo e não se pode taxar pessoas físicas". Só quem pode fazer isso é o Senado da República. E, mais uma vez, nós vamos fugir? Mas não se foge do destino.

E eu quero que fique registrado aqui que eu estou alertando para isto - eu estou alertando como autor, como Relator da PEC, Confúcio -: se este Senado não chamar para si a responsabilidade de votar e aprovar imediatamente essa PEC, nós passaremos, para a nação, para os *Anais*, para frente, para as novas gerações, como o Senado que, frouxo, medroso, covarde, não colocou o Pix na Constituição. Eu estou livre disso. Os *Anais* vão provar isso aí lá no futuro.

Mas eu continuo cobrando. Eu ainda acredito que o Davi possa colocar em votação essa PEC amanhã.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Dando continuidade, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) - Querido Presidente e amigo Confúcio Moura, quero fazer uma saudação mais fraternal e respeitosa ao querido amigo e dizer que nem a sua presença, que me alegra e me honra muito, consegue melhorar o meu humor.

Eu hoje fui dar uma entrevista sobre assuntos de Santa Catarina para a *Metrópoles* e assisti à parte final de uma notícia que se comentava entre a jornalista Neila Guimarães e o Mario Sabino. Impressionou-me muito a calma, a moderação deste último jornalista. Eles estavam comentando sobre a matéria divulgada hoje nos meios digitais do *Estadão*, da *Folha de S.Paulo* e da *Metrópoles* - foi isso que eu consegui acompanhar -, mas que agora já deve ter se propagado pelo Brasil inteiro.

A frase final ou o último tópico desta matéria pode ser resumido ao seguinte: o Ministro Alexandre de Moraes descobriu que o Ministro André Mendonça, que a mão de Deus colocou na gestão do inquérito do Master... Não foi a mão dos homens, não. A mão dos homens manipulou, primeiro, para tirar da Justiça, digamos, inferior, em primeira instância, e subir para o Ministro Toffoli. O constrangimento é que fez com que o Ministro Toffoli abrisse mão. O Supremo não o retirou dele. E a mão de Deus entregou este inquérito ao Ministro André Mendonça. Mas a última notícia é a seguinte: "[...] Moraes e Mendonça batem boca e quase chegam às vias de fato no STF". Essa matéria é da jornalista Andreza Matais, da revista *Metrópoles*, e ela não é essencial para o que eu vou falar, mas é apenas o último grito desta vergonheira em que se transformou a promiscuidade de um juiz da mais Alta Corte, da mais excelsa criatura que a Constituição brasileira criou, que é o Supremo Tribunal Federal, que está sendo explodido, de dentro para fora, na sua reputação, por coisas como estas.

E a síntese do negócio é o seguinte: vai ser, deve ser, tinha que ser, tem que ser investigada a coautoria do contrato de R $131 milhões entre o Banco Master e a esposa... O escritório da esposa do Ministro Alexandre Moraes teve a coautoria - o *nihil obstat*, *imprimi potest*, imprimátur, como dizia a igreja quando fiscalizava os livros, o conteúdo dos livros, para que os cristãos pudessem lê-los. Quem deu o *nihil obstat* para o contrato foi o Ministro Alexandre Moraes. E há uma sucessão de diálogos... Sinceramente, eu fico triste com a aflição desses telefonemas em novembro de 2025: "Vão me prender daqui a 24 horas, o senhor acha que isso é possível?", "Será que não dá para bloquear?", "Será que não dá para falar com o Andrei, da Polícia Federal, e com o Paulo Gonet, Procurador-Geral da República, para evitar essa maldade [a palavra-chave era "maldade"] que querem fazer contra o Master e contra o Sr. Daniel Vorcaro?".

A imprensa está inundada - inundada, afogada - e o brasileiro que vai tomando conhecimento disso deve ficar enojado.

Qual será o destino das instituições? Virá aqui alguém dizer: "O Ministro do Supremo só pode ser julgado pelos seus pares e se todos concordarem". Já imaginou se adotarem essa tese?

Eu quero pedir ao meu amigo Davi Alcolumbre que revise aquela frase infeliz, que lhe foi atribuída, de que nem com 81 assinaturas - que seria a própria dele - ele abriria um processo de *impeachment*. O processo de *impeachment* tem que ser aberto, senão nós não vamos poder sair na rua, senão o Presidente do Senado vai ter que sair com escolta blindada.

O Supremo Tribunal Federal vai deixar de ser supremo, de ser tribunal, e vai ser outra coisa. Isso tem que ser investigado. Eu não sou juiz, não, nem estou condenando, mas o volume de informações que foram despejadas hoje não cabe no esgoto do Brasil. Não há saneamento básico, não há rede de esgotos, não há estação de tratamento aeróbico ou anaeróbico que dê conta de enterrar isso aqui. Não existe tapete no mundo, nem no Irã... Coitado do Irã, sendo bombardeado a torto e a direito.

Isso não cabe! Ou o Senado aprova a abertura de um processo de *impeachment* para investigar... Eles vão exigir quórum de 54... Não importa! Nós temos que aprovar. O Presidente da Casa tem que colocar aqui para o Plenário. Se o Supremo quiser impedir, ele que fique com a carga. Nós não podemos ficar com a carga do silêncio: "Aconteceu, deixe; quem sabe escapa, e o povo esquece".

Essas notícias, que não são as primeiras, são o coroamento - coroamento com uma coisa malcheirosa que conspira contra o Estado democrático de direito, contra os Poderes do Brasil, porque o Legislativo está vinculado a isso, o Executivo também. E o Judiciário, especialmente na sua mais Alta Corte, está sendo implodido, repito, de dentro para fora. Nada disso aqui foi produzido por um jornalista, nada disso aqui foi produzido por um Senador inconformado com o que está acontecendo com o Supremo; isso foi produzido lá dentro. E não há quem impeça que isso extravase. Já é de conhecimento público. A eleição vai colocar isso para discussão.

Eu, que defendo a apuração dos fatos - eu não defendo a condenação, eu exijo voto -, acho que é nossa obrigação abrir o processo de *impeachment*, que é o processo capaz de julgar um juiz do Supremo pela Constituição. Não tem outra fonte.

Essa história... Quem sabe se o Supremo vai...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - O Supremo vai fazer uma sessão administrativa secreta e vai passar por mais vergonha ainda.

O remédio é abrir o processo de *impeachment* já!

Eu soube que a Senadora Damares vai apresentá-lo. Eu me ofereço para ser o segundo a subscrever. Não que isso vá me descarregar a consciência, não, mas eu não vou estar me omitindo no primeiro passo que pode ser dado. Não sei de outro, porque, com as informações já divulgadas, com o circunstanciamento dessas denúncias, não há quem impeça... A represa estourou! E, se não estourar sob controle, controladamente - ou seja, se não for possível conduzir esses excessos para um curso constitucional -, isso vai dar outra coisa. Então, é nosso dever. Nós não podemos nos ajoelhar nem ficar de quatro diante disso.

E eu estou aqui para trazer esse testemunho, com muita tristeza, porque estava pensando na eleição, estava pensando em construir para o próximo ano, quem sabe, um pouco mais de êxito nas nossas buscas de colocar cada Poder no seu quadrado. É isso que eu faço, Presidente.

Quis o destino que eu pudesse falar sob a sua Presidência - e sei que o senhor vai refletir sobre isso, assim como todos os meus colegas, podendo, inclusive, cobrar, se eu cometi algum excesso. Eu não fiz julgamentos; eu só li uma parte das manchetes desses jornais que eu mencionei.

E não gostaria de encerrar minhas palavras, Presidente, sem uma questão local.

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Neste fim de semana, o meu estado foi assolado por uma perturbação climática muito pesada, que alcançou também o Paraná - estou vendo daqui o Senador Sergio Moro -: no litoral, principalmente, como também no interior, uma fortíssima chuva com granizo, só no norte da ilha de Santa Catarina, destelhou mais de 4 mil casas. Biguaçu também foi um município muito atingido.

E eu quero emprestar aqui a minha solidariedade a todos e me solidarizar, principalmente com os Prefeitos, as autoridades, Vereadores, Defesa Civil.

Isso ocorre exatamente na semana em que nós recebemos a publicação impressa da sessão de debates temáticos que realizamos aqui, no dia 28 de maio, sobre o fenômeno El Niño.

Ele está chegando. Temos que tomar muito cuidado. E, neste momento, a minha solidariedade e a minha absoluta consciência de que todos, juntos, vamos ter que enfrentar momentos muito difíceis, em que a fibra da nossa gente e - mais uma vez eu repito - a nossa solidariedade serão postas à prova.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Continuando, eu passo a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Eu prolonguei um pouco, para dar tempo de a Senadora Teresa Leitão chegar. *(Risos.)*

Fiz bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - ... à Senadora Teresa Leitão, PT, Pernambuco.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) - Boa tarde, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, aqueles que nos ouvem e nos acompanham pelas redes sociais.

Eu vou falar de uma coisa que é específica de Pernambuco, mas, como a matéria tem repercussão nacional - é uma matéria aprovada pelo Supremo -, eu julguei conveniente, Sr. Presidente, trazer aqui para o Plenário. Poderia, Senador Kajuru, fazer até um videozinho, mas, como a repercussão é geral, porque assim foi aprovada no Supremo Tribunal Federal, no plenário do Supremo, eu julguei conveniente trazer para cá. Portanto, eu subo a esta tribuna para fazer um alerta que interessa não apenas a Pernambuco, mas aos professores e professoras de todo o Brasil: o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que os professores contratados temporariamente, que são vários, em vários estados, em várias redes, também têm direito ao piso nacional do magistério.

Aliás, a sessão em que isso se decidiu foi uma verdadeira aula, Senadora Zenaide, de apreço à educação, de respeito à valorização profissional. Todos os ministros, sem nenhuma exceção - não apenas o Relator -, deram depoimentos belíssimos e de muita compreensão técnica, política e profissional da importância do trabalho dos professores e

professoras, sejam eles efetivos ou sejam eles contratados temporariamente. Foi uma decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, depois de anos de luta e de espera.

Quanto ao direito ao piso, não há mais o que contestar. O valor de referência é o hoje estabelecido para este ano, fixado em R$5.130,63, jornada e formação de nível médio.

Mas, apesar dessa decisão clara e unânime, o Governo de Pernambuco, sob a responsabilidade da Governadora Raquel Lira, apresentou ontem, último dia, embargos de declaração. Lá no plenário, o Governo de Pernambuco nem se fez presente para defender a sua ação. Perdeu no estado, recorreu nacionalmente, depois de evitar qualquer processo de negociação administrativa.

É preciso dizer ao Brasil o que está acontecendo, como é a posição do Governo de Pernambuco: ele está realmente pedindo ao Supremo que reveja uma posição - pelos embargos - que foi aprovada por unanimidade.

Não se trata apenas de esclarecer uma palavra ou corrigir um erro no acórdão - isso também acontece com o embargo -, mas esse embargo, Sr. Presidente, quer refazer a decisão, quer que a decisão produza efeitos somente para o futuro, desmerecendo toda a ação, que, repito, foi aprovada no Estado de Pernambuco; recorreu-se ao Supremo e foi também aprovada pelo Supremo.

Em outras palavras: reconhece-se o direito ao piso, mas tenta-se apagar o retroativo. O próprio recurso afirma, de maneira expressa, que o objetivo é o afastamento da cobrança retroativa, como se a lei não pudesse retroagir para quem a ela tem direito.

Isto precisa ser compreendido por cada professor e por toda a sociedade: o Governo de Pernambuco não está pedindo apenas mais prazo para organizar o pagamento - isso poderia ser resolvido até numa negociação administrativa -, está pedindo para não pagar os direitos assegurados; está tentando impedir que milhares de professores e professoras recebam a complementação dos salários que foram pagos abaixo do mínimo nacional previsto em lei.

Não estamos falando de bônus, não estamos falando de prêmio, não estamos falando de gratificação especial; estamos falando de salário, salário de professor e de professora, dinheiro que deveria ter sido pago corretamente todos os meses e que fez falta na mesa, no aluguel, no remédio, no transporte e nas despesas de filhos e filhas desses profissionais.

O próprio Governo de Pernambuco estima que, apenas naquele estado, o passivo alcance R$1 bilhão e envolva cerca de 18 mil contratos temporários. Isso sem falar na repercussão geral, que atingirá outros estados e municípios que também estavam constantes nessa ação. Como ela foi julgada de repercussão geral, todos os outros também serão prejudicados, porque a discussão não termina nas fronteiras de Pernambuco.

E o Governo de Pernambuco foi mais longe, Senador Confúcio. O Governo pediu ao STF a suspensão nacional das liquidações das execuções, dos cumprimentos de sentença e das requisições de pequeno valor relacionados ao Tema 1.308, que trata desse julgamento, já concluído - repito -, válido para os contratos temporários, sem distinção de vínculo.

Na hora do trabalho - isso é uma coisa que a gente também sempre alerta...

Deixe-me pegar aqui a folha, que caiu.

Na hora do trabalho, a liminar também tentou tratar da proteção... Os embargos interpostos também tentam limitar a proteção de ações coletivas, buscando excluir da ressalva professores beneficiados por processos que ainda não haviam transitado em julgado até a data do julgamento. Nada vale nessa ação do Governo de Pernambuco!

O que está em jogo não é apenas um processo de Pernambuco; o que está em jogo é saber se uma decisão histórica do Supremo será transformada em uma vitória apenas no papel, sem o pagamento do salário que ficou para trás.

Julgo que não é aceitável usar a situação fiscal como argumento para apagar uma dívida salarial. Responsabilidade fiscal não significa negar salário devido. O orçamento público não pode ser equilibrado transferindo para o trabalhador e a trabalhadora o custo de uma ilegalidade cometida pelo próprio poder público. Aliás, o próprio acórdão do Supremo registrou que o reconhecimento do piso dos temporários não representa a criação de uma despesa nova, mas o cumprimento de uma obrigação já prevista na Constituição e na legislação.

A lei do piso existe desde 2008. Esses profissionais trabalharam, ensinaram, estiveram na sala de aula e, portanto, a natureza temporária do vínculo nunca tornou temporária a responsabilidade de ensinar, corrigir provas, preparar aulas e cuidar da formação de milhares de crianças e jovens. Na hora do trabalho, foram professores e professoras como todos os demais, sem diferença na responsabilidade do exercício profissional; na hora do pagamento, o Governo quer tratá-los como profissionais de segunda categoria.

A decisão de mérito do Supremo, neste tema, foi por unanimidade e, portanto, é incoerente tentar impedir que o reconhecimento alcance os salários pagos incorretamente no passado. Por isso, é importante que a Governadora Raquel Lyra...

(Soa a campainha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - ...retire esses embargos.

O meu apelo é para que Pernambuco não seja transformado no responsável por uma tentativa de retirada de retroativo dos professores e das professoras temporários de todo o Brasil, visto que a ação foi julgada como de repercussão geral. Que Pernambuco não seja utilizado para criar uma tese nacional contra trabalhadores e trabalhadoras que já receberam salários tão baixos.

Também faço um apelo - concluindo, Sr. Presidente - ao Supremo Tribunal Federal: que rejeite a tentativa de dar efeitos apenas futuros à decisão e que não permita que o direito dos nossos professores e das nossas professoras seja prejudicado, já que aguardam há muitos anos por essa decisão. Que o Supremo preserve as ações coletivas, que representam justamente os trabalhadores que se organizaram para buscar os seus direitos.

Aos professores de Pernambuco e de todo o Brasil digo: essa luta não acabou. O Supremo reconheceu o direito e precisamos evitar que o Governo de Pernambuco tente esvaziar essa vitória.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Parabéns, Senadora Teresa Leitão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Eu passo a palavra - e já lhe concedo, Kajuru -, para Zequinha Marinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Pois não, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) - Obrigado, Senador Confúcio. Serei rápido, Zequinha querido.

Bom, primeiro, a gente está aqui vivendo um momento estarrecedor, vendo, na imprensa, as conversas entre Vorcaro e o Ministro do Supremo Tribunal Alexandre de Moraes. Convido todos a que acompanhem a grande imprensa brasileira de uma hora para cá.

Eu só queria aproveitar - porque hoje, publicamente, eu declarei votos aqui: no Amazonas, pela reeleição de Plínio e, em Santa Catarina, pela reeleição de Amin - e dizer publicamente... Moro, desejo a sua vitória no Paraná, de coração.

Aquilo que eu falo, a toda hora, com ela fora do ar, eu tenho que falar aqui, no ar, à Senadora Damares Alves, que se tornou uma grande amiga e de quem eu vou ter muitas saudades ao deixar este Senado. Então, eu queria dizer para ti, assim como disse ao Amin, ao Plínio e agora aqui ao Moro, que, se votasse em Brasília, eu votaria, para o Senado, na Leila do Vôlei e na D. Michelle, para o espanto de quem acha que o Kajuru é da base do Governo.

Eu sou da minha base! Eu votei contra o Governo aqui - o Plínio sabe disso - várias vezes. Eu tenho a minha opinião própria e tenho admiração pela postura da D. Michelle e também, em especial, por tudo o que você fala e como a enaltece. E você sabe que a Leila é minha irmã há mais de 30 anos e sei que, no fundo, no fundo, você também gosta da Leila.

Então, Leila e Michelle aqui no Distrito Federal, aproveitando que declarei voto para o Plínio no Amazonas, para o Amin lá em Santa Catarina e para o Moro, agora aqui, no Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Em frente.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, do Podemos, do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu subo à tribuna desta Casa hoje para fazer um apelo respeitoso, porém urgente, à Mesa do Senado Federal: que seja providenciado o encaminhamento do Projeto de Lei nº 2.486, de 2026, à sanção presidencial.

A matéria foi aprovada por esta Casa em 15 de julho de 2026, neste ano. Nós já estamos hoje em 1º de setembro, então, tem aí 45 dias e essa matéria não subiu para a sanção presidencial.

Isso foi feito de maneira muito tranquila pela Câmara Federal e também aqui pelo Senado, após amplo debate e deliberação soberana do Congresso Nacional. No entanto, há mais de um mês, o projeto ainda não foi remetido à Presidência da República, retardando a concretização de uma medida de enorme relevância para o Estado do Pará e para o desenvolvimento do Brasil.

O PL 2.486, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim, cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, estabelece diretrizes para sua gestão sustentável, promove a regularização de ocupações existentes, permite a realocação de produtores rurais quando necessário e assegura a continuidade de atividades econômicas compatíveis com a legislação ambiental e os respectivos planos de manejo.

Trata-se de uma proposta equilibrada, construída para conciliar preservação ambiental, segurança jurídica e desenvolvimento econômico.

Hoje a Floresta Nacional do Jamanxim possui cerca de 1,3 milhão de hectares. O projeto converte, aproximadamente, 486 mil hectares em área de proteção ambiental, mantendo cerca de 815 mil hectares sob a categoria de floresta nacional.

Portanto, não estamos falando de eliminação de proteção ambiental, mas de uma reorganização territorial que busca compatibilizar a conservação com a realidade social e produtiva daquela região.

Mais do que isso, essa matéria é fundamental para viabilizar o empreendimento de infraestrutura mais importante do Brasil neste momento, que é a construção da Ferrogrão.

A construção da Ferrogrão depende da adequação dos limites das unidades de conservação da região, e os benefícios desse empreendimento são amplamente conhecidos por todos os brasileiros.

A redução de apenas 0,54% da área do Parque Nacional do Jamanxim permitirá investimentos estimados em R$21,57 bilhões ao longo da concessão, compensações sociais e ambientais da ordem de R$765 milhões e a geração de mais de 424 mil empregos diretos e indiretos; quer dizer, nós estamos retardando uma alavanca de desenvolvimento importantíssima para o Brasil e para a nossa região.

Estamos falando de uma ferrovia estratégica para a logística nacional, capaz de transformar a competitividade brasileira, reduzir custos de transporte e aumentar a eficiência do escoamento da produção agrícola - mas não se trata apenas, meus senhores, de desenvolvimento econômico: a Ferrogrão também representa um importante avanço ambiental.

Estudos da Confederação nacional da Agricultura (CNA) apontam que cada composição ferroviária, com seus 160 vagões, transportando 100 toneladas cada, poderá substituir aproximadamente 400 caminhões que hoje trafegam pela rodovia, que é a BR-163.

Isso significa menos emissão de gases de efeito estufa, menos congestionamentos, menos acidentes, menos mortes, menor consumo de combustíveis fósseis e menor pressão sobre a rodovia; ou seja, a Ferrogrão está plenamente alinhada com os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e com o conceito de desenvolvimento sustentável, que busca harmonizar crescimento econômico com preservação ambiental.

O que está em discussão - mais uma vez, repito - não é apenas uma alteração de limites territoriais. O que está em discussão é a oportunidade de promover regularização fundiária, trazer segurança jurídica para milhares de famílias, incentivar o uso sustentável das terras, destravar investimentos bilionários, gerar emprego, renda e melhorar a infraestrutura nacional.

Como representante do povo paraense, especialmente das populações que vivem e produzem naquela região, afirmo que existe um forte sentimento de apoio à Ferrogrão e à solução proposta pelo PL 2.486, de 2026. O Pará deseja avançar, e o Brasil precisa avançar.

Por isso, eu quero fazer um apelo à Mesa Diretora desta Casa para que adote as providências necessárias e encaminhe, com a máxima urgência ou brevidade, o Projeto de Lei 2.486, de 2026, à sanção do Sr. Presidente da República.

O Congresso Nacional já cumpriu a sua missão. Agora é preciso permitir que o processo legislativo siga o seu curso, para que possamos transformar essa importante decisão em uma realidade - o anseio de milhares de famílias da BR-163.

A Ferrogrão representa desenvolvimento, competitividade, emprego, renda e sustentabilidade. É uma obra estratégica para o Brasil, e a redefinição dos limites da Flona do Jamanxim representa justiça social e econômica. Os produtores que para lá foram, trazidos do Sul do Brasil, do Nordeste do Brasil, de todas as regiões, foram alocados pelo Governo Federal, que, de repente, depois de alguns anos, muda de ideia, cria uma reserva ambiental e condena todo mundo a uma situação periclitante, como a gente tem visto lá.

Recentemente, um helicóptero do Ibama, aliás, do ICMBio, sobrevoando a região, encontrou um caminhão de carroceria que conduzia uma moto estragada, levando-a para a cidade. O helicóptero deu ordem para parar - não sei se o caminhoneiro escutou alguma coisa, porque o negócio é lá para cima - e, como o caminhão não parava, o helicóptero... os agentes

dispararam tiro de fuzil contra a cabine do caminhão. O Brasil todo tomou conhecimento disso. Esse tiro passou de raspão, ferindo uma criança e também um jovem. Felizmente, o senhor mais idoso que estava naquela cabine não foi atingido.

Quer dizer, poderíamos ter tido ali uma verdadeira tragédia por precipitação, olhe só! O condutor do caminhão não estava fazendo absolutamente nada; estava transitando de um lugar para outro, porque essas reservas são criadas e o Governo não avança com relação à retirada das pessoas, dando-lhes outras terras para morar e assim por diante.

Lá no começo foi dito e pedido à Ministra Marina Silva que criasse a reserva a partir de 50km da Rodovia BR-163, porque a grande faixa habitada está exatamente aí, nesses 50km, 60km, e era impossível criar ali uma reserva ambiental, porque já era área aberta, plantada com capim destinado a rebanhos bovinos, e não tinha mais o que preservar! Mas, lamentavelmente, a questão ideológica fala mais alto do que tudo, e a reserva foi criada a partir da rodovia...

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - ... sacrificando centenas e centenas de produtores rurais.

Agora, já fizemos isso uma vez, logo após a Presidente Dilma, no Governo Temer, e, na hora de sancionar, o Presidente Temer recebe um telefonema de uma modelo internacional, muito famosa aqui no Brasil, pedindo que não fizesse isso, e ele, fracamente - eu não sei como é que uma pessoa, em vez de defender o interesse do seu povo, defende um discurso de alguém que nunca passou nem perto do sofrimento dessas famílias -, não sanciona; a matéria venceu.

Agora, voltamos à pauta. A Câmara trabalhou bem, o Senado trabalhou bem, e a gente precisa se apressar.

Eu lamento que o meu amigo Davi, nosso Presidente, não esteja aqui, mas eu faço um apelo expondo isso, porque todo mundo está esperando que o Presidente da República sancione. E, se vetar, vete, mas a gente precisa apreciar o veto aqui também, porque são centenas e centenas de famílias que vivem sofrendo e perdendo tudo naquela região, sendo atacadas pelo Ibama e pelo ICMBio. Eu não sei como é que se suporta tanta injustiça como acontece ali naquela região.

O problema do ponto de vista legislativo está resolvido. Ninguém vai extinguir área de conservação, Presidente. Apenas vamos mudar de categoria, porque, na APA, na área de preservação ambiental, o produtor, pelo menos, pode continuar utilizando o que já fez. Não pode continuar desmatando, não pode desmatar, mas pode utilizar o pasto. Aquilo que ele já fez no passado pode ser usado.

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - A pessoa pode continuar ali, produzindo, porque há permissão para isso. Já na Flona, o interesse é outro. Não é possível continuar produzindo na Flona.

Então, está resolvido, mas não está resolvido, porque o projeto foi votado, aprovado nas duas Casas, mas está aqui.

Eu faço um apelo ao Presidente Davi, que deve chegar mais tarde um pouco - e vou conversar com ele pessoalmente -, para que o projeto suba, para que o Presidente o sancione ou vete, faça o que ele achar melhor, mas o processo legislativo precisa fluir. Essa turma está esperando isso igual se espera o amanhecer depois de uma noite de muitas dificuldades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Bem, vamos em frente.

Eu passo a palavra para a Senadora Damares Alves.

Ô, grande Líder, como é que vamos? Tudo bem?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) - Boa tarde, Presidente Confúcio. Que alegria estar na tribuna quando o senhor está presidindo. Mas, perplexa, eu subo à tribuna hoje.

Hoje é um dia - anotem - histórico para o Brasil. Tudo o que nós falamos aqui, nos últimos anos, hoje está se materializando em troca de mensagens entre um Ministro da Suprema Corte e um investigado de corrupção, do maior esquema de corrupção no país. Então, eu subo nesta tribuna hoje não só indignada, como perplexa.

Atenção, Brasil, acompanhe o que está sendo divulgado hoje. O Senador Kajuru já chamou a atenção do Brasil para acompanhar as matérias que estão sendo divulgadas. O que nós estamos vendo no noticiário não é apenas um escândalo passageiro, gente, é uma fratura exposta na nossa República.

Registros indicam que o Ministro Alexandre de Moraes teria atuado diretamente na edição de uma minuta de contrato milionário de R$131 milhões, firmado entre o escritório da sua própria esposa e o banqueiro Daniel Vorcaro. Eu acho que eu já poderia acabar o meu discurso aqui nessa frase e mandar um recado para o Ministro Alexandre.

Ministro, já tem dois pedidos de *impeachment* protocolados agora à tarde - um assinado pelo Senador Carlos Viana; um assinado por Deputados; e eu estou aqui elaborando o meu também, Ministro. Mas eu acho que S. Exa. poderia evitar todo o trabalho dos Parlamentares, da sociedade brasileira, porque eu acho que este Senado vai receber hoje uma enxurrada de pedidos de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes.

Qual é o meu pedido? Ministro Alexandre, pelo bem da nação, pelo bem da República... Renuncie ainda hoje à tarde, Ministro Alexandre. Eu acho que seria a melhor notícia que o Brasil poderia receber porque, pelo que nós estamos assistindo na imprensa, a sua situação é gravíssima.

Encerro aqui meu pronunciamento, dizendo: Ministro Alexandre, antecipe-se, porque contra fatos não há argumentos. O que nós estamos vendo é gravíssimo e o Brasil precisa de uma resposta. Se o senhor não renunciar, eu creio que será impitimado em menor tempo do que o senhor imagina.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Bem, dando continuidade, eu passo a palavra para o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discursar.) - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, meu colega aqui, no Plenário da Casa, Kajuru.

Eu pedi esses momentos, Sr. Presidente, para abordar o momento que nós atravessamos, o momento pré-eleitoral. Estamos a pouco tempo das eleições, num esforço concentrado, porque dois terços do Senado são candidatos à reeleição. Eu não sou candidato à reeleição. Cumprirei meu mandato até o último dia e não serei mais candidato a coisa alguma. Mas eu acho, por tudo que eu observo nesse final de mandato de dois terços de meus colegas, que nós deveríamos ter uma lei proibindo a votação de qualquer PEC pelo menos nos 90 dias que antecedem as eleições, porque o interesse em agradar pessoas e em ganhar votos turba completamente o raciocínio dos Parlamentares e as decisões saem muito tortas.

Vejam, por exemplo, essa PEC 6x1 - querem acabar com a 6x1 e instalar a 5x2. Essa PEC ser aprovada agora é um absurdo. Ela tinha que ser aprovada e analisada depois das eleições. O interesse eleitoral nessa PEC é tão grande que nós vamos ter um atropelamento de todas as questões. Começa que o Relator já disse que nenhuma emenda ele vai aceitar do Senado, nenhuma emenda, porque ele não quer que ela volte para a Câmara, ele quer que ela seja promulgada, ou seja, o Senado será carimbador do que vem da Câmara, porque o interesse eleitoral não permite que se façam emendas, porque, se fizer emenda, tem que voltar para a Câmara.

Essa PEC, para dizer o mínimo, é absurda, está totalmente sem o necessário exame, sem a necessária profundidade. Parem para pensar numa coisa: na maior de todas as contradições que tem nessa PEC - e eu me admiro que o pessoal do PT não enxergue.

Eu historicamente acompanho a política no Brasil. O que caracteriza a atuação do PT? Qual é a ideologia do PT? Proteger os menos favorecidos, promover a ascensão social para aqueles menos favorecidos. Isso é o que tem de bonito na ideologia do PT. Essa PEC faz o inverso, ela prejudica os menos favorecidos. "Mas, por quê, Oriovisto, ela prejudica os menos favorecidos?" É simples, é só raciocinar, mas as eleições não permitem que os Parlamentares raciocinem.

O Brasil tem 40% da sua força de trabalho que trabalha sem carteira assinada, Kajuru. Não têm carteira assinada. Todos esses 40% que não têm carteira assinada trabalham na informalidade. São diaristas, vendem num carrinho de pipoca, estão num sinaleiro, fazem trabalho temporário. São 40%, quase a metade da força de trabalho! Nenhuma lei que se faça neste país vai interferir com a vida dessa gente. Eles vivem fora da lei.

Quando você faz uma lei que beneficia os outros 60%, muitos dos quais nem precisariam ser beneficiados... Por exemplo, os funcionários públicos, de um modo geral, não precisam dessa lei. Eles já estão na escala 5x2 há muito tempo, e alguns estão até na escala 4x3, haja vista o nosso Senado aqui. Nós sabemos dos exemplos que temos.

Quando você beneficia esses que estão com carteira de trabalho assinada, que têm uma posição melhor, mais bem qualificados dentro da força de trabalho, você obrigatoriamente vai provocar inflação, vai provocar aumento de preço. Por quê? Porque, se vamos trabalhar quatro horas a menos, vamos produzir menos. Se vamos produzir menos 10%, vai ter uma oferta menor. Se vai ter uma oferta menor, o preço vai subir. "Ah não, mas vão contratar mais alguém". Vão contratar mais alguém? Tudo bem. Mas vai aumentar o custo da mão de obra. Se vai aumentar o custo da mão de obra, vai aumentar o custo dos produtos feitos no Brasil.

E o que acontece com aqueles 40% mais pobres que não têm carteira de trabalho assinada? Kajuru, eles vão ter que trabalhar mais para comprar a mesma coisa que compravam antes. Se ele comprava um frango de vez em quando, se ele

comprava um arroz, um feijão, essas coisas vão custar mais caro. E, se ele trabalhava 44 horas, ele vai ter que trabalhar 48 para comprar a mesma coisa.

Esses dias eu conversava com o dono de uma granja. No sudoeste do Paraná, tem muita granja, e ele me dizia assim: "Senador, as minhas galinhas têm que comer no sábado e no domingo. Como é que eu faço?". A mesma realidade é a de quem cria porco ou de quem cria gado ou de tantas outras empresas que têm contratos a cumprir de exportação e tanto mais.

Altera-se a regra do jogo, sem prazo. Em dois meses, tem que diminuir duas horas; em um ano, tem que diminuir quatro horas. Alguém é contra que o trabalhador tenha mais tempo para ficar com a família e viver melhor e descansar mais e ganhar a mesma coisa? Ninguém pode ser contra isso. Mas alguém tem a varinha mágica para compensar a produção que vai deixar de ser feita?

Por que todo trabalhador quer fugir para os Estados Unidos e trabalhar lá se lá não tem lei trabalhista, se lá não tem décimo terceiro, se lá não tem nada do que nós temos aqui, esse amontoado de lei? E todo mundo, se pudesse, fugiria para lá para trabalhar lá, porque a vida lá é melhor.

Quando o Governo se mete demais nas relações de trabalho, ele só cria confusão. Vai aumentar o custo Brasil, vai complicar mais ainda este país. As consequências disso em descanso semanal remunerado, que hoje é um sexto e que para muitos vai passar a ser dois quintos... Isso dá um aumento brutal no descanso semanal remunerado.

Os salários de todos os que vão trabalhar menos serão afetados para mais. Não é que eles vão ganhar a mesma coisa, eles vão ganhar mais, porque o descanso semanal remunerado vai aumentar. O assunto é complexo e nós não podemos discuti-lo. Por que é que não podemos discuti-lo? Porque vai ter eleição. "O Brasil que se dane! Vai ter eleição e eu preciso ser eleito. Eu preciso ter alguma coisa para enganar o povo. Então, aprove-se isso."

Quase as mesmas críticas eu poderia fazer à PEC da segurança pública: assunto complexo, com diferentes experiências nos diversos estados da Federação, com muita gente boa querendo contribuir. "Não, não há mais tempo. Temos que aprovar antes das eleições, agora, na semana do esforço concentrado." Pobre Brasil.

Eu escutava, há pouco, a Senadora Damares pedir ao Ministro Alexandre de Moraes que renunciasse em função das últimas eleições, porque senão, em breve, teríamos aqui o *impeachment*. A Senadora Damares já não se encontra, mas como eu queria acreditar nela. Não teremos *impeachment* nenhum de ninguém neste Senado. Não teremos *impeachment* nenhum. Este Senado não vai fazer *impeachment*, nunca fez e nunca fará *impeachment* de Ministro de Supremo Tribunal. Há muito tempo, desde quando eu fiz aquela PEC das decisões monocráticas, que eu já dizia com toda clareza: há um acordo tácito. Eles não julgam os Parlamentares que têm problemas lá, e os Parlamentares de cá não criam problemas para os ministros de lá. E assim o Brasil segue.

É isto, Sr. Presidente: só queria lastimar, só queria dizer que tem gente que está vendo o que está acontecendo, mas que seremos todos solenemente ignorados.

(Soa a campainha.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) - Recebi, ainda hoje, um discurso bonito do Presidente da *Gazeta do Povo*, lá de Curitiba, falando mais ou menos as mesmas coisas que eu disse aqui, só que com outras palavras. E eu respondi a ele: "Que bom que você pensa assim. Você será igualmente ignorado". E o Brasil segue como sempre seguiu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Muito bem, vamos dar continuidade.

Eu passo a palavra ao Senador Sergio Moro.

Ele estava na frente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para discursar.) - Senador Confúcio, Presidente em exercício, muito obrigado.

Nosso amigo Senador Heinze, Senadores e Senadoras aqui presentes, ontem fizemos um grande evento de segurança pública; digo que foi o maior do nosso país neste ano, lá em São Paulo, no âmbito da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), para ilustrar até a preocupação do setor privado com a insegurança pública no país, que, além de afetar a vida e o patrimônio das pessoas, também tem prejudicado a competitividade econômica do nosso país, com os custos especialmente de segurança privada e de seguros igualmente para essa atividade.

Mas tivemos ontem dois *keynote speakers* principais: um deles era o Ministro de Segurança Pública de El Salvador, Gustavo Villatoro, que veio pela primeira vez ao Brasil nos falar sobre a experiência de El Salvador. Tivemos igualmente

conosco o Procurador antimáfia italiano Giovanni Tartaglia, que nos contou sobre a experiência italiana no enfrentamento do crime organizado. O que nós vimos nessas duas exposições? Duas abordagens diferentes, duas abordagens que têm convergências e também têm as suas diferenças, mas ambas experiências impressionantes.

A luta da Itália contra a máfia é antiga e começou a se tornar exitosa a partir da década de 80 com os trabalhos realizados por Giovanni Falcone e Paolo Borsellino, além de vários outros magistrados que foram tão bem-sucedidos no enfrentamento à máfia que, infelizmente, sofreram retaliações mortais, acabaram se tornando magistrados heróis e se notabilizaram pelo enfrentamento dessas organizações criminosas.

Mas também é impressionante - e essa é uma experiência mais recente, Senador Jorge Kajuru - o enfrentamento de El Salvador contra as gangues e facções. Há aqueles que dizem que há medidas tomadas ali que eram radicais, mas existe também muita desinformação sobre o que foi feito naquele país. Mas o grande fato é que El Salvador era o país mais violento do mundo, um país com 98% do seu território dominado por gangues e por facções, e agora é o país mais seguro da América Latina. Foram presas, sim, milhares de pessoas, mas são membros identificados de facções e de gangues que aterrorizavam a população daquele país e o tornaram inviável. Foram medidas, sim, drásticas, mas medidas que contam com amplo apoio popular naquele país. A taxa de aprovação ao Presidente Nayib Bukele é de quase 100% naquele país e, em relação a essas medidas de segurança pública tomadas, é de fato 98%, beirando ali os 100%. El Salvador recuperou um futuro.

Nós temos que nos espelhar nessas duas experiências aqui no Brasil porque nós vivenciamos uma situação calamitosa, especialmente nesses últimos quatro anos, quando o crime organizado tem avançado a passos largos, não só se infiltrando cada vez mais no domínio econômico e prejudicando as perspectivas da nossa economia, inclusive da competição leal entre as empresas, já que essas empresas que são dominadas por organizações criminosas muitas vezes usam coação e meios de intimidação para ganhar o mercado, mas igualmente porque existem no nosso país - e isso é notório - áreas dominadas completamente pelo crime organizado, à semelhança do que havia lá em El Salvador.

O Estado brasileiro, nessa perspectiva, tem falhado em relação à cidadania e aos direitos humanos dessa população que vive sob o domínio do terror dessas organizações criminosas. Isso acontece principalmente, mas não somente, em estados como Rio de Janeiro, Ceará e Bahia. No nosso Estado do Paraná - embora, graças ao trabalho valoroso dos nossos policiais, a situação esteja melhor -, igualmente nós temos uma presença forte do crime organizado nos dois extremos do nosso estado, em Foz do Iguaçu e em Paranaguá, e igualmente também na região norte. Mas o fato é que, em todas as regiões metropolitanas das grandes cidades e mesmo dentro das grandes cidades - eu me refiro, por exemplo, aqui, ao Parolin, lá em Curitiba -, há a presença do crime organizado.

Nós precisamos promover uma guerra contra essas facções, uma guerra com lei e ordem. Sou contra qualquer espécie de violência abusiva ou de bangue-bangue, mas nós temos que ter uma legislação rigorosa e nós temos que ter uma aplicação rigorosa dessa legislação contra essas gangues, contra essas facções, para que a gente possa recuperar a paz e a tranquilidade. Quem tem que ter medo são os criminosos e não o cidadão de bem. Essa lógica, infelizmente, se inverteu no nosso país.

Para isso que nós trabalhamos, Senador Confúcio, nesses quatro anos, sempre votando a favor do endurecimento da legislação penal, sempre votando a favor de medidas processuais mais efetivas para o desmantelamento dessas gangues. Às vezes com sucesso, como por exemplo a lei que restringiu solturas em audiências de custódia, que foi da minha relatoria; a lei, que foi da minha relatoria no Senado, que determinou que assassinos de policiais cumpram suas penas em presídios federais de segurança máxima; a lei que ampliou o Banco Nacional de Perfis Genéticos, que foi de minha relatoria também nesta Casa e é um instrumento importantíssimo de investigação; e a própria lei antifacções, que foi produto de uma ação coletiva mais ampla aqui dentro deste Congresso.

Infelizmente, nem sempre tivemos sucesso, principalmente porque o Governo Federal tem uma postura de leniência e atua como um elemento de obstrução ao endurecimento dessa legislação.

Por último, quero aqui registrar, diante dos acontecimentos, das revelações feitas pela imprensa na presente data, que, numa República, numa democracia, se pressupõe o império da lei, o governo de leis, e não o governo de homens. E, nessa perspectiva, ninguém pode estar acima da lei. Esses graves fatos que foram divulgados hoje, revelando as relações entre Daniel Vorcaro e um Ministro do Supremo Tribunal Federal, precisam ser investigados.

Fracassaremos como República se não encontrarmos um caminho institucional para que essas investigações sejam realizadas, quer para exonerar o Ministro de responsabilidades em relação ao fato, quer para verificar o que aconteceu, com a apuração necessária e a extração das consequências devidas em relação a esses graves fatos.

O que não podemos é aceitar a paz dos cemitérios, o silêncio da República em relação a esses fatos, e eu sempre fui favorável aqui no Senado Federal a uma reforma do Judiciário que deixasse esses pontos mais claros, porque nós temos

visto, nos últimos anos, várias barreiras para que apurações envolvendo pessoas poderosas da República, como o Ministro do Supremo Tribunal Federal, fossem realizadas. Tentamos, aliás, realizar na CPI do crime organizado, inclusive com o meu voto, mas a base do Governo Lula impediu que essas investigações, que essas apurações fossem adiante.

Vamos desejar um futuro melhor para a República e para a democracia brasileira, mas que passa, sim, pela ideia de que ninguém pode estar acima da lei.

Muito obrigado, Senador.

(*Durante o discurso do Sr. Sergio Moro, o Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Oriovisto Guimarães.*)

(*Durante o discurso do Sr. Sergio Moro, o Sr. Oriovisto Guimarães deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Perfeito. Vamos em frente.

Eu passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discursar.) - Sr. Presidente, Senador Confúcio, é um prazer.

Senadoras e Senadores, foram mencionados pela Senadora Damares, e agora pelo Senador Sergio Moro, esses fatos de hoje com relação ao caso Alexandre de Moraes e Daniel Vorcaro, e até falas do Ministro Alexandre de Moraes atropelando o André Mendonça.

Entre o da Senadora Damares, que está para assinar e preparar um pedido de *impeachment*, ou o do Senador Carlos Viana, vou assinar qualquer um dos dois. Acho que é importante que se possa trazer luz a esse caso. Sabe-se do contrato de R$131 milhões que a esposa dele assinou - um abuso. E, neste e em tantos outros abusos, Sr. Presidente, nós vimos o Alexandre de Moraes, Ministro da Suprema Corte, fazendo o que aconteceu.

O Senador Kajuru está presente aqui, mas não está ouvindo, porque ele está conversando ali com o Senador Oriovisto. Quando nós entramos neste mandato aqui, Senador Kajuru e Senador Oriovisto, havia o grupo Muda Senado, há oito anos. O Senador Lasier Martins, meu conterrâneo, e outros tantos tinham pedido a CPI de cassação de Alexandre de Moraes, e não prosperou; e V. Exa. cobrou do Flávio Bolsonaro, neste Plenário, porque o Presidente Bolsonaro, na época, havia segurado o processo. Lá, Senador Oriovisto, já teríamos resolvido esse problema, mas infelizmente essas não são questões - um abuso.

Vou citar um caso aqui do Tagliaferro. Ele veio a este Senado, aqui, e fez denúncias de abusos que o Alexandre de Moraes faz, abusos no processo. Foi ele que denunciou, e hoje ele é investigado, porque ele denunciou abusos que o Alexandre de Moraes mandava fazer nos processos contra qualquer pessoa. "Arranje" - foi bem assim o termo que ele usou. Não tem crime nenhum; arranje um crime, arranje uma culpa para ele. Essa foi a fala que o Tagliaferro nos colocou aqui. Então, esse caso do Tagliaferro é importante e tem que ser ajustado.

Filipe Martins, Senador Oriovisto, do seu estado, está preso - 21 anos de cadeia, de prisão. E, agora, o que nós vimos? Um juiz americano, da Flórida, envolvendo dois policiais federais do Brasil, mais uma terceira pessoa brasileira e quatro americanos que forjaram o documento falso do Filipe Martins. Quem mandou fazer? Alexandre de Moraes.

O do Tagliaferro, o caso de hoje do Vorcaro e esse caso aqui. E quantos outros casos existem em que ele fez o que ele bem entende, ao longo desse inquérito que o Senador Esperidião Amin chamou de "inquérito do fim do mundo". Esse abuso que acontece hoje no Brasil, e fica tudo por isso mesmo. A lei eles que fazem, da forma que bem entendem.

Então, esse é o processo que deixo e assinarei, sim - ou o da Damares -, esse pedido de *impeachment*.

Vamos falar sobre a eleição deste ano. Meu candidato é o Flávio Bolsonaro, quem eu estou apoiando, e vejo - e lamento que isto aconteça - a guerra de narrativas.

Eu listei - meu gabinete listou - no Lula 1, Lula 2, Lula 3, Dilma 1 e Dilma 2, em cinco mandatos, 52 escândalos - escândalos.

O primeiro é o do Waldomiro Diniz. Eu era Deputado, Senador Oriovisto, e vi o abuso que foi feito naquele momento. Ali houve a cassação do José Dirceu, e o processo continuou.

São 52 escândalos, do Waldomiro Diniz até o caso do Lulinha agora, do Careca do INSS e da Roberta Luchsinger.

É claro que existem problemas. Eu listei aqui, por alto, R$1,4 trilhão - isso é o que o Brasil está perdendo. E vejo as narrativas dizendo que o Bolsonaro é a mesma coisa, narrativa em cima de narrativa. Não é a mesma coisa, não.

Apresentem casos, como eu estou apresentando aqui - tenho todos eles aqui -, do Flávio ou do nosso Presidente Bolsonaro. Não tem o que falar.

Eu participei da CPI da covid, e na CPI quiseram colocar a culpa sobre a compra de vacinas nele. Não houve nada, nada foi provado. E, nesse caso das vacinas, o que nós defendíamos naquele momento, hoje está sendo externalizado no Senado americano, no chamado caso Fauci.

V. Exa., Senador Confúcio, é médico, e lá atrás nós conversávamos sobre esse assunto. No tratamento precoce que era preconizado, tiraram a liberdade dos chamados Médicos pela Vida, mais de 20 mil médicos no Brasil, e esse pessoal foi criminalizado. Especialistas fizeram cálculos para mim - eu não falava por mim, porque eu sou agrônomo, mas eu tinha médicos, cientistas do Brasil e do mundo que me orientavam -, e nós teríamos salvado, Senador Oriovisto, 400 mil vidas no Brasil. Cientistas brasileiros, europeus e americanos calcularam para mim, e eu usei num pronunciamento que fiz na CPI da covid. Hoje, o caso Fauci está mostrando isso nos Estados Unidos.

Pergunta: por que o Presidente Biden deu perdão para ele antecipadamente? Qual foi o crime que ele cometeu? Aqui está um dos crimes que ele cometeu, mas, infelizmente, a mídia não fala nada. Pelo interesse da chamada *big pharma*, que domina a mídia brasileira e a mídia mundial, não se fala no assunto.

É lamentável que isto ocorra: guerra de narrativas. Eu vivi esse fato, eu era chacota, eu era chamado de negacionista. Negacionista? No meu Estado do Rio Grande do Sul, foram 34 milhões de doses de vacina; no Brasil, 600 milhões de doses de vacina. Ninguém fala nisso. Quem comprou? O Presidente Bolsonaro.

Eu vi uma propaganda em que o Rochinha, nosso colega Senador lá do Maranhão, mostrava o então Governador Flávio Dino fazendo campanha das vacinas, como se ele estivesse doando as vacinas para os maranhenses, para eleger o atual Governador do estado, que era o seu candidato. Não falava da realidade de quem comprou e quem doou as vacinas para os maranhenses - um exemplo, portanto, que aconteceu.

Neste caso aqui das narrativas do crime organizado, desde o nosso Waldomiro Diniz até chegar ao Lulinha, 52 casos catalogados, 1,4 trilhão de recursos que foram lesados dos cofres públicos brasileiros.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) - Preste bem atenção nesta próxima eleição e não fique por conta de narrativas, e, sim, de uma realidade; mas, infelizmente, não é o que a mídia mostra, é o que os petistas mostram para defender o candidato Lula, que tinha que entender que o seu tempo já passou e não ficar com narrativa em cima de narrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discursar - Presidente.) - Devido a eu ter ali uma audiência agora no gabinete me esperando, eu estou inscrito aqui para falar, eu era o 11º, já adiantei os demais até o 19º. Vou fazer aqui rapidinho, vou pedir depois... Assume aqui para mim a Presidência e dá a sequência, dando a palavra aqui? A seguir, é o Astronauta Marcos Pontes e depois o Fernando Dueire.

Eu subo a esta tribuna hoje - aliás, estou aqui nela - por uma inquietação que ultrapassa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Só um pouquinho, viu? Só um pouquinho.

... uma indignação diante dos episódios isolados. Eu tenho acompanhado, como tantos brasileiros, cenas de violência que revelam algo muito profundo sobre a forma como estamos convivendo. O que mais me preocupa não é apenas a violência, mas a facilidade com que, antes dela, nós já julgamos. Um jovem foi espancado até a morte em Copacabana, Rio de Janeiro, depois de ser confundido com um ladrão de bicicleta - a bicicleta pertencia à própria irmã. Um estudante de filosofia foi agredido dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro depois de ser rotulado como nazista ou fascista por suas posições políticas. Em Anápolis, aqui vizinho, aqui em Goiás, uma mulher foi morta após uma discussão banal provocada pela comida que havia preparado. Em um estádio de futebol em São Paulo, uma criança de apenas oito anos precisou ser retirada sob escolta policial porque pediu a camisa de um jogador do time adversário.

São acontecimentos distintos. Não seria correto colocá-los no mesmo contexto ou atribuir-lhes a mesma causa, mas há entre eles uma inquietante semelhança: em todos, alguém se sentiu autorizado a ultrapassar um limite porque antes já havia formulado um julgamento precoce, e é desse julgamento que eu quero falar aqui hoje.

Porque existe uma violência que começa muito antes do golpe, antes do disparo, antes da agressão. Começa quando deixamos de buscar os fatos e passamos a agir com base naquilo que acreditamos saber. Os números da segurança pública

acrescentam uma dimensão ainda mais inquietante a esse quadro: segundo o levantamento da Rede de Observatórios da Segurança Pública, que monitora nove estados brasileiros, foram registrados 223 casos de linchamento em 2024 e 227 em 2025. Até maio deste ano, já foram 88 casos de linchamento no Brasil.

Ao mesmo tempo, o Brasil registrou, em 2025, uma redução de 8,2% das mortes violentas e intencionais, chegando a 40.775 - a menor taxa da série histórica iniciada em 2012. Eu acho um absurdo o assassinato, o homicídio, no Brasil, ter 40 mil casos. Eu acho que são mais. Eu não somei, não, mas devem ser mais do que na guerra da Ucrânia. Aqui em um ano, no ano passado, em 2025, foram 40.775 homicídios, assassinatos.

Não há contradição estatística nesses números. Uma coisa não explica automaticamente a outra, mas há uma contradição social que merece muita atenção.

Enquanto alguns dos principais indicadores de violência letal melhoram, continua presente, entre nós, uma disposição para o justiçamento: diante de uma suspeita ou de uma indignação, substitui-se a investigação pela certeza e a justiça pela própria mão. E isso é mais do que um problema de segurança, é um problema de convivência, muito sério. Talvez estejamos diante de uma inversão preocupante. Antes de saber o que aconteceu, já escolhemos quem é o culpado. Primeiro, escolhemos o culpado; depois, procuramos a explicação.

Nas redes sociais, esse mecanismo ganhou escala e velocidade. Criamos um tribunal sem toga, sem defesa, sem apelação; um tribunal em que o veredito pode chegar antes da prova, antes da pena, antes do julgamento. Uma imagem fora de contexto pode alcançar milhares de pessoas antes que alguém descubra o que realmente aconteceu de verdade. Uma acusação pode adquirir a aparência de verdade simplesmente porque foi repetida muitas vezes nas redes sociais.

O algoritmo não conhece a história de ninguém, conhece aquilo que chama atenção. Talvez esteja aí uma das marcas mais perigosas do nosso tempo: confundimos a visibilidade com verdade e o volume com razão, mas as redes não criaram esse comportamento.

Quando enxergamos apenas o rótulo, fica mais fácil esquecer que existe ali uma pessoa, uma história, uma família, um sentimento e direitos. E assim acabamos justificando contra ela aquilo que jamais aceitaríamos fazer contra alguém que conhecemos e reconhecemos como ser humano.

Talvez o que esteja desaparecendo, entre nós, seja justamente o intervalo entre o que pensamos e o que fazemos. Um intervalo em que ainda cabem as dúvidas, a escuta e a possibilidade de estarmos errados.

A questão é o que fazemos com essa diferença, ou seja, essa diferença entre as opiniões que nos incomodam e os comportamentos. A democracia criou instituições justamente porque nenhum indivíduo deveria ser, ao mesmo tempo, acusador, juiz e executor. E aqui surge uma questão que não pode ser ignorada. Onde se formam os limites que impedem uma pessoa de transformar indignação em violência? Nem tudo pode ser resolvido pela lei. Nenhuma polícia estará presente em cada discussão pequena ou grande. Nenhum juiz estará diante de cada tela. Existe uma parte da ordem social que nasce antes da lei.

E assim eu vou discorrendo, neste meu pronunciamento, mais ou menos abordando e justificando essa temática do justiçamento pelas próprias mãos das pessoas, por um julgamento feito na hora, no repente, sem nenhuma análise do caso.

O desafio é aprender a conviver com quem pensa diferente da gente. Nós temos que respeitar as opiniões. Essa polarização tem feito isso. Podemos discordar, podemos nos indignar, podemos até considerar que o outro está errado, mas não podemos transformar essa diferença em ódio e violência. A democracia depende disto: da liberdade de falar, mas também da capacidade de ouvir.

Que Brasil nós estamos construindo para aqueles que virão depois de nós? Essa reflexão é muito séria. E essas coisas estão acontecendo no dia a dia do nosso país. A gente vê todo dia uma notícia dessa maneira, de um julgamento sumário, muitas vezes sem nenhuma análise do caso.

Era isso o que eu tinha a falar.

Eu passo aqui a Presidência ao Heinze, para ele dar continuidade às falas.

E o próximo a ocupar a tribuna é o Senador Astronauta Marcos Pontes. *(Pausa.)*

(*O Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luis Carlos Heinze.)*

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) - Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discursar.) - Obrigado, Presidente.

Boa tarde! Boa tarde a todos. Boa tarde a quem está aqui, pessoalmente, àqueles que estão remotamente e às pessoas que nos acompanham via redes do Senado.

A minha fala hoje aqui é com relação à MP 1.357, de 2026, da chamada taxa das blusinhas.

Eu vou iniciar deixando bem clara uma coisa: eu defendo um Estado pequeno, a redução de gastos públicos, de maneira que você possa ter menos impostos, mais simplicidade, mais distribuição de renda. Quem me conhece há bastante tempo sabe exatamente disso. Eu falei muito sobre isso durante as discussões da reforma tributária, porque uma das exigências que eu tinha para votar a favor da reforma era justamente a redução dos impostos.

O Brasil já sofre muito com impostos extremamente altos. Isso prejudica as empresas e, em consequência, prejudica os trabalhadores - que perdem seus empregos porque as empresas não conseguem manter. As empresas fecham, passam para outros países e assim por diante. Então, redução de imposto é um princípio que nós precisamos seguir aqui.

E, quando a gente fala nessa taxa das blusinhas, eu quero chamar a atenção para um ponto extremamente importante, que está sendo camuflado no meio dessa história toda. Eu peço a atenção da Casa para o que está efetivamente escrito no texto que nós estamos votando, e não para a propaganda oficial que diz o que estaria escrito.

Essa medida provisória, ao contrário do que tem sido falado, não zera imposto nenhum. Leiam o texto. A Medida Provisória 1.357 altera o Decreto-Lei 1.804, de 1980, para fazer uma coisa só: transferir ao Ministério da Fazenda o poder de fixar, por portaria, a alíquota de Imposto de Importação sobre as compras internacionais.

Quem zerou a taxa não foi a medida provisória. Na verdade, quem zerou a taxa foi a Portaria 1.342, do Ministério da Fazenda, assinada no mesmo dia, na mesma edição extra do *Diário Oficial*, ou seja, o Poder Executivo escreveu a autorização com uma mão e exerceu com a outra, no mesmo dia, antes que qualquer Parlamentar desta Casa, que representa a população, pudesse ler o que estava sendo assinado.

E é aqui que está a armadilha que eu me recuso a legitimar com o meu voto nessa medida provisória. A alíquota das compras internacionais estava fixada em lei, que é a Lei 14.902, de 2024, aprovada pela Câmara e por este Senado. Essa competência é do Congresso Nacional. Se alguém tivesse que mudá-la, tinha que vir aqui, apresentar projeto, apresentar Relator, fazer emenda, encarar o voto nominal, olhar na cara do eleitor. Depois dessa medida provisória convertida em lei, essa competência acaba. A alíquota das compras internacionais do povo brasileiro passa a ser definida por uma assinatura no gabinete do Ministro da Fazenda, sem projeto, sem Relator, sem emenda, sem debate, sem voto nominal.

Senhoras e senhores, isso tem nome no direito, isso se chama deslegalização. De novo: deslegalização. Em português claro, chama-se "procuração em branco", na verdade. Não estamos sendo convidados a aprovar uma desoneração; estamos sendo convidados a entregar a chave do cofre e a confiar que ninguém vai voltar aqui depois das eleições.

E olhem que eu nem preciso especular sobre essa hipótese - o próprio Governo já mencionou que pode fazer isso. O Ministro da Fazenda declarou publicamente que o Governo monitora os dados dessas operações e que, se identificar movimento "fora do padrão", em aspas, pode propor a alteração do cenário. E a Receita Federal já registrou o aumento das importações de pequeno valor desde maio. O gatilho já foi anunciado. O dado que aciona o gatilho já apareceu.

Alguém nesta Casa acredita que essa portaria vai ser reeditada antes de 4 de outubro?

Senhoras e senhores, é preciso que o Brasil entenda o mecanismo completo. O Imposto de Importação é uma das exceções da Constituição. Ele pode ser alterado sem lei, pelo art. 153, §1º; e não se submete à anterioridade, pelo art. 150, §1º. Traduzindo: os 20% podem voltar de um dia para outro - esse é o problema -, sem aviso, sem prazo de adaptação, sem passar por aqui. Publica-se a portaria hoje e cobra-se amanhã.

Então, o desenho que nos apresentam é este - e eu peço a cada um que preste muita atenção nisto -: se aprovarmos a medida provisória, o Executivo fica com o crédito da desoneração hoje e com a chave para retributar, por portaria, logo depois da eleição; se nós não aprovarmos, a taxa volta automaticamente no dia 8 de setembro, e o Executivo vai culpar o Congresso Nacional pelo aumento, sem ter assinado absolutamente nada.

Nos dois cenários, quem editou a norma não responde por ela. Nos dois cenários, o bônus fica com o Planalto e o ônus sobra para este Parlamento. Não é improviso, senhoras e senhores. É engenharia política o nome disso. E foi montada com precisão de calendário.

Falemos agora do calendário, porque, na verdade, o calendário é a prova dos autos.

A medida provisória foi editada no dia 12 de maio. A Comissão Mista foi designada no dia 15 de maio. O prazo de emendas encerrou-se no dia 18 de maio. A Comissão Mista foi instalada no dia 28 de agosto - 105 dias de gaveta. Por 105 dias, esta matéria esteve em regime de urgência, trancando a pauta desta Casa e a da Câmara dos Deputados, sem Presidente, sem Relator, sem uma sessão. Em 12 de agosto, tentou-se instalar o Colegiado, e não houve acordo sequer de

quem o presidiria. Só um almoço de cúpula, em 26 de agosto, destravou o que o Governo alegava ser urgentíssimo desde maio. Ninguém consegue explicar essa urgência.

E aí, de repente, tudo virou pressa. A Comissão é instalada numa sexta-feira. Relatório é apresentado na segunda. Votação da Comissão no mesmo dia. Plenários das duas Casas em 48 horas. Tudo espremido na última semana de esforço concentrado antes da eleição.

Meu Presidente, eu faço a esta Casa a pergunta que o Governo não quer responder, obviamente: se era urgente, por que ficou 105 dias parada? Se não era urgente, por que veio por medida provisória e não por projeto de lei?

Lembro que medida provisória tem que ter urgência e relevância - sempre é bom lembrar isso aí, que não é obedecido hora nenhuma, mas deveria ser.

As duas respostas condenam o Executivo. E que ele escolha uma delas.

E, há um detalhe que, para mim, é o mais grave de todos, porque atinge a dignidade desta instituição: o prazo de emendas encerrou-se no dia 18 de maio, mais de três meses antes de existir um Relator. Nós fomos chamados a deliberar sobre um texto que nenhum Parlamentar teve a chance de emendar depois de conhecer o parecer. Isso não é processo legislativo; na verdade, o nome disso seria homologação.

Senhoras e senhores, uma palavra sobre os Correios - lembrando que eu fui Ministro das Comunicações.

Dizem que esta medida provisória socorre a estatal. Não socorre. Não há uma linha, um artigo, um inciso sobre os Correios nesse texto.

Os Correios fecharam 2025 com o pior prejuízo da sua história: R$8,5 bilhões - lembrando que, na minha gestão, ele subiu para um lucro de R$2,7 bilhões, basta olhar os dados. Só no primeiro trimestre deste ano, mais de R$3,16 bilhões, basicamente 82% pior do que no ano passado. São 14 trimestres seguidos no vermelho. A receita com encomendas internacionais, que era 22% do faturamento da empresa em 2023, hoje é de 7,8%.

Por que caiu? Por duas canetadas deste Governo: a primeira foi a taxa; a segunda foi a Portaria 1.086, de 2024, que tirou dos Correios a exclusividade no desembaraço aduaneiro das encomendas de até 150g e entregou o mercado à concorrência privada. O próprio Presidente dos Correios reconheceu que aquela portaria criou um problema de caixa que atrasou até o repasse do plano de saúde dos trabalhadores. Na época em que eu era Ministro lá, eu prestei muita atenção nos nossos trabalhadores dos Correios, porque eu tenho um carinho muito grande por eles.

Pois bem, esta medida provisória não revoga a Portaria 1.086, não a altera nem a menciona. O Governo desonera o consumidor por portaria e mantém intacta a portaria que quebrou a estatal. Trata o sintoma que dá voto e preserva a causa que dá prejuízo.

Falemos de dinheiro também. De agosto de 2024 até maio deste ano, essa taxa já arrecadou mais de R$10 bilhões do bolso do consumidor - mas eu não vi ninguém falar que iria distribuir ou devolver essas taxas. São R$10 bilhões. Quando este Governo descobriu que a taxa era injusta? Em maio de 2026, cinco meses antes da eleição. Não devolveram um centavo. A portaria veda expressamente restituição, compensação e ressarcimento. Cobrou-se por 21 meses, devolve-se a desoneração na antevéspera da urna e ainda se pede aplauso.

Encerro dizendo o que eu proponho...

(Soa a campainha.)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - ... porque criticar sem oferecer solução é uma coisa é fácil, e não é assim que eu trabalho. Vamos oferecer uma solução.

A solução que eu ofereço a esta Casa é a mais simples que existe: fixem a alíquota pela própria lei - isso é uma linha. Escrevam no texto de conversão que a alíquota do Imposto de Importação sobre remessas de até US$50 é zero. E ponto final. O consumidor mantém integralmente o benefício, o trabalhador continua comprando sem taxa e qualquer governo que queira ressuscitar essa cobrança - este ou o próximo, o que seja - terá que voltar a este Plenário, apresentar um projeto, olhar no olho de cada Senador da República e olhar no olho da população.

Se o governo aceitar isso, o meu voto muda hoje mesmo. Eu voto a favor da taxa zero neste momento, sem problema nenhum, desde que fique escrito que vai ser taxa zero e que vai ficar a taxa zero dentro da lei. E que não fique para o Ministério da Economia...

(Soa a campainha.)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - ... fazer o que quiser por canetada.

Por isso, Sr. Presidente, o meu voto certamente é contrário a passar esse cheque em branco com a esperança de que a taxa fique zero por lei e que permaneça zero por lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) - Obrigado, nobre Senador Marcos Pontes.

O próximo Senador inscrito é o Senador Fernando Dueire, por favor.

Depois é a senhora, Senadora Zenaide, e o Senador Jayme Campos, na sequência.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Para discursar.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para defender duas emendas que considero fundamentais para o futuro da indústria brasileira de confecção e, em especial, para a economia de Pernambuco, o estado aqui que represento, da Região Nordeste e também do país.

As Emendas nºs 105 e 106 e a Medida Provisória nº1.357, de 2026, precisam ter um exame adequado para serem consignadas. São emendas que não pretendem fechar o Brasil ao comércio internacional, não. Não pretendem impedir o consumidor de ter acesso a produtos estrangeiros, não. O que elas pretendem é algo muito mais simples, justo e necessário: garantir que o produtor brasileiro tenha condições minimamente equilibradas para competir.

E, quando falamos em produção nacional, precisamos olhar para as realidades concretas que existem no nosso país: se aquele que investe, emprega e paga os seus impostos no Brasil terá condições de enfrentar uma concorrência internacional que, muitas vezes, chega ao nosso mercado com vantagens tributárias e regulatórias completamente diferentes.

Quero falar especialmente do meu querido Estado de Pernambuco. Quero falar aqui de Santa Cruz do Capibaribe. Quero falar de Toritama. Quero falar de Caruaru. Quero falar de todo o Agreste pernambucano e paraibano, porque quem conhece aquela região sabe que o Polo de Confecções não nasceu de um grande projeto estadual, nem nacional. Ele nasceu da coragem, da criatividade e do trabalho do povo pernambucano. Nasceu de pequenos empreendedores, de famílias que começaram a produzir em suas próprias casas, de pessoas que aprenderam a costurar, vender, transportar e comercializar e, pouco a pouco, transformaram a realidade econômica e social de uma região. Hoje, o Polo de Confecções é uma das grandes expressões da capacidade empreendedora do Nordeste.

Precisamos olhar para milhares de trabalhadores, pequenos empreendedores, costureiras, comerciantes, transportadores, fornecedores de tecidos, aviamentos e máquinas, famílias que dependem diretamente dessa cadeia produtiva, Sr. Presidente.

O setor de confecções é intensivo em mão de obra e possui enorme presença de pequenas e médias empresas, especialmente no Nordeste.

No Agreste pernambucano, essa atividade representa muito mais do que uma cadeia econômica: é uma verdadeira força de transformação social e de geração de oportunidades. Por isso, Sr. Presidente, precisamos ter responsabilidade quando discutimos a tributação das remessas internacionais.

A Emenda 105, que apresentei, estabelece um tratamento específico para produtos de confecção e vestuário e busca preservar a incidência da alíquota de 20% do Imposto de Importação sobre essas mercadorias, evitando que sejam simplesmente beneficiadas pela redução zero prevista de forma geral na medida provisória que foi para aqui enviada.

E por que isso é tão importante? Porque estamos falando de um setor extremamente sensível à concorrência baseada em preço.

O pequeno empresário pernambucano paga salários, encargos, energia elétrica, aluguel, transporte, matéria-prima e impostos aqui no Brasil. Ele produz aqui. Ele emprega aqui. Ele movimenta o comércio local. Ele sustenta famílias aqui. E, muitas vezes, precisa competir com a mercadoria que chega do exterior por meio de uma plataforma digital, submetida a uma estrutura tributária e regulatória totalmente diferente.

Não podemos criar uma competição em que apenas um dos lados carrega todo o peso. Não podemos exigir que o empreendedor brasileiro seja cada vez mais eficiente enquanto oferecemos ao produto importado uma vantagem tributária capaz de comprometer justamente os setores que mais geram emprego neste país.

É preciso equilíbrio. É preciso isonomia. É preciso política industrial. É preciso defender o emprego brasileiro.

A Emenda 105 também chama atenção para problemas como subfaturamento, fragmentação artificial de remessas e evasão tributária, que podem aprofundar ainda mais as assimetrias concorrenciais.

Portanto, defender esta emenda não significa defender o protecionismo cego: significa defender a concorrência leal; significa garantir que o comércio internacional seja realizado dentro de regras que não destruam a capacidade produtiva de quem trabalha e de quem investe no Brasil.

Sr. Presidente, há mais uma segunda emenda igualmente importante, a Emenda 106, que estabelece que qualquer alteração na alíquota do Imposto de Importação no regime de tributação simplificada somente produz efeitos 90 dias após a publicação do ato do Ministro da Fazenda.

Essa é uma medida de segurança jurídica, de previsibilidade, e a segurança jurídica não é privilégio de empresário. Segurança jurídica é uma condição essencial para que a economia funcione.

O empresário precisa saber quais são as regras para decidir o que vai produzir hoje, precisa saber quanto vai pagar de imposto para formar preço, precisa saber quais são as condições de concorrência para contratar trabalhadores, comprar matéria-prima, fazer investimentos e firmar contratos.

Uma mudança tributária abrupta, com efeitos imediatos, pode gerar insegurança, desorganização operacional, aumento de custos e distorções concorrenciais. É exatamente esse risco que a Emenda 106 procura evitar com uma noventena.

Duas emendas que apresentei têm, portanto, uma lógica muito simples: a Emenda 105 protege a produção; a 106 protege a previsibilidade. Uma cuida do equilíbrio concorrencial; a outra, da estabilidade de regras. Juntas, elas oferecem ao setor produtivo aquilo que qualquer atividade econômica séria precisa: condições justas para competir e segurança para planejar.

Não podemos esquecer que, quando falamos do polo de confecções do Agreste pernambucano, não estamos falando apenas de números, estamos falando de pessoas: estamos falando da costureira que começa o dia cedo; do pequeno empreendedor que emprega cinco, dez, vinte trabalhadores; do comerciante que depende das vendas; do transportador que leva as mercadorias; da família que conseguiu melhorar a vida através do trabalho.

Estamos falando de uma região que construiu, com muito esforço e empreendedorismo, uma das mais importantes cadeias de confecções do Nordeste. Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru não podem ser penalizadas com a competição internacional desequilibrada.

Pernambuco não pode assistir passivamente à desestruturação de um setor que gera emprego, renda, arrecadação e oportunidades. E o Brasil não pode abrir mão de sua capacidade produtiva em nome de uma visão simplista de redução de preços, porque produto barato pode destruir emprego. Do jeito que está posto, fecha pequenas empresas, enfraquece a indústria nacional e pode acabar custando muito caro à sociedade.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) - Precisamos encontrar o equilíbrio entre o interesse do consumidor, a abertura comercial e a defesa nacional. É isso que essas emendas fazem. Elas não fecham as portas do Brasil; elas impedem que as portas do nosso mercado estejam abertas, de maneira responsável para quem produz aqui.

Por isso, faço desta tribuna um apelo aos nobres Senadores, Senadoras, Deputados da Comissão Especial para que aprovemos as Emendas 105 e 106 e, sobretudo, pra que possamos aprová-las, em defesa do Polo de Confecções do Agreste, de Pernambuco e da Paraíba, um dos maiores símbolos de força, da criatividade e da capacidade empreendedora do nosso povo.

Que esta Casa, junto com sua irmã gêmea, a Câmara dos Deputados, tenha a sensibilidade de compreender que proteger quem produz...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) - ... não é impedir o desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) - Obrigado, Senador Dueire.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

Fale do Colatto, Zenaide; dê um recado para o Colatto, lá em Santa Catarina. *(Risos.)*

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) - Sr. Presidente, colegas Senadoras, colegas Senadores, quero dizer aqui que a gente terminou de aprovar *(Fora do microfone.)* na Comissão

Mista a Medida Provisória 1.369, aquela - eu fui a Relatora - com que a gente vai tentar reduzir cada vez mais a fila dos benefícios da Previdência.

Ela é destinada a - o que faz essa medida provisória? - aumentar a capacidade de atendimento do INSS e da Perícia Médica Federal para atender o quanto antes milhares de pedidos de benefícios sociais. Muita gente depende desse recurso para viver, para pagar as contas.

Já apresentei o relatório, que foi aprovado pelos Deputados e Senadores e seguiu para a Câmara.

O principal beneficiário dessa medida, gente, é o cidadão que depende do INSS para o reconhecimento de direitos de natureza alimentar: aposentadorias, benefícios por incapacidade e benefícios assistenciais.

A redução dos prazos de análise representa maior efetividade da produção social e maior eficiência na prestação do serviço público. Vamos na prática ampliar uma força-tarefa de servidores públicos, já criada na Lei nº 15.201, de 2025, de que também fui a Relatora. Essa lei instituiu o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal do Ministério da Previdência.

Na lei de 2025, a prioridade era acelerar reavaliações e revisões de benefícios previdenciários e assistenciais.

Com essa nova medida provisória que relatei, a reavaliação e a revisão vão ter o mesmo nível de importância dos processos de reconhecimento inicial de direitos. Também vamos reduzir o prazo mínimo para que os processos e serviços possam ser incluídos no programa, que passa de 45 para 30 dias. É dar agilidade, é correr atrás de processos que demoram demais a serem analisados.

Estamos sensíveis, no Congresso Nacional, a essa necessidade de direcionar a força de trabalho extraordinária conforme crescem o estoque processual e as demandas administrativas. Por isso, a redução do prazo de 45 dias para 30 dias amplia a atuação preventiva do programa sobre o volume de requerimentos, contribuindo para a redução de filas e a redução do tempo de análise.

Gente, essa medida provisória aperfeiçoa um instrumento que tem se mostrado eficaz na redução das filas e na aceleração da análise de benefícios previdenciários e assistenciais.

O Programa de Gerenciamento de Benefícios ampliou a capacidade operacional do INSS e da Perícia Médica Federal, permitindo enfrentar um elevado estoque de requerimentos acumulados e reduzir os tempos de espera dos assegurados.

Os resultados de 2026 evidenciaram a efetividade do programa. Entre janeiro e junho, o número de processos pendentes de análise ou de perícia médica inicial caiu de 2,7 milhões para 1,7 milhão, Jayme, que ainda é muita coisa para estar na fila. A redução foi ainda mais expressiva com o tempo de espera superior a 45 dias, que passou de 1,7 milhão para 557 mil.

Então, tínhamos uma fila grande. O que não se pode fazer é deixar as pessoas morrerem, porque, se a gente não cuidar, vão morrer. A verdade é que são cidadãos e cidadãs que estão doentes e precisam ter o que comer! Fome tem pressa, não pode esperar - e, se alguém está com fome e com doença, é mais grave ainda. Nós sabemos disso. É mais pressão contra o tempo.

Já me encaminhando para a conclusão, eu queria, gente, explicar aqui não só para quem está presente, quem está nos ouvindo, que isso vai... Eu quero mostrar aqui casos reais. Vou citar aqui: uma mulher faz uma histerectomia. No mínimo, 45 dias o médico dá para ela, até 60 dias. A empresa paga 15 dias, e os 45 dias são da Previdência, que é paga para isso. Muitas vezes, passam 60 dias até seis meses, essa mulher nem recebe do patrão, porque o patrão já pagou o que era dele - não pode retornar sem autorização da junta médica -, nem recebe da Previdência!

Para quem está doente já é difícil. E ficar numa fila sem pagar aluguel, água, luz, nem comer... É sobre essa sensibilidade que eu estou querendo falar aqui com todos. Sem falar naquele idoso em vulnerabilidade social que precisa do benefício de prestação continuada, naquela criança, naquele jovem ou adulto que tem deficiência e fica anos numa fila para ter direito a esse benefício - que ele tem por lei.

Então, o que a gente está aprovando - aprovamos na Comissão e vamos aprovar aqui, com certeza, com a anuência de todos os colegas - é tirar esse sofrimento desse povo que já está sofrido. Estamos falando de urgência e emergência! A fome já é grave, e com você doente, ainda por cima, é mais ainda.

Quero dizer o seguinte: estamos falando de pressuposto de urgência, e isto aqui é uma urgência, Presidente, prevista na Constituição Federal! O INSS precisa funcionar, sim, com eficiência, em favor dos interesses públicos de proteção social da população que precisa desses recursos.

Por isso, conto aqui com a sensibilidade dos nossos Parlamentares - e não vou ter dúvida de que vamos votar.

Eu quero dizer para o povo brasileiro que está nessa fila que o Congresso Nacional está com essa pauta que edifica, que constrói e que salva vidas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) - Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Jayme Campos, pela Liderança do União Brasil.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discursar.) - Sr. Presidente, caro amigo Senador Luis Carlos Heinze, Sras. e Srs. Senadores, eu subo a esta tribuna para tratar de uma tragédia que continua fazendo vítimas, todos os dias, no Brasil, que é a violência contra a mulher.

Encerramos há pouco o Agosto Lilás, uma campanha fundamental de conscientização e enfrentamento à violência doméstica, mas precisamos transformar a conscientização em ação. Não basta iluminar prédios de lilás, realizar campanhas e fazer discursos se não formos capazes de aprovar medidas concretas para proteger as mulheres.

Os números são assustadores: 29 milhões de brasileiras sofreram violência doméstica ou familiar no período de apenas 12 meses, segundo o Mapa Nacional da Violência de Gênero. São números inaceitáveis.

Por trás desses dados, existe uma realidade que precisamos enfrentar: muitas mulheres não conseguem abandonar o agressor porque dependem financeiramente dele. São mães que precisam sustentar seus filhos, mulheres que não têm emprego, ou seja, que não têm nenhuma renda e não sabem para onde ir. Foi pensando justamente nessas mulheres que apresentei o projeto que cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (Fnama).

O projeto garante ajuda financeira temporária às mulheres que precisaram, de fato, se separar dos seus companheiros, em razão da violência doméstica. Durante 12 meses, essa mulher terá também acesso ao treinamento profissional para buscar uma oportunidade no mercado de trabalho e reconstruir a sua vida. A ajuda pecuniária será de um salário mínimo por mês. O fundo será formado por 10% das multas penais e de doações de pessoas físicas e jurídicas, além de contribuições dos Governos e organismos estrangeiros e internacionais, porque proteger a mulher, Sr. Presidente, também significa garantir independência econômica.

Portanto, eu faço uma cobrança pública à Câmara dos Deputados. Esse projeto aguarda votação há mais de 13 anos. Treze anos esperando, Sr. Presidente! Quantas mulheres poderiam ter sido ajudadas nesse período? Quantas poderiam ter rompido relações abusivas se tivessem recebido apoio para reconstruir suas vidas?

Enquanto o projeto espera, a violência não espera. Enquanto a burocracia anda devagar, o agressor continua agindo.

Sras. e Srs. Senadores, tenho apresentado nesta Casa uma série de projetos de proteção às mulheres. São propostas para impedir que condenados por violência contra a mulher ocupem cargos públicos; para permitir a remoção de servidoras vítimas de violência doméstica; e para garantir prioridade no Minha Casa, Minha Vida às famílias com crianças que ficaram órfãs em razão do feminicídio.

Aproveito, Sr. Presidente, para fazer um apelo também à Bancada Feminina do Senado Federal: vamos unir forças e transformar essas matérias em uma agenda prioritária do Congresso Nacional!

Este não é um tema de esquerda, de direita ou de centro; é um enfrentamento à violência contra a mulher e é uma obrigação do Estado brasileiro!

Eu falo também como Senador da República de Mato Grosso, Sr. Presidente, estado que, infelizmente, continua como campeão nacional em número de feminicídios. Por incrível que pareça, já foi agora "prestigiado" e vai ser, pelos dados estatísticos, bicampeão nacional de feminicídios! É uma vergonha para o nosso querido Mato Grosso, por falta de políticas públicas do Estado do Mato Grosso, através, naturalmente, dos seus poderes constituídos.

Cada feminicídio representa uma vida interrompida, uma família destruída, filhos que ficam órfãos e, muitas vezes, a constatação de que o Estado chegou tarde demais.

Precisamos chegar antes: antes da próxima agressão, antes da próxima ameaça, antes do próximo feminicídio!

Precisamos acolher a vítima, garantir independência financeira, oferecer condições para que ela deixe o agressor e punir com rigor aqueles que praticam esses crimes.

A violência doméstica não é um problema privado. Quando uma mulher é agredida dentro de casa, é dever do Estado bater àquela porta.

Por isso eu encerro aqui com o apelo público à Câmara dos Deputados para que vote o PL 5.019, que cria o Fundo de Amparo às Mulheres. As mulheres brasileiras não querem apenas promessas. Querem segurança, querem proteção, querem instrumentos para reconstruir as suas vidas.

Dito isso, Sr. Presidente, as mulheres não podem esperar mais 13 anos aguardando que esse projeto seja votado na Câmara dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas do nosso Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, é um verdadeiro clamor público, porque V. Exa. tem conhecimento do Mato Grosso, que é um estado rico nas suas potencialidades, sobretudo pela potência, hoje, que representa a sua economia. E lá, o Governo não estabeleceu como prioridade as ações para defender as nossas mulheres, tanto é que Mato Grosso tem apenas cinco delegacias para a defesa da mulher. É uma vergonha! É uma vergonha o que eu tenho dito e repito aqui: um estado que tem recursos suficientes não tem esse compromisso de investir para protegermos a nossa mulher. De forma que num estado que não se preocupa com as nossas mulheres, com os nossos jovens, com as nossas crianças, com os nossos idosos, esse representante da população, seja nas Assembleias, seja nas Câmaras ou seja no Poder Executivo, não é digno, com certeza, de exercer o mandato, seja em qualquer estado da Federação brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, essas são as minhas palavras na defesa intransigente das nossas mulheres brasileiras, mas, sobretudo, das nossas mulheres mato-grossenses, sofridas por falta de políticas públicas que, com certeza, possam beneficiá-las.

Encerro dizendo a todos os senhores: vamos fazer uma verdadeira cruzada para que esse projeto seja aprovado urgentemente lá na Câmara dos Deputados e, assim, ser sancionado e ser colocado em prática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Luis Carlos Heinze deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua a lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela ordem.) - Senador Alcolumbre, Presidente... Presidente Alcolumbre, eu vou só comentar sobre o Setembro Dourado, porque hoje, como é 1º de setembro, nós estamos comemorando o Setembro Dourado, que é o setembro das doenças oncológicas e das doenças infantojuvenis. Inclusive, amanhã nós teremos, às 14h, uma audiência pública na CAS para tratar desse tema de grande relevância. Também solicitei, através de requerimento, que o Congresso Nacional fosse iluminado com a cor dourada nos dias 26 e 27, e digo a todos os brasileiros, brasileiras, a todos os alagoanos e alagoanas que a Senadora Dra. Eudócia está aqui no Senado sempre levantando a bandeira da saúde e, em relação à saúde, levantando a bandeira do combate ao câncer.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua a lista de oradores inscritos.

Convido as Senadoras e os Senadores para que venham ao Plenário. Em seguida à conclusão da lista de oradores inscritos - o último orador inscrito é o Senador Magno Malta -, nós vamos iniciar a deliberação da pauta estabelecida para hoje.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discursar.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, aqueles que nos assistem pela TV Senado, nos ouvem pela Rádio Senado e pelas redes sociais neste momento, eu inicio a minha fala pedindo a Deus a proteção dele para o Ministro André Mendonça e conclamo a todos os brasileiros que creem em Deus neste país, a todo cristão brasileiro que ama este país e está convivendo com o lamaçal de corrupção, de crimes cometidos por quem deveria fazer e praticar justiça neste país.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o escândalo que expõe esta Casa, o escândalo que expõe a fragilidade dos Poderes no Brasil... Antigamente, a partir do meu mandato - o primeiro, em 2003 -, Senador Marcos Pontes, eu dizia que o Supremo Tribunal Federal praticava ativismo judicial. Era o meu primeiro mandato. Ninguém cuidou do monstro, ninguém impediu o monstro. As pessoas aqui começaram a bater palmas, a aplaudir os estelionatários que eram sabatinados, Sr. Presidente, na CCJ - estelionatários, na CCJ, que eram indicados! -, e aqui eles exerciam aquilo que eles mais sabem, como filhos de Satanás que eles são: a mentira.

Todos eles são uma *fake news*, Senador Moro! Agora estamos diante de um quadro dantesco que envolve ainda o Sr. Moraes, que põe nas costas a toga com uma envergadura de quem não tem a mínima condição moral - moral! - de conduzir qualquer processo. Moraes, neste momento, deveria estar preso: o Ministro da Suprema Corte que recebe mais de R$130 milhões, e ele mesmo edita o contrato do escritório da sua mulher.

E agora, Sr. Presidente, também é descoberto: o Banco Master doa um cartão de crédito, Sr. Presidente, para os filhos de Alexandre de Moraes, de R$300 mil, para eles fazerem a farra, porque o dinheiro é fácil, o dinheiro é de fundo de pensão, o dinheiro é de aposentado! E nós, aqui nesta Casa, temos que amargar a cobrança de uma sociedade, porque esta Casa não cumpre o seu dever.

Eu gostaria realmente de que o Brasil prestasse atenção no que eu estou falando.

Nós estamos diante de um quadro em que, nos Poderes constituídos - esta Casa, inclusive, Senado da República, e a segunda Casa, a Casa do Povo, ou seja, a Câmara dos Deputados -, todo mundo tem ligação com o Vorcaro, porra!

Em que dia nós vamos resolver o problema do Brasil? Sr. Presidente, nós não vamos, chegamos ao limite! Aí estão o Presidente e o Vice-Presidente, é uma pena que não me ouvem. *(Pausa.)*

O Brasil está cobrando desta Casa! Se esta Casa tivesse feito o seu dever de casa, nós não estaríamos, como brasileiros, vivendo a humilhação imposta pelo Sr. Toffoli, pelo Sr. Gilmar Mendes e pelo Alexandre de Moraes, esse ditador tirano, sanguinário, de mãos sujas de gente inocente. Eu sei que o André Mendonça...

Eu sei que não querem me ouvir, mas eu não vim aqui para botar o galho dentro. "Ah, porque um Poder se arvorou nos outros Poderes", não, os outros se agacharam e ele montou nas costas.

Eu estou com um monte de matéria aqui, é cada coisa mais perversa do que a outra! Nessa nova descoberta, quando André Mendonça manda abrir o sigilo da tal investigação, o Sr. Alexandre de Moraes, um homem que marca a reunião na sua casa e que chama os Poderes para decidir a vida do país, um crápula, um homem de mãos sujas, que usa a Polícia Federal como uma gestapo...

E agora eu chamo a atenção do Ministro Fachin: Ministro, ou essa casa reage, porque tenho certeza de que a nossa não reagirá, Senador Jaime Bagattoli... Agora, às 18h, vamos pedir o apoiamento de um outro *impeachment* de Moraes, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, não deixe o Brasil sangrar. A gente tem amizade, respeito às pessoas, mas Moraes... Moraes passou do limite, Sr. Presidente. Aliás, faz muito tempo que ele passou do limite, mas essa última agora, como vão responder? Qual o conluio que vai acontecer para poder abafar esse crime nefasto de um cara que tem tara por dinheiro e por fazer sofrer, impor sofrimento e perseguição às pessoas? Tem gente morrendo, tem gente que já morreu sem cumprir 17 anos, 14 anos, 15 anos. Sr. Presidente, Jair Bolsonaro está preso. Me diga qual o crime de Jair Bolsonaro? Jair Bolsonaro está lá, respirando mal, ele quer destruir esse homem. Uns vão para casa e outros são massacrados de forma covarde por Alexandre de Moraes, e esta Casa fica quieta como se não tivesse nada a ver com isso.

O povo está certo quando não faz ressalvas, o povo fala: "Esse Senado é de frouxo". Poderia fazer algumas ressalvas, mas a verdade é tão verdadeira que o povo não faz, Senadora Damares. E leva todo mundo para a vala comum, Senadora Eudócia, Senador Kajuru.

Esta Casa tem que reagir com Moraes, Senador Randolfe. Aliás, o melhor discurso contra Moraes que eu conheço, constitucional, fundamentado na inteligência e no conhecimento, foi feito por V. Exa. Se eles tivessem ouvido V. Exa., quando ele foi sabatinado... E, daqueles todos, só V. Exa. - eu faço a ressalva -, de outro espectro político, porque respeito e amizade nós sempre tivemos, só nós apertamos o cara!

Os senhores busquem aí no YouTube o discurso do Senador Randolfe sobre Alexandre de Moraes. Vocês vão ver uma peça, uma peça verdadeira, que tem que ficar para a eternidade. Ou então os senhores entrem no YouTube e vejam Alexandre de Moraes sendo sabatinado e os 20 minutos dele falando sobre liberdade. Desgraçado! Esse demônio! Ou ele pede para sair... Fachin, é hora de reagir! Você é Presidente de um Poder.

Nós não estamos aqui para envergonhar o povo brasileiro. "Este Senado é frouxo, é frouxo" - é o que eu escuto, é o que nós escutamos.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Quem vai parar esse cara? Só o Senado pode.

Mas eu encerro - são 55 segundos -, pedindo a você, brasileiro, que, no dia 4 de outubro, traga para esta Casa *pit bulls* que nunca tomaram vacina, que mordem - que mordem! Não traga para cá mais ou menos, porque só esta Casa pode dar jeito no Brasil. Só esta Casa pode dar jeito no Supremo Tribunal Federal; e, aliás, eles não estão mais tirando farinha com esta Casa não, porque nem farinha tem para tirar. Houve uma época que eles não tiravam farinha com esta Casa.

Mas hoje é um pano de chão. Já viu um pano de chão quando fica tão velho e tão ruim, e até ele você tem que jogar fora? Esse é o Senado da República. É por isso que, no dia 4, ou vocês mudam e façam 45 Senadores que tenham coragem e determinação...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) - ... para impitimar esse abutre do Supremo, ou este país nunca...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - ... vai mudar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Encerrado o Período do Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Gostaria de pedir atenção ao Plenário, às Senadoras e aos Senadores. *(Pausa.)*

Gostaria de pedir atenção ao Plenário do Senado Federal, às Senadoras e aos Senadores e gostaria de pedir atenção à Secretaria-Geral da Mesa, à Dra. Sabrina e ao Dr. Danilo, porque foi nos informado pelos gabinetes das Senadoras e dos Senadores e de seus assessores que, na sessão deliberativa da tarde de hoje, terça-feira, nós teríamos a presença de 60 a 70 Senadores em Brasília, no Senado Federal, na sessão de hoje.

Esses assessores e esses colegas Senadores e Senadoras informaram à Mesa que, no esforço concentrado de terça-feira, nós teríamos a presença de mais de 60 colegas Senadores e Senadoras na deliberação da tarde de hoje.

E eu gostaria de pedir aos assessores dos nossos colegas Senadores e Senadoras que estão aqui no Plenário do Senado Federal que possam informar aos seus respectivos Senadores que nós vamos iniciar a deliberação da tarde de hoje com a apresentação de um item extrapauta, um projeto de decreto legislativo.

Peço atenção a V. Exas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pela ordem, Senador Jorge Kajuru; em seguida, Senador Esperidião Amin.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) - Presidente Oriovisto - eu sei que o senhor também tem este pensamento -: seria tão bom se esta Casa, hoje, estivesse totalmente lotada, para que houvesse uma votação por unanimidade pela indicação de um nome histórico como o do Sr. Presidente do Congresso Nacional, o mineiro Rodrigo Pacheco.

Ele mereceria uma votação unânime nesta Casa e a teria. Portanto, a todos que puderem estar aqui nesta votação de hoje, este é um dia em que a gente mostraria a gratidão ao trabalho de Rodrigo Pacheco e deixaria a cargo dele a sua história no Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru, pelas palavras de V. Exa.

Pela ordem, Senador Esperidião Amim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) - Presidente, em primeiro lugar, eu não posso deixar de dizer que este dia vai ficar na história do Brasil, em função dessas notícias terríveis que estão nos chegando, em matéria de equívocos e, pior do que equívocos, de outras balbúrdias que provêm dessas informações que a imprensa, em boa hora, está divulgando sobre questões alusivas ao Supremo Tribunal Federal.

Mas não é sobre isso que eu vou falar, o que eu já falei e abordarei depois; é sobre a questão pela ordem que eu pedi.

Eu tive a oportunidade de votar no Deputado Rodrigo Pacheco quando ele foi escolhido para a Presidência da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados e, de igual sorte, aqui no Senado. Mas eu não posso deixar de tornar público o meu desejo de votar a favor desse nome para a vaga que se abre.

Então, se eu pudesse lhe dizer, com aquela mesma cautela de cuidar do quórum, neste caso eu não tenho nenhuma preocupação. Eu acho que a unanimidade, eu não sei, mas posso lhe garantir que será consagradora, dependendo do quórum, a deliberação desta Casa - eu não tenho dúvida nenhuma -, mesmo sem ter a conhecida, reconhecida e temida perspicácia que V. Exa. tem nessa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Permitam-me, Excelências, fazer uma breve manifestação.

Na data de ontem, como é de conhecimento geral, S. Exa. o Ministro Bruno Dantas, Ministro do Tribunal de Contas da União, anunciou a sua renúncia ao cargo. Em seguida, o Tribunal de Contas da União enviou ao Senado Federal o Aviso nº 858, por meio do qual comunicou oficialmente esta Casa a respeito da renúncia do Ministro Bruno Dantas.

Ainda na noite de ontem, com fundamento no art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993, os Líderes partidários - e vão aqui os meus profundos agradecimentos a V. Exas. - entraram em consenso e decidiram, juntamente com este Presidente, apresentar o PDL nº 995, de 2026, que indica o Exmo. Sr. Senador Rodrigo Pacheco para ocupar o cargo que ficará vago com a renúncia do Ministro Bruno Dantas.

Ao mesmo tempo em que foi apresentado o PDL, o projeto de decreto legislativo, simultaneamente, todos os Líderes partidários também apresentaram o Requerimento nº 640, de 2026, que requer a urgência para a apreciação da indicação.

Ressalto a V. Exas. os meus agradecimentos a todos os Líderes partidários, sejam de partidos políticos com representação na nossa Casa, sejam de Líderes de blocos partidários, sejam de Líderes de partidos de oposição ou de partidos de situação; Lideranças de toda ordem foram os subscritores do PDL, Senador Presidente Renan Calheiros. A unanimidade das Lideranças partidárias com representação assinaram o PDL. Por isso, novamente, os meus agradecimentos em reconhecimento à indicação, pela história do Senador Rodrigo Pacheco.

Assim, em razão da apresentação deste requerimento de urgência, esta Presidência trouxe a matéria diretamente ao Plenário, para que possamos deliberar sobre este requerimento e, em seguida, sobre a indicação do Senador Rodrigo Pacheco.

A Presidência esclarece ao Plenário que, aprovada a urgência, será nomeado um Relator em Plenário, em substituição, Senador Otto Alencar, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Em seguida, passaremos à votação desta indicação, que será procedida por maioria simples, em escrutínio secreto, no painel eletrônico do Senado Federal.

Item extrapauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2026, de autoria do Senador Davi Alcolumbre e outros Senadores, que escolhe o Sr. Rodrigo Otávio Soares Pacheco para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do §2º do art. 73 da Constituição Federal, do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

Foi apresentado o Requerimento nº 640, de 2026, dos Líderes partidários, solicitando a urgência para a apreciação e a deliberação da matéria.

Submeto ao Senado Federal.

Em votação o respectivo requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Permitam-me, V. Exas., em respeito à Comissão de Assuntos Econômicos e em respeito ao ex-Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que preside a CAE, fazer imediatamente a designação de S. Exa. o Senador Renan Calheiros, para que ele possa proferir o parecer imediatamente em Plenário, em relação à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Relator designado em Plenário, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, em primeiríssimo lugar, muito obrigado pela honra de ser indicado Relator dessa histórica indicação do Senador Rodrigo Pacheco para o Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é submetido à apreciação desta Casa o Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2026, que encaminha o nome de Rodrigo Pacheco para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do §2º do art. 73 da Constituição Federal, do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do art. 2º do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

Trata-se, Sr. Presidente, de indicação para a vaga decorrente da renúncia do Ministro Bruno Dantas, comunicada pelo Tribunal de Contas da União em 31 de agosto de 2026, a ser preenchida por escolha do Senado Federal.

A indicação do Senador Rodrigo Pacheco foi proposta pelas Lideranças do Senado Federal em atendimento ao disposto...

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - ... no art. 2º, §1º, do Decreto Legislativo nº 6, de 22 de abril de 1993, que regulamenta a escolha de Ministro do Tribunal de Contas pelo Congresso Nacional.

Em conformidade com o art. 2º, §2º, do mencionado decreto legislativo, a indicação está acompanhada do *curriculum vitae* do indicado, do qual, Sr. Presidente, Srs. Senadores, extraímos as seguintes informações.

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Rodrigo Otavio Soares Pacheco é natural de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, tendo nascido em 3 de novembro de 1976. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) em 2000 e especializou-se em Direito Penal Econômico Internacional pela Universidade de Coimbra, em Portugal.

Além da sólida formação acadêmica, o indicado também se destaca pela sua atuação profissional. Exerceu, Sr. Presidente, a partir de julho de 2000, a advocacia privada como advogado criminalista, em escritório próprio. Paralelamente, exerceu mandato de Conselheiro Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais...

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - ... de 2007 a 2012, tendo atuado como Presidente da Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas no triênio 2010-2012. Posteriormente, exerceu a função de Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no triênio 2013-2015, período em que atuou como Presidente Nacional de Apoio aos Advogados em Início de Carreira.

Sua trajetória é enriquecida na vida pública, que foi, Sr. Presidente, assinalada pelo exercício de dois mandatos no Congresso Nacional. Foi eleito Deputado Federal por Minas Gerais para a 55ª Legislatura, de 2015 a 2019, e Senador pelo mesmo estado para a 56ª e a 57ª Legislaturas, alcançando, Sr. Presidente, a Presidência desta Casa por dois biênios consecutivos, 2021-2023 e 2023-2025.

Durante o mandato na Câmara dos Deputados, foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania entre 2017 e 2018. Ainda na Câmara Baixa, teve expressiva produção legislativa, com destaque para o aprimoramento do processo penal, das prerrogativas profissionais da advocacia e da regulação profissional.

No Senado, Sr. Presidente, integrou as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Defesa da Democracia e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, além de diversas frentes e grupos parlamentares, como a Frente Parlamentar Mista Antirracismo e o Grupo Parlamentar de Relacionamento com o Brics.

Foi também autor de iniciativas legislativas de ampla repercussão nacional, tais como o Marco Regulatório da Inteligência Artificial, o Projeto de Atualização do Código Civil, o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados, a criação da sociedade anônima do futebol e a normatização da responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19.

O indicado, Sr. Presidente, também possui extensa produção bibliográfica, que abrange a autoria de obras, de prefácios, de apresentações e de artigos publicados nos principais periódicos do país. Destacam-se a autoria do livro *Ecos da Democracia*, coletânea de discursos proferidos pelo Senador Rodrigo Pacheco ao longo dos dois mandatos à frente da Presidência do Congresso Nacional; a organização da obra *A Reforma do Código Civil*, artigos sobre a atualização da Lei 10.406; as apresentações de livros, como os *Comentários à Lei da Sociedade Anônima do Futebol* e *Migalhas de Ruy Barbosa*, volume II; além de diversos artigos com reflexões sobre a democracia e o equilíbrio entre os Poderes.

Dentre as mais expressivas condecorações, figuram a medalha da Ordem do Mérito Eleitoral Assis Brasil, conferida, em grau máximo, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em março de 2023; a Ordem de Rio Branco, principal condecoração da diplomacia brasileira; a Ordem do Mérito Militar, altíssima distinção concedida pelo Exército Brasileiro a cidadãos e autoridades que prestaram relevantes serviços à Força Terrestre; e a Ordem do Mérito do Transporte Brasileiro, Medalha JK, outorgada em 2023 pela Confederação Nacional do Transporte.

Ao longo de sua carreira, Sr. Presidente, o indicado também acumulou diversas honrarias, incluindo a Medalha do Mérito da Escola Nacional da Magistratura, pelo apoio ao ensino e ao fortalecimento jurídico do país; a Medalha da Cidade,

concedida pela Câmara Municipal de Coimbra, Portugal; o prêmio Análise Advocacia, como escritório mais admirado do Direito na área criminal; o troféu Mérito da Advocacia Raymundo Faoro, conferido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e o diploma da Ordem do Mérito do Trabalho Getúlio Vargas, concedido pela Presidência da República, além de diversas outras medalhas e títulos de cidadania honorária.

Como Relator, Sr. Presidente, designado - mais uma vez agradeço a V. Exa. a designação - para esta honrosa indicação, faço as referências biográficas por necessárias para comprovar a qualificação do indicado, para que não paire, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nenhuma dúvida diante do voto favorável ao nome do Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco. Ele certamente irá abrilhantar o Tribunal de Contas da União, como o fez na condução serena, sábia e competente desta Casa.

Faço questão, Sr. Presidente, de frisar...

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - ... que, além da inquestionável competência e conhecimentos de todos conhecidos, a gestão do Presidente Pacheco na Presidência do Senado Federal se deu em um momento de sobressaltos da vida brasileira, em meio a uma pandemia devastadora e bravatas autoritárias. Tivemos nele a sobriedade de um verdadeiro democrata que soube nos conduzir em meio a uma tempestade...

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) - Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Eu queria...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) - Está mal-humorado? Não fique não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Não, rapaz...

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Eu estou querendo saber se você quer participar, se você quer participar.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) - Está mal-humorado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Se quiser participar, é um prazer.

... verdadeiro democrata que soube, Sr. Presidente, nos conduzir em meio a uma tempestade para ancorarmos em um porto seguro.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de exprimir uma palavra pessoal de agradecimento, e, mais uma vez, de relembrar que tive, como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid, todo o apoio e respaldo do Presidente Senador Rodrigo Pacheco para realizar nosso trabalho e concluir aquela Comissão, eternizada pela superlativa aprovação social do nosso trabalho.

O Presidente Pacheco, Srs. Senadores, possui inquestionáveis atributos para representar com muita dignidade o Senado da República no Tribunal de Contas da União.

Em face do exposto, acreditamos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação do Senado Federal para o Tribunal de Contas da União.

É o meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Muito obrigado, Presidente Renan.

O parecer apresentado em Plenário pelo Senador Renan Calheiros conclui que as Senadoras e os Senadores dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação para o cargo do Tribunal de Contas da União.

Completada a instrução, antes de passar à discussão da matéria, consulto o Plenário se desde já podemos abrir o painel para iniciarmos a votação da referida indicação. *(Pausa.)*

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Havendo concordância do Plenário, Senador Kajuru, solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Passo imediatamente à lista de Senadores inscritos para discutir a matéria.

Senador Otto Alencar, com a palavra V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) - Sr. Presidente, essa matéria tem que ser aprovada, na minha opinião, pela unanimidade dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, pelos serviços prestados pelo Senador Rodrigo Pacheco como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Acredito, Sr. Presidente, que, na sustentação da democracia diante das ameaças à lisura das urnas eletrônicas e do 8 de janeiro, foi o Presidente Rodrigo Pacheco um dos brasileiros mais importantes naquele momento, de tal sorte que eu acredito que nós, do Senado Federal, devemos apreciar essa matéria e, de alguma forma, aprová-la pela unanimidade de todos os Senadores, porque ele merece, pela história de vida, pelo trabalho dele, por como se portou, como falou o Senador Renan Calheiros.

Pelo PSD, eu quero encaminhar o voto "sim" à indicação para que ele possa representar, no Tribunal de Contas da União, aquilo que é fundamental: a lisura, a correção, a honestidade, o conhecimento na apreciação das contas que são encaminhadas àquela corte.

Portanto, quero parabenizar a indicação e votar "sim", aprovando o nome de Rodrigo Pacheco para o Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Informo às Senadoras e aos Senadores, enquanto o Senador Veneziano Vital do Rêgo se dirige à tribuna do Senado Federal, Líder Weverton - e peço às assessorias que informem aos Senadores -, que nós estamos com a presença de 61 Senadores e apenas 35 votantes. Muitos Senadores... Por gentileza, venham ao Plenário. Nós estamos em processo de deliberação. A votação é secreta e nominal.

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) - Presidente, minhas saudações a V. Exa.

Evidentemente, são saudações extensivas a todos os senhores e a todas as senhoras que integram o nosso Colegiado neste momento que, para o Senado Federal, é um momento que historicamente o marcará, afinal de contas nós estamos deliberando a indicação, a aprovação de um nome que recebeu o *placet*, o reconhecimento de todos os demais companheiros através das respectivas Lideranças partidárias e - não poderia ser diferente - o da Liderança da Maioria, que tenho a honra, a alegria de poder conduzir.

Presidente Rodrigo Pacheco, nós assumimos, nesse instante, a tribuna com um misto de alegria com tristeza.

Tristeza, porque, evidentemente, nós vamos estar a nos despedir de uma das figuras que, durante esse período último de sete anos e oito meses, se fez presente em diversas, múltiplas ocasiões, das mais delicadas, das mais sensíveis a quaisquer outras, fossem estas situações que cobravam a presença do Senador Rodrigo Pacheco ou a do Presidente Rodrigo Pacheco. Tristeza por saber que, daqui a alguns meses, nós não mais haveremos de contar com a presença competente, fidalga, extremamente amistosa, por completo equilibrada, figura cônscia das responsabilidades republicanas.

Mas também muita alegria, Presidente Rodrigo Pacheco. E, entre todos e todas que haverão de se revezar, não por força do protocolo, meu querido Relator Renan Calheiros, que, de forma muito precisa, resumiu a trajetória e a produção profícua do Parlamentar Rodrigo Pacheco e o reconhecimento dela por todos aqueles que fazem a sociedade brasileira, que o reconhecem à frente dessas atribuições... A alegria é de podermos estar, Presidente Rodrigo, emprestando ao Tribunal de Contas da União um quadro diferenciado.

Minas Gerais deve se orgulhar - e de certo se orgulha - do filho que produziu, do filho que esteve como representante dela na Câmara dos Deputados e que, como filho, com muita competência, com muita retidão, repito, com muito equilíbrio, com muito denodo às variadas causas, se portou no Senado Federal.

E eu falo isso, Presidente Rodrigo Pacheco, porque, entre outros que aqui estão na condição de exercitar o mandato como Senador da República, antes disso, eu tive a oportunidade de dividir com V. Exa. quatro anos como Deputado Federal. E já lá, como membros do MDB, nós assistíamos à sua atuação, nós assistíamos à sua compenetração. Já lá, na condição de companheiros, integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, dividíamos as obrigações: V. Exa. como Presidente daquele Colegiado...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - ... e eu como colaborador, na condição de seu Vice-Presidente.

Chegamos juntos em 2018. A partir de 2019, continuamos a cultivar a relação próxima de amizade, a relação política, as impressões, as preocupações sobre o nosso Brasil, as preocupações necessárias sobre as mais diversas e variadas temáticas.

Presidente Rodrigo Pacheco, V. Exa. de certo será festejadamente reconhecido a essa indicação. E não há como desconhecer, Presidente Davi Alcolumbre, a sua presença nesse processo, porque, no instante em que nós estávamos discutindo o primeiro biênio, me recordo muito bem que V. Exa. ligava para alguns companheiros seus a dizer: "Nós vamos apresentar à Presidência do Senado o nosso companheiro Rodrigo Pacheco". Recordo-me muito bem, isso foi em 2021. Recordo-me plena e completamente das suas palavras.

E eu tive, Presidente Rodrigo Pacheco, a grandessíssima ventura de poder, também por este mesmo Colegiado que haverá de agraciá-lo, que haverá de premiá-lo... Mas, muito antes de ser um prêmio pessoal, um regozijo que naturalmente tocará sua alma, que tocará o seu coração, será um regozijo que tocará na plenitude os corações dos mineiros, que se farão mais uma vez presentes na Corte de Contas, desta feita com o seu nome, porque lá já têm o nosso companheiro, ex-Senador e ex-Governador Antonio Anastasia, o nosso ex-Deputado, companheiro de Parlamento, Odair Cunha, e passa a tê-lo.

Mas, antes de ser um prêmio pessoal, antes de se produzir o regozijo familiar, o prêmio que o Senado Federal empresta, Senador Davi Alcolumbre, é o de não permitir que uma figura pública, excelsa, de formação intelectual diferenciada, invejável, pudesse sair da condição de integrante do dia a dia da vida pública e voltasse, por mais que nós soubéssemos - como sabemos e soubemos - da sua condição e da sua origem como profissional, à advocacia. Mas ainda não é hora, Presidente Rodrigo Pacheco. O Brasil não pode abrir mão de V. Exa.

V. Exa. esteve nesse Parlamento, como Senador e como Presidente, nas horas e nos momentos mais difíceis. V. Exa. esteve como legislador tratando sobre a covid - meu Presidente Renan Calheiros, como V. Exa. sensivelmente fez questão de pontuar. V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco, nos momentos mais temerários que nós vivemos, sob ataques iminentes à nossa democracia, às nossas instituições, como o Senado Federal... E bem lembrou o Presidente Otto Alencar, e a ele dirijo as minhas saudações, porque, de forma assertiva, conclamou que o Senado Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - ... acima de quaisquer questões, possa reconhecer a sua presença no TCU, através de um dos seus melhores quadros, o Presidente Rodrigo Pacheco.

E foi naquele 8 de janeiro - não tão somente, mas também antes do 8 de janeiro - que V. Exa., como Presidente desta Casa, posicionou-se em defesa da nossa democracia, posicionou-se em defesa das regras eleitorais, Presidente Davi Alcolumbre, permitindo que nós, enquanto eleitores, sem levarmos em consideração as nossas opções, tivéssemos estas opções respeitadas, porque nós respeitamos as urnas e respeitamos os resultados por elas anunciados. E V. Exa. lá estava.

Se nós pudéssemos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - Presidente, eu peço a sua compreensão, porque é um momento diferenciado. Não haverei de abusar desta sua compreensão e dos demais outros companheiros que aqui estarão ocupando a tribuna.

Mas, naqueles instantes, como em outros, se nós tivermos em nossas mãos, Dra. Eudócia, o rosário de sugestões parlamentares que foram trazidas sob o crivo de quem os elaborou enquanto projetos de lei ou outras formas legislativas, nós vamos ficar com a plena consciência dessa escolha que nós estamos fazendo nesta tarde-noite, porque o Presidente Rodrigo Pacheco assim se faz merecedor de poder ser anunciado, de forma vibrante e de forma completa, como o próximo integrante da Corte de Contas.

Mas, Presidente Rodrigo, já me despedindo, também se faz mister que nós reconheçamos, por uma questão de justiça, o trabalho que o ex-Presidente da Corte de Contas, integrante, ocupante indicado por esta Casa, querido cidadão da República brasileira, Ministro Bruno Dantas assim fez.

Eu quero saudar o Ministro Bruno Dantas, e o fiz ontem, quando anunciada, de maneira formal, a sua renúncia, o seu desligamento do TCU, meu querido Senador Petecão. E fiz questão, pelos laços, pela amizade, pelo cavalheirismo que sempre mantivemos, pelo cultivado reconhecimento...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - ... a formação intelectual do dedicado servidor público que foi Bruno Dantas ao Senado Federal e que se tornou ao Tribunal de Contas da União.

A passagem de Bruno durante 12 anos, ao lado de outros tantos companheiros, foi fundamental para que a Corte de Contas pudesse ter um novo reconhecimento, pudesse estar no pódio desse reconhecimento.

Então, as saudações a essa passagem vigorosa, combativa, equilibrada, reta, presente em todas as questões pelas quais o Presidente Bruno Dantas teve a oportunidade de estar entre os seus outros companheiros presentes.

Presidente Davi Alcolumbre, nossas saudações. Acertadamente, não há aqui senão uma iniciativa...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - ... tomada por V. Exa. para que nós, em breve ação parlamentar, pudéssemos apreciar, no dia de hoje, através de um PDL subscrito para o seu gozo pessoal... E eu entendo e compreendo a sua alegria, porque ontem nós conversávamos por telefone, e eu sei da sua íntima amizade, estabelecida com os princípios mais vigorosos, com o Presidente Rodrigo Pacheco.

Hoje nós estamos em festa, em júbilo, para saudar o nosso companheiro, futuro integrante do Tribunal de Contas da União.

Parabéns, Presidente Rodrigo Pacheco. Muito me orgulha a sua amizade, muito me orgulham os quatro anos em que estive como seu companheiro, na condição de Vice-Presidente, e, muito mais...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - ... do que integrante do Senado Federal, o fato de, como brasileiro, saber que nós estaremos tendo uma figura que vai fazer a diferença com os seus demais pares no TCU.

Grande abraço. Que Deus o abençoe, Rodrigo!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão.

O painel está aberto.

Alguns Senadores estão solicitando à Mesa para aguardar um pouco, porque estão a caminho.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Vou continuar na lista de Senadores inscritos.

Concedo a palavra, pela lista de inscrição, ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro de tudo, quero reiterar o pedido de momento de fala logo posterior à votação do PDL, para não misturar assuntos, para não misturar um assunto festivo com um assunto trágico. Vamos cuidar agora do festivo.

O Senador Rodrigo Pacheco mereceria, Presidente Davi, uma sessão... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Alessandro, peço desculpa a V. Exa.

Eu queria pedir aos nossos convidados que estão no Plenário do Senado Federal... Não estou conseguindo ouvir o Senador Alessandro.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu queria pedir a atenção dos nossos convidados: eu não estou ouvindo a manifestação do Senador Alessandro Vieira, por gentileza.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero lamentar que não seja uma sessão cotidiana, com a presença do nosso quórum completo, porque, seguramente, o Senador Rodrigo Pacheco fez por merecer uma votação consagradora.

Ao longo de oito anos, em diversos momentos, estivemos em posições diversas eu e o Senador Rodrigo, mas sempre convergimos para uma solução em benefício dos brasileiros, com equilíbrio, com qualidade. Ele preenche todos os requisitos necessários.

Parabenizo-o, só registrando que o Estado de Minas está ficando sobrerrepresentado no Tribunal de Contas e, depois, vamos ter que fazer algum ajuste, porque Minas Gerais está tomando conta do tribunal.

Parabéns, Rodrigo, certamente, pela votação e pela condução política de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Fabiano Contarato... Senador Fabiano Contarato... *(Pausa.)*

Senadora Daniella Ribeiro...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Viana, eu vou inscrever V. Exa. aqui.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu só vou fazer uma leitura, rapidamente, Senadora Teresa também, Senador Carlos Viana. Vou fazer a leitura da ordem: Senadora Daniella Ribeiro, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Zenaide Maia, Senador Eduardo Braga, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Carlos Viana e Senadora Teresa Leitão.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB. Para discutir.) - Sr. Presidente, de forma rápida, mas, veja só: se não mando mensagem para ele, eu ligo para ele. Deixa ele olhar para mim que eu falo com ele aqui agora.

Meu querido amigo e futuro Ministro, daqui a pouquinho, do Tribunal de Contas da União Rodrigo Pacheco...

Olhe para mim, Rodrigo Pacheco!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A Senadora Daniella ainda não votou!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) - Eu já votei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Era para poder dar pressão, senão ele não olha! *(Risos.)*

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) - Primeiro eu quero lhe dizer, com todo o meu coração, e você me conhece, que, quando da escolha... Eu tive dois momentos muito felizes aqui nesta Casa.

Neste final de ano, em que concluo o mandato como primeira Senadora do meu estado, estou levando não só aprovação de projetos de leis, mas, especificamente, de programas que mudaram e estão mudando a vida das pessoas. Então, eu me sinto muito feliz.

Eu posso dizer que a primeira etapa foi melhor, no seguinte sentido: a gente estava com menos extremismo, menos deste Brasil com que a gente se entristece, porque os grandes temas estão muito acima do que está sendo discutido por esses *haters*, por tudo o que a rede social trouxe.

Eu quero dizer desses dois momentos que me marcaram muito - viu, Presidente Davi?

O primeiro foi o seu: foi ter me sentado na sua eleição aqui, embora eu tenha perdido a minha festa, um jantar com a família, de estar todo mundo junto, por ter assumido o Senado Federal. Aquela sua eleição, para mim, foi emblemática. Eu sabia que você era o homem certo, para o lugar certo, na hora certa. E olhe que eu não era Deputada Federal, não tinha sido Deputada Federal, tá? Mas o Espírito Santo de Deus não engana; muito pelo contrário, ele confirma. E ali eu me mantive firme. Abriu mão o Senador Esperidião Amin e eu pedi a Deus que aquele momento chegasse. Abriu mão, como

candidato, Esperidião Amin, pelo meu partido, o que deu toda a tranquilidade para que eu pudesse votar em V. Exa. Eu ficaria aqui o dia todinho; por mim, eu passava três dias, para que fosse você. Saudoso Maranhão... Mas aí você mostrou ao Brasil quem era você, quem era Davi.

E aí chega aquele momento... Aqui eu quero voltar para você, meu amigo Rodrigo Pacheco, Senador, porque poucas são as amizades por que a gente passa e a gente leva e a gente deixa. Poucos são os carinhos, poucos são - né, Leilinha? - os que a gente consegue até conquistar ou mesmo levar para a vida.

E aí chega o dia em que Davi me chama - e eu tenho esse filme guardado -, numa reunião, e diz assim: "Estou pensando que o meu candidato vai ser Rodrigo".

Eu não conhecia muito Rodrigo, mas tinha a oportunidade de estar próxima a você, Senador - eu vou chamá-lo de Rodrigo, com muito carinho, antes de chamá-lo de Ministro -, e você sempre me deu e me trouxe sentimento de admiração, por sua fala, por sua calma, talvez por ser tão parecido com o meu irmão, Aguinaldo, o Guiga, com esse jeito calmo, que acalma as pessoas, que é pacificador, daquela pessoa que sempre me trouxe isso ali, naquele lugar.

Quando Davi disse, naquela sala, num almoço, eu acho, que provavelmente seria você, além de eu ter tranquilidade, porque Davi sabe sempre que o está fazendo - eu digo isso para ele, porque ele tem essa maturidade -, foi a melhor coisa do mundo, foi unir o útil ao agradável, foi ter um sucessor, naquele momento, para a hora certa também, no lugar certo. Isso é ter visão.

Eu quero lhe agradecer: agradecer por cada momento como Presidente, agradecer pelo carinho, pela atenção; agradecer como Líder também que fui da Bancada Feminina por tudo aquilo que você construiu e apoiou, agradecer porque você sempre foi um colega exemplar.

Eu desejo-lhe, em nome de Deus, do Deus em que eu creio e que respeita todas as religiões, que você possa ter um mandato profícuo, sobretudo voltado para o compromisso e para os princípios que você tem e que você leva para onde você vai. Tive a oportunidade de conhecer sua família, seus irmãos, e a gente vê isso.

Então, que os Prefeitos brasileiros, que os gestores brasileiros tenham tranquilidade, porque vão ter um Ministro que vai usar a sua missão para apenas sempre ser justo e sempre fazer com que aqueles que errem paguem, mas que aqueles que não têm culpa não sejam sequer... Como, infelizmente, hoje acontece como um ou outro Ministro no Tribunal de Contas: fazer chantagem diretamente com Prefeitos, como no nosso Estado da Paraíba, por exemplo, para que os Prefeitos votem em candidatos do seu irmão... Ministro, eu faço isso e digo isso porque tem gente que não tem coragem; só vê, só assiste - inclusive no palácio -, mas fica em silêncio.

Essa alegria minha é porque V. Exa. vai fazer a diferença no Tribunal de Contas da União. Que Deus o abençoe!

Mais do que nunca, este Senado está em festa porque nós temos todos a confiança de ter um homem de bem, um homem que faz o bem, que tem compromisso com o bem, com as pessoas e, acima de tudo, com o nosso país.

Que Deus o abençoe.

Na minha pequenez, na minha humildade, mas no meu carinho e no meu respeito, se você um dia estiver na Paraíba ou for para um São João lá, dançar um forró, muito mais ou menos como você dança ou como Davi... Se você chegar lá, será muito bem recebido sempre. Que Deus o abençoe.

Vou sentir saudade, mas eu também estou saindo, então, faz parte. Essa é a nossa vida, e vamos para outras missões.

Deus o abençoe, meu amigo.

Obrigada.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Petecão, eu estou com uma lista aqui...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) - É só um registro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu sei que V. Exas. já votaram, mas tem muitos Senadores inscritos. Deixe-me seguir a lista aqui.

Senador Fabiano Contarato.

Daqui a pouco, eu dou a palavra a V. Exa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - É só um registro, Davi.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) - Sr. Presidente, Senador Davi, eu queria falar uma coisa olhando nos olhos do senhor: eu quero parabenizar a V. Exa. pela indicação rápida e por ter colocado aqui em votação a indicação do nosso querido Senador Rodrigo Pacheco.

Eu sou testemunha aqui, na minha humildade, durante o meu mandato no Senado Federal, tanto do compromisso do senhor como também, acima de tudo, do do Senador Rodrigo Pacheco, por quem - ele sabe - eu tenho uma admiração e um respeito muito grande.

O Senador Rodrigo Pacheco, além de um brilhante jurista, tem, eu acho, os atributos que são inerentes ao ser humano com virtudes que são invejáveis, no bom sentido: a serenidade, a sobriedade, a temperança são virtudes que fazem de um homem, principalmente um homem público, merecedor desse cargo que ele vai assumir.

Então, aqui eu estou duplamente feliz.

Primeiro, com um agradecimento - porque a gente tem que ter gratidão - quando o senhor tem a eficiência e, de imediato, faz a indicação do Senador Rodrigo Pacheco e já pauta aqui a deliberação.

E ao meu querido Rodrigo Pacheco eu quero desejar sucesso. Eu tenho certeza de que ele vai dignificar, em muito, o Tribunal de Contas da União. Ele sabe, como V. Exa. sabe, que eu também sonhava com ele no Supremo Tribunal Federal. Eu acho que isso é público e notório, porque todos nós sabemos - nós convivemos com ele e o vimos presidindo esta Casa - da qualidade, não só do aspecto jurídico, mas desses outros atributos que fazem dele merecedor desse cargo ou de qualquer outro que ele venha a postular.

Então, quero só, de forma rápida, parabenizar V. Exa. e desejar todo sucesso ao Ministro Rodrigo Pacheco à frente do Tribunal de Contas da União.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para discutir.) - Querido Presidente Rodrigo Pacheco, a Constituição diz para nós, no art. 5º, quais são os direitos fundamentais. Eu costumo dizer - o senhor sabe e o senhor nos ensina, sabe mais do que eu - que o art. 5º da Constituição, que é a nossa Declaração de Direitos Humanos, é a coluna vertebral do que é a Constituição e do sentido da Constituição. Ele proclama a igualdade jurídica e diz que todos os brasileiros e estrangeiros residentes neste país são iguais perante a lei, destacados os direitos à liberdade, à vida e à propriedade.

Além disso, Presidente Rodrigo, é do Ministro Ayres Britto uma belíssima definição sobre a Constituição. Diz o Ministro Ayres Britto que, na Constituição, a democracia é continente e todo o restante é o conteúdo.

Eu faço essas referências, Presidente Rodrigo Pacheco, a esses dois aspectos do texto constitucional - primeiro ao que diz o art. 5º, que é a nossa espinha dorsal do texto constitucional e, depois, à jurisprudência, quase em forma de poesia, dita por Ayres Britto - para destacar que, na função aqui de Senador da República e de Presidente desta Casa, o senhor assegurou todos os princípios que a Constituição proclama.

Quando o senhor foi chamado a defender a democracia, o senhor foi o primeiro a se manifestar, e eu agradeço a Deus ser testemunha disso. Eu estava aqui no 8 de janeiro; comuniquei-me com V. Exa., e V. Exa. nos orientou e foi firme na defesa das instituições democráticas naquele dia 8. Mas, Presidente, o senhor fez mais: quando havia dúvidas sobre o resultado das eleições, o senhor esteve presente no Tribunal Superior Eleitoral para ratificar o resultado democrático das urnas.

Presidente, ainda há pouco, o Senador Paulo Paim - e o Senador Paulo Paim é referência entre nós, primeiro por decano que é, depois pela história dele como lutador, como participante da luta antirracista - disse que todas as leis antirracistas, todas as leis necessárias à defesa do povo negro brasileiro passaram por seu apoio, por sua lavra, por seu encaminhamento.

Presidente, eu sou testemunha de um segundo momento, Presidente Rodrigo Pacheco, quando um princípio fundamental da Constituição - a vida - estava em xeque. É o art. 5º, que eu citei agora, que diz: "Todos são iguais perante a lei [...] [e a todos os] brasileiros [é assegurado] e aos estrangeiros [...] [é assegurado o] direito à vida, à liberdade [...]". Quando o direito à vida estava sob ameaça em uma pandemia, eu sou testemunha do nosso trabalho conjunto, das iniciativas de V. Exa. para que nós tivéssemos vacina e, com isso, salvássemos a vida de milhões de brasileiros.

Eu fico muito honrado de ter convivido, neste tapete azul do Senado da República, com um dos homens mais republicanos que já conheci a passarem aqui - não somente pelo Congresso Nacional, a passarem pela história republicana brasileira.

O senhor, Presidente Rodrigo, está abalizado para qualquer posto da nossa República, seja no Supremo Tribunal Federal, seja agora no Tribunal de Contas da União - a qualquer posto da nossa República.

V. Exa. - e me honra o chamar de amigo - é um dos homens mais comprometidos com os ideais dessa Constituição, que acabei de declinar: com o ideal da democracia, que Ayres Britto disse que, na Constituição, é continente, e o restante é conteúdo; com o direito fundamental à vida, e V. Exa. o fez, repito, durante uma pandemia, direito fundamental esse estipulado e estabelecido no art. 5º; com o direito à liberdade, que V. Exa. fez, ratificando o resultado democrático das urnas de 2022, quando alguns a ameaçaram; com o direito à igualdade - a igualdade jurídica desse art. 5º -, que V. Exa., na sua atuação, consagrou.

Não é o senhor que ganha indo para o Tribunal de Contas da União; é o Tribunal de Contas da União que ganha um dos melhores membros da história daquela instituição.

Lamentamos sua ausência deste Plenário, e o Senado chorará a sua ausência neste Senado, porque faltarão a serenidade e a condução com que V. Exa. sempre conduz os temas diferentes aqui, mas a República e o Tribunal de Contas, tenho certeza, ganharão um dos melhores membros da história dessa instituição.

Tudo o que está na Constituição, de direito fundamental, V. Exa. na atuação consagrou, e me honra ser seu amigo e chamá-lo assim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Eduardo Braga, Líder Eduardo Braga.

Eu queria informar a V. Exas. que nós ainda temos nove Senadores inscritos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) - Sr. Presidente, meu caro Presidente Rodrigo Pacheco, eu gostaria de, ao cumprimentar V. Exa. no dia de hoje, começar reconhecendo quem V. Exa. vai suceder no Tribunal de Contas da União.

V. Exa. não vai suceder um Ministro qualquer do Tribunal de Contas da União. V. Exa. vai suceder o Ministro Bruno Dantas, que, como funcionário do Parlamento brasileiro, servidor que é e foi, fruto de concurso público, foi um dos mais talentosos servidores que o Senado da República já teve e acabou sendo indicado por este Plenário para representar o Senado da República no Tribunal de Contas da União.

Lá, o Ministro Bruno Dantas, Presidente Davi Alcolumbre, ocupou função de destaque em diversos momentos da República Federativa do Brasil. Em diversas decisões importantes que o Tribunal de Contas da União tomou, que tiveram impacto nos destinos do nosso país, lá estava o Ministro Bruno Dantas.

Depois, não só como Ministro, mas como Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Bruno Dantas trouxe inúmeras inovações, e uma delas tem a ver com a passagem de V. Exa. pela Presidência do Senado da República.

V. Exa. me designou Relator da Reforma Tributária aqui no Senado da República, e uma das primeiras medidas que V. Exa. me recomendou fazer foi exatamente procurar o Tribunal de Contas para que ele, como órgão auxiliar do Parlamento brasileiro, nos ajudasse nas funções de controle sobre a carga tributária e sobre o sistema tributário inovador que se propunha ao país, para que nós tivéssemos certeza não só da sua funcionalidade, mas dos mecanismos de fiscalização, comando e controle necessários para a fiscalização de todo recurso público arrecadado através dos impostos de bens de consumo deste país.

V. Exa., como Presidente desta Casa e como Senador da República, foi e é, sem dúvida nenhuma, um dos mais brilhantes e mais talentosos homens públicos com que eu tive a oportunidade, nesses 16 anos, de conviver nesta Casa, não apenas pela questão constitucional - e constitucionalista, porque V. Exa. o é -, não apenas pelo conhecimento advocatício que V. Exa. possui, mas principalmente pelo seu espírito democrático e pelo seu espírito republicano. Durante todos os momentos em que V. Exa. funcionou seja como Senador, seja como Presidente desta Casa, estas características de sua personalidade estiveram presentes de forma marcante em sua atuação no Parlamento brasileiro.

A democracia brasileira teve inúmeros momentos em que esteve em xeque, e V. Exa. participou diretamente de alguns desses momentos.

Um deles foi no 8 de janeiro passado, em que V. Exa., como Presidente do Congresso Nacional, teve uma postura firme em defesa da democracia, sem que, com isso, representasse qualquer tipo de exacerbação do poder em nome da defesa da democracia.

V. Exa., na relação com seus pares nesta Casa, sempre usou um critério: o da meritocracia. E, com o critério da meritocracia, buscou fazer com que cada um dos Senadores pudesse desempenhar seus valores e seus papéis na função democrática de representação direta da democracia, pelo voto direto do Senado da República na Casa da Federação, concedendo a esses Senadores espaços em relatorias, espaços em Comissões, espaços em temas e em projetos de destaque para a nação brasileira.

Mas V. Exa. fez mais. V. Exa., como Presidente deste Senado, teve a tranquilidade e a responsabilidade de enfrentar uma pandemia, com a responsabilidade de quem precisava garantir ao povo brasileiro o direito à vacina, mas, ao mesmo tempo, garantir à nação brasileira o direito a discutir os caminhos com liberdade democrática e com liberdade de expressão. E V. Exa. o fez com leveza, com tranquilidade, com maturidade e com um senso de justiça extremamente aguçado.

Eu quero dizer, portanto, que nós do MDB nos sentimos extremamente bem representados por V. Exa. na cadeira em que o MDB indicou o Ministro Bruno Dantas para representar o Senado da República naquela corte. V. Exa. representará o Senado, representará o Poder Legislativo e trará ao Congresso Nacional a segurança de que teremos um interlocutor sereno, independente, articulado, ponderado, mas, ao mesmo tempo, fiel aos seus princípios, aos seus ideais e ao seu compromisso com a democracia e com a República Federativa do Brasil.

Portanto, meu caro amigo Rodrigo Pacheco, não falo mais aqui como Senador, mas como seu amigo pessoal e como seu admirador. Uma vez, logo quando chegamos aqui ao Senado, tive a oportunidade de o cumprimentar e de dizer da minha admiração pessoal pelo seu talento e pela sua competência.

E, hoje, no momento em que V. Exa. - tenho certeza - será aclamado pelos seus pares, numa votação que se abrirá logo mais, eu quero dizer do meu orgulho de poder ter tido a oportunidade de conviver com V. Exa. nesses anos no Senado, conviver com V. Exa. e compartilhar com V. Exa. momentos tão difíceis em que V. Exa. teve que tomar decisões tão importantes para a República, e somente no futuro, num livro, poderemos relatar e descrever decisões que tomamos em defesa da liberdade, da democracia e da segurança jurídica para este país.

V. Exa. fez uma atitude nobilíssima logo ao encerrar a votação em outubro de 2022, quando, logo após as eleições, V. Exa. reconhece o resultado e afirma, com todas as letras, a transparência e a confiabilidade do sistema democrático brasileiro.

Mas V. Exa. fez mais: V. Exa. conduziu, com muita habilidade, a aprovação da PEC da transição, que foi responsável pela governabilidade que trouxe o Brasil até aqui, que permitiu que o Brasil não convulsionasse, que o Brasil não entrasse em conflito mais do que já entrou.

Portanto, é com orgulho e com muita satisfação que venho à tribuna dizer que V. Exa. vai para o Tribunal de Contas e lá escreverá páginas com brilhantismo, com competência, com autoridade e, ao mesmo tempo, com espírito público, para fortalecer ainda mais a República Federativa do Brasil, agora na função de Conselheiro do Tribunal de Contas da União, na função judicante que V. Exa. terá para julgar processos administrativos, financeiros e legais de toda a República de nosso país. Desde o mais simples município do interior do meu estado ao mais importante ministério da República, lá estará...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - ... a competência, o brilhantismo e a independência do cidadão Rodrigo Pacheco.

Boa sorte. Que Deus o abençoe! E sucesso na sua caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua a lista de oradores inscritos.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) - Sr. Presidente, eu ouvi aqui alguns discursos em defesa da democracia, mas não ouvi nenhum ainda, ou poucos, tratando deste dia triste para a nossa democracia, com as mensagens que foram reveladas nessas investigações envolvendo o Banco Master.

É inadmissível, Senador Laércio, que tenhamos pessoas da cúpula do poder deste país sendo suspeitas do cometimento de vários crimes - vários crimes - e que isso não seja o assunto principal, respeitando o Senador Rodrigo Pacheco pelo momento desta votação aqui... É muito preocupante essa espécie de anestesia que nós estamos vendo por parte do Poder Legislativo, em especial por parte desta Casa.

Se o Brasil chegou ao ponto em que um Ministro da Suprema Corte é flagrado - não tem outro nome para falar, Damares: é flagrado - trabalhando, advogando para um banqueiro, negociando proteção, dando dicas, se foge ou não foge do país, sugerindo que pode ser uma espécie de seguro deste réu junto à Procuradoria-Geral da República, junto à Polícia Federal...

Nós estamos falando do Ministro Alexandre de Moraes, alguém que, até ontem, estava prendendo a Débora, do batom, fundamentando que o simples fato de ter apagado conversas no WhatsApp já justificariam a sua prisão preventiva. E hoje o que nós vemos são conversas que foram apagadas entre Alexandre de Moraes e Vorcaro, apontando uma série de crimes, de

obstrução de justiça, de interferência em processo judicial, em venda de proteção, em enriquecimento ilícito e corrupção, formação de quadrilha, e parece que nada está acontecendo. Enquanto eu falo aqui, tem Senadores conversando, tratando de coisas mais importantes, tenho certeza, mas até quando este Senado vai tapar os olhos, que nada está acontecendo no Brasil, está tudo normal, está tudo normal no nosso país? Nossa democracia está linda, plena, exuberante, mais viva do que nunca - só que não.

Chegamos a este ponto porque, neste Senado, em que muitos se vangloriam de terem trabalhado pela defesa da democracia, agora não enxergam que a democracia está podre no Brasil, num problema que eu não sei como vai ser resolvido, mas precisa ser resolvido. Olhe o ambiente que os três Poderes respiram hoje: o Presidente da República tem que se servir de Alexandre de Moraes para fazer articulação política, Presidente Davi, com V. Exa. Olhe a que nível chegou o "trabalho", muito entre aspas, de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Em vez de aqui todos nós sairmos em defesa do Supremo Tribunal Federal, que é isso que é o nosso dever, defender a instituição e não defender pessoas, parece que nada está acontecendo. É obrigação nossa defender o Senado Federal, Presidente Davi, mais do que nunca, porque todo mundo sabe, todo mundo aqui sabe e finge que não vê, muitas vezes, mas hoje todo mundo aqui, de um jeito ou de outro, acaba vivendo sob uma espécie de ameaça, uma espada apontada para a sua cabeça. Há um sentimento de que um Senador não pode vir aqui a esta tribuna e dizer o que pensa, porque pode acontecer alguma coisa com ele, pode virar investigado no "inquérito do fim do mundo", sete anos de inquérito aberto, grande constitucionalista, advogado Rodrigo Pacheco, contra todos os precedentes da história deste país, aberto para usar, como instrumento de chantagem - o nome é esse -, interferências em eleições... Eu não vou nem falar de 2022, vou falar desta, em que a própria imprensa noticia que Líderes partidários não podem compor formalmente uma chapa à Presidência da República, porque podem ser retaliados. Usam investigações para ameaçar partidos políticos. Forjam investigações e processos para ameaçar a política. Estão ameaçando a política - ou é mentira o que eu estou falando? - e até a nossa representatividade.

Tem de tudo aqui neste Plenário. Tem de tudo, menos quem não teve voto. Todo mundo aqui teve voto. Todo mundo aqui representa algum segmento da sociedade, concordemos ou não. E isso tem que ser respeitado. O nome disso é democracia. E até podemos discutir o valor de emenda parlamentar, se é muito, se é pouco, mas nós somos cobrados por levar melhorias para os nossos estados. Isso passa também por responder por uma parte do orçamento. Se não fosse uma emenda parlamentar do Senador Flávio Bolsonaro, não tinha atendimento médico lá em Bom Jesus do Itabapoana, um município pequeno que não tem de onde sobreviver. E isso está sendo usado como instrumento de pressão contra a política. E está tudo bem?

Vamos fingir que o Flávio Dino é o Ministro que está preocupado com moralizar as emendas parlamentares? Ou vamos reconhecer que ele, a todo momento, usa isso como instrumento de pressão política, de interferência nas decisões políticas lá no Maranhão, por exemplo? Ou vamos fingir que, no Rio de Janeiro, não teve interferência do Alexandre de Moraes? Ou vamos fingir que, lá em Roraima, o critério que foi usado foi um e, no Rio de Janeiro, foi outro na linha sucessória para Governo do estado, por conveniência política? Vamos ficar aceitando isso calados até quando?

Passou da hora de cada um de nós aqui defendermos as instituições. Eu acabei de defender um concorrente meu, um candidato para Presidente da República, que, na minha avaliação, foi censurado erradamente, apesar de não haver recíproca por parte dele, que chamava Alexandre de Moraes para praticar atos ilegais, inconstitucionais e persecutórios contra nós. Mas eu mantenho a minha coerência. Não é porque é um adversário meu que está sendo perseguido e sofrendo censura que eu vou concordar com isso. Esse eu acho que é um grande diferencial entre quem quer fazer política de verdade e quem quer disputar o poder, entre quem quer salvar o Brasil e quem quer continuar com o Brasil do jeito que está.

Cá para nós, o ambiente está bom entre os três Poderes? Alguém aqui acha que, daqui a quatro anos, se continuar esse atual Governo, vai estar melhor ou vai estar pior? Vai estar melhor ou vai estar pior? Um Presidente da República que abriu mão de governar com o Legislativo, para fazer conluio com alguns na Suprema Corte... Vamos tapar os olhos para isso até quando, Presidente Davi? Ninguém aguenta mais um dia disso. Vai acabar esta sessão, muita gente aqui vai para casa e não sabe se, de repente, amanhã, numa canetada, uma nova covardia possa estar acontecendo para tentar mudar o assunto.

Não dá para esconder mais. O Brasil precisa da gente. O Brasil precisa de cada um de nós. A gente tem a procuração de uma parte da sociedade para defender a democracia. Cadê os defensores da democracia que não estão falando desse absurdo, desse conluio, desses crimes que claramente foram praticados por Alexandre de Moraes? Acusado de ter editado o próprio contrato...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... de advocacia - vou concluir, Presidente - da sua esposa; mensagem mostrando-o aumentando o limite de crédito para os próprios filhos, no Banco Master, para R

$300 mil. O Procurador-Geral da República mandando fotinho, dizendo que está torcendo pelo Vorcaro; óbvias e várias - e várias - provas de obstrução de justiça e manipulação processual por parte do Chefe da Polícia Federal. Vamos ficar aceitando esse estado policialesco de ameaça, de interferência na política até quando? Quem tem voto aqui é cada um de nós! É a gente que tem a obrigação de resolver isso, Presidente Davi.

Hoje mais um pedido de *impeachment* foi protocolado contra Alexandre de Moraes. Não dá para fingir que ele não cometeu crime de responsabilidade, pelo amor de Deus! A história está sendo escrita hoje por cada um que está aqui - hoje. E o mesmo raciocínio vale para os integrantes da Suprema Corte. A história está sendo escrita também lá na Suprema Corte, onde o Ministro Alexandre de Moraes acaba de pedir um julgamento público, se abre ou se não abre, se coloca ou se não coloca - melhor dizendo - o Ministro Alexandre de Moraes como investigado no caso Master. Qual vai ser a decisão? Defesa do Brasil, da instituição, defesa do Supremo ou a proteção a um colega?

Eu espero sinceramente - sinceramente - que a maioria no Supremo cumpra a lei. Eu espero sinceramente que eles respeitem a Constituição e que eles mostrem para o Brasil que eles têm alguma condição ainda de resgatar a credibilidade do Judiciário. E eu espero sinceramente - para concluir, Presidente Davi - que...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... nós aqui também possamos fazer a nossa parte. O Alexandre de Moraes precisa ter o processo de *impeachment* imediatamente iniciado - imediatamente iniciado. Hoje, de ofício, bote agora em votação aqui no Plenário, porque é inaceitável - é inaceitável - a gente continuar aceitando esse tipo de coisa no nosso Brasil.

Eu vou descer aqui desta tribuna com a consciência tranquila, com o coração leve, de que eu estou fazendo a minha parte, de que eu respeito a Constituição, de que eu vou chegar em casa, Presidente Davi, e vou poder dar um cheirinho na cabeça da minha filha, um beijinho na cabeça dela, olhar no olho dela e ela falar: "Papai, tenho orgulho de você, você não se acovardou".

Eu tenho certeza de que V. Exa. também, Presidente Davi, pensa da mesma forma; em como é que os seus filhos vão ler, nos livros de história, o que nós fizemos no dia de hoje. Então, uma súplica: vamos aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... resgatar a nossa democracia. O Brasil não tem mais tempo a perder. É responsabilidade nossa. Por causa da nossa omissão, por causa da omissão do Senado Federal, é que as coisas chegaram a esse nível. Ou então vamos continuar, todo dia, indo para casa movidos por ameaças de algumas pessoas que estão em outro Poder.

Então, Presidente, fica aqui esta minha súplica. Não dá mais - não dá mais para este Senado se omitir. Não dá mais. Vamos iniciar imediatamente um processo de *impeachment* contra o Alexandre de Moraes e dar a ele o que ele não deu ao Presidente Bolsonaro: o direito de defesa, o direito ao devido processo legal, o direito de explicar todas essas aberrações que vieram à tona.

A própria PGR acabou de decidir que não vai aceitar uma nova delação do Vorcaro. Hoje! Olhe a cara de pau!

Eles vão se unir para enterrar esse assunto, e vai estar tudo bem no dia seguinte, vai todo mundo acordar para o clube do uísque de novo?

E o Chefe da Polícia Federal vai continuar sendo usado como instrumento de ameaça a Senadores e a Deputados, Presidente Davi? Obstrução de justiça é uma coisa que, pelo que eu me lembro do Código Penal, dá cadeia. O Andrei teria que estar preso hoje. Se fosse o Alexandre de Moraes o Relator, o Chefe da Polícia Federal que praticou os atos criminosos...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... que o Andrei praticou estaria preso. Se fosse o Alexandre de Moraes o Relator desse processo, o Procurador-Geral da República estaria afastado neste momento. Mas não.

Graças a Deus, existem pessoas no Supremo que ainda respeitam a Constituição, respeitam o direito de as pessoas se defenderem, respeitam o devido processo legal e têm o equilíbrio necessário para merecerem fazer parte da mais Alta Corte deste país. Não é o caso de Alexandre de Moraes, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia. Senadora Zenaide, V. Exa. está inscrita.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - É hoje!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - V. Exa. está inscrita? *(Pausa.)*

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu me inscrevi não para falar de Vorcaro, porque Vorcaro está na boca e nas relações de muita gente, menos nas minhas. Eu me inscrevi, sobretudo, para exaltar a votação que nós vamos dar, daqui a pouco, ao Senador Rodrigo Pacheco.

E quero falar duas coisas sobre o Senador Rodrigo Pacheco. Senadora Eudócia, uma delas é sobre a minha pessoa. Eu gosto muito de Davi Alcolumbre, mas quem me recebeu aqui foi o Senador Rodrigo Pacheco, no meu primeiro mandato, dando os primeiros passos, com toda a sabedoria de quem aqui já estava há muito tempo, com todo o acolhimento desse lorde que é V. Exa., no tratamento e no convívio com todos nós, respondendo a algumas indagações.

E o senhor não se lembra, mas o senhor valorizou a minha história de professora quando me fez uma pergunta: "Senadora, o que é que a senhora acha de um projeto que está aqui tramitando, que trata de *homeschool"*, lá na residência oficial? Aquilo, para mim, foi de um valor tão importante, porque V. Exa. não me conhecia, sabia quem eu era e, quando soube da minha história, me fez essa pergunta, valorizando essa história, Senadora Damares.

Eu tenho, portanto, esse carinho de quem foi muito bem recebida, como primeiro mandato, primeiros momentos. E tive, como Senadora também, já no dia da posse, a satisfação de votar na sua recondução para Presidente do Senado.

Mas quero destacar também, antes de eu ser Senadora, a sua participação em três episódios que marcaram a história do Brasil, e a sua posição, a posição de V. Exa. está marcada como aquela que pode olhar para os olhos de seus filhos, pode chegar a casa e dizer: a minha consciência está tranquila. Primeiro, o papel deste Senado durante a pandemia da covid. Quem não assistiu, assista Anatomia do Caos.

Eu tive orgulho de ver os Senadores, alguns ainda colegas nossos, no desempenho e na defesa da vida, contra o negacionismo e afirmando aquele papel protetor desta Casa com a população.

Segundo, na PEC da transição. Não fosse aquela negociação direta, que envolveu também o Governo... Eu estava na equipe da transição, mas ainda não tinha tomado posse. É evidente que a PEC foi votada antes de a gente tomar posse, antes da nova legislatura, e foi todo aquele trabalho de construção, de costura, todo aquele trabalho de respeito e de confiança - de confiança - que deu ao país a possibilidade de, na transição, manter ou restaurar políticas que estavam esquecidas, políticas que estavam debaixo do lixo, políticas que não estavam valorizando as pessoas naquilo de que elas mais precisam.

E, terceiro e último, para coroar o seu desempenho, uma imagem que ficou marcada em todos, certamente, que a viram, no dia 8 de janeiro. Aquela harmonia entre os três Poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário - nos fez superar aquele momento, que foi tão difícil para o Governo, tão difícil para o país, e que ainda hoje deixa sequelas que, vez por outra, querem ser restauradas - querem ser catucadas, como a gente diz lá no Nordeste, não é, Senador Fernando Dueire?

Então, Excelência, em conversa com o Presidente Lula, eu disse... Depois que Davi nos disse "Teresa, nós vamos indicar o nome do Senador Rodrigo para o TCU, amanhã. Está faltando a sua assinatura e a de Randolfe...", na mesma hora ele ligou para Randolfe - eu estava lá, na resistência -, ato contínuo, assinamos, tanto eu quanto Randolfe. O Líder do PT já tinha assinado. E a posição do Presidente foi esta: "Este assunto é um assunto do Senado, mas eu quero dizer a você, minha Líder, que eu tenho muito gosto que vocês votem favoravelmente à indicação do Senador Rodrigo Pacheco". E assim o faremos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - Presidente...

Nós teríamos mais quantos companheiros para falar, Presidente? Não poderíamos abrir o painel?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Deixe-me fazer... Eu sei que todos nós, Senador Randolfe Rodrigues...

Se pudéssemos colocar aqui o desejo de todos os nossos 67 colegas Senadores para fazerem um pronunciamento em relação à sua história, nós teríamos que ficar aqui a noite toda e o dia de amanhã para ouvir o que os nossos colegas falariam de V. Exa. - com muito prazer -, mas ainda tem oito Senadores inscritos e temos cinco matérias para votar.

Eu prometo a V. Exas. - se V. Exas. permitirem - que eu resgato esta lista de inscrição para que, amanhã, num momento também de discussão de outras matérias, a gente possa ouvir os nossos colegas Senadores em relação à história do Senador Rodrigo Pacheco.

Eu peço desculpa a V. Exa. Eu gostaria de ouvir os 67 aqui, mas nós estamos todos com muitas atribuições e eu tenho certeza de que V. Exa. e o seu coração também aguarda a abertura daquele painel - os dois corações, inclusive.

Eu queria pedir desculpas aos nossos colegas Senadores e Senadoras, porque eu vou transferir esta lista para amanhã, para a gente encerrar essa votação e iniciar a deliberação da Ordem do Dia previamente estabelecida. Perdoem-me V. Exas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) - Davi, eu só queria registrar o aniversário do Morales, o chefe da sua polícia. Hoje é o aniversário dele. Estou há uma hora pedindo. Do Morales, o seu Morales. É só para registrar o aniversário dele, só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Se eu soubesse que era essa a observação que V. Exa. gostaria de fazer, seria mais um motivo para eu não dar a palavra a V. Exa. *(Risos.)*

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Votação do projeto, em turno único.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que encerre a votação e que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Votaram SIM 63 Senadores e Senadoras; NÃO, 4 . *(Palmas.)*

Está aprovado o projeto de decreto legislativo.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pela ordem, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Pela ordem.) - Muito obrigado.

Eu respeito a decisão de V. Exa. de deixar para amanhã as falas dos Senadores, mas eu não posso deixar de colocar aqui a minha indignação sobre o silêncio desta Casa com relação às denúncias envolvendo o Ministro Alexandre de Moraes.

Excelência, estão sobre a sua mesa, sob a sua responsabilidade e a sua história, dois requerimentos da minha autoria: o 54º pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. Dessa vez, não é por questões político-partidárias, dessa vez, Excelência, é por provas e investigações que a Polícia Federal levantou e estão sendo veiculadas e para as quais nós não podemos fechar os olhos.

O segundo, Excelência, é para que ele venha a este Plenário, a esta Casa, eleita pelo povo brasileiro, para dar esclarecimentos sobre as denúncias. Não é possível que o Senado da República continue fingindo que nada está acontecendo neste país.

Lá fora, Excelência, quando eu ando nas ruas, as pessoas perguntam o que o Senado vai fazer para que a gente traga respostas.

Eu não falo isso, Presidente Davi Alcolumbre, apenas num discurso, não, falo como ex-Presidente de uma CPMI que V. Exa. não permitiu que continuasse e que começou essa investigação trazendo à tona todos esses fatos. É nossa obrigação histórica. Nós, hoje, exigimos explicações do Ministro Alexandre Moraes.

É urgente que o Ministro seja afastado das funções para que não tenha condições de dar decisões monocráticas que possam prejudicar a investigação. É dele mesmo a decisão de não poder usar relatórios do Coaf sem autorização da Justiça, no interesse próprio da investigação. É dele a decisão, muitas vezes, aqui desta Casa.

Os senhores vejam bem que as mensagens de Daniel Vorcaro estão todas lá preservadas, mas as do Alexandre Moraes não. E está aqui, foi muito bem lembrado: uma mulher, com um batom, ganhou 14 anos de prisão, e ele mesmo escreveu que apagar mensagens se vê como, deliberadamente, indício de tentativa de crime.

Então, não é possível, Presidente Davi, que nós não tomemos posicionamento em nome do povo brasileiro. Não é possível que nós continuemos aqui como se nada estivesse acontecendo neste país.

É urgente o afastamento de Alexandre de Moraes das funções pelo próprio Supremo Tribunal Federal para o bem do Judiciário brasileiro, Presidente, porque nós não estamos falando aqui em atacar a Justiça, o Judiciário. Nada disso. Nós estamos falando em defender as instituições.

Se um Ministro usou da toga para fazer advocacia administrativa, defender banqueiro corrupto e recebeu pelo escritório da mulher, se isso ficar provado em uma investigação que esta Casa tem obrigação de fazer, Sr. Davi Alcolumbre, é preciso fazer o *impeachment* desse Ministro para o bem da nossa nação, para o bem da democracia brasileira.

Eu fico impressionado com isso e peço a cada um dos colegas Senadores e colegas Senadoras, que fazem a história junto comigo: Nós não podemos nos calar. Nós não podemos nos omitir diante do que está acontecendo no país.

O povo espera de nós respostas e eu espero, Excelência, em quem eu votei três vezes - eu votei em V. Exa. três vezes -, que V. Exa. cumpra com o seu papel de Presidente desta Casa, com a responsabilidade que a história lhe deu. O senhor, como eu, tem no sangue um povo que a vida inteira lutou pela sobrevivência, nunca teve medo de guerras. O senhor, como eu, sabe da dificuldade de se chegar aqui.

Eu fui perseguido absurdamente na Presidência daquela CPMI. Minha vida foi revirada. Respondo a um processo em que, já, todas as provas foram juntadas, sem nenhuma responsabilidade, mas o inquérito continua. Agora eu peço a V. Exa.: cumpra o que o povo brasileiro espera de nós, espera de vós como Presidente desta Casa. Chame o Ministro Alexandre de Moraes para vir dar esclarecimentos aqui. Chame-o. O Senado tem a obrigação de ouvir. Ele tem que dar posicionamento sobre o que está acontecendo.

E é fundamental que todos nós brasileiros... E aqui eu peço a todos os meus irmãos na fé. Nós precisamos orar por André Mendonça, um homem que está sofrendo muito mais perseguições do que eu sofri como Presidente da CPMI. Mas eu cumpri com o meu papel e ele vai cumprir com o dele.

O povo espera muito de nós, Sr. Presidente Davi Alcolumbre. O senhor pode entrar para a história como um grande Presidente que ajudou a fortalecer o reequilíbrio entre os Poderes, mas pode entrar para a história também como um dos mais omissos num dos momentos sérios da nossa República, num dos momentos mais graves de denúncias comprovadas que nós temos a obrigação de esclarecer nesta Casa.

Ouça as minhas palavras, Presidente Davi Alcolumbre, em nome do povo brasileiro que está lá de fora, esperando termos coragem para vencer essa guerra em nome da democracia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Permitam-me V. Exas.

O nosso Senador Rodrigo Pacheco pediu para usar a tribuna e eu gostaria de conceder a palavra ao nosso Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG. Para discursar.) - Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, sabedor de que temos ainda uma pauta muito longa no dia de hoje, eu serei muito breve. E este pronunciamento não constitui um ato de despedida definitivamente, até porque essa votação de hoje ainda precisa ser submetida à Câmara dos Deputados, à Presidência da República e ao próprio Tribunal de Contas da União.

Mas não posso deixar, primeiramente, de agradecer - e a razão primeira desse pronunciamento é esta - a todas as Senadoras e a todos os Senadores pela confiança em mim depositada nessa missão honrosa de representar o Senado Federal no Tribunal de Contas da União.

A minha gratidão é imensa neste instante. A emoção toma conta justamente por esse reconhecimento, depois de oito anos aqui vividos, ao receber dos meus pares essa confiança, em ampla maioria, para que possa representá-los e representar o Senado numa corte muito importante da República brasileira. Portanto, o agradecimento, primeiro, a cada uma das senhoras, a cada um dos senhores, por esta confiança e pela convivência amistosa, urbana, muito positiva, que trilhamos ao longo desse tempo, de quatro ou oito anos para alguns.

O meu agradecimento público e penhorado ao Presidente Davi Alcolumbre. Quero dizer a V. Exa., Presidente Davi, que o fato de V. Exa. ser o primeiro signatário e autor desse projeto de decreto legislativo de minha indicação, para além do

apreço e da amizade recíprocas que temos - e muito sincera -, é motivo, para mim, de muita honra. O chefe do Poder Legislativo, o nosso líder maior do Congresso Nacional, ser o signatário desse projeto de decreto legislativo me impõe uma grande responsabilidade, além, obviamente, da honra e da satisfação. E, para além disso, Presidente Davi, ter-se somado a essa sua iniciativa uma lista de Líderes partidários, de blocos, de Governo e de Oposição, de maioria e de minoria, a referendar a sua iniciativa da indicação para o Tribunal de Contas da União.

Portanto, a V. Exa., o meu reconhecimento, a minha gratidão eterna, não só por isso, mas por toda essa convivência que fez com que nos tornássemos grandes amigos. Hoje, a minha carreira pública, depois de ser Deputado Federal, Senador da República, recebendo essa indicação do Senado Federal, é coroada para uma missão muito relevante e muito importante, propiciada por V. Exa. e pelos Líderes desta Casa e pelos Senadores e Senadoras desta Casa.

Esse pronunciamento é de gratidão, de agradecimento, de compromisso firmado para cumprir bem e fielmente a missão que, eventualmente, me será outorgada após a apreciação da Câmara dos Deputados no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Um agradecimento também muito especial, Presidente Davi, ao Relator desse PDL, o ex-Presidente Renan Calheiros, que concordou que fosse suprimida a fase das Comissões e pudéssemos vir, com um requerimento de urgência, à apreciação no Plenário. E, além disso, me brindou com um parecer muito robusto, muito denso em relação aos meus eventuais predicados e às minhas condições de ocupar o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. Portanto, meu agradecimento ao ex-Presidente Renan Calheiros pela relatoria dessa matéria.

Quero agradecer também aos servidores e servidoras do Senado, não só neste momento, mas por toda a minha trajetória aqui nesta Casa, como Senador da República por Minas Gerais, Líder do meu partido nos dois primeiros anos, Presidente da Casa por dois mandatos e, agora mais ultimamente, no trabalho corriqueiro de Senador. Os servidores e servidoras são a alma e o coração desta Casa. Nós somos os instrumentos do povo para representar a população e os estados no Senado Federal. E os servidores nos propiciam ter a técnica, ter a base para que possamos fazer aqui as grandes transformações que a política nos permite fazer. Então, a esses servidores e servidoras, o meu reconhecimento, o meu agradecimento também neste instante em que, de maneira célere, é apreciado este projeto de decreto legislativo.

Permita-me também, Sr. Presidente, um agradecimento e um reconhecimento ao Ministro Bruno Dantas, cuja vaga é aqui discutida neste PDL, que será submetido à Câmara dos Deputados.

O Ministro Bruno Dantas, Senador Jayme Campos, é uma das mais brilhantes mentes da República. Egresso do Senado Federal, como consultor - aprovado em primeiro lugar aqui no Senado Federal -, foi indicado em 2014 à vaga de Ministro do tribunal e, de certo modo, contribuiu muito para a transformação do Tribunal de Contas da União. A relevância que tem hoje o TCU se deve muito a vários atores e vários fatores, mas há um papel muito preponderante do Ministro Bruno Dantas, sobretudo no momento em que foi Presidente, para que isso acontecesse.

E, ao optar por deixar a vida pública e trilhar o caminho da iniciativa privada, deixa um extraordinário legado, que precisa ser reconhecido pelo Senado Federal, egresso que é desta Casa, como consultor que foi. Por isso, a minha manifestação de reconhecimento, de apreço e de admiração ao Ministro Bruno Dantas, que impõe àquele que ocupará a vaga uma grande responsabilidade de honrar aquela vaga com os mesmos ou quase iguais predicados que ele desempenhou ao longo desse tempo.

O meu agradecimento também ao Presidente do Tribunal de Contas da União, que foi Senador da República, irmão do nosso estimado Veneziano Vital do Rêgo, que foi o meu Vice-Presidente durante quatro anos aqui no Senado Federal, Ministro Vital do Rêgo, que hoje preside aquele Tribunal de Contas e que, ao longo desse tempo, também tem manifestado todo entusiasmo em nome da corte para que tenhamos a nossa representação do Senado em breve no Tribunal de Contas da União.

Quanto ao mais, com todos esses agradecimentos, permita-me se me omiti em relação a algum deles, especialmente aqueles que ocuparam a tribuna, para fazer um reconhecimento que eu não sei se é devido e justo em relação a mim, mas recebo com muita alegria, com muita honra e com um senso de responsabilidade enorme.

Eu sei o que representa um tribunal de contas num país em que os recursos são escassos. A qualidade do recurso público é exigida para poder cumprir as políticas públicas que a população tanto anseia, e nunca foi realmente tão importante esse tribunal para o país quanto agora. Desde a sua criação em 1890, por um decreto de Ruy Barbosa como Ministro da Fazenda no Governo Provisório da República que se iniciava, e depois concebido na Constituição de 1891, com implantação dois anos depois, nunca o Tribunal de Contas da União teve uma importância tão relevante quanto agora, sobretudo com o poder que foi outorgado pela Constituição de 1988 e, mais recentemente, por uma emenda constitucional que tive a satisfação de votar enquanto Presidente do Senado, promulgada agora pelo Presidente Davi, a emenda constitucional da essencialidade do Tribunal de Contas.

Em última análise, em termos muito didáticos até, quando se fala de recursos públicos, de gastos públicos, todo cidadão, pessoa física, pessoa jurídica, de direito público, de direito privado, em qualquer circunstância da administração pública direta ou da administração pública indireta, tem o dever de cuidar e de zelar pela aplicação do recurso público e tem o dever de se permitir fiscalizar por um controle externo, que é desempenhado pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

E essa composição haverá sempre de ser uma composição - daqueles que lá estão - técnica, independente, autônoma, obediente à Constituição Federal, sobretudo aos artigos que norteiam o controle externo e a auditoria contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional que se exigem de um Poder em relação ao outro, com o auxílio do Tribunal de Contas; obediente à Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, concebida em 1992; obediente ao Regimento Interno do Tribunal de Contas da União e sempre fiel aos princípios da democracia, aos fundamentos que norteiam a nossa República. Então, é um cargo de muita relevância.

Eu quero aqui, de pronto, caso a Câmara dos Deputados aprove a indicação do Senado Federal, dizer do meu absoluto e fiel compromisso com esta Casa e com o Congresso Nacional de desempenhar, sob os auspícios destes princípios de defesa do Estado de direito, da democracia, da República, o mister de Ministro do Tribunal de Contas da União, inspirado por alguém que está ali naquele busto e a que nenhum de nós é capaz de se comparar, porque Ruy Barbosa é o patrono do Senado Federal, uma Casa que completou, há pouco, 200 anos de existência.

Ruy Barbosa é patrono também de uma entidade da qual sou egresso, Senador Laércio, a Ordem dos Advogados do Brasil, do que eu me orgulho muito, e é patrono também do Tribunal de Contas da União. Ruy Barbosa é o patrono das três entidades - e não é por acaso, porque obedeceu aos princípios republicanos, cumpriu bem e fielmente a sua função pública e haverá sempre de ser uma inspiração para nós todos que estamos na vida pública.

Então, estendendo-me um pouco mais, Presidente Davi Alcolumbre, quero agradecer e a razão de ser é esse agradecimento. Estaremos juntos nos próximos dias a desempenhar a função no Senado Federal e, no momento oportuno, se a Câmara dos Deputados me permitir, Deus me permitir estar no Tribunal de Contas da União, aí, sim, eu me despedirei com um abraço fraterno e muito sincero em cada um dos meus colegas Senadores e Senadoras, com os quais eu tenho muito orgulho de ter convivido ao longo desse tempo.

Muito obrigado. *(Palmas.) (Pausa.)*

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pela ordem, Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa., como extrapauta, o Requerimento nº 94, de 2026, da CAS, em caráter de urgência - que já foi aprovada na CAS -, que modifica o salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais.

Sr. Presidente Davi Alcolumbre, eu solicito a V. Exa. a possibilidade de colocar esse requerimento extrapauta para ser aprovado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadora Dra. Eudócia, peço desculpas a V. Exa. Eu sei que V. Exa., há algum tempo, está tratando deste assunto com a Mesa, assim como outros colegas nossos, Senadores e Senadoras, que estão cobrando que a gente possa colocar, na pauta de deliberação, algumas matérias referentes a pisos de categorias. Eu já tratei este assunto com V. Exa., com outros colegas Senadores. Eu peço desculpas a V. Exa. Eu não vou conseguir incluí-lo como item extrapauta, porque eu vou chamar o Colégio de Líderes para nós tratarmos de todas as matérias referentes a pisos de categorias que estão pendentes de deliberação.

Perdoe-me, V. Exa. Eu gostaria muito de atender a V. Exa., mas eu disse, em certa oportunidade, que nós temos mais de 20 projetos de lei tramitando que tratam de pisos de diversas categorias. A gente precisa conversar - todos nós -, avaliar os impactos, as questões que têm, de fato, necessidade de nós podermos deliberar, para a gente decidir conjuntamente as matérias referentes a pisos de categorias.

Perdoe-me, V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Está bom, Sr. Presidente. Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Comunicação...

Eu queria agradecer ao Senador Alessandro Vieira. Senador Cid Gomes, eu fiz um compromisso com o Senador Alessandro Vieira. Ele gostaria de pedir um tempo de Liderança, e eu disse para ele que, quando nós concluíssemos a votação, eu daria a palavra para ele. Quando o Senador Alessandro terminar, nós iniciamos o processo de deliberação da matéria que V. Exa. relatou.

Para comunicação inadiável, pelo tempo de Liderança, concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para comunicação inadiável.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu optei por deixar, após o momento de reconhecimento e homenagem ao Presidente Rodrigo, esse relato que faço a V. Exa. e aos colegas.

Presidente Davi, os fatos são uma coisa teimosa. Eu fui Relator da CPI do Crime Organizado e, no relatório, fiz constar a ocorrência de uma série de fatos vinculados à atuação de Ministros do Supremo Tribunal Federal, entre eles o Ministro Alexandre de Moraes.

Sr. Presidente, é absolutamente inviável a situação que estamos enfrentando. É absolutamente inviável. Eu vou usar uma figura de linguagem para deixar bem claro o tanto de problema que nós estamos vivendo e o quanto nós vamos ser demandados aqui, Presidente Davi.

Presidente Davi Alcolumbre, como é endereçado a V. Exa., eu vou pedir paciência ao meu Líder Randolfe Rodrigues. Acho que os dois podem talvez acompanhar e tenho certeza de que teremos um proveito para a nação. Em homenagem a Randolfe, eu vou usar uma figura que é da literatura. Sei que ele é um admirador, e talvez o senhor também seja, Presidente Davi.

Tem um livro, feito na década de 70, de Érico Veríssimo, *Incidente em Antares*, em que ele usa a literatura para fazer uma crítica à ditadura e uma crítica à hipocrisia das autoridades. Nesse livro, Presidente Davi, ele relata uma situação curiosa. Na cidade acontece uma greve geral e os coveiros também entram em greve. E os mortos começam a ser deixados perfilados em frente ao cemitério e não são sepultados, porque os coveiros estão em greve, não estão cumprindo o seu trabalho. O que acontece é que os mortos se revoltam, vão para o coreto da praça e começam a falar dos escândalos da sociedade.

Aqui na Praça dos Três Poderes, Presidente Davi, nós temos vários cadáveres insepultos e escândalos que estamos arrastando há décadas.

Esse escândalo, especificamente, se arrasta há muito tempo, Presidente. E não adianta a gente fingir que ele não existe. Não temos mais esse direito. Ele existe, está diante dos nossos olhos, é um cadáver gritando. O Ministro Alexandre de Moraes é um cadáver jurídico, é um cadáver político. Ele se inviabilizou. Não foi a oposição, a situação, o Alessandro, o Davi, o Zezinho. Quem se inviabilizou, como figura pública, foi o Ministro Alexandre de Moraes, pela sua conduta. Um Ministro do Supremo Tribunal Federal não pode se prestar à condição de assessor de banqueiro, mesmo se fosse um banqueiro honesto. Mas o Ministro Alexandre tinha plena consciência de que assessorava um banqueiro desonesto.

Fizemos todo esse relato... E V. Exa. tem, na sua mesa, um pedido de CPI específica para apurar a relação entre o Banco Master e os Ministros, relação que foi escancarada agora. Está na imprensa toda: as trocas de mensagem, as trocas de vantagem, o compadrio, os jantares, as degustações de uísque e o contexto em que o investigado, fraudando a investigação, consulta o magistrado da Suprema Corte para saber como deve se portar.

Esse cadáver está fedendo. Ninguém aguenta mais isso no Brasil. E essa desmoralização da democracia vai ladeira abaixo, Presidente.

Veja, cada um de nós vai prestar contas à história. Não há como. Essa prestação de contas - porque os fatos são teimosos - todos nós vamos ter. Eu vou prestar contas do que faço.

Nesses oito anos, o primeiro momento em que eu pedi o impedimento do Ministro Alexandre se deu em abril de 2019, por um ato que eu entendia ser de abuso. Mas, agora, não é mais abuso; agora é ostensivamente uma crise, ostensivamente um escândalo. E o senhor vai ter, tenho certeza... Uma colega me abordou ali e disse: "Olha, está insustentável.". Eu digo: "Não, o Presidente Davi é um homem forte, ele sustenta qualquer coisa se ele tiver convicção de que é necessário ou não sustentar".

Eu tento lhe mostrar que mesmo o senhor - Presidente do Senado, Senador reeleito, com chance enorme de, em um novo Governo, qualquer que seja o novo Governo, ter apoio amplo para uma nova reeleição - vai ter que prestar contas para a história, porque esse tamanho de crise vai avançando de uma forma tal que todos nós seremos sócios da destruição da democracia brasileira, porque não é possível "tapar o sol com a peneira". Não dá mais.

Como na história do Érico Veríssimo, os cadáveres estão transitando, os escândalos estão circulando e eles apontam o dedo para a gente, dizendo que nós tínhamos o papel de evitar que eles acontecessem. O relatório da CPI do Crime Organizado foi rejeitado por intervenção direta de um conjunto de Líderes, com a substituição de integrantes no momento da votação. Aquele relatório trazia, com clareza, a situação que enfrentamos agora - clareza, didática. Temos uma interação subterrânea entre Ministros da Suprema Corte e um criminoso, com a consciência de que era um criminoso.

Então, faço um apelo a V. Exa., seja pela instalação da CPI, seja pelo *impeachment* - qualquer uma das ferramentas jurídicas que a Constituição nos prevê -, seja pela construção política, porque o senhor também é um bom construtor político. Essa situação é insustentável. O constrangimento toma conta, pelos relatos de discussão entre ministros que chegam quase às vias de fato, pelo debate público aberto com relação a como se deve proceder. Vamos permitir que tudo seja anulado com a ilusão de que o Brasil não está vendo? O Brasil está vendo.

E aí, Presidente, mesmo no livro - que era de realismo fantástico, década de 70 do século passado -, em algum momento, os coveiros interromperam a sua greve e se deram ao trabalho de enterrar os cadáveres que circulavam insepultos. Está na hora de a gente também acordar, sairmos dessa nossa greve.

Pois não, Senador Esperidião Amin?

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Presidente, eu peço permissão de um aparte muito breve.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) - Pois não.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) - Eu hoje falei sobre este assunto no meu espaço e respeitei absolutamente este momento de consagração do nosso amigo, futuro Ministro Rodrigo Pacheco, mas quero me associar às palavras do Senador Alessandro Vieira, que apanhou muito, porque talvez tenha destacado algo que muitos não queriam ouvir.

Mas, Presidente, este dia, 1º de setembro, mudou o Brasil. A represa estourou. São 218 páginas de relatório da Polícia Federal, com troca de mensagens, com cumplicidade evidente. Isso não vai poder ser represado, Presidente! Presidente, a represa estourou. E o pior é que a represa não tinha coisa boa dentro dela: não era água, era coisa de alta poluição.

Então, eu quero me congratular com a serenidade com que o senhor, Senador Alessandro Vieira, está abordando esse assunto, porque falaram muito mal de você na época em que você anunciou essas raízes ocultas.

Esse é o meu aparte, mas este assunto não termina hoje. Pelo contrário: um novo momento - e muito grave - começa hoje.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) - Obrigado, Senador Esperidião Amin.

De fato, o Senador recorda, eu... Convivemos há oito anos aqui. Nem sempre concordamos - é muito evidente -, mas tenho absoluta certeza de que, dos 80 colegas, ninguém jamais levantou uma dúvida com relação à minha honestidade e caráter. Discordância, sim; desonestidade, nunca. Ninguém me acusou.

Eu hoje sou um cara ameaçado de processo pela família do Ministro Alexandre, por ter documentado a existência desse contrato de R$131 milhões, sem fazer nenhum juízo de valor; sou ameaçado pelo Ministro Gilmar Mendes, por um suposto abuso de autoridade, que consistiu em votar como Senador da República; e sou ameaçado pelo Ministro Dias Toffoli, que, em sessão plenária, também alegou a necessidade de me tirar a possibilidade de ser eleito, de disputar uma reeleição.

Na Justiça eles perderam. O Ministro Gilmar não conseguiu me acusar de abuso de autoridade. Mesmo o ex-sócio dele, Paulo Gonet, teve que reconhecer que eu não cometi nenhum ato de abuso de autoridade. A Justiça de São Paulo negou a indenização por dano moral para a família do Ministro Alexandre, porque não houve nenhuma ofensa à moral da família do Ministro Alexandre.

E agora a gente tem aqui esse desafio, Presidente Davi. Não há como fugir dos fatos. Eles vão nos acompanhar. O próximo Presidente, a eleição, tudo isso está vinculado a este momento. Todo o estado de coisas político-social brasileiro está paralisado, esperando para saber o que vai acontecer. E nós não podemos delegar isso para o outro lado da praça. Eles já mostraram que não conseguem resolver, e a Constituição nos dá esse atributo.

Então, Presidente, que V. Exa., de forma madura, pense, com muito cuidado, de que forma o senhor vai fazer o seu encontro com a história, porque a história vai se lembrar deste dia, deste momento: o momento em que ficou comprovada, com fatos, com documentos, a relação de um Ministro da Suprema Corte com um criminoso, com o Ministro da Suprema Corte funcionando como um assessor de luxo de um criminoso. E eu não consigo imaginar que a história seja complacente com quem neste momento se mostrar omisso.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Gostaria de registrar... O Senador Camilo Santana fez uma referência, e eu gostaria de registrar a presença, no Plenário do Senado Federal, na tarde de hoje, da nossa querida Ministra dos Direitos Humanos, Ministra Janine Mello.

Seja muito bem-vinda, Ministra, ao Plenário do Senado Federal, participando da nossa sessão aqui no Plenário, nos acompanhando ao lado da Senadora Teresa.

Seja muito bem acolhida no Senado Federal!

Senador Izalci, me permita V. Exa. iniciar a deliberação. Nós começamos às 4h da tarde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Na sequência eu falo, então.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Item 1 da pauta.

Projeto de Lei nº 278, de 2026, de autoria do Deputado José Guimarães, que altera a Lei nº 11.196, de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), e a Lei nº 15.211, de 2025.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas de nºs 1 a 39, já disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas para publicação.

A Emenda nº 1 foi retirada pelo próprio autor.

Foi apresentado o Requerimento nº 112, de 2026, de iniciativa dos Líderes partidários, solicitando a urgência para a apreciação e deliberação da matéria.

Coloco em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do nosso querido Líder Senador Cid Gomes para que ele possa proferir o seu parecer em Plenário, e me permita, Senador Cid, fazer apenas um breve comentário: V. Exa., há algum tempo, tem manifestado a mim, pessoalmente, o desejo de que nós pudéssemos dar celeridade à votação desta matéria e, por isso, eu quero fazer esse registro e por isso a nossa opção em escolher V. Exa., que é um profundo conhecedor deste assunto e que, em outras oportunidades, tem cobrado da Mesa a deliberação desta matéria em Plenário.

É por isso que hoje faço uma homenagem aos apelos que V. Exa. fez a mim, designando-o como Relator da matéria, como um profundo conhecedor deste assunto.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para proferir parecer.) - Obrigado, Presidente. Obrigado pela palavra, obrigado pela designação de Relator.

Na realidade, esse é um tema que palpita no mundo. Toda vez que você abre um celular e você faz uma rolagem da tela - sem falar de inteligência artificial, que é um mecanismo que vai ser cada vez mais procurado -, você está instantaneamente saindo do seu celular, entrando na rede de telefonia, indo a um banco de dados que pode estar em qualquer lugar do mundo e recebendo o retorno daquela consulta ou a informação que vem na tela seguinte.

E a tendência natural disso, com o advento da inteligência artificial, é de que cada vez mais estruturas de bancos de dados sejam necessárias à implantação para que as informações possam estar rápida e prontamente disponíveis para o uso e consumo da população nos negócios, no lazer, na informação; enfim, em tantos setores quantos se utilizam da informática.

O Brasil, em 2005, vendo a importância de *data centers* - à época, com muito menos musculatura do que tem hoje, com muito menos necessidade do que tem hoje -, criou uma política de atração de investimentos de *data centers*. Isso se materializou através da Lei nº 11.196, e essa lei é reeditada, ainda com estímulos tributários, para que nós os possamos atrair.

Como nós estamos na iminência já de passarmos a usufruir da nossa reforma tributária, boa parte dos impostos previstos como benefício deixarão de ter valor, mas o Imposto de Importação é um imposto que, fundamentalmente, é levado em conta para a atração desses investimentos.

O Ceará é um estado que tem uma atuação muito forte nesse setor. Como informação, aqui, a esta Casa: o maior investimento, público ou privado, Presidente, que está acontecendo na América Latina - eu vou repetir -, o maior investimento, quer seja ele público ou privado, em qualquer um dos setores da economia está acontecendo, neste momento,

no Estado do Ceará. É um investimento de um *data center* da empresa chinesa TikTok, que, em suas quatro etapas, fará um investimento da ordem de R$230 bilhões. Esse investimento está acontecendo neste momento na zona de processamento de exportação que integra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Portanto, nós do Ceará sabemos o quanto são importantes os investimentos nessa área, e com certeza o Brasil é um lugar que será buscado. Urge daí a minha insistência com o Presidente, porque essa matéria foi fruto de uma medida provisória ainda de 2025. A medida provisória caducaria - ou caducou - em fevereiro, e naquelas imediações, naquela data, o atual Ministro Guimarães apresentou um projeto de lei, esse projeto de lei foi relatado pelo também ex-Ministro Aguinaldo Ribeiro, da Paraíba, e é exatamente ele que chega aqui.

O meu desejo, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Senadores, era acatar todas as emendas apresentadas, e foi um número significativo - foram mais de 30 emendas aprovadas -, mas eu conversei com os setores do Executivo, conversei com a Presidência desta Casa, e a ponderação foi a de que nós não podíamos perder a janela deste período de esforço concentrado e que muito pouco provavelmente, em função da agenda intensa também que está sendo apreciada na Câmara, essa matéria, sendo alterada aqui, teria tempo de ser votada nesta semana na Câmara Federal, de maneira que, lamentavelmente, nós tivemos de rejeitar as emendas que tratavam de mérito.

Foram apresentadas algumas emendas que nós entendemos - e, obviamente, submetemos à Mesa Diretora e à consideração dos nossos dignos pares - serem emendas que podem ser consideradas de redação. Tem uma emenda do Senador Eduardo Braga, uma emenda do Senador Omar Aziz, que trata de um termo...

Isso para mim é o que mais pode ser considerado redação.

O texto original, da Câmara, diz o seguinte...

Eu vou evitar, Presidente, fazer uma leitura enfadonha do relatório e vou apenas apresentar os quatro entendimentos de redação. O relatório está disponível aí para todos. Enfim, não vou nem procurar aqui.

Fala que desfrutará do benefício de isenção do Imposto de Importação produto "sem similar nacional". Essa é uma definição que deixa margem a várias interpretações, e o Senador Eduardo Braga propôs que a denominação seja "sem produção nacional equivalente". É um termo que é muito mais reconhecido por parte tanto do Ministério da Indústria e Comércio como da Camex, que, em última análise, é quem faz essa análise. Quando alguém pleiteia a isenção, o Ex-Tarifário do Imposto de Importação, é a Camex quem faz essa análise, e esse é o termo mais adequado para ela.

Há uma outra emenda que nós entendemos como de redação, porque deixa mais tranquilo, sem que haja alteração, o processo de migração de um benefício, que se chama Repes, para o Redata. Essa emenda foi apresentada pelo nosso Senador Esperidião Amin.

Então, nós acrescentamos o seguinte parágrafo:

> *"Art. 2º*.....
>
> .....
>
> *§ 4º Não impedirá a fruição do REPES o pedido de habilitação no REDATA até a data do deferimento nesse regime."*

É para que não fique um vácuo. Já que pessoa não pode usufruir dos dois, poderiam interpretar que, na hora em que pediu o Redata, ela já perderia o Repes. Nós deixamos claro que ela só deixará de usufruir do Repes quando realmente for homologado como Redata.

E acho que... Bom, tem uma outra, da lavra do nosso querido Senador Laércio, que, a meu juízo, também ajuda nessa questão de redação, de nomenclatura.

O texto original falava assim, como exigência para usufruir do benefício:

> *Art. 11-B* .....
>
> *§ 1º*.....
>
> .....
>
> *III - atender à totalidade da sua demanda de energia elétrica por meio de contratos de suprimento ou autoprodução proveniente de geração a partir de fontes [...] [renováveis ou limpas] [...];*

Era o que dizia o texto original.

Esse conceito - "limpas" -, Senador Astronauta, é absolutamente inapropriado para os dias de hoje. Então, a preocupação ambiental, hoje, é com combustíveis ou fontes de energia que sejam de baixa emissão de carbono. Essa é a grande preocupação da humanidade.

Então, atendendo aí a uma sugestão do nosso Senador Laércio, nós mantivemos até "renováveis":

"Art. 11-B .....
§ 1º.....
.....
III - atender à totalidade da sua demanda de energia elétrica por meio de contratos de suprimento ou autoprodução proveniente de geração a partir de fontes renováveis ou de baixa emissão, assim consideradas aquelas que apresentem reduzido impacto ambiental e baixas emissões de gases de efeito estufa, na forma do regulamento;
....."

Isso remete ao Ministério de Minas e Energia ou ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços a regulamentação de quais energias serão possíveis.

Então, o resto, Presidente, no mais, é mantido o texto da Câmara, de maneira que é esse o nosso parecer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Só um minutinho, Líder, que eu vou fazer a leitura aqui do encaminhamento e vou conceder a palavra aos oradores que estão inscritos para discutir.

O parecer é favorável ao projeto, pelo acolhimento parcial das Emendas de redação nºs 2, 5, 6 e 23, nos termos das Emendas nºs 40, 41 e 42, de redação, que apresenta, e pela rejeição das demais emendas.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin; em seguida, Izalci Lucas; e depois, Eduardo Braga, Astronauta Marcos Pontes e Teresa Leitão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) - Izalci também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Já está inscrito.

Senador...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - ... Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) - Quero cumprimentar o Senador Cid Gomes, aplicado, muito claro no seu relatório, e agradecer, inclusive, a aceitação da Emenda nº 23, que é de nossa autoria, que V. Exa., muito sintética e inteligentemente, como sempre, acolheu.

Eu gostaria de fazer muito mais uma observação do que uma reclamação, até em homenagem ao respeito que eu tenho pelo seu trabalho, especialmente quando relata projetos dessa natureza e dessa importância.

Veja bem: eu apresentei a Emenda nº 7 em face do benefício por região que o art. 11-B, no seu §7º, estabelece. Então, veja bem, na hipótese de estabelecimento da pessoa jurídica habilitada localizar-se nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluídas as respectivas áreas de abrangência das agências de desenvolvimento regional, eu apresentei uma figura que é nova, e, já vou antecipando, caso não possamos aprovar aqui uma emenda de conteúdo, que é o que eu estou apresentando, eu vou apresentar um projeto de lei para emendar o projeto que vai ser aprovado, mas quero desde já pedir a sua parceria e, melhor, cumplicidade.

Veja bem: pelo Brasil afora, nós temos minas subterrâneas exploradas ou em exploração. No nosso caso, eu me refiro a carvão, mas, em Minas Gerais, é outra coisa; no Rio Grande do Sul, é outra a natureza da mina. Esses espaços escavados na vertical ou na vertical e horizontal estão oferecendo um benefício natural para a instalação de *data centers*. Quais são?

Primeiro, temperatura estável. Todo mundo sabe que um data center, para se instalar, consome em massa, energia e água; água e energia. E a água não precisa nem ser de boa qualidade, não precisa ser potável; ela tem que refrigerar.

Então, eu reconheço que, como está escrita a minha emenda, ela ficou muito regionalizada também, mas já vou antecipando que, se for aprovado o projeto, eu vou apresentar um projeto que emende, no futuro, e diga o seguinte: as minas em geral, não só as de carvão, poderão receber o mesmo benefício se elas oferecerem essa vantagem e estiverem em qualquer região do país.

No caso, pela ocorrência de minas, isso vai beneficiar a Região Sudeste e a Região Sul também.

Então, era isso que eu queria declarar a respeito de solução que eu mesmo dou para a minha Emenda nº 7, e, finalmente, eu gostaria de pedir a sua atenção para a Emenda nº 25.

Eu entendo que ela poderia se transformar numa emenda de redação, porque o que ela prescreve é o seguinte, o texto do art. 11-A é: "Poderá ser habilitada ao Redata a pessoa jurídica que implemente projeto de instalação ou de ampliação [...]".

Isso é o seu texto... Ou alguma coisa que genericamente dissesse a mesma coisa. A minha intenção era "modernização" ou "*retrofit*" de serviços. É o meu texto, mas acho que existe uma forma de ampliar o espectro do que seria instalação e ampliação, talvez substituindo por "renovação", que não deixa de ser uma modernização.

Fica a seu juízo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Eu... Sim, por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - É só isso.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) - "Poderá ser habilitada ao Redata a pessoa jurídica que implemente projeto de instalação, de ampliação [ou modernização] [...]".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Exatamente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - É isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Ou "renovação". Fica a seu critério. Alguma coisa que ampliasse apenas nominalmente...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Eu entendo isso como redação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - ... o que o sentido...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - ... porque não modifica...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - É o que eu acho.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - O sentido... O que o senhor está dizendo? Ou seja, além de construir uma nova, se eu puder reconstituir uma antiga...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Renovar, reformular, ampliar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Exatamente. Então, eu propus o quê? "Modernização" ou "*retrofit*". *Retrofit* eu até acho que...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - *Retrofit* é uma palavra em inglês, e eu acho que a gente deve procurar sempre no nosso vernáculo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Eu também...

Mas está muito na moda.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Muito bem.

Vamos tentar construir juntos aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - V. Exa., que é um jovem, talvez não valorize o *retrofit*. Eu que sou um pouquinho...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Vamos tentar construir juntos aqui: "Poderá ser habilitada ao Redata a pessoa jurídica que implemente projeto de instalação [...] [vírgula] ampliação [ou modernização] [...]".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Tá. É isso aí.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Está bom?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Basta.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - "[...] [modernização] de serviços de *datacenter* [...]".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Exatamente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Então, coloca-se a vírgula: "instalação, ampliação ou modernização". Isso atende ao espírito da lei.

Eu entendo, Presidente, como redação. É V. Exa. que manda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Cid Gomes... Senadores e Senadoras, permitam-me fazer uma observação muito importante, e eu preciso da atenção de V. Exas.

O Senador Cid disponibilizou seu relatório com o intuito, pelo que eu percebi, de tentar fazer as melhores adequações possíveis, como emenda de redação, para sanar os problemas e as solicitações, como essa do Senador Esperidião Amin e outras tantas que foram apresentadas aqui, de que ainda há pouco eu falei - eu acho que foram 29 emendas apresentadas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Hum-hum.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados acabou de entrar em contato com o Secretário-Geral da Mesa do Senado - e eu tenho que tornar público isso, porque eu preciso dar transparência ao processo de votação, Senadora Teresa Leitão. Eles fizeram a leitura das observações feitas por V. Exa. - permita-me, Dr. Danilo, se é isso - e estão encaminhando aqui dizendo que, tecnicamente, a Câmara dos Deputados não concorda como mudança de texto isso aqui ser designado como mudança de redação.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Qual delas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A Emenda 5, do Senador Laércio.

O Senador Laércio tem o destaque para apresentar. O que é que eu acho? Já que não concorda, vamos votar o resto, em que tem entendimento, e a gente vota essa aqui destacada, apenas a que foi pelo Senador Laércio apresentada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - E, se vencer, vai voltar para a Câmara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não. Permita-me - por isso eu pedi pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Ah, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Presidente, mas agora que eu consegui a solução com o Relator, o senhor não vai obstruir.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não, não, mas isso não afeta o caso de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não! É.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Isso não afeta o caso de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não é esse caso. Eles só estão contestando...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Eu pedi...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Noves fora... Noves fora o Amin, eu fico satisfeito.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Líder Eduardo.

Senador Izalci, me perdoe, deixe-me ouvir aqui sobre o assunto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) - Apenas para contribuir, primeiro quero cumprimentar o Senador Cid Gomes, pelo belíssimo trabalho e pela forma tão democrática como conduziu a construção de um relatório sobre um texto de que eu tenho a noção exata da dimensão, da importância e da contextualização do que significa o Redata para a economia nacional neste momento.

Agora, no intuito de contribuir com o Senador Laércio e contribuir com o Senador Cid Gomes, acho que até poderíamos fazer, por destaque, a questão e aprimoraríamos apenas a seguinte contribuição, porque, veja: quando nós falamos de baixo impacto ambiental ou de baixo impacto de emissão, obviamente, a hidroelétrica e o hidrocarboneto são de baixa emissão - a hidroelétrica tem emissão igual a zero. Só que tem uma expressão, logo a seguir, que complica, quando diz assim:

"apresentarem reduzido impacto ambiental". Ora, uma hidroelétrica tem zero de emissão, mas, em algumas situações, ela tem algum impacto ambiental. Portanto, eu creio que deveríamos suprimir o "baixo impacto ambiental", mantendo a "baixa emissão", porque o objetivo aqui é termos uma fonte de geração de energia que não seja emissora de gás carbônico ou que contribua para os gases de efeito estufa.

A hidroelétrica tem zero de emissão. Portanto, se nós suprimirmos "assim consideradas aquelas que apresentem reduzido impacto e baixas emissões", é só suprimir "reduzido impacto ambiental", deixando apenas "baixas emissões de gases de efeitos estufa".

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Que apresentem baixas emissões... O.k.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - E aí, vamos à votação...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Na forma do regulamento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - ... do destaque e, no destaque, fazemos a inclusão sem a questão do baixo impacto ambiental, mantendo o resto do texto, que eu entendo que é absolutamente pertinente. E aí, nós estamos garantindo as eólicas, as solares, as hidrocarbonetos e também a hidráulica. Mas isso vai fazer voltar para a Câmara.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Pois é, pois é. Essa é a preocupação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Este é o único problema, é que aí volta para a Câmara.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Bom, pois é.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A Câmara dos Deputados apenas está entendendo que esta tentativa de podermos fazer a deliberação no dia de hoje e encaminharmos para a sanção, com esses aspectos que estão aqui, se trata de mérito. E aí, vai ter que voltar para a Câmara. O que eles estão dizendo é que votam amanhã.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Mas, Sr. Presidente, com toda a sinceridade e com todo o bom senso, eu queria aqui referendar a atitude do Relator. Veja, o Relator não está alterando o mérito da matéria - ele não está alterando o mérito da matéria -; o que ele está fazendo é justiça com relação à diversidade de fonte energética. O que ele está dizendo é o seguinte: eu mantenho a intenção do legislador de ter fontes de energia de baixa emissão e abro o leque para que elas possam ser não exclusivas, a criar uma reserva de mercado exclusiva para uma determinada fonte de energia. Portanto, o Relator está agindo com absoluto bom senso e, como sempre, com competência e com espírito republicano, porque ele abre o espectro das diversas fontes de energia de baixa emissão de gás carbônico.

Portanto, eu quero cumprimentá-lo mais uma vez e quero também aproveitar para agradecer a V. Exa. por absorver a emenda de minha autoria e a de autoria do Senador Omar. Mesmo na ausência do Senador Omar, faço questão de dizer que V. Exa. faz justiça às nossas preocupações, porque, como V. Exa. mesmo disse, os *data centers* podem estar localizados em qualquer lugar do mundo, e o intuito desta lei é exatamente atraí-los para a nossa territorialidade. Portanto, a compreensão de V. Exa. foi perfeita, e eu quero aqui cumprimentá-lo.

E acho, Sr. Presidente, que a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara está com uma interpretação errônea. No que o Senador Cid Gomes está fazendo aqui, ele não está alterando o mérito, ele está simplesmente abrindo o espectro da interpretação daquilo que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Mas a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal também entende que há, se nós fizermos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Presidente, permita-me, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) - Com todo o respeito à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, com todo o respeito ao nosso Dr. Danilo, da Secretaria-Geral da Mesa, no caso da emenda do Senador Eduardo, o que diz no texto é assim: "sem similar nacional". Essa é uma expressão que lá não se usa mais, lá na Camex, lá na indústria e comércio, não se usa mais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) - Essa não tem problema.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Eu sei, mas eu estou só dizendo que a lógica é a mesma. O que nós fizemos para... A substituição da expressão "sem similar nacional" por uma expressão "sem produção nacional equivalente" é porque nós estamos usando o termo que é mais adequado.

O português evolui - o português evolui. Então, houve um tempo em que se falava de energia limpa, isso não se fala mais, Presidente. Eu estou dizendo isso porque eu passei um ano, nesta Casa, trabalhando a questão do hidrogênio e esse termo "energia limpa" caiu em desuso, não se usa mais.

E coisas que são controversas estão acontecendo. Para ecologistas, 30 anos atrás, não existia energia mais satânica do que a energia nuclear. Nos tempos de hoje, em que se tem a preocupação de evitar emissão de carbono, os ecologistas de vanguarda estão defendendo energia nuclear. Então, as coisas mudam. E esse termo "limpa"... Renovável é um termo em uso, muito claro. Todo mundo sabe o que é, porque se usa um bem que está sempre se renovando, como diz o próprio nome. "Energia limpa" não se usa mais. E o que eu substituí foi o termo "limpa" por um termo que diz exatamente o que se queria dizer: "baixa emissão de carbono", "baixo impacto ambiental", etc.

Então, nisso não há mudança de mérito, não há mudança de... Perdoe a insistência, Presidente, mas... *(Pausa.)*

Vamos lá, atendendo aqui, "renováveis" - até "renováveis" estava no texto - ou, em vez de "limpa", "de baixa emissão". Assim...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Se V. Exa. parar em "de baixa emissão", Cid, eles não têm como dizer que nós estamos alterando o mérito. Basta chegar até aí, "de baixa emissão", ponto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - "Baixa emissão", ponto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Ponto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Pronto, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu acho também...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Eu estou substituindo "limpa" por "baixa emissão".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Cid, é porque eu estou me aconselhando também...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - O Danilo concorda.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu acho que quando parar em "baixa emissão"...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Perfeito. Estou substituindo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - ... ela é energia limpa, então está igual.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Estamos substituindo "limpa", que é um termo em desuso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Isso. Pronto!

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - ... por "baixa emissão".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Por "renováveis" e "de baixa emissão", ponto. Acabou.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Pronto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Acabou.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - "De baixa emissão".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É isso aí, é verdade.

Aí eu concordo também, porque aí eu vou poder argumentar com o Presidente da Câmara que nós fizemos adequadamente a emenda de redação.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Fa-lo-ei também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - E ainda tem mais um... Ele me socorre aqui, porque ainda tem um aditamento que socorre a nossa decisão aqui: é o regulamento que vai, inclusive, definir o que é de baixo impacto ou não. Portanto, fazer da forma que nós estamos sugerindo e que o Cid está sugerindo, que é "renováveis" e "de baixa emissão", ponto final, resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Porque, também, "na forma do regulamento" está no texto da Câmara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Está no texto da Câmara.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - "Na forma do regulamento".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está bom. Então, pronto. Está bom.

A Secretaria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Então, ficaria: "fontes renováveis ou de baixa emissão", ponto final.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - "Na forma do regulamento".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - "Na forma do regulamento".

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Vou fazer a leitura aqui do texto sugerido, Senador Cid. Veja se V. Exa. concorda: "III - atender à totalidade da sua demanda de energia elétrica por meio de contratos de suprimento ou autoprodução proveniente de geração a partir de fontes renováveis ou de baixa emissão, na forma do regulamento".

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Substituímos "limpa" por "baixa emissão".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está bom.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Isso é redação pura, a melhor redação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) - E se alguém disser que não, nós vamos ter que chamar aqui o colega.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - É isso aí.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) - Ou Ruy Barbosa. Se alguém disser que não, nós vamos ter que chamar o Ruy Barbosa ou o Aurélio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É melhor não meter mais ninguém nessa confusão. *(Risos.)*

Senador Cid, com a palavra.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Não, eu não. Eu estou aqui porque alguém pode contestar, senão já iria para a minha...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) - Não, eu já contribuí.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Obrigado, Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) - Presidente, como houve o entendimento dessa redação, eu tenho um destaque que eu fiz com relação à emenda do Senador Laércio, que eu vou retirar, tendo em vista o acatamento dessa interpretação dada pelo Relator. Então, eu quero tirar o destaque da Emenda 22.

Presidente, eu preciso de fazer uma fala rápida porque eu tenho um compromisso fora, agora.

Presidente, eu ouvi aqui a fala do Carlos Viana e do Senador Alessandro e quero fazer das palavras deles as minhas palavras. Eu gostaria muito que a gente votasse, antes do fim do meu mandato, o *impeachment* de Alexandre de Moraes.

Agora, Presidente, eu quero fazer três pedidos a V. Exa.

O primeiro, eu já pedi uma vez: nós temos hoje uma diferença de mais de 25% entre os vigilantes da Câmara e os vigilantes do Senado. Eu gostaria que V. Exa. desse uma atenção especial para que a gente pudesse fazer um aditivo, porque vão dizer que o contrato só vence em 2027. Pode-se fazer um aditivo, a lei permite, até 25%, e resolve-se essa questão.

O segundo, Presidente: nós estamos falando aqui que todos os servidores da Casa, todos, sem exceção, têm 40 horas, 30 horas. Não tem por que os terceirizados terem 44. Então, eu pediria a V. Exa. também que reduzisse a carga dos terceirizados para 40 horas.

Por fim, tendo em vista a manifestação do Presidente Lula... Eu fui Diretor do SLU (Serviço de Limpeza Urbana) e tenho o maior carinho, o maior respeito e admiração pelos garis. Nós temos aí o piso salarial dos garis, de dois salários. Eu gostaria muito também de votar antes de sair desta Casa, agora como candidato a federal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Volte aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Presidente, posso fazer um pela ordem aqui? Só aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está em discussão, está em discussão. É o Astronauta. Não, não, mas pode falar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) - Não, é porque é o seguinte: hoje, na CAE, nós votamos a aprovação de um empréstimo importantíssimo para o Governo. Foi aprovado em regime de urgência. Eu queria pedir a V. Exa. para, ao cabo, colocar extrapauta a votação, porque é um empréstimo importante que é para o Governo Federal. Não é nem para estado, é para o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Tudo bem, já está assinado o requerimento de inclusão como item extrapauta aqui. Vou fazer no final da votação.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para discutir a matéria.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Cid Gomes pelo relatório. Essa é uma matéria que tem uma importância muito grande para o país. O Presidente sabe, eu tenho conversado sobre isso com ele, da necessidade da colocação do Redata para votação já há algum tempo. E, finalmente, nós vemos agora esse projeto sendo tramitado e, certamente, aprovado aqui.

Quero lembrar que nós temos novas tecnologias chegando ao mundo. A inteligência artificial já precisa de muitos dados e as tecnologias emergentes que vêm a partir daí também vão precisar. Tudo isso envolve também uma parte econômica muito grande e nisso o Brasil precisa entrar. Nós temos perdido negócios internacionais por causa da lentidão que nós tivemos nessa aprovação. Nós tivemos, por exemplo, contratos feitos com a Índia, que o Brasil poderia ter feito, mas vamos pensar no futuro.

Seguindo, a partir de agora, do Redata, nós temos um futuro brilhante pela frente, com novas tecnologias, novas necessidades, mas todas elas conectadas com banco de dados, com dados, o trabalho com dados.

E aí vêm alguns comentários com relação a essas emendas. É importante a gente citar aqui a precisão do Relator quando colocou essas emendas e as aceitou.

A primeira é com relação à questão de renovável e baixo carbono, energia limpa, baixa emissão. O que é o problema mundial com relação a isso? É a questão da redução do aquecimento global por causa das emissões. Esse é o ponto central. Quando você fala de energia limpa, você inclui também, além de emissões menores, a emissão de algum tipo de contaminante na atmosfera, bióxido de enxofre, alguma coisa assim do tipo.

A colocação de baixo carbono resolveria uma parte importante disso, sem dúvida nenhuma. E eu gostei dessa redação final. A parte renovável não tem a ver com as emissões. Tem a ver com a gente poder renovar as fontes dessa energia. Então, cumpre o seu papel e a baixa emissão... Tanto a baixa emissão de carbono como também a baixa emissão de qualquer tipo de contaminante... Então, cumpre perfeitamente, sem mudar o mérito e, sem dúvida nenhuma, é importante para o setor.

Outra coisa importante é com relação à mudança que foi feita entre capacidade de produção para produção, realmente de similar. Capacidade de produção era uma coisa muito aberta, poderia deixar margem a: "Eu estou pensando em produzir". Isso aí ia atrasar consideravelmente. Quero lembrar que as tecnologias evoluem rapidamente e precisam de velocidade também na montagem dos sistemas. Portanto, ótima providência tirar a capacidade e colocar a produção de similar.

Outro ponto com relação à modernização. Como a evolução da tecnologia acontece rapidamente, a própria evolução dos centros também precisa ser feita. Então, também é uma mudança excelente.

Então, quero parabenizar novamente o Relator. O Brasil ganha muito com isso, não só imediatamente, com os novos negócios para o Brasil. Isso significa também emprego, significa desenvolvimento de tecnologias, significa desenvolvimento de modelos, vários tipos de modelos, análises feitas com isso.

Então, de novo, esse é um momento muito importante para o país. A gente estava esperando isso consideravelmente. Eu tenho falado sobre esse Redata há algum tempo, esperando, consideravelmente, por um tempo para que nós tivéssemos aprovação disso.

Parabéns!

Eu tenho certeza de que isso vai ser votado e vai ser bom não só para o setor de tecnologia, mas para tudo que envolve tecnologia, basicamente tudo que a gente tem no país.

Obrigado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) - Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadora Teresa Leitão, V. Exa. está inscrita.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) - Nada polêmico, Sr. Presidente.

Eu quero, primeiro, parabenizá-lo, como já o fiz a V. Exa., pela escolha do Relator. Eu acho que o Senador sempre se dedicou a esse tema aqui na Casa e, como o Relator se centrou naquilo em que de fato devia ter se centrado, que era o debate das emendas, eu quero, ao parabenizar o seu relatório, destacar só uns pontinhos de repercussão estratégica para o país, para o futuro do país, com a aprovação desse projeto.

Eu tive a oportunidade de participar de uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, houve muitos especialistas da área e realmente é algo muito estratégico, o que comprova também a visão estratégica do Presidente Lula na defesa do nosso país.

Mas a Redata também revela uma visão de oportunidade no fortalecimento da nossa infraestrutura digital. Os incentivos fiscais que são colocados - que serão um regramento importante, para que, ao mesmo tempo que abre, a gente tenha o controle daquilo que a gente vai propor: a política de desenvolvimento, com inovação, empregos e autonomia tecnológica; a proteção de crianças e adolescentes - é por isso que está aqui a nossa querida Ministra, veio *in loco* corroborar a aprovação daquilo que, para quem trata de criança e adolescente, como o Ministério da Cidadania e Direitos Humanos trata, comemorar a destinação do Estatuto Digital ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, o que reforça também a nossa responsabilidade com o ambiente digital; a preservação de contrapartidas ambientais, que V. Exa. muito se dedicou, em relação às exigências de fontes renováveis; a atenção ao nosso Nordeste - V. Exa. do Ceará, e eu, de Pernambuco, sabemos que é muito importante a nossa salvaguarda em relação à eficiência hídrica da nossa região; o equilíbrio regional; a fiscalização pública. Em resumo, o Brasil deve ser potência da economia digital, conciliando soberania tecnológica, desenvolvimento, sustentabilidade e segurança pública.

Parabéns, Senador Cid, pelo seu relatório, que certamente será aprovado por nós neste Plenário.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) - Muito obrigado, Senadora Teresa.

Só lembrando: quem fez o primeiro Redata foi o Presidente Lula, no seu primeiro Governo, e agora faz um novo no seu terceiro Governo.

Sr. Presidente, há mais alguém para discutir ou não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Só um minuto.

Eu estou ouvindo aqui Deputados, o Presidente Hugo Motta, o Secretário-Geral da Mesa, contestando, ainda, a questão dessas alterações, mas nós não temos Senadores para discutir mais a matéria.

Tem algum Senador ou alguma Senadora para discutir a matéria? *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Foram apresentados os Requerimentos nº 643, da Senadora Tereza Cristina, Líder do Progressistas, e 645, do Senador Izalci Lucas, pela Liderança do PL, de destaque, para votação em separado da Emenda nº 22.

Todos os dois destaques foram retirados.

Foi apresentado o Requerimento 647, do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, para votação em separado da Emenda nº 15.

Esse destaque está deferido, mas ele foi retirado. *(Pausa.)*

Foi retirado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela Liderança.) - Só para constar em ata, foi retirado pelo partido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e das emendas, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto, com as Emendas nº 40 e 41, de redação, e com as adequações redacionais propostas em Plenário pelo Relator.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Projeto de Lei nº 3.453, de 2024, de autoria do Deputado Felipe Carreiras, que altera a Lei nº 8.935, de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores.

Parecer favorável nº 55, de 2026, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Relatora foi a Senadora Dra. Eudócia.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria.

V. Exa. deseja discutir?

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Sr. Presidente, eu queria fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra a Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para discutir.) - Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, este Projeto de Lei nº 3.453 é muito importante, porque estabelece um prazo prescricional para que sejam aplicadas sanções administrativas a notários e registradores.

Eu solicitei na CCJ um requerimento de urgência para que este projeto de lei fosse votado em caráter de urgência; e aqui quero agradecer a V. Exa. por tê-lo colocado no dia de hoje, pelo seu teor, pela sua grande relevância.

Quero só explicar que este projeto de lei fala sobre um prazo de prescrição, que a ação para a aplicação das sanções passa a prescrever em cinco anos.

E por que é importante este projeto de lei? Porque cria um limite temporal claro para que o poder público possa responsabilizar administrativamente os profissionais dos cartórios.

Ele tem uma grande segurança jurídica, porque evita que notários e registradores fiquem sujeitos indefinidamente à possibilidade de uma punição administrativa por fatos antigos. Ele tem eficiência na fiscalização, uma vez que exige

que as autoridades responsáveis pela fiscalização e aplicação das sanções atuem dentro do prazo estabelecido. E também não elimina a responsabilização. O projeto não impede a punição por infrações, apenas estabelece que a apuração para aplicação das sanções deve ocorrer dentro do prazo prescricional.

E dessa forma, Sr. Presidente, eu rogo aqui aos colegas Senadores e Senadoras que votem favoravelmente a este projeto de lei de grande importância e de grande relevância para o nosso Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Muito obrigado, Senadora Eudócia. Cumprimento V. Exa., que também tem há alguns dias cobrado a deliberação desta matéria.

Nós não temos mais Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2022, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 07/2019, aprovada em Santa Fé, em 16 de julho de 2019.

Parecer favorável nº 28, de 2026, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Relator foi o Senador Carlos Viana.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos. Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) - Presidente, Presidente, por favor, peço para V. Exa. despachar o PL 312, de 2026, de interesse dos motociclistas do Brasil. Só o despacho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O Dr. Ivan vai fazer o despacho e informa ao gabinete de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Muito obrigado.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) - Sr. Presidente, o senhor me dá pela ordem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pela ordem, o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu saí de largar a minha campanha lá em Minas Gerais e estou aqui para poder pedir a V. Exa. que possa pautar o pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes o mais rápido possível.

Ele gosta de dar 48 horas, mas, em 24 horas, ele deveria vir neste Plenário aqui para a gente poder questioná-lo: Moraes modificou o contrato de R$130 milhões entre escritório de sua esposa e Vorcaro; Vorcaro pediu ajuda a Moraes para tentar reverter investigações junto a Gonet e Andrei - tem mais -; mensagens indicam que Gonet teria dito a Vorcaro: "Estou na torcida por vocês" - tem mais -; Vorcaro autorizou cartões de crédito de R$300 mil para os filhos de Moraes; Vorcaro - para mim, aqui é o batom na cueca -, Vorcaro perguntou a Moraes se deveria deixar o país dois dias antes de ser preso.

Então, chegou a hora de o Senado dar uma resposta para o Brasil e a gente impitimar o Ministro Alexandre de Moraes.

Eu vou largar a campanha, vou vir para cá todos os dias, para, todos os dias, pedir o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. Novamente, a responsabilidade é do Senado, é de nós, Senadores.

E peço, olhando para V. Exa., Presidente Davi: paute o pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. Saiu um requerimento agora do Viana, pedindo para que ele viesse aqui agora esclarecer isso tudo que eu mostrei agora aqui. Se ele gosta de dar 48 horas para qualquer cidadão brasileiro, que ele tenha 24 horas para poder esclarecer, até porque, Moraes, quem não deve, não teme.

Então, passou da hora de nós aqui, Senadores, darmos uma resposta urgentemente para o Brasil. E que, em 7 de setembro, toda a população brasileira saia na rua e "fora, Moraes".

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Presidente, só para não ficar injusto. Vem cá. Eu pedi urgência para o PL 312, de 2026, das motos. Sabe quem é o autor? Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone*.) - Ah, é meu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - O autor é ele, Presidente. *(Risos.)* Ele nem agradeceu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - E ele nem pediu também. Eu vou mandar segurar na Secretaria-Geral da Mesa. Ele vai vir todo dia agora, ele vai pedir todo dia. *(Pausa.)*

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Tem duas operações de crédito que foram solicitadas como inclusão, como item extrapauta, de projetos votados na CAE para deliberação na tarde e noite de hoje.

Como eu faço com todas as matérias, Senador Flávio Arns, de empréstimos, e eu as incluo como item extrapauta, eu vou incluir esses dois no final da sessão deliberativa de hoje.

Projeto de Resolução nº 53, de 2025, apresentado como conclusão do Parecer nº 68, de 2025, da Comissão de Assuntos Econômicos - o Relator da matéria foi o Senador Fernando Farias -, que autoriza a República Federativa do Brasil a celebrar acordo sobre a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida com a República do Senegal, contrato de reestruturação de seus créditos junto à República do Senegal, relativos ao serviço da dívida, no valor equivalente a US$4.888.782,59 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e dois dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta e nove centavos).

Não foram apresentadas emendas perante a mesa.

Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

Primeiro item extrapauta.

Requerimento nº ... Perdão.

Projeto de Resolução nº 52, de 2026, apresentado como conclusão do Parecer nº 57, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Braga, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, de interesse

do Ministério da Fazenda, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor total de um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América.

Foi apresentado o Requerimento 102, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos, que solicita a urgência para apreciação da matéria.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Passa-se à discussão. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Votação do projeto em turno único. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

Segundo item extrapauta, solicitado pela CAE.

Projeto de Resolução nº 53, de 2026, referente à Mensagem nº 31, apresentado como conclusão do Parecer nº 56, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Camilo Santana, que autoriza a União a contratar operação de crédito, do interesse do Ministério da Fazenda, com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, no valor de um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América.

Foi apresentado o Requerimento nº 105, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos, que solicita a urgência para a deliberação da matéria.

Em votação o requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Passa-se à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final, a matéria vai à promulgação.

Senadores e Senadoras, a Câmara dos Deputados deliberou a Medida Provisória 1.366. Essas medidas provisórias todas que estavam pendentes de apreciação, eu não coloquei na pauta, mas eu informei no aplicativo de V. Exas. que todas as medidas provisórias que a Comissão Mista votasse e que a Câmara dos Deputados votasse... Como nós só temos esta semana de esforço concentrado, eu não posso permitir que essas matérias também percam a validade. Como eu coloquei todas as emendas, item por item, no cabeçalho do aplicativo - que, se a Câmara deliberasse, eu incluiria como item extrapauta -, a Câmara deliberou esta MP e eu vou colocar como item extrapauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2026, que destina recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte escolar, profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social ou econômica; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 1.366, de 2026).

Perante a Comissão Mista foram apresentadas 14 emendas. Parecer nº 1, de 2026, da Comissão Mista; a Relatora foi a Deputada Amanda Gentil, favorável à medida provisória e a parte das emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia de hoje, 31 de agosto, e o seu prazo de vigência se esgota em 9 de outubro.

Faço a designação do Senador Giordano como Relator revisor da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - SP. Para proferir parecer.) - Presidente, nobres colegas, na qualidade de Relator revisor da Medida Provisória nº 1.366, de 2026, e com fulcro no parágrafo único do art. 319 e do art. 325 do Regimento Interno do Senado, solicito a seguinte adequação redacional, que tem a finalidade de apenas corrigir o erro material contido no projeto de lei de conversão aprovado pela Câmara dos Deputados.

Inclui-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Artigo - Fica revogada a Medida Provisória nº 1.359, de 2026."

Trata-se, então, somente de adequação redacional necessária, uma vez que o art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998, determina: "A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.".

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2026: observou-se, em seus arts. 6º, 13º, o conteúdo da Medida Provisória nº 1.359, de 2026, tornando-se, portanto, tecnicamente necessária a sua revogação expressa pelo mesmo projeto.

Assim fica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O Relator revisor apresenta a adequação redacional ao projeto de lei de conversão.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação, o conjunto dos pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria, e o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, com a adequação redacional apresentada pelo Relator revisor em Plenário.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto de lei de conversão com a adequação redacional.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas apresentadas.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Presidente, pela ordem. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) - Presidente, é no sentido de sua preocupação com as medidas provisórias, assunto que também me assiste, e agradeço já a V. Exa. pelo encaminhamento imediato para nós pela aprovação agora da Medida Provisória 1.366, que cuida do Move Brasil.

Mas, só comunicando a V. Exa., foi aprovada, agora à tarde, a Medida Provisória 1.369 na Comissão Mista, de relatoria de nossa querida colega Senadora Zenaide, que cuida do gerenciamento de benefícios do INSS e da perícia médica federal, ou seja, da fila do INSS.

Quanto a essa medida provisória tem um razoável tempo: a 1.369 caduca no dia 16 de outubro. Como, em princípio, não temos previsto um novo esforço concentrado, era só um pedido a V. Exa. para o encaminhamento o mais célere possível para a Câmara, para ser votada, para vermos uma alternativa de ser votada a tempo pelo Plenário das duas Casas.

E a outra preocupação é sobre a Medida Provisória 1.360, que é a que cuida do motofrete. Essa requer uma preocupação maior, porque caduca no dia 15 de setembro. E a previsão é que nós consigamos votar amanhã um relatório na Comissão Mista.

A do motofrete, me parece, Presidente... Eu receio que... Como nós temos também uma premência sobre essas, que é a chamada MP das blusinhas, eu receio não termos tempo de votar essa medida provisória amanhã, no esforço que estamos fazendo, Câmara e Senado.

Então, queria debater com V. Exa., queria discutir com a Mesa uma alternativa, provavelmente, se for o caso, de funcionamento remoto, para darmos conta da votação da 1.360.

Então, só para comunicarmos a premência de cada medida provisória: a chamada medida provisória das blusinhas, amanhã votaremos na Comissão Mista e, pelo encaminhado, votaríamos no Plenário da Câmara e no Plenário do Senado; na sequência, a Medida Provisória 1.360, do motofrete, que caduca no dia 15 de setembro; na sequência, ainda, a Medida Provisória 1.369, do INSS, relatada pela Senadora Zenaide, já aprovada na Comissão Mista, que caduca no dia 16 de outubro.

Então, é só para atualizar V. Exa. sobre o prazo de cada uma e pedir o encaminhamento da medida provisória já relatada pela Senadora Zenaide na Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Randolfe Rodrigues, a Mesa me informou que a única medida provisória que foi deliberada na Comissão Mista e no Plenário da Câmara foi a que nós votamos agora, imediatamente, correto?

Essas outras medidas provisórias ainda não foram deliberadas. Uma foi deliberada na Comissão Mista, mas não foi no Plenário da Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - E a outra tem tempo para meados de outubro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Correto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Na verdade, a 1.369, que é relatada pela Senadora Zenaide, caduca dia 16 de outubro. A preocupação é com uma que ainda não foi deliberada na Comissão Mista e que esperamos deliberar amanhã, que é a do motofrete, a 1.360, que caduca no dia 15 de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Então, pronto. Essa é a nossa única preocupação, porque nós não teremos sessão depois de quinta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Exatamente, visto que a das blusinhas V. Exa. já deu os encaminhamentos, deveremos votar amanhã na Comissão Mista, Câmara e Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Calma! V. Exa. está muito acelerado. Nós não demos o encaminhamento ainda. Nós vamos ter uma reunião ainda hoje, tem muitas divergências em relação ao texto apresentado.

Vamos ter uma reunião logo mais com a Relatora Leila, com o Presidente Reginaldo, com o Presidente Hugo Motta, com os Líderes da Câmara. Eu vou para a reunião na residência do Presidente Hugo Motta para tratar desse assunto, inclusive com o Ministro Guimarães, que vai participar também em nome do Governo - a Senadora Teresa Leitão está convidada, V. Exa. também -, porque os textos apresentados estão tendo alguma divergência. Então, ainda não temos o consenso que V. Exa. sonhava em ter.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Presidente, V. Exa. me permite só uma correção - ou ousar uma correção a V. Exa.? Eu não estou acelerado; eu estou procurando acompanhar o ritmo de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Boa iniciativa.

Então, nós só vamos tratar desta única que vence no dia 15 de setembro, correto? Só para informar.

Senadora Tereza, V. Exa. já vai saindo - Tereza Cristina e Teresa Leitão? Está muito bom tratar com V. Exas.

Eu quero anunciar que eu vou tirar da pauta amanhã o projeto de lei que institui o Estatuto do Aprendiz. Eu estou ouvindo de novo muito desencontro em relação à deliberação do relatório apresentado. Já entrou na pauta, já tirou, já entrou, já tirou, e a Senadora Tereza Cristina e a Senadora Teresa Leitão pediram à Presidência que nós retirássemos. Portanto, está retirado da pauta de deliberação da sessão de amanhã este projeto.

As Teresas foram muito atuantes, como sempre.

Requerimentos de licença.

Requerimentos nºs 315, 319 e 323, de 2026, dos Senadores Fernando Dueire, Astronauta Marcos Pontes e Sérgio Petecão, respectivamente, que solicitam, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participar em missões oficiais, nos termos das autorizações da Presidência do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos e será cumprida a deliberação de Plenário.

Senadores e Senadoras, e eu peço para as assessorias dos nossos colegas Senadores que estão nos acompanhando...

A Presidência tomou... Eu tomei uma decisão, ainda há pouco, conversando com meus colegas Senadores e Senadoras, sobre a permanência ou não do painel do dia de hoje. Eu tomei uma decisão e vou informar a V. Exas.: eu não vou encerrar a sessão de hoje, para manter este painel de hoje, que está qualificado, com 68 Senadores e Senadoras presentes. Então, eu vou apenas suspendê-la para que amanhã, quando nós reiniciarmos a sessão, a gente reinicie com este painel de hoje de 68 presentes.

Essa foi a decisão.

Está suspensa a presente sessão, e a Presidência declara o seu retorno previsto para amanhã, às 14h, com o mesmo quórum de hoje.

Muito obrigado.

(A sessão é suspensa às 20 horas e 08 minutos do dia 1º/9/2026 e reaberta às 14 horas do dia 2/9/2026, sob a Presidência do Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) - Declaro aberta a sessão.

A presente sessão deliberativa ordinária foi iniciada ontem, dia 1º de setembro, quando foi suspensa, e teve sua continuação agendada para hoje.

Informo às Senadoras e aos Senadores que a lista de oradores inscritos para hoje será mantida e novos oradores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa durante a sessão.

A continuação da sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação de medidas provisórias e das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, do Deputado Zé Silva;

- Projeto de Lei nº 743, de 2023, do Deputado Pompeo de Mattos;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2022, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados;

- Projeto de Resolução nº 54, de 2025, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de dez minutos para o uso da palavra.

O primeiro inscrito da tarde é o Senador Jorge Kajuru, do PSB, do Estado de Goiás.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) - Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, inicio com um assunto relacionado à crise institucional que estamos vivendo. E vou, Presidente Confúcio Moura, na qualidade de maior Governador da história de Rondônia, reviver aqui algo que penso que o senhor, sendo Senador, e estivesse no lugar do Presidente da República nesta época, em 1993, teria a mesma decisão dele.

Eu trago aqui um episódio registrado na chamada "República do Pão de Queijo", onde tivemos um raro exemplo de ética na política. O Presidente mineiro Itamar Franco afastou o Chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves - o senhor se lembra bem -, que era o melhor amigo do Presidente Itamar! E por quê? O nome dele apareceu nas investigações da CPI dos Anões do Orçamento. Isso aconteceu, eu repito, em novembro de 1993.

Como nada se provou contra Hargreaves por 101 dias - atenção, senhoras e senhores: ele ficou afastado 101 dias! -, em fevereiro de 1994, passados esses 101 dias em que ele teve que provar a sua inocência, o Presidente Itamar Franco recolocou o seu melhor amigo na chefia da Casa Civil da Presidência da República novamente. Ou seja, como brasileiro e como jornalista de carreira há mais de 50 anos, o que eu esperava ver era atitude assim, seja ela para Senadores, Deputados, jornalistas, ministros. Todos aqueles que foram acusados com comprovação de envolvimento com o gângster Vorcaro teriam que, deliberadamente, Senador Plínio Valério, pedir o afastamento para que se esclarecessem, mas, afastados dos cargos e provando suas inocências, voltariam; do contrário, receberiam a condenação devida.

Sei que isso é um sonho. Conversei com muita gente, como o jornalista nacionalmente consagrado como fenômeno de comunicação, José Luiz Datena, e ele concordou plenamente comigo. É isso que a gente gostaria de ver. Antes de qualquer decisão contra este ou aquele, para que haja coerência e não haja, aqui no Senado e nem na Câmara, corporativismo de a gente defender um colega acusado e com provas de envolvimento, então que sejamos - repito - coerentes. "O pau que dá em Chico dá em Francisco." E, se houvesse um afastamento, seria como em 1993, com Itamar Franco, um exemplo para ficar na história, tanto que hoje voltei aqui a me lembrar do falecido Presidente Itamar Franco.

Outro assunto é a crise política atual, mas sobre ela não preciso acrescentar muito. Entendo que a regulação das redes sociais, agora em novo estágio, seja um assunto melhor. A preocupação com a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes vem solidificando a evidência de que não há mais como protelar a regulação das redes sociais, contra a qual setores retrógrados se posicionam em nome da liberdade de expressão.

Há uma semana, a Meta, dona do Facebook e do Instagram, fechou um acordo com os estados e territórios dos Estados Unidos para evitar o julgamento de acusações de que suas redes sociais teriam sido envolvidas deliberadamente para estimular o uso excessivo e criar dependência entre crianças e adolescentes. A empresa concordou em pagar até US$17,1 bilhões, cerca de R$88 bilhões, para encerrar as ações e evitar o risco de condenações, e se comprometeu a fazer uma série de mudanças com limites de tempo de uso, restrições durante a madrugada e medidas contra mecanismos considerados viciantes, como a rolagem infinita. Na essência, reconheceu que o modelo que adota em suas plataformas, moldado no engajamento dos usuários para gerar receita publicitária, precisa ser submetido a limites de responsabilidades.

Por aqui, na semana passada, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aplicou multa de R$153 milhões à ByteDance, controladora do TikTok, por causa de irregularidades no tratamento de dados de crianças e adolescentes. Paralelamente, a Advocacia-Geral da União protocolou na Justiça Federal uma ação civil contra o Discord, pedindo indenização de R$500 milhões por dano moral coletivo, em razão de violações relacionadas à proteção de usuários vulneráveis, especialmente crianças e adolescentes. O Discord ganhou notoriedade depois de um episódio deplorável ocorrido no Mato Grosso do Sul em julho: a transmissão ao vivo do suicídio de um adolescente de 13 anos.

As medidas adotadas pela ANPD e pela AGU foram possíveis graças à entrada em vigor, em março, do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, aprovado pelo Congresso e sancionado no ano passado.

Por fim, e por isso, é de se lamentar o fato de que o Congresso Nacional não tenha aprovado ainda a legislação mais ampla sobre responsabilidade e transparência das plataformas digitais. Lembro que, embora votado no Senado, o Projeto de Lei nº 2.630, de 2020, que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, não virou lei

- não virou. Na Câmara dos Deputados enfrentou forte resistência política e um intenso *lobby* das maiores empresas de tecnologia com o apoio de setores do Parlamento.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Encerro esperando que a maioria dos brasileiros, dotados de bom senso, não se esqueça dos responsáveis pela injustificada e, a meu ver, criminosa omissão.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Muito bem, vamos dar continuidade.

O próximo inscrito é o Senador Plínio Valério.

Entre os presentes, o próximo, embora seja o 18º, é o Cleitinho.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discursar.) - Presidente Confúcio, Senadoras, Senadores, não há como, sob hipótese alguma, evitar de falar aquilo que se deve falar, e temos obrigação, por estarmos como Senadores da República, de abordar este assunto.

Se estivéssemos nós vivendo a democracia que tanto a gente apregoa, quer e sonha - e luta por ela -, se estivéssemos nós vivendo o que chamamos de Estado pleno de direito, em que a gente bate aqui, desta tribuna, dizendo que já foi para as cucuias há muito tempo... Quando o Supremo Tribunal Federal começava a usurpar a prerrogativa do Legislativo - e eu lembro que cheguei aqui em fevereiro de 2019 -, em março já faziam pronunciamentos pedindo, querendo e torcendo pelo *impeachment* do Sr. Ministro Alexandre de Moraes.

O mandato chega ao fim, pelo menos este primeiro mandato, já que estou pleiteando o segundo, e a gente batendo na mesma tecla; só que desta vez, Kajuru e Cleitinho, aquilo que a gente tanto quer aqui, há motivos robustos suficientes. As denúncias são terríveis, terríveis. Não há como esconder; não há como jogar para baixo do tapete essa sujeira. As denúncias que caem sobre a consciência, a cabeça e os ombros do Ministro Alexandre de Moraes têm que ser apuradas e têm que ser levadas a sério.

Não é mais possível ter tantos pedidos de *impeachment* do Ministro e a gente não colocar um só - um apenas - em votação, para que nós possamos aqui, neste Plenário, deliberar. Cassar ou não será a consequência e o resultado da nossa votação aqui, mas é preciso, sim.

E, em se tratando do Ministro Moraes, pesa muito mais, e a coisa é muito mais grave, porque foi ele o carrasco de tudo isso, de condenar, de colocar pessoas humildes, pessoas honestas na cadeia, de condenar a mais de 10, 14 anos pessoas que tudo que fizeram foi acreditar numa pátria livre.

Portanto, aquilo que ele fez, aqueles argumentos que ele usou... E um deles: apagar mensagem. Tem gente, Presidente, que foi presa e condenada por apagar mensagem, porque ele concluiu que ali estavam apagando alguns resquícios, alguns indícios de falcatruas. E ele cometeu isso.

E quem perde com isso? Nós já perdemos aqui, no Senado, o respeito e a prerrogativa de poder exercer nosso mandato livremente, posto que não foi possível cassar ministro. A Mesa, a Direção do Senado não colocou um só pedido desse em votação. O Brasil perde, a República perde, mas o Judiciário cai muito mais com isso, em descrédito.

Porque o Supremo deveria representar - já não representa mais por alguns de seus Ministros - aquele porto seguro ao qual nós todos, pessoas comuns, poderíamos aportar e recorrer. O Supremo, há muito tempo, deixou de ser confiável, e agora mais do que nunca.

Se o Supremo, como instituição, no seu colegiado, não entender, não agir e não fazer alguma coisa, como disse o Kajuru, para que o Ministro, pelo menos, se afaste da sua função... Provada a inocência, volta, porque é assim em todos os setores.

Se o Supremo não agir, nós, Cleitinho, nós, Kajuru, estamos na obrigação não só moral, mas também legal, no dever de ofício. Estamos fazendo parte de uma instituição que tem como prerrogativa, que tem como direito e obrigação constitucional investigar Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eu, Senador pelo Amazonas, posso dizer uma coisa: a consciência está tranquila. Eu não vou dizer para você... Não lhe disse, eu não vou dizer nada disso; poderia dizer, porque eu estou aqui querendo a cassação do Moraes desde 2019, março. Kajuru está de testemunha, Cleitinho chegou depois de quatro anos.

Lembra-se, Kajuru, da nossa luta? Lembra-se da denúncia do pedido de *impeachment*, a gente querendo... Porque ali se estancava, ali o boi não tinha passado pela cerca, a cerca não estava arrombada. Quando não se fez nada, aí a manada

inteira passou, a boiada inteira passou. Não estou fazendo alusão, chamando Ministro de boi; estou fazendo aqui uma associação, porque é pertinente.

Então, é lamentável que o Senado não tenha feito nada - é lamentável -, mas há sempre a chance de se redimir. E eu só vejo uma solução aqui: chamar o Ministro para vir esclarecer sua situação, e que seja em uma Comissão, que não seja no Plenário.

Já não é mais possível segurar a situação do Sr. Alexandre de Moraes, e seus padrinhos... E ele atropelou até os padrinhos.

A imprensa, que tanto o protegeu, criou um monstro e agora está vendo como vai atuar com esse monstro.

Eu quero estar, sim, com a minha consciência livre de ter pedido, nesses oito anos, meu bom amigo Confúcio, desta tribuna, o *impeachment* de Alexandre de Moraes. Fiz isso mais de 30 vezes da tribuna e fiz isso mais de cem vezes nas entrevistas.

Não vou dizer que eu estava certo, nem vou me vangloriar disso; eu quero apenas que o Senado cumpra com a sua missão, para que isso não nos envergonhe ainda mais.

Aqueles que postulam uma reeleição... O meu amigo Kajuru já disse que não quer mais estar aqui, tem seus motivos, e eu o entendo perfeitamente. O Cleitinho esteve aqui, mas já vai sair, vai ser Governador de Minas Gerais. E eu estou pleiteando a volta, sim, porque continuo acreditando que só o Senado, e unicamente o Senado, pode dar um freio a esse caminhão de mudança, um freio para acomodar todos os elementos dessa mudança de casa. A nossa Casa está, sim, desrespeitada, mas a gente tem sempre a oportunidade de trazer para nós toda a responsabilidade, chamar essa responsabilidade.

Eu vou continuar acreditando - sabe, Confúcio? -, eu vou continuar. Até na sabatina do André Mendonça, eu disse que acreditaria, porque eu entendo que um dia o Senado iria chamar para si essa responsabilidade de cassar o Ministro.

Cansei de dizer aqui que, quando a doença é grave, o remédio tem que ser amargo. A gente muitas vezes leva o filho da gente ao dentista, vai morrendo de pena, mas ele tem que ir, e é o caso agora.

Cassar um Ministro abala a República, cassar um Ministro aqui vai abalar a República, mas eu pergunto: quer um abalo maior do que este, quando um Ministro que chama para si toda a responsabilidade de punição é o responsável por fazer, praticar tudo aquilo que ele usou para condenar outras pessoas? Eu acho que maior escândalo que esse, eu acho que maior golpe que esse uma República não pode sofrer. Fôssemos nós uma República que ainda vivesse o Estado pleno de direito, Alexandre de Moraes teria que ser afastado pelos seus pares e depois cassado aqui no Plenário do Senado, se não provasse... se a gente chegasse à conclusão de que ele é culpado.

Senador Zequinha, eu fazia aqui um retrospecto da nossa luta, querendo sempre o *impeachment* de ministro e citando sempre o Ministro Alexandre de Moraes. Eu falo aqui, Zequinha, que nós não podemos mais tolerar essa situação. Cada Senador tem que dizer aquilo que pensa, e há aqueles que pensam que o Ministro não deve ser cassado, mas têm que dizer isso. Quando a população nos coloca aqui, e aqui nós representamos a República, tem que esperar de nós, pelo menos, que sejamos transparentes, que não tenhamos medo de dizer o que pensamos.

Portanto, eu vou finalizar esse discurso, Presidente, reiterando, reafirmando tudo aquilo que eu disse aqui. O Sr. Ministro Alexandre de Moraes há muito tempo já merece ser cassado, e com essas denúncias aí, que são contundentes, que não há contestação, não há mais o que esperar, não há que...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - ... se ter paciência mais com tantos desmandos. Porque o Sr. Moraes não envergonha só a ele, ele está envergonhando a todos nós republicanos, a todos nós que sonhamos e queremos uma República digna, justa, com os seus cidadãos e com as suas cidadãs. Portanto, se ele não cair fora, se o Supremo não o afastar, cabe a nós Senadores da República cassá-lo de uma vez por todas e, assim, reaproximar e fazer aquilo que o Brasil tanto quer e tanto precisa. Quem sabe, cassando o Moraes, nós possamos voltar a viver um Estado pleno de direito?

Eu acredito nisso. Por isso, eu fiz vários pronunciamentos nesse sentido. E por acreditar na República, e por acreditar em dias melhores, confiantes, é que eu estou candidato à reeleição no meu estado. Espero que estejamos de volta para que, por mais oito anos, a gente continue lutando o bom combate e tentando, acima de tudo, fazer justiça. Fazer justiça com aqueles...

(Interrupção do som.) ***O SR. PLÍNIO VALÉRIO*** *(Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - ... para fazer justiça e não o fazem.*

Eu sempre disse: Ministros do Supremo podem muito, mas não podem tudo. Ministros do Supremo podem aplicar a lei. Eles podem muito, mas não estão acima da lei. A lei que nós fizemos aqui, que os outros fizeram aqui, está acima de tudo, está acima de todos nós. Alexandre de Moraes não entendeu isso. Por isso, deverá ser cassado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Continuando, eu passo a palavra para o Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu venho à tribuna hoje para dizer que apoio integralmente o pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, porque os fatos divulgados são graves demais para serem ignorados pelo Senado Federal. Esta Casa não pode mais continuar de braços cruzados, não pode continuar indiferente; esta Casa não pode continuar se omitindo.

O Presidente titular não está aqui neste momento, mas este é o momento em que a gente chega aqui e precisa se posicionar. O Senado Federal está mais parecendo um sinal de trânsito desligado. O carro passa para lá e para cá, vê que não há multa, não tem registro, e aí a velocidade muda e as coisas ficam complicadas.

A situação de hoje é uma situação muito, mas muito delicada. Não se trata de condenação antecipada, mas de necessidade de garantir uma apuração transparente sobre condutas que podem e estão já comprometendo a credibilidade de uma das mais altas autoridades da República. Isso é perigoso.

As revelações envolvendo a relação entre o banqueiro, o controlador do Banco Master, e o escritório de advocacia da esposa do Ministro levantam sérias dúvidas sobre possíveis conflitos de interesse. Mas mais graves ainda são os indícios de participação do próprio Ministro em tratativas relacionadas a um contrato milionário que, segundo informações divulgadas, poderia ultrapassar mais de R$120 milhões.

Mas há um episódio que me causa especial perplexidade, Presidente, e à sociedade brasileira. Segundo mensagens divulgadas pela imprensa, o então controlador do Banco Master teria consultado o Ministro Alexandre de Moraes para saber se precisava deixar o país dias antes de sua prisão. Trata-se de uma situação absolutamente esdrúxula. O empresário, diante da possibilidade de ser alvo de medidas judiciais, não deveria recorrer ao próprio magistrado responsável por decisões dessa natureza para buscar orientação ou tranquilidade. A simples existência de uma conversa dessa natureza exige esclarecimentos muito profundos - é complicada a situação.

Quando pairam dúvidas sobre a imparcialidade, a independência e a conduta de qualquer agente público, especialmente de um Ministro da Suprema Corte, o caminho não é o silêncio; o caminho é a investigação. Por isso, entendo que o Senado deve exercer sua responsabilidade constitucional, permitindo a apuração rigorosa dos fatos, com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Defender o esclarecimento dessas denúncias não é atacar as instituições, é justamente preservar a confiança do povo brasileiro nelas.

Meu Presidente Confúcio, a gente está vivendo dias de muitos constrangimentos nas ruas, lá em nosso estado. É muita dificuldade a gente estar aqui, ser membro desta Casa, que precisa ter a fé, a credibilidade da população e, de repente, por tanta complacência, por tanta paciência, por tanto esperar, começa a se desgastar junto.

O Ministro não está afundando só o Supremo. O Ministro está arrastando o Senado Federal para o abismo também. Isso é muito ruim, porque a sociedade começa a pensar que nós aqui somos cúmplices disso também, que nós apoiamos isso também. E isso, para mim, é uma tristeza, além de ser uma decepção, porque eu não sou extremista, nem para um lado nem para o outro. Procuro pautar o meu comportamento pelo equilíbrio, pela sensatez, pela sobriedade. Esta Casa requer esse perfil parlamentar. Aqui não é lugar de se plantar bananeira, aqui não é lugar de se fazer espetáculos; aqui é lugar de gente equilibrada, gente que pensa, gente que tem postura, porque aqui é a Casa da Federação brasileira. A gente precisa se lembrar da importância desta Casa para o Brasil, e o Senado Federal está deixando muito, mas muito mesmo a desejar.

Ontem a Ministra Damares Alves entrou com um requerimento e eu não tenho outra alternativa senão apoiar. E lá assinei, e lá me identifiquei já hoje, com todos os documentos, porque eu me sinto mal em não fazer desse jeito. Isso não é uma questão de querer fazer isso com aquilo, com beltrano; não, é uma questão de sentimento. Não dá para se fazer diferente. Respeito quem pensa diferente, mas no meu caso não dá. Eu acho que a gente precisa rapidamente resolver isso, permitir uma investigação transparente, permitir uma investigação que diga para a sociedade brasileira o que, de fato, aconteceu e o que, de fato, está acontecendo.

No lugar do Ministro e no lugar do PGR, eu pessoalmente já tinha pedido o afastamento da função, até que se completasse toda a investigação. Seria a postura mais ética, mais decente, meu Senador Cleitinho, porque senão como é que se pensa: tanto problema, tanto envolvimento e o Ministro ainda despachando, dando parecer, assinando sentença? O que vai se pensar desse tribunal?

Quando a gente fala em tribunal, a gente está falando de uma casa diferenciada, conduzida por juízes. Lamentavelmente, o Supremo não é composto por juízes - parece que só tem um, que é o Ministro Fux; os demais são de atividades do direito, advogados. E o pior: não é composto por juízes e é composto por pessoas que de repente não têm juízo, porque se meter em bronca dessa natureza é falta de sensatez, é falta de compreensão da função e da sua importância para a sociedade, porque esse treco...

Quem é que não sabe que uma pessoa como o Vorcaro, um empresário que não tem limites, que gasta tudo, que quer comprar todo mundo, quer trazer para si o controle sobre tudo... Será que não dá para desconfiar disso? Será que não dá para olhar um pouco na frente e ver que esse negócio está errado? Que esse negócio um dia ia estourar, ia dar no que está dando hoje?

Lamentavelmente, você não pode ser cego. "Ah, tem dinheiro no meio e, por causa do dinheiro, agora eu vou vender a alma para o capeta." Não é assim, não é assim. A gente precisa ter um mínimo, um mínimo de consciência daquilo que está fazendo, e a consciência é o maior tribunal que a gente precisa manter dentro de nós mesmos.

Portanto, fica aqui, de forma muito clara e muito evidente, o nosso posicionamento para o Brasil, o nosso posicionamento para o nosso estado. Nós já assinamos e queremos e vamos lutar para que esta Casa se posicione, para que esta Casa cumpra o seu papel constitucional e a gente possa ver tudo esclarecido.

Eu tenho uma PEC, Presidente, aqui, simples, que resolve todo esse problema no processo de escolha para a composição do Supremo. Enquanto se permitir que a escolha seja feita da forma como é feita, nós vamos ter esse tipo de problema. Precisamos curar a ferida deste momento, mas precisamos mudar...

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - ... precisamos mudar os critérios de escolha. Dê-me mais um minuto, Presidente.

Nós temos três tribunais superiores aqui: o STJ, nós temos o do Trabalho e nós temos o Militar. Na hora que você exigir, por lei - que deve sair aqui do Congresso -, que um Ministro do Supremo tem que ser da carreira da magistratura... E, para compor a lista tríplice para que o Presidente da República escolha, cada tribunal desses elegerá entre os seus membros um representante para compor a lista tríplice - gente que vem da magistratura desde jovem, para o Presidente, então, poder fazer isso.

Outra coisa: ali é uma corte de gente que quer prestar um serviço para o Estado, para a sociedade, e não de gente que...

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - ... quer ainda construir uma imagem, que quer construir o seu patrimônio, não. O que é que eu fiz em cima disso? Ministro do Supremo Tribunal Federal, para ser escolhido, além de todas as recomendações que a lei já exige hoje, precisa ter acima de 60 anos de idade, porque senão nós estamos escolhendo gente que tem 40 e poucos anos e que só vai bater no teto com 75. Gente que vai passar ali quase 30 anos - só nesse aspecto já está escrito que vai dar errado. Está escrito que vai dar errado, não é por aí - não é por aí. Se eu pego alguém com mais de 60 anos, essa pessoa, com certeza, já passou do pico da vaidade, da construção do patrimônio, do saber, da conquista do conhecimento. Não!

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - Ela já é uma pessoa realizada na vida, com certeza - principalmente alguém da carreira da magistratura. Desprovido desses sentimentos humanos, que são comuns na juventude, o cara vai ter uma cabeça voltada para o serviço, para a função, para a importância daquilo para a sociedade.

Com mais de 60 anos, ele chega rapidinho aos 75 e ali encerra a carreira. E vai ficar sempre debaixo do guarda-chuva do Estado, como proteção, porque, muitas vezes, a tomada de decisão aqui é muito dura, muito severa, e a pessoa, exercendo apenas um mandato para saber que tal ano vai cair fora - porque é o fim do mandato -, fica com medo de tomar decisão. Ela tem medo, porque amanhã ela não está mais no mandato. E, se ela ficar e tiver acima de 60 anos, ela bate no teto dos 75 e ali continua. Vai se aposentar e continua debaixo do guarda-chuva...

(Interrupção do som.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) - ... da autoridade do Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - Portanto, Presidente, fica aqui a minha manifestação.

Eu sonho com um Senado que honre o voto do povo brasileiro quando coloca aqui gente que tem competência, sensatez, sobriedade, mas, acima de tudo, que tem coragem. Eu sempre assinei todas as CPIs polêmicas aqui, sempre assinei todos os pedidos de *impeachment* polêmicos aqui. Não faço barulho, mas não dá para não fazer neste momento, porque a situação, do meu ponto de vista, é gravíssima. E meu velho pai, que já descansa no Senhor nosso Deus, dizia uma coisa: "Quem cala consente, e quem se omite é conivente".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Bem, eu passo a palavra agora para o Senador Cleitinho. Por favor.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discursar.) - Sr. Presidente, uma boa tarde a todos os Senadores, às Senadoras, aos servidores desta Casa e à população que acompanha a gente pela TV Senado.

Eu não poderia deixar de começar a minha fala aqui falando do nosso Senador Plínio Valério, que para mim é um dos melhores Senadores do Brasil. Foi uma honra poder trabalhar com você nesses quatro anos aqui. E você me ensinou muito.

Então eu queria aqui, para quem... Se eu estivesse aí no Estado do Amazonas, você pode ter certeza de que meu voto seria seu, para te reeleger aqui. E eu espero que a população do Amazonas tenha a responsabilidade de poder reeleger, porque eu sei o tanto que você fez, não só para o Amazonas, mas pelo Brasil.

Então, você que está me vendo aqui, que está me acompanhando agora aí, tenha a responsabilidade de reeleger esse Senador, que é um dos melhores Senadores do Brasil.

E muito obrigado por ter a honra de ter trabalhado com você aqui. Que você continue, e continue defendendo os interesses da população e do Amazonas.

Sr. Presidente, eu queria começar a minha fala aqui. População brasileira, você está vendo a foto deste cidadão que está aqui? Então, eu queria só explicar para vocês o seguinte: vai vendo aqui a foto dele, vocês estão vendo? Então, ele não está na lista do Vorcaro; ele também não esteve na lista do INSS; ele também não esteve na lista da Odebrecht; ele também não esteve na lista da Lava Jato, nem do petrolão e nem do mensalão. Mas ele está preso. Essa pessoa é o Bolsonaro.

Agora, esse que defende a democracia, o processo legal e tudo, e é isso e aquilo, está solto. Agora eu acho que chegou a hora de a gente passar este país a limpo, e cabe a nós Senadores.

Eu escutei o Presidente Davi Alcolumbre dizendo, na entrevista ontem, que não é normal ter não sei quantos pedidos de *impeachment.*

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) - Cento e nove.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) - Cento e nove pedidos de *impeachment*. Então eu queria falar para o Presidente Davi, ainda vou falar com ele mais tarde, que o que não é normal é um banqueiro que fraudou o Brasil inteiro, em bilhões de reais, mandar uma mensagem para um Ministro do STF perguntando para ele se poderia fugir em dois dias. Isso que não é normal, Presidente Davi.

Então chegou a hora aqui de o Senado passar o país a limpo. E somos nós que temos que fazer isso.

E eu quero ainda falar o seguinte: a justiça tarda, mas ela não falha, porque isso tudo que está acontecendo, Moraes, foi pela sua perseguição, que você fez com um monte de inocentes, inclusive com o ex-Presidente Bolsonaro. Sabe qual é a diferença do ex-Presidente Bolsonaro, Ministro Alexandre de Moraes? É que se ele amanhã estiver solto, ele pode sair à rua de cabeça erguida. Agora, por mais que você não tenha a honra de poder pedir para sair, se afastar do STF... Porque você deveria fazer isso, e eu espero que o Presidente do STF, o Fachin, faça isso, porque a atitude aqui é nossa também, de impitimar. Mas que o Presidente Fachin... Porque o STF está desmoralizado. Então, que você tenha a atitude e a honra de pedir o afastamento, até porque, se colocar em plenário essa investigação, você faz parte dessa investigação. Então você não pode participar.

Então honre o povo brasileiro e a justiça, porque vocês falam que tem justiça neste Brasil, e tenha a honra, a hombridade de se afastar. Até porque, se você continuar querendo ficar dentro do STF, não sei por quanto tempo, saia à rua. Vamos fazer um desafio? Pega você e o Bolsonaro, e vamos sair à rua. Eu vou com vocês. Faço questão de fazer isso. E eu tenho certeza de que, na hora que o ex-Presidente Bolsonaro puder sair à rua, ele vai sair de cabeça erguida, diferentemente de você.

Agora, eu espero aqui que a população brasileira... Porque a responsabilidade é do Senado, a prerrogativa é nossa. Cabe a nós Senadores poder pautar o pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes.

E as eleições estão aí. Então o que eu falo para vocês é que agora são dois Senadores por estado. Vocês estão a 30 dias da eleição. Tenham muita responsabilidade, olhem esses candidatos que estão aí nas redes sociais se eles estão pedindo o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, porque a chance que tem de mudar este país aqui é aqui no Senado. A chance de fazer justiça, literalmente, neste país aqui, é o Senado. Então cabe a você, população brasileira, ter essa responsabilidade de analisar candidato por candidato, para que coloque aqui, no ano que vem, realmente Senadores que tenham a hombridade de fazer justiça neste país, impitimar o Ministro Alexandre de Moraes e seja quem for, porque eles não estão acima da lei - não estão acima da lei.

E eu queria dizer aqui que não são só os Senadores. Eu já falei isto aqui, e repito - eu falo isso desde o ano passado -, que eu apoio a questão da candidatura do Flávio Bolsonaro. Eu respeito a todos os candidatos de direita, mas a chance que a gente tem de passar este país a limpo também é com ele e é com os novos Senadores aqui. É por isso que eu vou apoiá-lo. É pelo Brasil e também pelo ex-Presidente Bolsonaro, porque a gente precisa fazer justiça. E a única forma que tem de fazer justiça é desse jeito. É por isso que eu me posicionei e me posiciono. Sempre vou me posicionar.

Então, a direita tem que estar unida. Para a gente ganhar a eleição, a gente tem que estar unido. Não tem outra via. Ah!, o Flávio Bolsonaro é perfeito? Não acho. Nem você que está me vendo aqui agora é perfeito, nem eu sou perfeito. Não existe ser humano perfeito. O Flávio Bolsonaro vai salvar o país? Não, não vai salvar o país. Quem salva o país aqui são vocês. É você, trabalhador. O que o Flávio Bolsonaro tem que fazer - e qualquer outro político, ou Governador, ou Presidente, ou Prefeito, ou Senador - é não atrapalhar a sua vida. É isso que têm que fazer. É você que salva a sua vida. O único salvador que teve aqui no mundo foi Jesus Cristo. Ele, sim, é o Salvador. O resto aqui, gente, somos todos nós, seres humanos, que estamos aí para vocês verem, que têm defeitos, têm equívocos, têm falhas.

Então, não esperem achar um salvador da pátria. Não existe salvador da pátria, mas, pela realidade do país hoje, e para, realmente, a gente defender a democracia e fazer justiça neste país, pensem muito bem na hora de votar. E eu falo novamente aqui para a direita: não tem outra via. Com todo o respeito aos outros candidatos, que eu respeito muito, mas a chance para poder fazer justiça e mudar este país é com ele.

Eu queria finalizar aqui, Sr. Presidente, com uma pauta minha. Eu queria falar isto para a população brasileira, em especial aqui às mulheres e também aos homens.

A gente vê o crescimento do feminicídio no país. A gente está vendo que a pauta hoje, muitas das vezes, nas entrevistas dos Presidentes, dos Governadores, é a do feminicídio. Deixe-me dar um recado para você que é homem. Você não vai ficar ofendido comigo porque eu vou falar com você aqui. Eu acho que você vai se sentir representado, porque não são as mulheres que têm que defender as mulheres, não! Somos nós homens que temos que defender as mulheres. E sabem como a gente muda isso? É lá na conscientização, é na raiz. É nas escolas, é dentro de casa. É com uma criança, aquele menino que tem seus 5, 6, 7 anos e vai formar seu caráter. É o pai e até o professor dizerem para ele o seguinte: "Quando você virar homem, você tem que cuidar das mulheres. Você não tem que bater nas mulheres".

É a mesma coisa daquela menina que está com seus 7, 8, 9 anos. É só a mãe e seu pai falarem para ela - e o professor falar para ela - que, quando um homem quiser apontar o dedo para ela ou quiser agredi-la, ela tem que denunciar.

Sabem o que acontece muito e por que, às vezes, uma mulher, hoje, não faz isso? Porque ela não tem independência financeira, porque esses covardes, esses canalhas desses homens a ameaçam. Eles colocam o quê? "Se você sair de casa, acabou". Então, ela não sai. Então, cabe a nós, Governadores, Presidente da República, fazer política pública, acolhimento. A gente tem que dar independência financeira para elas poderem sair de casa. Da forma que está, elas nunca vão fazer isso.

Então, somos nós homens também que temos que defender as mulheres. Não adianta fazer conscientização de que as mulheres têm que denunciar se não conscientizarmos os homens canalhas, que não têm respeito. Então, somos nós homens que temos que defender as mulheres. Que essa pauta seja para todos, independentemente se de esquerda ou de direita. Se eu estou aqui, eu devo à minha mãe. Você que está vendo aqui também, homem, você deve à sua mãe. Ai de nós sem as mulheres!

Então, eu espero, muito mesmo... E podem ter certeza, para mudar essa situação, é na raiz. Para a gente mudar isso também, é dar independência financeira para elas, é acolhimento, porque, muitas das vezes, o feminicídio acontece por quê? Por causa da violência doméstica. Porque começa lá: ela não quer sair de casa, ela tem medo de denunciar.

Então, podem ter certeza de que nós homens temos que ser garotos propaganda, temos que mandar, sim, as mulheres denunciarem. Somos nós que temos que cuidar das mulheres. E, para você, seu canalha: se você não gostou da minha fala, é porque você não é homem. Você não é homem - você não é homem! Você não tem que ficar chateado com a minha fala. Quem é homem de verdade não vai ficar chateado com a minha fala.

Então, é isso que a gente tem que fazer. E o mais importante: homem que agredir mulher é cadeia e não tem que sair da cadeia. Então, conscientizem-se. E, mulheres do Brasil, denunciem. Não adianta nada a gente estar falando em sabatina, falando em entrevista, falando para acabar com o feminicídio se nós homens não defendermos as mulheres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Dando continuidade, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Presidente, só enquanto o Senador Esperidião Amin se dirige à tribuna, me permita?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Perfeito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) - Cleitinho, meu amigo, obrigado pelas suas palavras.

E, acredite, a sua espontaneidade, o seu jeito de ser aqui trouxe para nós uma inovação. E eu tive a felicidade de ser seu amigo, de a gente poder trocar ideias. E eu estou aqui torcendo para que você se torne Governador de Minas Gerais.

E tem uma notícia boa. Nós temos aqui, Cleitinho, no Brasil, uma lei de minha autoria, de 2021, que coloca na grade transversal do ensino brasileiro o tema Violência contra a Mulher, que, infelizmente, o Governo Federal não implantou. E eu peço, peço... Em Manaus, a gente já faz palestras. É uma matéria que não reprova, que não tem prova, que não dá nota. Só palestras, para a criancinha ouvir como ela deve se portar, o menino ouvir que não pode tratar mal a menina, que todo mundo é igual.

Então, eu vou dar a minha colaboração e sei que você vai implementar essa lei lá em Minas Gerais.

Estou aqui torcendo, meu irmão.

Obrigado por ser seu amigo, viu?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Senador Esperidião Amin, fique à vontade. *(Pausa.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) - Muito boa tarde.

É uma alegria muito grande poder, mais uma vez, falar, tendo V. Exa. a presidir a sessão.

Eu confesso que recebi uma ameaça quando vim aqui para a tribuna, porque o Senador Kajuru disse que vai ficar aqui para me ouvir. *(Risos.)* E isso é uma ameaça no sentido mais amplo da palavra, porque ele não vai fazer censura, mas ele vai fazer crítica. E isso ele sabe fazer.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, cumprimentar as palavras do Senador Cleitinho, especialmente quando ele fala da esperança do julgamento popular.

Há pessoas que sofrem as consequências do exercício do poder de tal forma que não podem sair à rua. E há outras tantas que conseguem - mesmo perdendo, perdendo até em questões judiciais, como é o caso do ex-Presidente Jair Bolsonaro - e que podem sair às ruas. E podem sair cada vez mais livremente às ruas na medida em que o tempo passa e as paixões políticas refluem.

De sorte que nós cristãos acreditamos no julgamento de pai e de mãe - e esperamos que seja generoso - das nossas ações. E, às vezes, reclamamos de alguma avaliação popular, mas a avaliação do povo, como diz o provérbio...

A palavra do Senador Styvenson me deixou intrigado. É o último? Não. No máximo, é o saideiro.

Então, como eu dizia, o julgamento popular é algo quase divino porque, afinal, nós somos criaturas de Deus.

Quero cumprimentar a todos os demais Senadores e Senadoras e iniciar minhas palavras em alto astral.

Blumenau está de aniversário hoje: 176 anos de uma cidade que, mais do que uma cidade, é uma civilização. É uma cidade que consegue sobreviver às perturbações climáticas, aos desafios da vida e ressurge sempre com alguma coisa melhor. Eu aprendi muito com todo o povo catarinense, mas aprendi muito a viver, sobreviver e fazer do limão uma limonada, ou seja, da dificuldade uma inovação, uma renovação, um aprimoramento, com o nosso povo do Vale do Rio Itajaí-Açu e do Vale do Itajaí como um todo, especialmente de Blumenau. É uma cidade que realmente orgulha o Brasil pela qualidade do exercício da cidadania.

Mas não posso deixar, Sr. Presidente - além desse registro que me deixa feliz, porque eu sei que estou falando a verdade e estou falando por gratidão -, eu não posso deixar de fazer uma brevíssima avaliação do que o Brasil passou a começar

a tomar conhecimento ontem, e V. Exa. presidia a sessão. Eu garanto que, naquele momento, nem V. Exa., meu querido amigo Senador Confúcio, imaginava que poderia estar havendo um tal transbordamento, uma tal precipitação, como se uma represa tivesse estourado. E muitas coisas ainda estão por investigar, por verificar, por conferir, afinal, tomamos conhecimento mesmo foi de ligações do emitente, e não de respostas do interlocutor. Mas eu acho que a tecnologia vai chegar lá, vai chegar na resposta do interlocutor.

Eu não vou aqui mencionar todas as frases, mas vou manifestar duas preocupações. A primeira, em relação ao que o Procurador-Geral da República teve a coragem de escrever. Ele escreveu, inclusive, que um juiz não pode investigar e julgar - investigar, acusar e julgar. Que bom que ele se lembrou disso, porque ele não se lembra disso por ocasião do inquérito do 8 de janeiro. Essa lição básica não esteve presente perante o Procurador-Geral da República, quando o Ministro Alexandre de Moraes, que se dizia vítima do tal golpe do 8 de janeiro de 2023 - e dizia até que ia ser enforcado, descrevia até como tal ocorreria -, e foi o investigador, o acusador e o juiz que condenou dezenas de brasileiros e milhares de brasileiros, por extensão, no inquérito do 8 de janeiro, que um dia vai ser revisado.

Então, essas tentativas de amortecimento vão de encontro à ideia de que nós vamos passar o Brasil a limpo. São essas tentativas de amortecer, de reduzir, de relativizar, que nós vamos enfrentar nos próximos dias. Não apenas de parte da Procuradoria-Geral da República, exuberante na sua rapidez em declarar a nulidade da investigação; ou seja, danem-se os fatos, a verdade é outra, não a dos fatos.

Tudo isso conspira contra a ideia de que estouramos o limite de tolerância e é preciso colocar o Brasil a limpo. Especialmente o Supremo Tribunal Federal tem que ser defendido por todos nós, inclusive pelos seus integrantes e pelo próprio Presidente, Ministro Fachin.

A segunda observação que eu faço é sobre essa anestesia que se pretende aplicar à ideia do *impeachment*. Eu quero repetir o que eu disse ontem. Nós não podemos revogar um dispositivo constitucional que concede... E eu o vejo daqui e saúdo o Senador Jorge Seif, apesar de dizer claramente que o senhor não fez falta - foi muito bem substituído pelo Senador Hermes -, nós nem percebemos que o senhor não estava aqui, tal foi o bom desempenho dele. Ou seja, recepciono-o, mas não jogo talco, não; pelo contrário, vai trabalhar mais para merecer o retorno. *(Risos.)*

Mas viu, Senador Seif, a tentativa de desqualificar o instituto do *impeachment* ocorre sempre pelo transcurso do prazo. Eu quero mais uma vez dizer: o Senado não tem o direito de revogar o direito-dever. É obrigação e é responsabilidade, é atribuição do Senado, num caso como este, promover, através do *impeachment*, que respeita o direito de defesa de qualquer pessoa. E aqui nós haveremos de proceder desta forma. Nós temos a responsabilidade, que é a alternativa institucional aos editoriais dos maiores jornais do Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - O Ministro Alexandre de Moraes cruzou o limite do tolerável. Ou o Supremo se vê livre dele, ou vai ficar sangrando até a última gota de energia, de sangue e da respeitabilidade que todos nós queremos que o Supremo Tribunal Federal tenha. Essa excelsa criatura da nossa Constituição, há 135 anos, é para ser o paradigma, para ser o exemplo, para ser o exemplo, senhores. O que vai fazer um policial quando tiver que sacar uma arma em legítima defesa, ou para perseguir um assassino, um ladrão? O que ele vai pensar?

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Qual é o exemplo que ele recebe da Corte Suprema do país? O que o servidor público, o que o cidadão terá como referência se este cenário for: "Olha, está no fim, vai ter eleição, deixa para daqui a pouco, mais tarde". Isso vai ter um efeito pedagógico dramático sobre o povo brasileiro.

A represa estourou. Há necessidade de esclarecer, sim. O processo de *impeachment* é para esclarecer, não é para condenar, mas é para esclarecer fatos escabrosos que misturam dinheiro com direito, justiça com propina e vantagens pessoais acima daquilo que é o múnus público...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - ... o poder servir e poder servir com mais responsabilidade ao seu país.

Nós não temos tempo, porque nós já vacilamos como instituição bastante. Agora, Senador Plínio Valério, a hora já soou, e nós não podemos postergar. *Impeachment* já!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Muito bem, eu vou só habilitar aqui, porque o Flávio saiu ali, e já lhe passo.

Senador Flávio Arns, com a palavra, por gentileza.

Já a seguir o... *(Pausa.)*

Seif, só um minutinho, deixe o Flávio, que está aí há mais tempo - sobe aqui, Flávio... *(Pausa.)*

Ah!, é o Veneziano. Perdão, perdão! *(Risos.)* Estou fazendo a maior... Confúcio faz confusão, né? Tem que fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Não, não, por favor. Pois não, Veneziano, por gentileza, é a sua vez mesmo.

Veneziano, eu quero mandar um abraço para o Estado da Paraíba, para João Pessoa, Campina Grande; gosto demais daquele estado lindo. E eu quero desejar ao povo da Paraíba muito juízo, discernimento nesse voto para o Senado. Você é um homem altamente qualificado e não pode ficar fora desse próximo mandato. Eu torço e vou aqui... Realmente, o que eu puder fazer... Os meus amigos lá vão votar em você.

Da mesma forma, com o Esperidião Amin, que é uma pessoa maravilhosa, e com a Leila do Vôlei, aqui de Brasília, que são pessoas admiráveis e que realmente não têm condição de ficar fora.

Com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discursar.) - Meu Presidente, querido amigo pessoal, Confúcio Moura; meus companheiros que se encontram em Plenário, minhas saudações a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros que nos acompanham.

Eu recebo, Presidente Confúcio, as suas palavras com o carinho que é muito próprio do senhor, mas com a responsabilidade de não dizer - e tenho certeza disso -, senão o sentimento mais puro e verdadeiro de um torcedor, de um colega que se afeiçoou como eu me afeiçoei. Mas não são afeições; são, acima de tudo, aquilo de que de fato merecedor V. Exa. é: do reconhecimento de todos nós a uma figura pública inquestionável.

Eu lamento muito, meu Presidente, antes de adentrar aqui, Senador Plínio, Senador Kajuru, Senador Oriovisto, e fico muito preocupado com a quadra atual da política nacional, porque quando V. Exa., meus amigos e minhas amigas conterrâneos seus de Rondônia, diz: "Veneziano, eu não vou participar, não estou participando do processo eleitoral, das disputas eleitorais no ano de 2026", isso é uma perda gigante, imensurável para o Estado de Rondônia, com todo o devido respeito; da mesma forma para o Estado do Paraná, em relação ao meu estimado Prof. Flávio Arns, não desconhecendo aqueles ou aquelas que terão a oportunidade de aqui estarem a partir do dia 1º de fevereiro. Não estou aqui desconhecendo os méritos de quem quer que seja, essa é a soberana vontade dos cidadãos, mas empobrece a política nacional quando a gente deixa de ter excelsas, comprometidas, retas figuras nela, no exercício da atividade política. Isso é de um empobrecimento sem precedentes.

Meus amigos e minhas amigas, cidadãos e cidadãs paraibanos, nós estamos nessa refrega, nessa disputa, Styvenson, querido Plínio, meus amigos outros integrantes deste Colegiado que buscam a renovação do mandato. Para nós, a responsabilidade de prestar contas, o nosso dever, que não é apenas neste instante reservado aos 45 dias de campanha. O prestar contas em relação às nossas atividades é diário, é permanente, é em todo instante.

Eu só me apresento na condição de tentar e continuar a representar o Estado da Paraíba a partir de 2027, Senador Presidente Confúcio Moura, porque nós nos sentimos com a sensação e a convicção de que nós entregamos, de que nós realizamos, de que estivemos aqui e não envergonhamos a história de homens e mulheres que um dia passaram representando-nos enquanto paraibanos e enquanto paraibanas. Eu fico feliz sobre todas as conquistas, sobre as ações que os instrumentos parlamentares propiciam a cada um dos integrantes.

Seria um desperdício e, mais do que um desperdício, uma ofensa ao cidadão e à cidadã que é representado por nós que, diante das condições que nos são permitidas para trabalhar pelo nosso estado, para fazer pelo nosso estado, nós, assim, não nos aproveitássemos a realizar.

Foram muitas ações, foram mais de R$2,3 bilhões através de articulações políticas, de conquistas para todas as áreas. Mas não se cingiu tão somente àquilo que V. Exa. fez e o fez categoricamente tão bem para Rondônia, mas àquilo que nós, enquanto legisladores, também assim o fizemos.

Orgulho-me profundamente de ter tido a oportunidade, entre outras tantas matérias, de aperfeiçoar o marco regulatório do transporte público, que abre oportunidade para que nós tenhamos, no próximo ano, a tarifa zero. Fico muito feliz de

aqui, assumindo esta tribuna, estar na condição de quem relatou o "Super MEI", um projeto de altíssima relevância pelos milhões de brasileiros, homens e mulheres de todas as idades, que são empreendedores e que cobravam, há alguns anos, a atualização dessa nova faixa, que vai agora de R$81 mil para R$140 mil. Eu tive a oportunidade de relatar um projeto da nossa querida companheira Senadora Ivete da Silveira. Tive a oportunidade - e estamos para apreciar e deliberar - do Jovem Aprendiz, que também permite que sonhos que são sonhados por tantos milhões de jovens, entre os 14 e os 24 anos, possam ser realizados com a primeira carteira assinada, o que tem a nossa contribuição, a contribuição do nosso mandato.

Hoje, meus amigos e minhas amigas que nos acompanham, a CCJ deu um passo vigoroso e muito importante quando aprovou a mudança da escala 6x1 pela escala 5x2. Eu tive a oportunidade, usando dos momentos que são registrados e deferidos aos ocupantes daquele Colegiado, de dizer a importância e de dizer o que isso trará para os milhões de brasileiros, trabalhadoras e trabalhadores, com a impressão de que essa matéria não é uma matéria que põe sob rivalização o empreendedor-empregador com o trabalhador-empregado.

O que nós estamos pretendendo... Todas as mudanças havidas nas relações de trabalho, Senador Flávio Arns, mesmo que propiciassem alguns questionamentos, algumas inquietudes, elas se deram e se afirmaram, adaptaram-se e se acomodaram ao reconhecimento da dignidade do trabalhador e da trabalhadora.

Não vai ser diferente agora, no instante em que nós implementarmos essa mudança. Nós teremos, sem sombra de dúvidas, um país mais saudável, milhões de brasileiros e brasileiras mais saudáveis, com a oportunidade de um dia a mais de acesso às suas famílias, uma oportunidade de ter mais lazer, de ter mais acesso à cultura, sem prejuízos para a nossa economia. Não tenho dúvidas disso. E nós estávamos lá, como todos aqueles que estiveram na CCJ e que estarão em Plenário, tomara que ainda no dia de hoje.

Então, Presidente Confúcio Moura, para mim, não sei se até o dia 4 de outubro nós nos reencontraremos com esse ambiente. É bem provável que as próximas reuniões se deem de forma remota. E eu estou aproveitando este instante para mais uma, entre tantas das vezes que nós nos encontramos muito, nesses sete anos e oito meses, enquanto presidia as nossas sessões, na condição de Vice-Presidente, ou em outros instantes ou em outros momentos ou sob outras circunstâncias, a falar sobre essas conquistas.

Isso não é nada senão nosso dever, Senador Confúcio. Nada melhor para um homem público do que ter a plena consciência de que fez, de que entregou, resolutivamente entregou ao seu estado. E eu falo diretamente ao meu amado Estado da Paraíba, aos mais de 4,1 milhões paraibanos e paraibanas, dizendo isso, pedindo esse voto de confiança.

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - Eu não estou nas ruas da Paraíba, eu não estou em quaisquer partes dos quadrantes paraibanos, dizendo do que vou fazer tão somente. Eu estou mostrando aos paraibanos, àqueles que me conferiram em 2018 a oportunidade honrosa de aqui estar, como estou a representá-los, que valeu a pena o que nós fizemos e o que nós desejamos continuar a fazer.

Por essas razões, a todos os meus conterrâneos, a certeza de que o caminho que nós adotamos e estamos a trilhar é o caminho produtivo, resolutivo, de eficiência, de honorabilidade, acima de tudo, de correção.

Grande abraço a todos os senhores, a todas as senhoras.

Peço seu voto de confiança: Veneziano 155.

Que Deus continue nos abençoando sempre!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Perfeito.

Boa sorte, Veneziano! Boa sorte!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Mestre Flávio Arns, Senador do Estado do Paraná.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discursar.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero também saudá-lo, como já fiz por inúmeras vezes nesses anos em que convivemos aqui no Senado Federal, como um dos Senadores sem dúvida com o maior destaque aqui no Senado Federal, em todas as áreas, respeitado, educado, com experiência, do diálogo, do entendimento, da escuta.

Parabéns!

Faço isso, já fiz, como estou repetindo agora, por inúmeras vezes nas Comissões, no Plenário, mas esta, mais uma vez no Plenário. Parabéns pelo trabalho! Parabéns para o povo de Rondônia! Parabéns para o povo do Brasil que o elegeu aqui para o Congresso Nacional!

Eu quero procurar abordar duas situações. Uma delas é um voto de aplauso para o centenário da Arquidiocese de Curitiba, e peço que esse requerimento de voto de aplauso seja encaminhado posteriormente para a arquidiocese.

Ao longo de 100 anos, a arquidiocese consolidou sua presença pastoral, ampliou estruturas, organizou serviços e fortaleceu a ação evangelizadora em comunhão com a Igreja do Brasil.

Portanto, nesse sentido, Sr. Presidente, requeiro que seja enviada a cópia do presente voto. Os dados estão em anexo.

A Arquidiocese de Curitiba conta com clero formado por cerca de 460 padres, entre diocesanos e religiosos, que atuam em 146 paróquias e diversas frentes pastorais.

A missão de evangelização é conduzida pelo Arcebispo Metropolitano, grande amigo, Dom José Antônio Peruzzo, com apoio dos Bispos Auxiliares, também extraordinárias lideranças, Dom Reginei José Modolo e Dom Adenis Roberto de Oliveira, além da presença fraterna do Arcebispo Emérito Dom Pedro Fedalto, a quem no outro dia também nos dirigimos pelo centenário de nascimento.

Então, a arquidiocese tem 100 anos, e Dom Pedro Fedalto continua inspirando as pessoas em Curitiba.

A celebração do centenário é uma oportunidade de reconhecermos a caminhada de gerações de fiéis, clérigos, leigos que fazem parte dessa história e que contribuem para que a Arquidiocese de Curitiba seja referência no trabalho pastoral que tanto impacta a vida na comunidade.

Parabéns para todos que fazem parte dessa trajetória de serviço voltado ao bem comum! Que a Padroeira de Curitiba, Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, cujo dia é 8 de setembro - próxima terça-feira -, siga iluminando o caminho de todos nós!

Aliás, falando do bem comum, o Papa Francisco costumava dizer que a política é o melhor e maior instrumento para a construção do bem comum. Então, isso é muito interessante, e isso independe de ser católico, evangélico, protestante, adventista ou ateu. O bem comum é um desafio para toda a sociedade.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, é algo que aflige boa parte da população do Brasil, que é a esclerose múltipla. O dia 30 de agosto, celebrado nesse último domingo, foi o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla. O dia foi instituído pela Lei nº 11.303, de 2006. Mais do que uma data no calendário, esse dia representa um chamado à informação, à solidariedade e, sobretudo, à garantia de direitos, que é o bem comum.

A esclerose múltipla é uma doença neurológica, crônica e autoimune que atinge principalmente adultos jovens - V. Exa. é médico também, não é? -, e, muitas vezes, no início ou no auge da vida profissional, quando estão construindo uma família, estudando e planejando o futuro. Seu impacto - da esclerose múltipla - não se limita à saúde. A doença pode afetar a autonomia, a renda, as relações familiares e a permanência no mercado de trabalho. Além disso, muitos de seus sintomas são invisíveis, como a fadiga intensa, a dor e as alterações cognitivas, o que ainda gera incompreensão, preconceito e desinformação. Conscientizar a sociedade em função do dia nacional, que se estende pelo ano todo, é tornar visível essa realidade; é contribuir para o diagnóstico oportuno e para o acesso ao tratamento, à reabilitação e ao acompanhamento integral.

Nesse contexto, quero reconhecer o trabalho da Associação Brasileira de Esclerose Múltipla (Abem), que, há 42 anos, atua no acolhimento, na reabilitação e na defesa dos direitos das pessoas com esclerose múltipla, contribuindo também para aproximar os pacientes das políticas públicas. O trabalho da associação brasileira demonstra que cuidar vai além do tratamento: significa garantir informação, inclusão, proteção social, autonomia e dignidade.

Por essa razão, o Senado Federal precisa estar cada vez mais atento a essa pauta. Precisamos ouvir as pessoas que vivem com esclerose múltipla - ou com qualquer doença -, suas famílias, os profissionais de saúde e as organizações da sociedade civil. Também precisamos acompanhar a efetividade das políticas públicas e avançar na legislação relacionada à saúde, ao trabalho, à acessibilidade e à proteção social.

Tive a honra de relatar favoravelmente o Projeto de Lei nº 2.360, de 2024, de autoria do nosso colega, Senador Fernando Dueire, que prevê a possibilidade de saque do FGTS quando o trabalhador ou seu dependente for acometido por esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica (ELA), que é uma doença rara também. Essa proposta reconhece que o diagnóstico de uma doença crônica produz impactos que ultrapassam a dimensão clínica e atingem toda a organização familiar e financeira.

Que o dia 30 de agosto, que foi domingo, seja uma verdadeira oportunidade de mobilização nacional e que esta Casa, Senado Federal, permaneça sempre aberta ao diálogo com a Abem (Associação Brasileira de Esclerose Múltipla) e com

todas as organizações que representam as pessoas com esclerose múltipla. Que possamos transformar conscientização em políticas públicas e direitos efetivamente garantidos!

Às pessoas que vivem com esclerose múltipla, às suas famílias e a todos que se dedicam a essa causa, deixo o meu respeito, o meu reconhecimento e o compromisso de sempre continuar trabalhando...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) - ... em que trincheira nós estivermos, por uma sociedade mais informada, inclusiva e justa.

E quero destacar, inclusive, que ontem fizemos uma audiência pública muito interessante na Comissão de Ciência e Tecnologia, para a criação - uma proposta de criação - do centro de terapia celular regenerativa.

O Brasil tem capacidade, tem competência, tem profissionais, e nós temos que ser donos do nosso destino: pesquisarmos, produzirmos, conhecermos mais para que as famílias brasileiras - nesse sentido, as pessoas, as famílias, os profissionais - sejam beneficiadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Quero saudar de uma maneira especial o Fernando Dueire, que foi mencionado, mas que alegria...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) - ... sempre vê-lo e escutá-lo!

O Sr. Fernando Dueire (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Para apartear.) - Peço licença, Sr. Presidente, a um aparte ao Senador Flávio Arns.

O Senador Flávio Arns é um humanista, é um homem que compreende a alma humana. Ele é um grande professor que nós temos aqui no Senado Federal.

E, tratando deste tema de esclerose múltipla, há 38 anos minha esposa é portadora dessa doença. É uma doença estigmatizante, é uma doença em que, muitas vezes, o portador pensa em desistir, mas são atos como o do Senador Flávio Arns que fazem com que aqueles que sofrem - os portadores de esclerose múltipla - tenham a esperança: a esperança de que o Estado brasileiro possa chegar junto...

(Soa a campainha.)

O Sr. Fernando Dueire (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) - ... de que haja um acolhimento, porque, meu caro Governador, Senador Confúcio, quem tem esclerose múltipla, entre outras doenças, eu diria que tem duas: uma, a própria; a segunda, a emocional, porque a doença é pouco identificada por terceiros, mas as sensações são horríveis.

E o Senador aqui traz, num momento feliz a esta Casa, um assunto que precisa ser mais discutido, mais tratado. Senador Arns, o senhor me representa, representa a minha esposa e milhares de pessoas que são portadoras dessa terrível doença. Mas há esperança, Senador Flávio Arns...

(Interrupção do som.)

O Sr. Fernando Dueire (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. *Fora do microfone*.) - ... há esperança de homens como o senhor, que...

(Soa a campainha.)

O Sr. Fernando Dueire (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE) - ... buscam o processo de convivência, já que é uma doença progressiva, neurológica e incurável.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) - Agradeço a V. Exa. e quero dizer que V. Exa. me representa também. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Bem, eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa que registre a moção de aplauso feita pelo Senador Flávio Arns à Arquidiocese de Curitiba pelos seus 100 anos - e compõem esses dados o anexo do seu pronunciamento feito hoje -, para remeter aos bispos daquela arquidiocese e também ao Arcebispo citado aqui pelos seus 100 anos.

Obrigado.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para apartear.) - Presidente, um aparte, por fineza? Rápido. Muito obrigado.

Senador Flávio Arns, acrescentando às brilhantes palavras do nosso querido pernambucano...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) - ... o Senador Fernando Dueire...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - ... o senhor, no começo, fez elogios insofismáveis a este homem público chamado Confúcio Moura. Oriovisto, eu, Plínio e Styvenson aqui, estávamos comentando os Senadores que não querem mais a reeleição. E logo o senhor, Flávio Arns, e Confúcio Moura, como eu, também não querem. Só que eu nem chego próximo do que vocês representam.

Tem algo neste país que eu aprendi com o meu amigo com quem, semanalmente, jantava, o Prof. Darcy Ribeiro: "Educação é prioridade; o resto é perfumaria", uma frase brilhante dele, de que Confúcio se lembra e você também se lembra.

Então, a falta...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - ... que vocês dois vão fazer aqui nessa pasta, nessa causa chamada educação... Eu creio ser impossível que ambos sejam substituídos por quaisquer nomes que venham para cá no novo Senado. Até porque, pelo que eu sei, o novo Senado talvez não se chamará mais pelo apelido "aeroporto", poderá ter o mesmo apelido da Câmara: "rodoviária". Ulysses Guimarães brincava, quando alguém chegava: "Presidente, mas a coisa está feia lá, hein?". E ele falava assim: "Espere o próximo".

Então vocês dois vão fazer muita falta e deixam esse legado da educação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) - Nosso abraço, Líder, grande Líder Kajuru. Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Perfeito, obrigado.

Vamos dar continuidade.

Eu chamo aqui à tribuna a Senadora Zenaide Maia.

Os dois aí, líderes das pesquisas lá no Rio Grande do Norte, confabulando como vão manter essa cabeceira nas pesquisas, né, Zenaide? *(Risos.)*

Maravilhosa!

Vamos lá, gente.

Vamos lá, Zenaide. *(Pausa.)*

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu costumo olhar para o meu colega Confúcio e dizer: quem nasce com o nome de Confúcio, cara, é um cara grande por si só, né, Confúcio?

E eu queria aqui... Porque eu estava perguntando ao Flávio Arns se hoje é o dia nacional ou internacional da esclerose múltipla.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) - Dia 30.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) - No dia 30, e a gente está falando. É bom falar sobre isso, porque a esclerose múltipla é uma doença degenerativa que não tem cura, mas a ciência, graças a Deus, tem medicamentos que já se mantêm por muitos anos.

Eu tenho pessoas próximas e presenciei muitos óbitos. Muitas vezes demora o diagnóstico, porque tem sintomas não muito específicos, e quero dizer que essa luta da gente... É considerada uma doença rara, mas não tão rara - né, Confúcio? -, não tão rara, e tem que o Ministério da Saúde cumprir. Aqui é quando eu falo do SUS. O SUS dá uma assistência total a esses pacientes.

Mas eu quero falar aqui hoje, colegas, Rádio Senado, TV Senado e todos os que nos acompanham, de uma votação na CCJ hoje, que me orgulha, que é para justamente a gente acabar com a escala 6x1. O que me fez logo dizer que era a favor eu queria dizer aqui, falando pelas mulheres: o Brasil tem 10,3 milhões de mães solo - gente, é mais do que a população de Portugal. E a grande maioria são essas mães que são sacrificadas a só ter um dia de folga por semana.

E eu diria o seguinte: hoje, se o Congresso Nacional acabar com essa escala 6x1, será uma maneira de reduzir um tipo de feudalismo, porque, se você trabalha de segunda a sábado... Muitas vezes essas mães nas periferias dos grandes centros levam duas horas para chegar ao trabalho e duas horas quando chegam de volta. Então, essa escala 6x1, na verdade, é cruel e maltrata. É inadmissível que você deixe uma mãe só ter um dia por semana para olhar como está a sua casa, seus filhos.

Eu diria para quem tem empresas e que às vezes tem uma certa resistência... Mas eu conheço vários empresários que já são a favor, porque dizem que, quando dão essa folga, o pessoal vem trabalhar com mais garra.

Então, o Senado, hoje... Se a gente conseguir aprovar, aqui, no Plenário - já aprovamos na CCJ a escala -, será uma coisa, um ato marcante do Parlamento brasileiro. E eu lembro que isso aqui... A gente lembra quando a gente votou a PEC da empregada doméstica, que também foi uma resistência, porque iam ficar desempregadas quando se iria dar aumento de salário mínimo. E eu digo o seguinte: quem gera riqueza é o trabalho, e quem gera essa riqueza é o trabalhador. Então, a gente deve isso a homens, mulheres, jovens e crianças deste país.

As pessoas têm que trabalhar para viver, e não para morrer, tanto que a gente vê a quantidade: são milhões de brasileiros e brasileiras que precisam de assistência psicológica, que se afastam do trabalho por questão psicológica, gente! Não tem como você ter só um dia de folga por semana e ter saúde mental - não tem como! E as mães solo são as que mais sofrem. Aliás, quando a gente aprova aqui algumas medidas, a gente sabe que, mesmo que sejam só para as mulheres, já seriam para mais de 50% da população.

Então, aqui é um apelo que a gente faz: fechar hoje - né? -, porque é a última sessão que a gente tem presencial, porque vamos para os nossos estados fazer campanha para tentar nos reeleger e voltar aqui para trazer pautas que constroem, que edificam e que educam, o que sempre foi a luta - e será sempre - desta Parlamentar, a Senadora Zenaide.

Quero dizer o seguinte: também tivemos ontem um avanço, a Medida Provisória 1.369, que a gente aprovou, aumentando a força-tarefa para tirar as pessoas da fila da previdência e também aqueles que precisam da Previdência Federal. Por quê, gente? A gente tinha aprovado essa medida provisória, mas, na época, a prioridade era fazer a revisão, o acompanhamento de quem já tinha; e agora, não.

A gente reforçou isso aí, que começou... A gente já aprovou isso aqui no Senado, foi para a Câmara, e a gente está esperando aqui para aprovar. A gente a reforçou, para olhar também para quem está chegando, porque o que a gente descobriu com a medida anterior? Olhou-se, se fez uma reciclagem, um acompanhamento que se faz de todo o processo, de todas as pessoas que trabalham, até dos servidores públicos, que têm avaliação anual. A avaliação de projetos sociais tem que ter um acompanhamento, mas essa medida provisória veio para mostrar que só avaliar quem já tinha estava aumentando a fila de quem estava chegando.

Aí eu diria o seguinte: vocês têm ideia do que é uma mulher ou um homem que faz uma cirurgia para a qual o médico dá 60 dias de atestado... A empresa, por lei, só tem a obrigação de pagar 15 dias; e os 45 dias, meu amigo, é para a previdência pagar. O que acontece? Como essa pessoa, esse ser humano, não tem acesso à previdência, ela fica sem o salário da empresa, porque a empresa não pode recebê-la de volta, e sem o salário da previdência.

Então, gente, foi para reforçar aqueles que estão chegando, mesmo mantendo a revisão e o acompanhamento de quem já tem.

Mas quero dizer aqui o seguinte: é uma luta árdua, mas é a Constituição, é a democracia, pela qual a gente luta. E eu sempre digo: o ruim é não poder votar, mas, quando a gente pode escolher nossos representantes, isso é bom, porque são as pessoas... Quem faz a democracia é o povo, que bota seus representantes, mas que também tem o direito de tirar.

Então, essa preocupação da gente aqui no Congresso, essa luta não de fazer política individual... Eu acho que todos aqui me conhecem. Eu tenho um lado político: defesa de quem trabalha, defesa da segurança pública, contra os juros bancários, que é uma extorsão das famílias brasileiras, mas eu não costumo subir em tribuna nem pegar microfone para falar mal de colega A, B ou C. Eu tenho um lado político, e o meu lado político, independente do meu partido, a que eu tenho o maior respeito... Eu digo: olhe, respeito o meu partido, mas, para mim, vai ter sempre um partido maior, que é o partido do povo brasileiro. É essa a defesa da Senadora, seja na segurança pública, na assistência social, na saúde, na educação, e a gente sabe que a educação é a base de tudo. Ninguém no mundo reduziu violência sem oferecer escolas, creches, educação pública de qualidade em tempo integral. Quem disser que houve isso, não foi, e não foi inventando a roda. O mundo que quis reduzir a construção de presídios, Esperidião Amin, foi ou não foi colocando crianças e jovens em educação de tempo integral? Eu não tenho dúvida disso.

Então, vai ser sempre essa defesa da população brasileira, principalmente aqueles mais carentes e vulneráveis.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Senadora Zenaide, me permita dizer que tudo isso que a senhora afirmou é inteiramente verdadeiro. Eu posso dar este testemunho de ter esses oito anos convivido com a senhora, e a senhora nunca trocou o coletivo pelo privado, nunca, e notadamente na área da saúde, que é a sua área, mas não esqueceu a área social, também que lhe é muito cara.

Portanto, eu só tenho a desejar toda a sorte do mundo. Que Deus a proteja, viu? Que a senhora possa voltar para cá.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) - Obrigada, meu... Para todos nós, né?

(*Durante o discurso da Sra. Zenaide Maia, o Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Plínio Valério.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Isso.

Senador Styvenson, chegou o Senador Fernando Dueire, acabou de chegar, e ele está na sua frente. E aqui, ao contrário de lá, é democrático.

Então, o Senador Fernando Dueire, do PSD, de Pernambuco, meu amigo, por dez minutos.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PE. Para discursar.) - Sr. Presidente, Plínio Valério, é sempre uma honra muito grande ocupar esta tribuna com V. Exa. presidindo.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para falar sobre o Projeto de Lei 1.402, deste ano, de autoria de meu amigo, o nobre Senador Fernando Farias, que tive a honra de relatar e aprovar ontem na Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto altera a Lei 14.871, de 28 de maio de 1924, com o objetivo de conceder cotas adicionais de depreciação acelerada para navios, tanques e embarcações de apoio marítimo que utilizem biodiesel, etanol ou suas misturas de combustível. Trata-se de uma proposição que merece atenção e apoio deste Parlamento, porque está inserida em uma agenda de grande relevância para o futuro do país: a modernização da indústria naval, o fortalecimento da Política Nacional de Biocombustíveis, a transição para uma economia de menor intensidade de carbono e a ampliação da competitividade da indústria brasileira.

O mérito da proposta está justamente em reconhecer que a transição energética não pode ser compreendida exclusivamente sob a perspectiva ambiental. Ela deve ser igualmente considerada como uma oportunidade de desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial.

O Brasil possui uma posição singular nesse processo - todos nós sabemos. Somos um dos países com maior experiência na produção e utilização de biocombustíveis. Desenvolvemos, ao longo de décadas, conhecimento técnico, capacidade produtiva e uma cadeia econômica associada ao etanol e ao biodiesel. Temos, portanto, condições concretas de utilizar essa vantagem comparativa para avançar também na descarbonização do transporte marítimo.

O Projeto de Lei nº 1.402 busca exatamente criar condições para que esse processo avance. Ao estabelecer cotas adicionais de depreciação acelerada para embarcações que utilizem biodiesel, etanol ou suas misturas, a proposta procura reduzir o impacto econômico inicial dos investimentos necessários à aquisição, construção ou modernização dessas embarcações. E esse aspecto é fundamental.

Senhoras e senhores, não se trata, portanto, de conceder um benefício de maneira desassociada a uma finalidade pública. O incentivo está condicionado à adoção de uma tecnologia que contribua para a redução de emissões e para a modernização da matriz energética utilizada no transporte marítimo. Temos, assim, um instrumento tributário associado a objetivos claros de política industrial, inovação, tecnologia e sustentabilidade ambiental.

Sr. Presidente, o setor marítimo possui importância estratégica para a economia brasileira. Grande parte da nossa atividade econômica está diretamente relacionada ao transporte marítimo, à exploração de recursos naturais, à indústria de petróleo e gás, à produção de energia e à circulação de mercadorias. As embarcações de apoio marítimo desempenham um papel essencial nesse sistema. São utilizadas em atividades relacionadas à exploração e produção de petróleo e gás, à manutenção de estruturas *offshore*, ao transporte de equipamentos e ao apoio logístico de operações marítimas.

Modernizar essa frota significa, portanto, fortalecer uma infraestrutura indispensável ao funcionamento de setores estratégicos da economia nacional. Modernizá-la sob uma perspectiva de menor emissão de carbono significa antecipar

uma transformação que já está ocorrendo no cenário internacional. A indústria marítima mundial está submetida a uma crescente pressão para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa.

Nesse contexto, o Brasil não pode permanecer à margem, ao contrário. Precisamos transformar os desafios decorrentes da transição energética em oportunidades para a indústria nacional. Precisamos estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. Precisamos fortalecer nossos estaleiros. Precisamos qualificar mão de obra, a nossa mão de obra. Precisamos ampliar a participação de empresas brasileiras na cadeia de fornecimento. E precisamos criar condições para que a modernização da frota marítima também produza emprego, renda, inovação e desenvolvimento industrial ao nosso país.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ainda há uma dimensão particularmente importante nessa proposição: a valorização do biocombustível nacional. O Brasil possui uma estratégia reconhecida de utilização do etanol e do biodiesel. O etanol brasileiro representa uma experiência consolidada de substituição de combustíveis fósseis por uma fonte renovável. O biodiesel, por sua vez, integra uma importante cadeia produtiva nacional, com efeitos econômicos que alcançam diferentes regiões do país. Ao estimular a utilização desses combustíveis, o setor marítimo projeta contribuir para ampliar o mercado potencial dos biocombustíveis e diversificar as suas aplicações. Essa diversificação é importante, porque fortalece toda a cadeia produtiva: da produção agrícola à indústria de transformação, da pesquisa tecnológica à engenharia, da fabricação de equipamentos à prestação de serviços, da construção e modernização de embarcações à operação e manutenção. Estamos, portanto, diante de uma política que pode produzir efeitos positivos em diferentes segmentos da economia.

Como Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tenho a convicção de que estamos diante de uma iniciativa que contribui para aperfeiçoar os instrumentos disponíveis ao país para enfrentar os desafios da transição energética. A proposta não pretende determinar uma única solução tecnológica para o futuro do transporte marítimo. Ela procura, de forma objetiva, criar condições para que os combustíveis renováveis de ampla utilização no Brasil possam participar desse processo de transformação.

Por essas razões, considero que o Projeto de Lei 1.402, deste ano - 2026 -, representa uma iniciativa meritória, oportuna e alinhada aos interesses estratégicos do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Deputado Fernando, parabéns! Sempre aqui lhe ouvindo, eu tenho o prazer de, quando está aqui, lhe ouvir; companheiro de primeira linha.

Senador Jayme Campos, que vai, em nome da Liderança, atropelar o Senador Styvenson, porque aqui é democrático, aqui é pela lei. Então, Senador Campos.

Styvenson, aqui é o contrário dali, daquele prédio ali: aqui é democrático.

Senador Jayme, pela Liderança.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Pela ordem, Senador Plínio Valério. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Opa, Senador Nelsinho, pois não. Enquanto o Senador Jayme...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) - Enquanto o Senador Jayme Campos se ajeita na tribuna, eu gostaria de registrar aqui que vieram fazer uma visita institucional dez Parlamentares argentinos: Deputados Nicolás Massot, Oscar Herrera Ahuad, Eduardo Falcone, Esteban Paulón, Maximiliano Ferraro, Martín Lousteau, Germán Pedro Martínez, Victoria Paz, Guillermo Michel, María Florencia López - Senadora, a única Senadora que está presente - e Juan de Dios Cincunegui.

Vieram visitar o nosso país, o nosso Senado; já tiveram reuniões no Planalto, justamente procurando estreitar os laços diplomáticos de amizade da Argentina com o Brasil, para que, junto dessa atitude, advenham bons negócios para a Argentina e para o Brasil.

Feito o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Eu tenho certeza disso.

Obrigado, Senador Nelsinho, pelo registro.

Sejam todas e todos bem-vindos! A nossa divergência não passa do futebol; no mais, estamos todos unidos, lutando sempre pelos mesmos anseios.

Sejam todos bem-vindos! Nós temos muito a aprender com vocês também. Disponham, viu? Sejam bem-vindos.

Com a palavra o Senador Jayme Campos, D. Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela Liderança.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, serei rápido, até porque eu tenho que abrir mão de um pouco de tempo meu para o Senador Styvenson, essa figura ímpar, esse gigante do Rio Grande do Norte; serei rápido, Senador, V. Exa. já está aguardando há mais de 30 minutos.

É em relação à PEC da Segurança Pública, Sr. Presidente, que é uma matéria muito importante e necessária. A violência está entre as maiores preocupações das famílias brasileiras, e o país precisa responder a esse problema com mais integração entre as forças de segurança, com tecnologia e, sobretudo, com investimento.

Por isso, apresentei três emendas a essa proposta. Uma trata da definição constitucional da autoridade policial; a outra disciplina as atribuições da polícia municipal; e a terceira, que eu considero mais estrutural, é a seguinte: busca ampliar os investimentos na proteção das nossas fronteiras.

O Brasil possui cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres e, nesse caso, são 11 estados convivendo diariamente, naturalmente, com esse desafio de impedir a entrada de drogas e armas e combater o contrabando, o tráfico de pessoas e o crime organizado. Mato Grosso, que eu tenho a honra de representar, possui cerca de 750km de fronteira seca; e não é justo que os estados fronteiriços tenham de suportar praticamente sozinhos o custo de proteger uma área que interessa a toda a nação.

Minha emenda estabelece mecanismos para que a União participe desse esforço, colaborando financeiramente com investimentos em viaturas, aeronaves, inteligência, sistemas de comunicação e sistemas de tecnologia. Dito isso, acho que essas emendas minhas, Presidente, são extremamente importantes. Nós temos que, com certeza, votar essa PEC com a maior brevidade possível, para melhorarmos esse ambiente em relação à segurança pública do nosso Brasil.

Lamentavelmente, hoje - V. Exa. tem conhecimento -, o crime organizado praticamente está tomando conta deste país aqui. De norte a sul, de leste a oeste, o que se percebe é que o crime organizado está tomando conta e, sobretudo, impedindo até as famílias de trafegar nas ruas, nas vias públicas, andar pelas praças e até frequentar as escolas, sejam públicas, sejam privadas. Dessa maneira, eu quero aqui, nesta oportunidade, pedir aos meus companheiros que nos apoiem, sobretudo mostrando a importância, porque nós temos que, rapidamente, votar essa PEC, mas, acima de tudo, com algumas emendas que possam atender à demanda - é o caso, principalmente, de Mato Grosso, que tem 750km de fronteira seca e, lamentavelmente, quase não tem a presença de Estado, Senador Plínio.

Imagino que seja quase parecido também com o Estado do Amazonas, em que pese o Estado do Amazonas ter o privilégio de ter o comando do Amazonas, lá localizado. Temos lá o batalhão de São Gabriel da Cachoeira, etc., etc. e, mesmo assim, temos as nossas deficiências. No Mato Grosso, o senhor sabe, nós fazemos uma fronteira gigantesca com a Bolívia e ali é o corredor do narcotráfico. Ali tem as cabriteiras, de que saem os carros que roubam em Cuiabá e outros municípios e vão vender lá no Estado boliviano.

Dessa maneira, eu quero aqui reforçar, com certeza, o meu apoio para que essa PEC seja votada com maior urgência possível. Entretanto, nunca perdendo de vista, naturalmente, as emendas que estão propostas, mas sobretudo essa emenda da nossa feita, que eu imagino que seja importante, pelo fato de que eu tenho um conhecimento profundo do que representaria uma melhor segurança pública para a questão do desenvolvimento econômico e social do meu Mato Grosso.

Só esse é o meu registro, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Senador Jayme Campos, essa PEC é de extrema importância. Nas aldeias indígenas agora, grupos armados já estão invadindo as aldeias, tomando conta das aldeias indígenas lá no Estado do Amazonas. Imagina só esse poder paralelo. São dois poderes paralelos lá: as ONGs ambientalistas e o narcotráfico. Comandam e mandam na Amazônia. Já chegaram às aldeias indígenas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Portanto, eu estou irmanado com o senhor na cobrança para que nós possamos votar essa PEC urgentemente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Senador Styvenson...

Quero saudar aqui meu amigo Senador Paulo Rocha. Paulo, seja bem-vindo sempre, aqui é sua casa, irmão, viu? Meu irmão do Pará.

Senador Styvenson, do Podemos, do Rio Grande do Norte. Tempo regimental de dez minutos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discursar.) - Obrigado, Sr. Presidente, Senadores, Senadoras, todos os que assistem.

Senador, é impressionante como, pelo menos no meu estado, eu não sei no Amazonas, não sei em Santa Catarina, não sei no Goiás, no Paraná, mas no Rio Grande do Norte as pessoas ainda não sabem o que um Senador faz; elas não têm ideia. Depois de oito anos aqui, não tenho uma falta, e olha que eu uso as redes sociais, tem pessoas ainda que perguntam assim: "O que é mesmo, qual é a atribuição?". Tanto é que se deixa para escolher Senadores por último.

Bom, a gente fez diferente no Rio Grande do Norte. A gente fez bem diferente de outros mandatos. A gente usou bem as emendas parlamentares, que alguns criminalizam, uns dizem que não era para ser assim; outros, que passaram antes de mim e que aprovaram, hoje querem retirar.

Mas o assunto, Senador Plínio, tem convergência no que eu iniciei a falar, porque hoje é um dia importante para o país. Pelo menos, Senador Oriovisto, dos 50 milhões de brasileiros que estão hoje no regime de CLT, 15 milhões vão ser hoje beneficiados com a aprovação da mudança da escala 6x1 por 5x2.

Eu venho puxar esse tema aqui, porque já foi discutido e está sendo discutido agora na CCJ. Passei a manhã toda ouvindo a discussão dos argumentos favoráveis, o senhor também estava lá, e dos argumentos contrários. Os argumentos contrários são que vai encarecer, vai dar inflação, vai quebrar as empresas, vai haver desemprego, Senador Oriovisto. Mas se a gente parar para analisar o que acontece, acho que nenhum de nós aqui já suportou uma carga, e a gente está sentindo isso agora em campanha, uma carga que o torne cansado, nos torne cansados para poder tomar decisões. Isso é um risco para quem está hoje no trabalho, tomar suas decisões ou fazer a sua atividade sem cometer falhas.

Sem falar, Senadores - sem querer extrapolar -, que a carga excessiva, além de perturbar fisicamente, psicologicamente, emocionalmente, leva dezenas de trabalhadores para caminhos em que depois a gente vai perder esse trabalhador de uma forma ou de outra, ou pela doença, ou pelo excesso de estresse, ou pela depressão, ou por um fato que pouca gente discute - eu me lembro de ter discutido isso aqui no início do mandato, quando a gente aprovou o PL das casas terapêuticas e também quando discutiu na PEC que colocava a droga, foi uma inovação aqui, com o Rodrigo Pacheco -: o vício que as pessoas adquirem devido ao excesso de trabalho, à carga exaustiva, a todas as mazelas e os males que causa o excesso de horas trabalhadas.

Então, Senador Oriovisto, é importante. É importante a gente vir aqui, Senador Plínio, e dizer que, nessa votação que está acontecendo agora na CCJ, o texto principal já foi aprovado, de forma simbólica, e estão sendo discutidos destaques. Coisas do gênero aconteceram no meu estado, de a pessoa precisar entrar na Justiça para retirar - de conteúdo de jornalistas, de blogueiros - mentiras; mentiras, Oriovisto; mentiras, Kajuru, dizendo que nós já havíamos votado, que nós votamos contra o trabalhador, que essa PEC os Senadores já tinham aprovado e era contra o trabalhador. Isso não é forma de se pressionar Parlamentar para que... Hoje, de forma espontânea e tranquila, passou por unanimidade. "Ah, mas é porque é momento eleitoral." Não, em qualquer outro momento, ela passaria. Em qualquer outro momento, Plínio, essa PEC passaria, porque a gente entende e compreende que ninguém produz de forma exaustiva, não tendo tempo, não tendo equilíbrio entre o tempo pessoal e uma escala de trabalho. O primeiro ponto que tem que ser analisado é esse.

O segundo é que, aqui nesta Casa, se o Senador Oriovisto, se o Senador Plínio faz um projeto de lei ou precisa de assinaturas de Senadores para que o projeto tramite - para que a gente possa discutir, para que a gente possa avaliar, para que a gente possa debater - e esse projeto talvez não agrade uma ala ideológica, o que acontece? De novo: mais mentira, mais pressão. "Ah, você assinou isso e aquilo." E o que me espanta, Senador Kajuru - o senhor foi jornalista, e eu creio que foi um jornalista imparcial e sério -, é que não procuram nem ver o conteúdo; e, se sabem do conteúdo, é de forma criminosa, criando mentira, e a gente precisa acionar a Justiça para corrigir um dano causado.

Então, este dia está sendo importante para o país, não só porque a gente está modificando uma escala, não só porque a gente está dando mais tempo para o trabalhador, não só porque essas horas de folga vão recuperar mentalmente, fisicamente e emocionalmente esse trabalhador. É também importante para acabar com as mentiras que foram criadas, Seif, com as mentiras dizendo que tem Senadores... Porque parece que virou uma pauta política - parece não, é uma pauta política; é uma pauta da esquerda contra a direita. Enquanto este país estiver nesse nível, não dá para discutir nada aqui dentro, porque não dá para pensar em pautar algo, porque um dos lados já quer achar uma dificuldade.

Eu acompanhei a CCJ, o senhor acompanhou a CCJ hoje. Que tenha lá as suas discussões, que tenha os nossos desentendimentos, mas que seja aqui, Senador Oriovisto; que não seja na rua, que não seja nas redes sociais, que não passe para a baixaria, que não passe para a ofensa, que não passe para a calúnia, para a difamação, para os crimes que a rede social hoje já não suporta.

E quando a gente busca o direito, Presidente: "Ah, não, é porque o Senador Plínio é contra a imprensa". Ah, quer dizer, então, que você pode me acusar? Quer dizer que você pode me caluniar? Quer dizer que você pode criar mentiras? Quer dizer que você pode desvirtuar uma imagem e ficar por isso mesmo?

Eu creio que 15 milhões de brasileiros estão assistindo à votação na CCJ, estão aguardando por essa modificação. Recebo várias notificações aqui no celular das confederações de comércio, de empresas, de quem realmente gera o emprego. Essa é uma preocupação válida, mas não dá para conceber, não dá para pensar, Oriovisto... O trabalhador, o seu colaborador doente não vai produzir, ele não vai trabalhar, ele não vai para a empresa; ele vai ter uma falta.

Então, pensar dessa forma não é pensar porque o projeto é de cunho eleitoral, ou de cunho político, ou de cunho ideológico, porque tem certos partidos - eu vou falar de ideologia - que se apropriam de uma discussão. E essa discussão não é só política. Essa discussão vai além.

Então, eu ocupei esta tribuna hoje, Presidente, para dizer que, se as pessoas tivessem um pouco de paciência e soubessem o que um Senador faz de verdade, que é essa votação, são os nossos projetos de lei, é essa discussão... Se as pessoas soubessem que a democracia aqui dentro, por mais que a gente não tolere o pensamento do outro, por mais que a gente não concorde com as ações do outro, a gente aqui tem que ouvir, tem que discutir. Por mais que a gente vote contra, é um direito da oposição ou da situação falar. E, num país desses, que está doente... É por isso que a gente vê o crescimento de um candidato psiquiatra. Num país que tem uma doença hoje, que não quer ouvir, que não tolera, que não respeita, que nem quer saber nem conhecer e já começa a comentar, e já começa a agredir... Não é à toa que um crescimento de um psiquiatra nas pesquisas para Presidente já está chamando atenção. Talvez ele entenda esses extremos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Com a palavra o Senador Oriovisto.

O Sr. Oriovisto Guimarães (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para apartear.) - Eu só queria cumprimentar o Senador Styvenson pelo excelente pronunciamento e queria mandar um recado para o Rio Grande do Norte.

Eu cheguei aqui neste Senado quase oito anos atrás e nós chegamos juntos e tivemos muitas lutas em que estávamos do mesmo lado. Fizemos parte do mundo do Senado, fomos aprendendo como as coisas acontecem no Senado, e eu vejo hoje um Styvenson Valentim muito mais preparado, muito mais sábio, muito mais capaz de realizar coisas boas para o Rio Grande do Norte. Hoje você dá de dez a zero naquele Styvenson que eu conheci oito anos atrás.

Então, tem coisas tuas que mudaram para melhor e tem coisas tuas que não mudaram. E é por causa das coisas que não mudaram que eu quero fazer este pronunciamento.

(Soa a campainha.)

O Sr. Oriovisto Guimarães (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) - Você continua honesto. Você continua pensando primeiro no seu povo e depois em você.

Essas são características de um homem público, e eu espero que o Rio Grande do Norte tenha o juízo de aproveitar essas qualidades hoje tão raras e aproveitar também todo o aprendizado que você teve nesse primeiro mandato.

Parabéns!

Eu não vou voltar no próximo mandato, mas virei na sua posse.

Continue firme.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) - Obrigado, Prof. Oriovisto. É uma honra, uma honra ouvir isso de um dos melhores Senadores que a gente tem aqui nesta Casa e saber que eu aprendi muito com o senhor.

Eu lembro, Plínio, eu não entendo muito de economia, mas quem me dava aula de economia era o Senador Oriovisto nessas pautas. Eu acho que a gente aprende muito aqui um com o outro. Aprende tanto com os amigos, mas também com a oposição a gente aprende. E o melhor que a gente aprende aqui, Senador Plínio, é respeitar, é saber ouvir, é saber entender.

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) - Eu acho que é o melhor ensino. O melhor aprendizado que a gente tem aqui nesta Casa é conviver com pensamentos distintos dos nossos, e conviver bem.

Obrigado, Senador Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Obrigado.

Senador Oriovisto, e o Styvenson é rápido e ligeiro. Quando a gente conversava um dia, ele estava para enfartar ali, de tão vermelho, Senador Nelsinho, com as novidades apresentadas no Plenário - ouviu, Kajuru? Aí eu já tinha uma amizade com ele, cheguei para o Styvenson: "Vamos embora ali na cantina! Para relaxar, vamos ali na cantina". E você lembra da piada que eu lhe contei lá e que a gente relaxou? Ele me chamava de mestre. Com dois anos, superou o mestre, viu? Com dois anos, tá? *(Risos.)*

É tudo isso que o Oriovisto falou. É tudo isso, Styvenson. Você sabe da nossa irmandade, do carinho que a gente tem por você.

Com a palavra o Senador Seif, do Espírito Santo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - É quase Espírito Santo, é Santa Catarina. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - É porque tudo é espírito. E esse espírito aqui de irmandade, de cordialidade, de elogios...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - É legal, é muito bacana.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - ... me transportou de Santa Catarina para o Espírito Santo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - Não tem problema. O Espírito Santo é um grande estado também.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Sim, com certeza.

Então, Senador Seif, de Santa Catarina.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL. Para discursar.) -Sr. Presidente, hoje é um dia muito importante para a nossa nação, e para o meu mandato também. Hoje eu retorno da minha licença, depois de quatro meses, em que Santa Catarina foi muito bem representada pelo Senador Hermes Klann, que continuou nossas batalhas, nossas lutas, apesar de ser um momento eleitoral e poucas coisas avançaram no Senado. Mas eu quero deixar aqui minha gratidão e meus parabéns ao Senador Hermes Klann por toda a sua luta. Fez boas amizades aqui com todos vocês, me deu um *feedback* maravilhoso de pessoas de todos os espectros políticos que o trataram com respeito, como tem que ser, independentemente de nossas divergências de ideias.

Uma segunda questão - além do Senador Hermes Klann, que hoje volta para Santa Catarina - foram os fatos ontem relatados por toda a imprensa. Aliás, Sr. Presidente, preciso parabenizar toda a imprensa, que, infelizmente, há bem pouco tempo, encobriu tantas coisas. Chamavam Ministro do Supremo Tribunal Federal de salvadores da democracia, ocultavam questões, abafavam, não traziam à tona, falavam meias verdades; e ontem houve uma união da imprensa. Não vou nomeá-las, mas toda a imprensa brasileira - toda a imprensa brasileira -, todos os editoriais, ou ontem ou hoje, todos os programas jornalísticos, TVs abertas, TVs fechadas, trouxeram a sua preocupação, sua visão, que deixou perplexa a República Federativa do Brasil.

Vejam, vocês. Senador Kajuru, imagine você que um banqueiro fraudador, que um banqueiro que roubou o povo brasileiro - vários estados tinham suas previdências dentro do Banco Master - estava perguntando para o Ministro do Supremo Tribunal Federal se deveria sair do país, ou seja, é o bandido perguntando para a maior instância da Justiça brasileira, que inclusive tem o dever constitucional de proteger a Constituição, se orientando se deveria fugir do país, trocando mensagens.

E mais, o Procurador da República, uma instituição de tamanha relevância na nossa nação, que meses atrás disse que não viu nenhuma irregularidade do contrato da esposa do Ministro com o Banco Master, que não quis prosseguir com investigações, e que o Ministro, o mesmo Ministro, negou que conhecesse, que tivesse trocado mensagens com o banqueiro Vorcaro. Pelo menos, segundo a Polícia Federal, ele teve 8 encontros e quase 200 contatos telefônicos através de mensagens de visualização única.

Paulo Gonet Branco querendo tomar Macallan em Londres, levando seu filho para passear. O mesmo Paulo Gonet Branco, que ontem, por ter medo de ser investigado, porque está enlameado até as orelhas, pediu arquivamento das denúncias trazidas pela Polícia Federal e pela corajosa atuação do Ministro André Mendonça, que traz um respiro de dignidade para essa Suprema Corte.

Renato Russo já dizia, Senador Plínio Valério: "Que país é esse? Que país é esse?", que tolera tantos absurdos, trazidos pela Polícia Federal, a banda boa da Polícia Federal, que não é ideológica, que não é partidária. E pior, o Diretor-Geral da Polícia Federal disse a interlocutores que estava revoltado com as ações do Ministro André Mendonça. André Mendonça, já sabendo e já vendo a atuação do Andrei nos bastidores, conseguiu fazer com que uma parte da Polícia Federal trabalhasse

sem que tivesse sequestrado essa pauta pelo Andrei Rodrigues, como chefe da Polícia Federal. Ou seja, nós estamos falando aqui de mulher de Ministro, estamos falando de um banqueiro ladrão, corrupto, que soube andar por todos os Poderes de Brasília, cooptou pessoas do Banco Central, cooptou...

O Ministro Alexandre de Moraes era funcionário dele, a mulher do Ministro Alexandre de Moraes era funcionária dele, Paulo Gonet Branco era funcionário dele. Que absurdo! Quem deveria investigá-lo, quem deveria mandar prendê-lo, quem deveria cuidar e zelar do patrimônio dos brasileiros, o estava acobertando.

Ele ia fugir para Dubai, se a Polícia Federal não tivesse feito a interceptação dele anteriormente. E parabéns ao juiz Ricardo - se eu não me engano, Ricardo Amorim -, que fez a prisão preventiva minutos antes de ele decolar para Dubai: provavelmente estaria aí sumido pelo mundo, com os bilhões que roubou de tantos brasileiros. Inclusive, vários que eu conheço aqui de Brasília, pessoas que são funcionários dos ministérios, falaram: "Fui lesado pelo Banco Master".

Então, Sr. Presidente, o que mais me espanta é que, se houvesse um pingo de vergonha na cara e de dignidade desses servidores públicos - que são pagos pelo Estado brasileiro, pelo povo brasileiro, com esses impostos altíssimos que nós temos -, eles teriam renunciado.

Mas, não! Olha que vergonha! O Ministério Público Federal não emitiu uma nota. O Ministro Alexandre de Moraes não emitiu uma nota. O Ministro Fachin, Presidente do Supremo, não emitiu uma nota. A Polícia Federal, de Andrei Rodrigues, não emitiu uma nota. Lula, calado!

Então, é uma vergonha o que nós vimos ontem no Brasil. E o que esperar? Esperar que esta Casa finalmente acorde, porque não é um evento isolado: era viagem paga, é contrato editado por Ministro, é tentativa de arquivamento, tentativa de terminar tudo em *pizza* pelo Paulo Gonet Branco, essa vergonha para o Ministério Público Federal. Vergonha! O senhor é uma vergonha para o Brasil!

E é por isso que eu venho anunciar: já tem vários pedidos aqui nesta Casa, parece que já são quase uma centena de pedidos de *impeachment* contra diversos Ministros - e Alexandre de Moraes é campeão -, mas eu estou protocolando hoje na Mesa do Senado Federal um pedido de *impeachment* para Paulo Gonet Branco, por suas condutas vergonhosas, delituosas, por seu envolvimento com corrupção, com acobertamento. Porque todo mundo pediu aí *impeachment* de Alexandre de Moraes - já subscrevi todos, como sempre fiz -, mas o Paulo Gonet Branco não pode sair dessa ileso. Ele pediu uísque escocês lá em Londres, levou o filho dele para Londres, tinham até cota de avião e de helicóptero como forma de pagamento. Que vergonha, meu Deus do céu! Que país é esse, Senador? Que país é esse em que nós vivemos?

E isso não é uma pauta de direita ou de esquerda; isso é uma pauta de dignidade.

Este ano o senhor tem eleição lá, Plínio Valério, e eu quero chamar a atenção de cada um dos brasileiros: escolham bem as pessoas que virão para esta Casa! Nós precisamos, de uma vez por todas, moralizar aqueles que têm condutas imorais. Não é uma questão de perseguição, de vingança, porque Alexandre de Moraes ou Gonet perseguiram Bolsonaro, e todo o Brasil já sabe disso. Não é nada disso! Mas as condutas deles envergonham os Poderes da República, envergonham as instituições.

Então, nós não podemos mais ser tolerantes ou fazer cara de paisagem com tantas coisas erradas acontecendo em nosso país. Vorcaro cooptou servidores de todos os Poderes, e quem diz isso não é Jorge Seif, é a Polícia Federal. Isso porque tem quatro, cinco ou seis celulares, e somente um até agora foi auditado. O que mais vai sair dessa caixa de Pandora?

Então, eu quero fazer um apelo para o Presidente Davi Alcolumbre, por tudo o que aconteceu ontem, que já não é mais uma opinião isolada, mas uma opinião, inclusive, de jornais que sempre acobertaram tudo isso, pedindo inclusive ao Andrei e ao Paulo Gonet para adiarem a ação da Polícia Federal.

O Presidente Lula deveria, no mínimo, afastar Andrei Rodrigues da Polícia Federal, por conta da instituição respeitada pelos brasileiros que é a Polícia Federal, mostrando sua proximidade, mostrando que ele estava a serviço de Alexandre de Moraes, estava a serviço de Vorcaro. Isso é inaceitável!

Eu peço e faço mais um apelo para o Presidente Davi Alcolumbre, que acaba de chegar aqui: Presidente, é o Brasil que clama, é o Brasil que clama, são os jornais, a imprensa, são as redes sociais. V. Exa. tem o poder de sanear este país, de mostrar que nós do Senado Federal não compactuamos com tamanha vergonheira, com essa barbaridade que está sendo feita e foi desvendada e descoberta pela Polícia Federal. Não é perseguição de polícia contra ninguém.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - São investigações que já duram meses e meses.

Então, eu peço, Sr. Presidente, que esta Casa, especialmente em ano eleitoral, especialmente no momento de transição do Brasil, especialmente no momento em que mostra o comprometimento de Paulo Gonet Branco, de Alexandre de Moraes,

de Viviane Barci, de Andrei Rodrigues, de funcionários do Banco Central e de tantas outras instituições que trazem ali os relatórios do Ministro André Mendonça, feitos pela Polícia Federal... Nós não queremos impichar ninguém, Kajuru, nós queremos investigar e ampla defesa. O que Bolsonaro não teve, eu quero que todos esses tenham. Mas não podemos nós, enquanto... Constitucionalmente, institucionalmente, nós temos o...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - ... dever de fazer isso. *(Fora do microfone.)* Só esta Casa pode fazer isto, que é abrir investigação. E, se realmente for demonstrada conduta ilibada, que não houve exagero, que não houve abuso, que não houve corrupção, que não houve abuso de poder político, abuso de poder econômico, influência, etc., etc., etc., etc., arquiva-se, e vida que segue. Mas não dá para nós descredibilizarmos uma investigação que traz tantos componentes gravíssimos, como a Polícia Federal, com louvor... E aqui meu voto de aplauso à Polícia Federal pela coragem, porque, mesmo trabalhando sob um Diretor-Geral cooptado, mesmo assim, fez um trabalho brilhante. Eu não sei o nome dos agentes, dos delegados envolvidos, mas vocês sabem quem vocês são.

Parabéns também ao Ministro André Mendonça!

Mas, Sr. Presidente, eu faço um...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - ... apelo como seu *(Fora do microfone.)* colega de Senado, faço um apelo como Senador por Santa Catarina e faço um apelo, acima de tudo, pela moralidade e pela vergonha na cara do Brasil: vamos fazer as investigações. Quem tiver as mãos limpas que continue nos seus cargos e aqueles que estão comprometidos com esse lamaçal, com essa vergonha, que sejam definitivamente expulsos da vida pública, porque não honram a bandeira verde e amarela.

O Sr. Plínio Valério (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para apartear.) - Senador Seif, antes de encerrar, permita-me um aparte.

Não é à toa que Santa Catarina se orgulha do senhor. Esse pronunciamento traduz, tira da garganta, milhões de brasileiros. Cedo, ontem e hoje, falamos disso aqui. Eu acho que o seu discurso traduz o pensamento da grande maioria aqui.

Parabéns pelo discurso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - Muito obrigado.

(*Durante o discurso do Sr. Jorge Seif, o Sr. Plínio Valério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davo Alcolumbre, Presidente.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) - Presidente Davi, eu fui chamado para um esforço concentrado. Eu pensei que nós teríamos a PEC do Banco Central.

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) - Eu já vi que nós não vamos votar nada de importante - a 6x1 não vem -; então, eu estou dando um até logo para o senhor e depois das eleições eu volto. Vou-me embora amanhã de manhã, posto que não será nada votado daquilo que eu pensei que fosse. Eu vim para cá para votar coisas importantes. Não estamos tratando daquilo que abala a República, que é esse escândalo do Judiciário - não vamos tratar, já vi que nós não vamos - e tampouco a 6x1.

Portanto, eu me despeço. Depois do segundo turno, eu estarei aqui, no Plenário.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadora Mara Gabrilli, V. Exa. está inscrita para fazer um pronunciamento na tarde de hoje.

V. Exa. se encontra conectada? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Se V. Exa. solicitar, a gente pode atender. *(Pausa.)*

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL. Pela ordem.) - Sr. Presidente, pela ordem.

O senhor pode informar quais são as pautas de votação hoje, do Plenário do Senado da República, sob sua Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Excelência, temos as pautas previamente estabelecidas desde a semana passada, que é o PL 2.780, que trata da questão dos minerais críticos estratégicos para o Brasil como primeiro item; o PL 743, que trata de uma questão de transportes escolares; o PDL 461, que trata de um acordo assinado com o Brasil, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e Cabo Verde; o PRS 54, que autoriza um acordo do Brasil com a República do Congo; e as cinco solicitações que foram encaminhadas para a Mesa, que eu vou aguardar os Senadores e as Senadoras que pediram, para a inclusão como itens extrapauta.

É um projeto que foi solicitado pelo Senador Jayme Campos, um projeto de autoria da Deputada Federal Coronel Fernanda, que trata da violência física contra as mulheres.

Tem um projeto, que foi uma solicitação também da Presidência da República, que extingue a Floresta Nacional no Estado da Bahia. Foi uma solicitação do Líder Jaques Wagner.

Tem uma solicitação do Deputado Brito, Líder do PSD da Câmara e do Presidente Hugo Motta, que é uma questão que trata do Pronon de oncologia que a Câmara dos Deputados votou no dia de ontem.

Tem uma solicitação da Senadora Leila, que é um percentual da arrecadação para o Comitê Brasileiro de Clubes.

Tem outra solicitação também do Governo que trata da Copa do Mundo feminina.

E tem outra solicitação da Mesa Diretora do Senado que trata da denominação da SGM de Sala Sarah Abrahão.

Essas são as solicitações que eu vou tentar daqui a pouco quando os autores das solicitações que nos solicitaram a inclusão como item extrapauta...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda - PL) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadora Mara... Senadora Mara Gabrilli... *(Pausa.)*

Eu vou fazer uma consulta apenas, rapidamente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Eu vou apenas suspender rapidamente aqui por um minuto, porque a CCJ está votando o relatório da proposta de emenda constitucional que trata da denominada PEC da segurança. Eu vou consultar se ainda vai demorar lá um pouco antes de iniciar a Ordem do Dia, porque, quando nós iniciarmos a Ordem do Dia, vai suspender automaticamente a deliberação da CCJ.

Vou suspender por um minuto a sessão, e, daqui a pouco, a gente retoma a partir de uma informação da CCJ.

Está suspensa a sessão. *(Pausa.)*

Excelências, Senadoras e Senadores, o Presidente Otto Alencar, Presidente da CCJ, solicitou que nós pudéssemos aguardar entre 10 e 15 minutos para a conclusão do debate na CCJ sobre a PEC da segurança e outro projeto em que há um entendimento de votação.

Eu vou aguardar 10 a 15 minutos, e, daqui a pouco, a gente pode, às 16h45 talvez, iniciar a deliberação da Ordem do Dia de hoje.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 22 minutos e reaberta às 16 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadores e Senadoras, vou fazer uma consulta rapidamente à Senadora Mara Gabrilli se conseguiu organizar o sistema da conexão, para que ela pudesse fazer o seu pronunciamento antes de nós iniciarmos a Ordem do Dia de hoje.

V. Exa. se encontra, Senadora Mara Gabrilli, na sala? *(Pausa.)*

Senadora Mara Gabrilli... *(Pausa.)*

Senadora Mara, nós estamos observando V. Exa. pelo telão. *(Pausa.)*

Já está bonita, Senadora! Não precisa arrumar mais. *(Risos.)*

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Ele me pegou de surpresa! Tenho que dar uma arrumadinha nesse cabelo, senão parece que eu cheguei de moto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Estava em campanha, está certa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Você está bem, meu Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu estou bem, Senadora Mara, graças a Deus!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Então está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Podemos... Eu posso passar a palavra a V. Exa., que estava inscrita?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar. *Por videoconferência*.) - Espere aí...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil não pode mais continuar pagando o preço de um Ministro do STF que, além de ter perdido a credibilidade, é conivente e se alimenta da bandidagem. As revelações sobre a relação entre o Ministro Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro são graves e precisam ser rigorosamente investigadas. Eu não estou pedindo condenação sem julgamento, eu também não estou defendendo que se abandone o devido processo legal, mas eu estou dizendo que a permanência de Alexandre de Moraes no Supremo se tornou insustentável.

Moraes precisa renunciar, e a alternativa à renúncia seria um processo de *impeachment*. E um processo dessa natureza pode aprofundar uma crise institucional, fragilizar ainda mais a nossa democracia. Além de bilhões dos cofres públicos, o Parlamento para, ele para todas as suas atividades. Enquanto o Congresso se concentra em uma crise institucional, centenas de projetos importantíssimos deixam de avançar. Enquanto Brasília fica lá, se divide, problemas reais continuam esperando solução, e quem paga a conta é o povo brasileiro, que luta todo dia para ter um prato de comida na mesa. É a família que precisa do SUS, é o trabalhador que precisa de emprego, é quem espera uma política pública, uma escola melhor, uma cadeira de rodas. É a mulher que precisa de segurança pública e está sendo morta.

Enquanto isso, a gente ouve as notícias sobre os milhões de reais pagos por um ex-banqueiro bandido para uma única família. Uma democracia fragilizada não cobra a conta de quem está no Poder, quem paga a conta é o mais pobre, é o mais vulnerável, é aquele que depende do Estado para ter seus direitos garantidos.

O STF precisa ser preservado, mas preservar o Supremo não significa proteger um ministro a qualquer custo, significa preservar a credibilidade da instituição. O Senado tem uma responsabilidade gigante neste momento: cabe a esta Casa exercer suas prerrogativas constitucionais, fiscalizar, investigar e responsabilizar. No entanto, um processo de *impeachment* pode durar mais de 200 dias.

Por isso, Ministro Alexandre de Moraes, eu faço este apelo: pelo povo brasileiro, pelo povo pobre que sonha todo dia em ter uma vida melhor, coloque o Supremo acima da sua permanência, coloque o Brasil acima de qualquer disputa, coloque o Brasil acima de qualquer decisão. O brasileiro precisa voltar a acreditar que ninguém está acima da lei, nem mesmo um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Aliás, principalmente, porque ministros deveriam dar exemplo e, definitivamente, não é isso que está acontecendo.

Alexandre de Moraes, desapegue da toga e peça para sair, por favor.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Obrigado, Senadora Mara.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu recebo com preocupação a decisão da União Europeia de suspender, a partir de amanhã, as exportações de carne bovina, carne de aves, ovos e mel daqui, do Brasil. Trata-se de uma medida que afeta um setor estratégico para a nossa economia.

Somente no mercado europeu, as exportações brasileiras de carne bovina superaram, em 2025, 92 mil toneladas - então, não é pouca coisa -, representando aqui 713 milhões de euros, o que equivale a R$4,3 bilhões.

A alegação da União Europeia está relacionada às exigências sanitárias sobre o uso de antimicrobianos na produção animal, tema que integra a política europeia de combate à resistência bacteriana.

Por outro lado, o setor produtivo brasileiro, representado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), e o próprio Governo Federal sustentam que o Brasil possui um sistema robusto de defesa agropecuária, exporta para mais de 150 países e atende aos mais rigorosos padrões internacionais de qualidade, rastreabilidade e inspeção.

Neste momento, Presidente, é fundamental evitar politizações e trabalhar com serenidade, baseando-se na ciência, na transparência e no diálogo diplomático. Defendo que o Governo brasileiro, os órgãos de fiscalização e as entidades do setor atuem de forma coordenada para apresentar as garantias necessárias e restabelecer o acesso dos nossos produtos ao mercado europeu.

Como Presidente da Comissão de Agricultura aqui, do Senado Federal, acompanharei esse tema de perto. A defesa do agro brasileiro, da segurança jurídica e da credibilidade dos nossos produtores é uma questão de interesse nacional. A União Europeia vem ameaçando isso há meses...

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - ... dizendo que o Brasil não está respondendo àquilo que ela solicita, àquilo que ela quer, e que o Governo não tem atendido. Então tem uma torre de babel aí no meio - um fala uma coisa, outro fala outra; e o problema chegou e está batendo à porta.

Amanhã, a União Europeia suspende toda a importação de carne bovina para aquele continente, e isso pode trazer para todos nós e trazer para o setor agropecuário um prejuízo enorme, porque nós não temos como repor um mercado desse tamanho de repente. Assim como, também, eu acho que a União Europeia não tem como buscar essa mesma quantidade de carne - mais de 92 mil toneladas, como foi no ano passado - de outros mercados mundo afora.

Então aqui a defesa é que haja diálogo e entendimento. O Governo brasileiro, a Abiec, os órgãos de fiscalização e acompanhamento sanitário da produção animal precisam entrar em campo o mais rápido possível, porque o prazo acabou. Amanhã já começa a restrição das exportações para a União Europeia.

Era esse registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer nesta tarde, com relação ao agro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadores e Senadoras, vamos iniciar a pauta de deliberação da Ordem do Dia.

Passamos à continuação da Ordem do Dia.

Para o primeiro item da pauta, o Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, não se encontra presente.

Só um minutinho. *(Pausa.)*

Vamos passar à deliberação a partir do segundo item da pauta.

A Senadora Jussara está no Plenário e é a Relatora da matéria.

Nós vamos aguardar... Eu solicito à Liderança do MDB que possa informar ao Senador Eduardo Braga que nós iniciamos a Ordem do Dia da pauta de deliberação, previamente estabelecida para hoje, e que S. Exa. possa vir ao Plenário, para retomarmos a ordem da pauta para discussão e deliberação do primeiro item.

Então, nós vamos começar com o segundo item da pauta.

Projeto de Lei nº 743, de 2023, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que altera a Lei nº 10.880, de 2004, para permitir a utilização de transporte escolar oferecido aos alunos da educação básica pública residentes em área rural pelos seus professores ou pelos estudantes da zona urbana e da educação superior; e revoga dispositivo da Lei nº 12.816, de 2013.

Parecer nº 46, de 2026, da Comissão de Educação e Cultura, a Relatora foi a Senadora Jussara Lima, e o Relator *ad hoc* foi o Senador Camilo Santana, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2 (Substitutivo), que apresenta.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação da Emenda nº 2 (Substitutivo), nos termos do parecer, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a Emenda nº 2 (Substitutivo).

Ficam prejudicados o projeto e a Emenda nº 1.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final para o turno suplementar, será publicado na forma regimental.

Discussão do substitutivo, em turno suplementar. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão sem emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem necessidade de votação.

A matéria, como houve alterações, retorna à Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2022, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, assinada em Díli, Timor-Leste, em 24 de julho de 2015.

Parecer favorável nº 29, de 2026, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Relator foi o Senador Carlos Viana.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Resolução nº 54, de 2025 (apresentado como conclusão do Parecer nº 70, de 2025, da Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator da matéria foi o Senador Fernando Farias), que autoriza o acordo sobre a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida a ser celebrado entre a República do Congo e a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US$9.997.055,18.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto em turno único.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

Senador...

Nós temos solicitações aqui.

O Senador Astronauta Marcos Pontes se encontra em Plenário?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O Senador Jaques Wagner se encontra em Plenário?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - O Senador Nelsinho está aqui e tem um extrapauta dele aí. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É difícil até dar outra resposta, V. Exa. está certo.

O Senador Nelsinho Trad fez uma solicitação a V. Exas. para que a gente possa votar o PL 780, que já foi deliberado na Câmara dos Deputados, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.

Eu entendo que não há divergência em relação à inclusão desta matéria como item extrapauta.

Eu consulto os Senadores e as Senadoras que estão no Plenário se há divergência sobre a inclusão desta matéria como item extrapauta. *(Pausa.)*

Não havendo a divergência, nós vamos incluir como item extrapauta.

Podemos submeter agora? *(Pausa.)*

Senador Nelsinho, eu já vou fazer...

O Líder Eduardo Braga já chegou.

Líder Eduardo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não, mas foram seis pedidos.

O Senador Wagner...

Deixe-me fazer uma leitura aqui. Eu sei que V. Exa. é o primeiro item da pauta, mas eu vou fazer uma leitura das solicitações para inclusão de projetos como item extrapauta de que eu já fiz a leitura.

Foi a solicitação do Senador Astronauta Marcos Pontes, que trata do apoio à oncologia, que foi votado na Câmara dos Deputados.

Solicitação do Senador Líder Jaques Wagner, que trata de uma questão do Estado da Bahia.

Solicitação de uma demarcação de uma área de preservação, que, num momento adequado, com certeza, o Líder vai orientar do que se trata.

Há uma solicitação do Senador Jayme Campos e do Senador Wellington Fagundes, que é Líder, sobre uma questão de um projeto que trata da violência física contra a mulher. Como eu percebi que também... Acho que nós poderíamos incluir como item extrapauta.

A Senadora Leila fez uma solicitação que trata de uma distribuição da arrecadação, Senador Laércio, para o Comitê Brasileiro de Clubes. É apenas uma nova reformulação nos percentuais de distribuição. É um pedido da Senadora Leila.

A Líder Senadora Teresa Leitão solicitou uma questão que trata do futebol feminino, da Copa do Mundo Feminina, que ficou pendente de apreciação, porque nós votamos as autorizações todas no que diz respeito aos estados e aos municípios, e faltou esse projeto ser deliberado para completar a necessidade, por conta da realização da Copa do Mundo. É uma solicitação da Liderança.

Há uma solicitação da Mesa Diretora, da Secretaria-Geral da Mesa, apenas dando a denominação de um nome para a sala da SGM.

Há... *(Pausa.)*

Qual é esse daqui? *(Pausa.)*

Há uma do Senador Nelsinho. *(Pausa.)*

Há uma solicitação do nosso Ministro Camilo Santana sobre o projeto de lei ECA Ambiental já. *(Pausa.)*

Não, eu estou falando já o que está escrito no papel aqui. É para votar já. É o Projeto de Lei 2.225, de 2024.

Então eu gostaria que V. Exas. também pudessem analisar - o Senador Jayme já chegou, já falei da sua solicitação - sobre essas seis inclusões aqui.

O Senador Eduardo Braga está preparado para relatar o primeiro item?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - Estou às suas ordens.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Vou votar só a denominação da ponte do Senador Nelsinho e vou chamar V. Exa.

Item extrapauta, Senador Nelsinho, rapidamente.

Projeto de Lei 780, de 2023, de autoria do Deputado Geraldo Resende, que denomina a Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, na divisa entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

Parecer nº 24, de 2026, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Relator foi o Senador Nelsinho Trad.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos dos pareceres.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção presidencial e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Rapidamente, pela ordem, o Senador Zequinha; em seguida, o Líder Eduardo Braga.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) - Presidente, no dia 15 de julho, nós votamos e aprovamos aqui o PL 2.486, que cria a APA, a área de preservação ambiental do Jamanxim, a partir do desmembramento da Flona do Jamanxim, na BR-163, região sudoeste do Estado do Pará. Estamos há 45, 46 dias que esse projeto foi votado e ainda não subiu para a sanção presidencial.

Quero aqui, em nome daquela população que me cobra todo dia, pedir a V. Exa. que fizesse chegar ao Presidente da República para que ele pudesse ou sancionar ou vetar, para que a gente desse fluxo ao trâmite legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - V. Exa. está correto. Nós vamos reunir a Secretaria-Geral da Mesa amanhã para ver todos os projetos pendentes de distribuição.

Senador Líder Eduardo Braga...

Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, de autoria do Deputado Zé Silva, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, vinculado à Presidência da República, e dá outras providências.

Perante a Mesa, foram apresentadas as Emendas de n° 1 a n° 71, que já foram disponibilizadas na tramitação da matéria e que serão encaminhadas à publicação. As Emendas n°s 3, 59, 60 e 61 foram retiradas pelos próprios autores.

Foi apresentado o Requerimento 505, de 2026... 506, perdão, dos Líderes partidários, que solicita urgência para apreciação da matéria.

Submeto à votação o requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Eduardo Braga para que ele possa proferir o seu parecer em Plenário.

Eu gostaria de pedir aos nossos convidados que estão aqui no Plenário do Senado Federal, que nós estamos em processo de deliberação... Os nossos convidados são todos muito bem-vindos, mas a gente está... estamos com o orador na tribuna e a gente... Eu gostaria de solicitar que nós pudéssemos manter um silêncio no Plenário do Senado.

Senador Inácio Arruda, Senador Paulo Paim, nós estamos com o orador na tribuna.

Com a palavra o Líder Eduardo Braga.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para proferir parecer.) - Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Exa. pela confiança em mim depositada para relatar mais um projeto extremamente relevante e estratégico para a nação brasileira.

Quero cumprimentar o Deputado José Silva pela iniciativa, pela autoria do projeto. Quero aqui destacar a colaboração de todos os companheiros Senadores da República, porque, desde sexta-feira, temos mantido permanente diálogo na busca de um entendimento.

Ao mesmo tempo, quero dizer a S. Exa. o Presidente Davi Alcolumbre que conversamos com o Ibram e conversamos com diversos representantes do setor privado.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Eu estou aqui prestando conta do meu trabalho a V. Exa., Senador Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Eduardo Braga, me perdoe. Eu peço desculpas a V. Exa., mas é porque também eu preciso dar atenção aos meus colegas Senadores e Senadoras que às vezes trazem alguns problemas relacionados à pauta. Eu sei que eu estou errado com V. Exa., porque V. Exa. está na tribuna.

Deixe-me fazer um pedido aqui aos nossos assessores que estão aqui no entorno: por favor, se V. Sas., que são convidados, os nossos assessores que estão conversando, se V. Sas. poderiam ir ali ao cafezinho - e V. Sas. têm o crachá para entrar a todo momento.

Às vezes, se for possível, os Senadores precisam prestar atenção no relatório sobre esse assunto. Esse assunto eu tenho certeza de que é um assunto muito importante para o Brasil, para a defesa das nossas riquezas naturais, e o Senador Eduardo Braga, que é um profundo conhecedor desse assunto, foi designado para fazer essa relatoria de um tema estratégico para o Brasil. E eu queria... Às vezes, um Senador ou outro, no momento do debate, precisa fazer algum questionamento, alguma intervenção para tirar alguma dúvida, e o nosso querido Líder está na tribuna.

Então, eu queria pedir a V. Exas. que nós pudéssemos nos ater ao relatório, que o Relator vai apresentar na tribuna, desse projeto muito importante para o nosso país.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Presidente, eu prestava contas a V. Exa. de que, desde sexta-feira, conversei com vários Senadores, conversei com vários representantes do setor privado, conversei com o Ibram a respeito desse projeto, conversei com o Governo Federal, através do Ministro Bruno Moretti, e buscamos, junto à Secretaria-Geral da Mesa, a interpretação necessária para que pudéssemos construir um texto de entendimento baseado única e exclusivamente em emendas de redação.

Em alguns casos, tivemos que reverberar as reclamações de Aurélio Buarque de Holanda, que, revirado no túmulo, estava muito inquieto com a forma com que determinados artigos estavam redigidos. Portanto, buscando acalmar Aurélio Buarque de Holanda e, ao mesmo tempo, buscando respeitar o Regimento do Senado da República, a Constituição da República e o Regimento do Congresso Nacional, conseguimos, Sr. Presidente, de 61 emendas apresentadas, acatar nove emendas, todas elas de redação, em consenso com a Secretaria-Geral da Mesa.

Portanto, eu passo neste momento a ler o relatório, por ser, Sr. Presidente, uma matéria extremamente estratégica, importantíssima. Nós estamos tratando aqui de minerais críticos, nós estamos tratando aqui de terras-raras; nós estamos tratando aqui de urânio, de nióbio, de tantalita; nós estamos tratando aqui, talvez, de algo que seja o mais estratégico no avanço da indústria 4.0 e da indústria 5.0. Ontem, discutíamos sobre Redata aqui neste Plenário. Ora, minerais críticos têm tudo a ver com Redata.

Portanto, nós estamos aqui lendo um relatório, mantendo o eixo e mantendo a estrutura de mérito, buscando fazer a concertação necessária e buscando compreender três questões, Sr. Presidente: soberania, em primeiro lugar; a questão

da absorção tecnológica e daquilo que nós chamamos de capital relevante, quando nós detemos a tecnologia, o capital necessário e o minério, de que forma nós vamos nos associar; e, ao mesmo tempo, aquelas situações em que temos o minério, não temos a tecnologia e precisamos nos associar e garantir a transferência da tecnologia para a nação brasileira.

Portanto, vem ao Plenário o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, mais uma vez fazendo justiça ao Deputado José Silva, que se encontra presente no Plenário do Senado, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (Cimce), vinculado à Presidência da República; e altera a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a Lei 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e a Lei 14.801, de 9 de janeiro de 2024.

Relatório.

Submete-se à análise, portanto, a referida lei, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e o Conselho Nacional de Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, vinculado à Presidência da República.

O projeto de lei em análise é composto de 51 artigos, articulados em quatro capítulos, e totaliza nove instrumentos para a implementação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e três grandes segmentos. O primeiro, referente à estratégia nacional e suas diretrizes; o segundo, segmento que traz os instrumentos financeiros e regulatórios; e o terceiro, sobre governança, transparência e disposições transitórias e finais.

No Senado, foram apresentadas 61 emendas.

Da análise.

A apreciação desta matéria diretamente no Plenário decorre do Requerimento nº 506, de 2026, de Líderes, que solicitam urgência para o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade.

Quanto à observância das normas orçamentárias e financeiras, consideramos atendida a legislação vigente sobre regras para renúncias de receita, com o objetivo de excepcionalizar os benefícios tributários destinados à Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Quanto ao tema do PL 2.780, de 2024, acrescenta a importância dos minerais críticos e estratégicos para a transição energética, a segurança alimentar, a indústria de defesa e o desenvolvimento tecnológico, tendo levado diversos países a adotarem políticas destinadas a assegurar o suprimento desses recursos e ampliar a agregação de valor em suas cadeias produtivas, adotando medidas e posições de proteção de suas reservas, de busca de novos recursos minerais alhures e de implementação de parcerias estratégicas, que chamamos de *friendshoring*.

A posição central desses bens na economia é percebida especialmente quando chefes de Estado e suas diplomacias passam a negociar em bases geopolíticas e pragmáticas, deixando de lado questões dogmáticas e ideológicas.

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, busca instituir instrumentos de governança, financiamento, inovação e desenvolvimento industrial voltados ao fortalecimento da competitividade do setor mineral brasileiro.

Conforme discussões recentes, a criticidade de um bem mineral está ligada ao risco de desabastecimento ou suprimento dentro da economia nacional, em especial àquelas cadeias em que a falta de abastecimento de insumo cause problemas para o fornecimento dos bens finais, ou de serviços esperados para o bom funcionamento da economia nacional.

Dessa forma, minerais críticos se tornam coluna mestra de outras cadeias produtivas, e sua quebra ou desabastecimento pode causar efeitos indesejados e significativos nos outros setores relevantes nacionais.

Ainda, podemos considerar que cada país determina quais bens são mais críticos e mais estratégicos para suas economias. Um bem mineral é considerado crítico quando sua indisponibilidade compromete cadeias produtivas relevantes.

O Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM) tem papel fundamental. Ele possui natureza privada e patrimônio próprio, e poderá contar com aportes da União de até R$2 bilhões e contribuições obrigatórias de empresas do setor, funcionando não como um banco de fomento direto, mas como um garantidor que provê segurança para que o sistema financeiro nacional e organismos multilaterais injetem capital na mineração de risco.

Complementarmente, a lei institucionaliza os contratos de *streaming* e *royalties* minerários privados, permitindo que o empreendedor antecipe receitas futuras para custear o elevado investimento inicial, utilizando esses próprios contratos como garantia em operações bancárias sob a supervisão da Agência Nacional de Mineração.

No âmbito da industrialização e agregação de valor...

Senador Omar, para que V. Exa. tenha uma ideia do que nós estamos tratando aqui, já que a questão não é apenas dos assessores, é também dos colegas Senadores em torno do Presidente Davi, chamo a atenção de V. Exa. para, por exemplo, a questão da transformação de silvinita em potássio, que tem uma carência de fundo de financiamento claro, específico,

e poderá ser resolvida exatamente por esse fundo garantidor, que estabeleceria garantias para que se viabilizassem os investimentos necessários para a transformação da mina de silvinita em potássio, tão estratégico para o agronegócio em nosso país e tão crítico para o Estado do Amazonas, porque nos acrescentaria à indústria de transformação algo como US $8 bilhões na economia do Estado do Amazonas.

Isso, obviamente, também atende o Estado do Amapá, porque nós estamos falando em um dos estados que tem uma das maiores reservas de minérios no nosso país. O mapa geológico do Estado do Amapá é riquíssimo e eu tenho certeza de que o Presidente Davi Alcolumbre está muito atento a essa questão no Estado do Amapá.

Com um teto fiscal de R$1 bilhão anuais entre 2030 e 2034, o programa incentiva a internalização de etapas produtivas complexas, como a produção de materiais para baterias e fertilizantes - o caso do nosso potássio -, combatendo as exportações de minério bruto sem processamento.

Há décadas se discute no Congresso Nacional como agregar valor à exploração dos nossos minérios, que são recursos naturais não renováveis, em território nacional. Nós exportamos minério de ferro e importamos aço de outros países, muitas vezes multiplicado por 10, 15, 20, 30 vezes o valor agregado ao minério de ferro.

Este projeto de lei visa, exatamente, resolver o mecanismo para transformar este minério em produto final, Senador Laércio, dentro de território nacional. Esta lei é de uma importância e de uma felicidade extraordinária para o país e, por isso, quero, mais uma vez, parabenizar o Deputado José Silva pela iniciativa.

Combate-se, portanto, as exportações de minério bruto sem processamento.

Importante ressaltar a possibilidade de uso de debêntures incentivadas para projetos de tal monta. Esta é outra inovação extremamente importante, porque hoje nós podíamos lançar uma debênture estruturada para infraestrutura, mas não podíamos fazê-lo para uma mina de transformação de silvinita em potássio. Agora podemos passar a fazê-lo.

Isso é importante para o Amazonas, é importante para Sergipe, é importante para o Brasil. Isso é importante para o Estado do Pará. Isso é importante para o Estado do Amapá, para o Estado de Minas Gerais, para a economia brasileira.

Finalmente estamos dando...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) - Para o Rio Grande do Sul.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Para o Rio Grande do Sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) - Tem terras-raras lá, tchê!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não sei de onde estão falando, mas, enfim... Ouço vozes do fundo do Plenário. É impressionante como abrem os microfones fácil!

Mas eu quero dizer, portanto, que este projeto de lei vai possibilitar, finalmente, geração de emprego e renda no território nacional, agregando valor aos minérios críticos e aos minerais críticos que o Brasil possui e que, lamentavelmente, estavam sendo exportados *in natura*, agregando valor a uma indústria que está concentrada nos Estados Unidos, na China, no Vietnã, na Ásia, no Oriente e até mesmo na Europa.

É importante ressaltar a possibilidade de uso de debêntures incentivadas para projetos de tal monta. Com isso, estendemos os benefícios já utilizados por outros setores da infraestrutura nacional, de tal forma que investidores que financiem projetos minerais prioritários se equiparem àqueles do setor de energia, de transporte, de saneamento, apenas como exemplo, democratizando, portanto, o acesso do setor ao mercado de capitais, facilitando a sua implementação e a geração de emprego e renda no Brasil.

A inovação e o conhecimento geológico são impulsionados por meio das obrigações de investimento em P&D, com aplicação anual de 0,5% de sua receita bruta em inovação tecnológica. Isto é absolutamente necessário, senão jamais transformaremos nossos minerais raros em bem final, se nós não desenvolvermos ciência e tecnologia através de P&D para essas áreas. Esse mecanismo tem sido importante para os setores irmãos, o de energia elétrica, o de petróleo, o de gás natural, e trará impulso para inovações na base do desenvolvimento tecnológico do nosso país.

Sobre o tema, entendo que o projeto ora apreciado garante flexibilidade para o setor privado realizar suas atividades e a garantia do atendimento do interesse nacional, conforme regulamentação - chamo atenção aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que, conforme estamos aprovando esta lei, a regulamentação será tão importante quanto o texto que ora estamos votando -, que deverá ser implementada considerando os princípios da política mineral proposta; ou seja, estabilidade regulatória, segurança jurídica e previsibilidade como fundamentos para a atração de investimentos e desenvolvimento sustentável do setor mineral, subordinados aos princípios da soberania nacional e da supremacia do interesse público.

Portanto, não há abandono do ambiente atrativo para investimento, e sim parceria entre público e privado para se alcançar o mútuo interesse de desenvolvimento da atividade econômica, com ganhos de longo prazo para todos os participantes.

O importante é trazer à discussão desta Casa Alta os temas que tratamos recentemente relacionados ao PL 2.780, de 2024. Trata-se do PL 4.443, de 2025, de autoria do Senador Renan Calheiros. O nobre Senador Renan Calheiros buscou estruturar mecanismos para promover maior participação brasileira no mercado de minerais críticos e estratégicos, assegurar o suprimento interno e fortalecer a resiliência do parque industrial nacional, diante da dependência de importação de determinados bens minerários.

Em sua discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator, o Senador Esperidião Amin, propôs aperfeiçoamentos, mantendo a base da proposição e acrescentando incentivos regulatórios e instrumentos financeiros e creditícios similares àqueles do PL 2.780, de 2024. Na discussão da matéria na Comissão de Serviços e Infraestrutura, o nobre Senador Wilder Moraes apresentou um substitutivo com aprimoramentos relevantes, no entanto já contemplados no PL 2.780, de 2024.

Ao observarmos ambas as proposições, verificamos que a utilização de fundos existentes na forma proposta do PL 4.443, de 2025, pode ser comparada ao Fundo Garantidor da Atividade Mineral, com apenas pequenas diferenças operacionais. Adicionalmente, ambos preveem a utilização de debêntures incentivadas à mineração e o licenciamento ambiental prioritário, fruto da Lei de Licenciamento Ambiental, Senadora Tereza Cristina, e eu me orgulho muito de ter ajudado a relatoria de V. Exa. na construção daquele texto. Veja o quanto avançamos e quantas vezes deixamos de ser reconhecidos.

No tocante aos instrumentos regulatórios, as proposições preveem a disponibilização de áreas em até dois anos após a declaração de disponibilidade, como forma de evitar o estoque de áreas aguardando leilão na Agência Nacional de Mineração. Esse é um outro ponto extremamente importante, porque o Brasil estava se transformando num cartório de reservas de licenças de exploração à espera da especulação do mercado financeiro para que isso pudesse ser monetizado na especulação, e não no investimento e na indústria de transformação.

Nós estamos colocando, portanto, um freio de regulação, reconhecendo o direito, mas ao mesmo tempo estabelecendo um tempo para que estas licenças sejam transformadas efetivamente em investimento. Acho até que o prazo de dez anos é muito mais do que o necessário e o suficiente. O ideal seriam cinco anos, para que se fizesse a prospecção, a busca do encontro do minério; a partir daí, um prazo de maturação de dez anos para que o investimento pudesse acontecer. Mas chegamos ao meio-termo e acabamos aceitando o prazo de dez anos como sendo o prazo tolerável e admissível.

Acho que, mais na frente, depois que a lei começar a funcionar e o próprio Congresso Nacional e a própria nação brasileira perceberem os ganhos macroeconômicos que advirão desta lei, com certeza nós teremos uma emenda reduzindo esse prazo de dez para cinco anos para as futuras licenças.

Dessa forma, podemos dizer que a proposição do Senador Renan Calheiros, discutida no Senado Federal, está, em sua quase totalidade, abrangida pelo PL nº 2.780, de 2024, ainda que sob redação distinta. Registramos nossos aplausos ao Senador Renan pela iniciativa muito pertinente de apresentar e defender um projeto voltado à defesa da soberania nacional sobre minerais críticos e estratégicos, bem como aos Senadores Esperidião Amin e Wilder Morais, pela dedicação ao tema ao relatarem o PL nº 4.443, de 2025, nas Comissões permanentes desta Casa. Meu reconhecimento ao Senador Esperidião Amin e ao Senador Wilder Morais, que não está presente.

Ademais, no PL nº 2.780, de 2024, identificamos ainda a necessidade de aperfeiçoamento de redação de alguns pontos, que apresento ao final deste voto, e que também foram apontados por emendas apresentadas neste Plenário.

As Emendas nºs 11 e 30 apenas uniformizam o tratamento despendido pela proposição para minerais críticos e estratégicos, acrescentando o termo "crítico" ao art. 44, *caput*, e merecem acolhimento como ajuste redacional.

A Emenda nº 16, anseia abranger em rol não exaustivo política setorial consoante ao PL 2.780, de 2024. Ante isso, pode ser acatada como ajuste de redação.

Quanto ao inciso IV do art. 3º, esclarecemos que, em substituição à expressão “títulos minerários de que trata esta lei pertencentes, direta ou indiretamente, à União”, utilizamos termo mais apropriado, ou seja, “títulos minerários outorgados pela União”, consoante aos minerais de que trata a proposição legislativa.

No art. 9º, §3º, observamos que se refere à instituição financeira federal aquela responsável pela administração do fundo. Dessa forma, sugerimos o acréscimo do termo “financeira” para que seja compatível com o instrumento proposto.

Por fim, entendemos que as demais emendas estariam fora do escopo da proposta, de encontro aos aspectos de soberania nacional e de boas práticas para o desenvolvimento do setor mineral, ou são aplicáveis como regulamento infralegal, não precisando constar no atual texto, evitando assim a alteração de mérito, resguardando essa alteração para a regulamentação.

Eu quero aqui nominar...

Este é o voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024. E, no mérito, somos pela aprovação e pelo acatamento total das Emendas de Redação nºs 1, 2 e 4, de autoria da Senadora Tereza Cristina; da Emenda nº 16, de autoria do Senador Hamilton Mourão - Senador Hamilton Mourão, acatamos a Emenda 16, de V. Exa. -; das Emendas nºs 64 e 66, de autoria do Senador Beto Faro; e, parcialmente, das Emendas nºs 11 e 30, do Senador Luis Carlos Heinze, na forma das emendas de redação que oferecemos.

Esse é o voto, Sr. Presidente, portanto, com parecer favorável, com as emendas de redação ora citadas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O parecer é favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2, 4, 16, 64 a 66, de redação e, parcialmente favorável às Emendas nº 11 e nº 30, na forma das Emendas nºs 72 a 79, de redação, que apresenta.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, em seguida, Omar Aziz e Randolfe Rodrigues.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Sr. Presidente, rapidamente, sobre um tema extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não é para discutir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Não, não é para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Amin, um minuto, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) - Serão 30 segundos, Presidente. É só para requerer a V. Exa. que seja incluso, como tema extrapauta, o Projeto de Lei nº 1.482, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, que é o Código Penal, para dispor sobre os crimes de furto e roubo de petróleo, que já foi aprovado ainda hoje na Comissão de Constituição e Justiça e que está sob esta relatoria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) - Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga pelo seu parecer e quero dizer que, de alguma forma, ele foi acolhido e aplaudido tanto pela nossa Líder Senadora Tereza Cristina, quanto pelo Senador Laércio, com quem comentamos.

Quero cumprimentá-lo também por fazer justiça ao Senador Renan Calheiros, que tomou a iniciativa, pediu que eu passasse a ser o suposto autor - eu me recusei. É justo que se diga que ele foi o autor do PL 4.443, que o senhor resumiu aqui muito bem. Igualmente, a participação do Senador Wilder Morais.

A observação que eu faço se divide em duas partes.

Primeiro, eu pensei que não houvesse nenhuma objeção em acolher a Emenda de Redação nº 34, que eu lhe ofereci, porque ela simplesmente proclama o que é nossa obrigação. Vou repetir: assegurar a soberania, a defesa e o interesse nacional, em conformidade... Veja bem: ela não inova em nada, ela apenas domestica com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa. Ou seja, como estas são leis que, na verdade, são códigos, eu achei que era oportuno colocar isso de maneira explícita. Portanto, ela é tipicamente uma emenda de redação, porque ela não acrescenta absolutamente nada a não ser a busca da coerência, com esses dois documentos que são verdadeiramente códigos, porque eles são renováveis apenas por relatório do Ministério da Defesa e apreciação da Comissão de Relações Exteriores, quando for o caso.

E o segundo ponto que eu gostaria de destacar... *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - V. Exa. me permite uma correção? Nós deveríamos ter mencionado.

A emenda de V. Exa. foi parcialmente acatada quando acatamos a emenda do Senador Hamilton Mourão. A emenda do Senador Hamilton Mourão tratava praticamente do mesmo tema de V. Exa., só que com uma forma redacional um pouquinho distinta.

Mas, fazendo aqui uma correção, eu quero aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Olha, se a minha ideia convergiu com a do General Hamilton Mourão, que deve ter feito uma redação conforme a Escola Superior de Guerra lhe ensinou - e eu tento copiar -, eu já fico satisfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Portanto, eu quero dizer a V. Exa. que a emenda está acatada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Porque sou discípulo dele...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - A emenda está acatada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - ... e tenho certeza de que os dois documentos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - A Emenda 34, portanto, é acatada em conjunto com a Emenda 16.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Então, esse assunto está vencido.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Como emenda de redação, Relator?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Como emenda de redação. Como emenda de redação.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Não tem mérito, nessa?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não, não tem mérito.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Desculpe, Senadora, poderia até ser tratada em matéria de regulamentação, porque a lei já existe, Senadora Tereza Cristina. Mas, apenas para deixar explícito no texto da lei, nós entendemos - e a própria SGM considerou que não se tratava de emenda de mérito, e, sim, de redação - fazer a conciliação com as duas leis já existentes, inclusive em matéria de código.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - O texto do Senador Hamilton Mourão me satisfaz e satisfaz este propósito: tornar explícito que isso faz parte de um mosaico de defesa nacional.

E a propósito disso, eu vou lhe mandar um texto, para seu subsídio, que *The Wall Street Journal* publicou em outubro do ano passado, que se resume ao seguinte título: como a China se tornou a dona das terras-raras do mundo? Como foi? Através de uma política, iniciada em 1997 - vai fazer 30 anos -, de coerência, persistência e muito jogo de mercado - muito jogo de mercado -, descrito, esse esforço todo, numa página inteira do Jornal *The Wall Street Journal*, e que nós devemos pelo menos conhecer, para saber como flutuam os preços das terras-raras, de acordo com o que cada país pretende fazer para manufaturá-las. Ou seja, se alguém quiser fazer uma indústria, vai enfrentar uma queda de preço que vai desmontar o seu plano de negócios. Desistido, o preço volta ao normal.

Essa oscilação ao longo de quase 30 anos e muito investimento em manufatura asseguraram, nesses 29, quase 30 anos, que a China assumisse este papel de extraordinária importância, de protagonismo quase que exclusivo em matéria de terras-raras, ou seja, continuidade.

E nós temos que ter como brasão a soberania e a manufatura.

E isso está escrito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - E, se V. Exa. me permite, a China com uma estratégia de compra de áreas minerárias, principalmente no continente africano e, mais recentemente, no nosso continente, para que ela pudesse acumular um grande estoque de minerais críticos no seu manancial de potencial minerário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Eu não quero pormenorizar, mas só quero dizer o seguinte: um exemplo concreto, neste texto, o senhor vai conhecer e revela a capacidade de desenvolver planos de negócios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Líder Omar Aziz, nosso Governador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) - Sr. Presidente, o Senador Eduardo Braga fez um relatório e se aprofunda muito nesta questão que trata de minerais, até porque a nossa Amazônia é muito rica em minerais, e, infelizmente, a gente não consegue explorar nada.

Mas, Senador Amin, eu ouvia V. Exa. conversando com o Senador, e o Eduardo falando na China. Se a gente mandar o Ministério Público Federal para a China e o Ministério do Meio Ambiente para a China, pode ter certeza de que nós vamos crescer mais do que a China rapidamente. O primeiro ponto é esse.

Segundo, eu não vejo como alguém vem investir numa insegurança. Você chegar aqui e colocar bilhões e esperar que um conselho possa aprovar isso, quando cada um pensa de um lado. Parecem sete pessoas numa canoa, e cada um rema para um lado, e a canoa fica rodando. Esse é o Brasil. Esse é o Brasil de hoje.

O que nós temos que ver é uma realidade.

Veja bem. Eu não vou me referir de uma forma deselegante, como hoje houve uma deselegância.

Senador Eduardo, o Brasil precisa de fertilizante. A gente traz fertilizante lá da Rússia, da Ucrânia. Nós temos aqui, na boca do Rio Madeira, que abasteceria Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, o Centro-Oeste todo. E a gente fica lutando, eu e você, para que a gente possa fazer com que a gente tenha fertilizante, fertilizante para o Brasil, e a gente tem os três. Nós temos a ureia, nós temos o fósforo e nós temos o potássio, que é da silvinita.

Pior ainda: o valor agregado do ferro que é tirado do Brasil, quando chega lá e a gente vai comprar o aço, o valor agregado é grande. A gente não produz, mas manda a nossa matéria-prima, como o Senador Eduardo disse há pouco, que é finita. Não é infinita. Depois, fica um buraco lá para as próximas gerações, porque não fica absolutamente nada de concreto para aquela população.

Então, é importante a gente ter este debate. Agora, um debate em que a gente está falando de um plano estratégico que vai demorar anos...

Mas o grande problema que eu vejo, Senador Eduardo Braga - e V. Exa. concorda, porque a gente conversa muito sobre isso -, é que o investidor não tem segurança para vir investir aqui. Ele não vai colocar bilhões na expectativa de um conselho, um Conselhão - que é uma assembleia ou um comício -, decidir a vida do cara, e ele fica na expectativa. Primeiro que ninguém chega aqui e diz bem assim: "Tem minério aqui". Não, o cara tem que investir em prospecção, em pesquisa, não sei o quê e tal. Não! Primeiro parabéns pela sua vontade e por acreditar nisso, principalmente no nosso estado.

Agora, um exemplo: o Amapá, do nosso Presidente...

Vai pautar a 6x1?

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Nós estamos falando de minerais críticos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) - Pois é, veja bem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - O 6x1 está quase virando categoria de minerais críticos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) - Então, veja bem, quando nós estamos falando aqui... Por exemplo, o Senador Randolfe, o Senador Davi, o Senador Lucas e eu mesmo defendemos a exploração do petróleo na foz, V. Exa. defendeu. Veja bem, encontramos petróleo. Mas, se a gente fosse depender de algumas pessoas que estão dentro do Governo, nós não tínhamos feito absolutamente nada e esse petróleo teria sido escoado para outro país. De uma forma, com o tempo seria escoado.

Então, ou a gente aproveita agora o projeto que V. Exa. está relatando - e relatando muito bem, com conhecimento de causa - e que beneficia o Estado do Amazonas, vamos deixar claro, esse projeto aí beneficia... Nós temos todo tipo de

minério no Amazonas, e é possível extrair esse minério sustentavelmente, sem derrubar uma única árvore, sem prejudicar a natureza, sem prejudicar absolutamente nada. Falta vontade, investimento e credibilidade para que grandes empresas internacionais possam vir investir no país para a gente poder usufruir dessas riquezas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - Senador Omar, eu aproveito o aparte de V. Exa., primeiro, Presidente, para elogiar a qualidade do relatório do eminente Senador Omar Aziz, hoje, na CCJ, em relação à 6x1 e o amplo debate que tivemos na Comissão de Constituição e Justiça sobre essa matéria, que é uma matéria relevante e que é do interesse do trabalhador brasileiro.

Mas o Senador Omar toca em um ponto que eu faço questão de destacar.

Senador Omar, este projeto de lei pode viabilizar, por exemplo, na Mina de Pitinga, a implementação de plantas para nióbio, tantalita, terras-raras, com investimentos da ordem de algumas dezenas de bilhões de reais, com geração de emprego e renda e com geração de benefícios em *royalties* e impostos tanto para a União quanto para o Estado brasileiro, o Estado do Amazonas e o Município de Presidente Figueiredo, fazendo com que nós possamos adentrar, através da Zona Franca de Manaus, em produção de produto final a partir de minerais críticos.

Agora, o potássio é outra situação em que nós podemos transformar silvinita em potássio, e temos, agora, o mecanismo de como financiar, de como gerar, portanto, a implementação de uma planta que vem se arrastando com falta de capital para poder fazer os investimentos. Ou seja... E mais: não tem segurança jurídica no que está posto aqui. Sabe por quê? Porque o conselho nada mais fará do que homologar os contratos e as associações que serão feitas sempre ou pela parte pública com a parte privada, ou entre os entes privados.

O que nós não estaremos mais abrindo mão é da soberania nacional e da discussão de uma estratégia nacional para agregar valor econômico a um minério que não tem reposição. Ele é um recurso natural que não tem renovação. Lamentavelmente, há décadas, nós mandamos para fora do Brasil esses minérios *in natura*, e, lamentavelmente, temos que importar como bens finais, pagando um valor agregado muitas vezes maior do que o valor que nós exportamos.

Portanto, essa lei chega no momento apropriado, traz instrumentos financeiros importantes, traz esclarecimentos que vão dar segurança jurídica - exatamente segurança jurídica! - para o investidor.

Portanto, a meu juízo, esta lei, tanto para o país quanto para os estados que possuem potencial mineral, é extremamente salutar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, gostaria de parabenizar o Senador Eduardo Braga pelo relatório, pela importância desse tema. Eu fico feliz quando eu vejo temas que são voltados para o desenvolvimento de tecnologias, desenvolvimento de ciência e de conhecimento no Brasil, porque, se a gente observar todos os países desenvolvidos - todos eles, sem exceção -, o que eles têm em comum é o foco em educação focada em resultados; ciência, tecnologia e inovações para transformar ideias em nota fiscal e emprego; e empreendedorismo, ambiente de negócio, para colocar isso aí na prática.

E, quando a gente fala de materiais críticos, ou minerais críticos, que envolvem as 17 terras-raras e muitos outros que dependem basicamente do país - o país escolhido aqui -, eles seguem três fases. Primeiro, você precisa tirar da terra, e nós temos tecnologia para fazer isso de forma sustentável; então, para aqueles que são ambientalistas mais radicais, isso não significa estragar nada, é trabalhar de forma sustentável. Depois, você pega isso aí e transforma no elemento básico; por exemplo, o grafeno sai da grafita, o elemento base de grafeno, como *pellets*, como pó e assim por diante. E, depois, no equipamento, que é a terceira fase, que utiliza aquilo lá.

Nós temos a condição de fazer isso aqui no Brasil. É uma coisa que sempre me incomoda aquela vontade de ficar importando, vendendo o produto e comprando muito mais caro. Exemplo: o nióbio. Foi falado do nióbio. A CBMM, aqui no Brasil, é uma das maiores empresas de nióbio do planeta, que é utilizado para uma porção de aplicações, inclusive aços especiais para a área de espaço, para espaçonaves, etc. E isso é feito... Você retira, transforma no material básico, e depois aquilo entra como liga para vários materiais, inclusive junto com o lítio. Com o lítio com a dopagem de nióbio, mais grafeno, você consegue fazer uma superbateria. Olha só o poder que o Brasil tem nisso! E esse é um dos gargalos para o futuro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - E com um peso muito menor!

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Peso menor, maior capacidade de liberação e absorção de elétrons - sem o problema de dendritos, que reduzem a vida útil da bateria e dão aquele efeito memória - e poder carregar rápido também. Ou seja, nós temos condição de fazer isso aí.

Eu, quando era Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, um dos meus focos era justamente o desenvolvimento disso. Nós temos condições de enriquecer terras-raras aqui no Brasil, que são utilizadas por uma série de aplicações estratégicas para o país. Nós temos o material, temos os cientistas, e quando entra uma lei como essa, em que você tem um fundo, este é um dos principais gargalos: como alimentar a cadeia produtiva - lógico que você precisa da formação também - e coordenar para que isso seja feito com a indústria junto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - Não apenas o fundo, Astronauta, mas também a debênture incentivada...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Porque a debênture incentivada, hoje, capta recursos muito mais barato do que no financiamento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Exatamente. Esses métodos de se colocar incentivo...

E facilita muito quando a gente fala de desenvolvimento sustentável. Não é cercar a área, é justamente fazer com que aquela área seja produtiva sem destruir aquilo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Astronauta, no caso do nióbio, por exemplo, lá no meu estado, a empresa chinesa o extrai do resíduo da cassiterita. Nem impacto ambiental tem. As terras-raras também estão no resíduo da cassiterita, nem impacto ambiental têm. E a tantalita também está no resíduo da cassiterita, nem impacto ambiental tem; ao contrário, vai reduzir o impacto ambiental.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Você vê quantas aplicações nós temos.

Eu gostaria de ressaltar que uma lei como essa dá partida num processo que a gente tem que alimentar, logicamente, manter o sistema funcionando, a conexão, a coordenação de tudo isso, mas isso pode mudar a história de muitos lugares no país.

Então parabéns novamente! Isso é uma coisa que me deixa muito feliz, em ver indo para a frente esse desenvolvimento que vai ajudar muitos setores e principalmente gerar nota fiscal e emprego no país. Parabéns!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - A geração de emprego, renda e desenvolvimento será fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Líder Eduardo Braga...

Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

Ainda temos mais Senadores inscritos para discutir, e o tempo regimental de discussão é de dez minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) - Primeiro, gostaria de parabenizar V. Exa. pelo relatório e de pedir a V. Exa. se é possível... Nós temos a Lei de Liberdade Econômica: se, nessa competência do Conselho Nacional, poderíamos colocar em algum lugar para que eles respeitem essa Lei de Liberdade Econômica? É possível? Para não ficar... Porque ela não tem conexão, não há vínculo hoje.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - É que a Lei de Liberdade Econômica... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Só um minuto, porque acho que o Senador Izalci está questionando...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Ele está questionando uma matéria que está no mesmo inciso da lei que trata da soberania nacional. No mesmo artigo...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - ... que trata da questão da soberania nacional também está assegurada exatamente a liberdade econômica, que é a preocupação de V. Exa.

Neste projeto... E mais, me socorre aqui a assessoria de que a Constituição de 1988, no seu art. 170, que trata da ordem econômica, assegura, no inciso IV, a livre concorrência.

Portanto, a liberdade econômica, além de ser matéria constitucional, também está garantida no mesmo artigo que trata da questão da soberania nacional. Não vejo alteração de mérito nenhuma.

Eu indago à Secretaria-Geral da Mesa se a Secretaria-Geral da Mesa vê algum óbice em eu acatar, além da questão da soberania nacional, a liberdade econômica, que é um princípio constitucional, no mesmo artigo, porque, na minha opinião, isso está abrangido, está subtendido. Ele apenas quer explicitar no artigo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A Secretaria-Geral da Mesa está me informando que, quando é apenas uma adequação de uma lei já existente, cabe como emenda de redação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Ah, me alerta apenas um detalhe.

O princípio da liberdade econômica não tem prazo, mas, na Lei de Liberdade Econômica, é estabelecido, para determinados produtos e para determinados segmentos, prazo. E eu não posso colocar aqui nesta lei, sob pena de eu estar prejudicando o espírito da lei, a referida menção, sob pena de alguns produtos terem prazo de validade na lei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Líder Eduardo, a não ser que V. Exas. concordem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Porque a Câmara dos Deputados está dizendo que vai ter sessão amanhã, mas aí vai alterar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não, não, mas, sinceramente, está abrangido.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Presidente, na emenda proposta, à qual eu fiz o destaque, é no que couber; quer dizer, no que não couber não aplica.

No que couber, aplica-se a Lei de Liberdade Econômica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Se a SGM achar que, no que couber, não implica...

Agora, a assessoria continua aqui me dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A gente vai discutir...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - ... que cria judicialização.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É, é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Eu vou rejeitar; eu não vou correr o risco...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - ... por causa de um detalhe mínimo, porque, na minha opinião, isso é matéria constitucional.

Portanto, nós estamos tratando de matéria infraconstitucional. A liberdade econômica está prevista no art. 170 da Constituição da República.

No artigo, a conexão é obrigatória, por subordinação à Constituição.

Eu indefiro; eu nego a emenda.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Endosso.

Relator, corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão a matéria.

Senador Izalci, V. Exa. quer continuar discutindo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) - Eu só quero insistir, porque no que couber não tem problema nenhum, porque não há conexão nenhuma com relação à Lei de Liberdade Econômica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Eu não posso fazer isso, Izalci, só por uma única razão: a assessoria jurídica, que é muito mais especializada do que eu, diz que, ao acatar isto, não estou infringindo a questão redacional. Eu estou abrindo espaço para uma possível judicialização, prestando um desserviço à nação brasileira.

Portanto, eu indefiro a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O.k.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - ... deixe-me fazer só um apartezinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - V. Exa. está inscrito.

Deixe-me passar para a Senadora Teresa Leitão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Claro!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Eu só vou manter o destaque, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está bom.

Concedo a palavra à Senadora Teresa, à nossa Líder Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Desculpe as interrupções, mas foi tão somente para concordar e reforçar a posição segura e competente de quem, de fato, estudou a matéria com afinco e com perfeição, que se revela no relatório que V. Exa. acabou de ler.

É uma matéria, Senador, estratégica para o Brasil, tão estratégica, que V. Exa., com muita sensibilidade, vinculou à soberania. Realmente, nós podemos nos tornar um país muito mais rico - diríamos que é como o petróleo de 1950, que nos deu outra condição e que continua a nos dar. Veja na sua região, na Margem Equatorial, o que foi descoberto - e ali podem ter outras descobertas, com mais prospecção -; e o que a Petrobras, uma das nossas empresas mais superavitárias, que mais lucro dá e que divide esse lucro com os acionistas, está produzindo para o nosso país.

Então, é de fato um relatório que atinge o que a matéria nos dá de valor estratégico.

Senador, eu estava num debate na periferia de Olinda, minha cidade, uma região que beira um rio. Inclusive, tem um projeto do Governo Federal lá, o Periferia Viva. É um pessoal muito organizado, muito consciente. Eu estava numa atividade, no comitê popular, falando sobre os projetos do Presidente Lula, os principais que ele já tinha divulgado, achando eu que nós íamos focar fortemente no fim da escala 6x1 - que aprovamos agora na CCJ - e que eu ia passar pelos outros, porque eu ia dizer todos os outros evidentemente, os cinco que o Presidente nos deu a tarefa de aprovar, a qual nós estamos desempenhando muito bem.

Aí eu comecei pela 6x1, pela PEC da segurança, ia passar para a MP das blusinhas, quando uma das pessoas disse: "Senadora, eu vou ter que sair. Fale um pouquinho, antes de eu sair, do projeto das terras-raras". Aí eu perguntei ao público: "Além de Marivânia, quem mais aqui sabe o que são terras-raras?". Várias pessoas levantaram a mão, Senador, porque o debate foi posto inicialmente pelo Presidente e por nós. Esse relatório de V. Exa. é um relatório pedagógico nesse aspecto, porque ele vai responder à Marivânia, que falou de celulares, que falou de alta tecnologia e ainda disse assim a mim: "Eu só não sei o nome de todos esses minerais raros; depois, a senhora manda para mim, 'escritinho' no papel". Eu disse: "Vou mandar, porque eu também preciso escrever no papel, para decorar tantas e quantas riquezas nos trazem aqui para o Brasil".

Então, acho que V. Exa. foi muito generoso também no debate, e eu quero parabenizar os Senadores, sobretudo os Senadores de oposição, que apresentaram as emendas, que V. Exa. acolheu com muita serenidade. Isso é muito bom para o enriquecimento do projeto.

Nós estamos debatendo isso, sim, há muito tempo, mas eu quero destacar dois aspectos dessa lei que dão uma situação estruturante à política dos minerais críticos no Brasil - e sei que todos os dois processos foram de muito debate. Até ontem, V. Exa. estava discutindo e congregando ideias para poder chegar aqui, Senador Jayme, com tudo arrumado, do jeito como ele chegou.

Esse projeto de lei - eu tenho certeza de que nós vamos aprovar com grande votação - cria o Certificado Mineral de Baixo Carbono e o Cadastro Nacional de Projetos de Minerais Críticos e Estratégicos. Ele propõe, portanto, a ação posterior para essa investigação, para a utilização desses recursos, para a utilização de maneira soberana desses minerais. E segundo: ele

cria também a Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação Profissional em Minerais Críticos e Estratégicos. Nós não vamos produzir só para exportar, nós vamos produzir também para a nossa utilização. Eu tenho certeza de que vários Senadores aqui, muito experientes nesse aspecto... E eu vi um pouco a fala do Senador Astronauta, com quem nós dialogamos muito a respeito da vinculação da educação com o avanço tecnológico, da educação com a tecnologia, em como essa Rede Nacional de Pesquisa vai ajudar o Brasil a ser cada vez mais autônomo, mais soberano, mais dono das suas riquezas, que certamente voltarão para a educação dos jovens, para a educação do seu povo. Parabéns, Senador! Eu espero que a gente possa, a partir do debate dos destaques, ter um consenso grande aqui em que todos nós possamos reconhecer o valor estratégico e importante dessa medida enviada pelo Presidente Lula e, ao mesmo tempo, nos fazermos sócios. Quem votar nesse projeto é sócio desse projeto, Senador Jayme Campos.

Nós temos o que mostrar. Nós estamos com o olho no futuro, nos fazendo valer daquilo que o presente nos deu, e que possamos fazer isso com esse espírito de democracia, com esse espírito de defesa do nosso país. Isso é que é amar a pátria, isso é que é noção e conduta patriótica. É defender o que a pátria tem para seu povo e para o seu desenvolvimento.

Parabéns, Senador! E vamos continuar nessa luta de fazer o Brasil maior do que a China e com algumas coisas mais diferentes e mais importantes que a nossa terra tem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão a matéria.

Está inscrita a Senadora Tereza Cristina, está inscrito o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina, para discutir a matéria.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) - Presidente Davi, Senador Eduardo Braga, quero começar aqui agradecendo o acatamento das três emendas de redação de minha autoria, que o senhor acatou, e que eu tenho certeza de que podem ajudar a melhorar esse projeto.

Quero parabenizá-lo, parabenizar o Senador Wilder, o Senador Renan, o Senador Amin, que também trabalharam muito neste tema tão importante para o Brasil.

O projeto que nós vamos aqui votar hoje é fundamental para o futuro e a prosperidade do nosso país. Nós, enfim, estamos criando, um pouco atrasados, uma política nacional para minerais críticos e estratégicos, um tema de enorme importância econômica, tecnológica e geopolítica.

Mas eu quero aqui dizer para o senhor que tudo que já foi dito... Eu concordo plenamente que nós podemos explorar esses minerais agora com uma política apropriada, com um fundo, para que o investimento que venha para o Brasil tenha como produzir efeitos mais rápido, mas nós precisamos saber aquilo que nós queremos. Por quê? O mundo inteiro está de olho nessas reservas que o Brasil tem e que ainda não estão totalmente prospectadas. Nós hoje temos mais ou menos 28%, 30% só de... A gente só sabe 28% ou 30% do que nós temos no nosso subsolo, e nós podemos ter muito mais.

Então, eu acho que é um projeto importante para ser votado neste dia. É um projeto... *(Pausa.)*

Mas é um projeto... Então, eu tenho certeza de que nós estamos votando meio rapidamente. Eu acho que nós podíamos ter tido mais discussão, mais entendimento dos Senadores sobre esse assunto tão importante. Mas eu acho que é um começo. Nada impede que a gente continue a discutir, que possamos aprimorar e chegar mais longe ainda com esse tema tão importante de minerais críticos e terras-raras.

Então, eu só queria parabenizá-lo e deixar aqui uma única preocupação que o Senador Omar Aziz colocou, que é a preocupação desse conselho. Nós temos mania, no Brasil, de travar, de burocratizar os investimentos de que nós tanto precisamos. Então, uma das minhas emendas corrige um pouquinho esse conselho, mas nós temos que dar mais agilidade. E o mundo quer os nossos minerais raros, nossos minerais críticos. Então, nós precisamos dar celeridade.

É claro que o Brasil precisa saber... como outros países que proibiram a exportação de determinados minérios, porque querem que as baterias, no caso da Austrália, sejam só produzidas no seu território. Mas como nós ainda não temos o dinheiro suficiente para o investimento, nós temos, sim, que ter algumas travas, mas nós precisamos de um projeto. E esse projeto não é um projeto de governo, isso é um projeto de Estado. É um projeto que, com certeza, poderá trazer prosperidade e muitas oportunidades para os brasileiros e para o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - Eu queria cumprimentar a Senadora Tereza pela sua contribuição e pela sua participação, mas eu queria também dizer que minha avó - sabe, Tereza? - dizia uma coisa: "Do que não tem dono ninguém cuida". Acho que está na hora de o Brasil voltar a cuidar do que é seu, porque, lamentavelmente, nós já perdemos muito por não ter tido o cuidado de cuidar do que é nosso.

Esse conselho, da forma como está montado e com a competência que foi estabelecida de homologar, portanto, não vai atrapalhar, ele tem que homologar aquilo que vai ser decidido fora do conselho. E, ao homologar, ele estará convalidando, mas nós estaremos tendo um dono cuidando do que é nosso.

E mais: eu acho que o mais importante de tudo é que, finalmente, nós estamos criando mecanismos para financiamento da verticalização dos nossos minerais críticos e dos nossos minerais raros, porque esse é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores crimes lesa-pátria que o Brasil vem cometendo, ao longo de décadas, contra si próprio, porque nós abrimos mão de sermos competitivos em produzir aquilo que é nosso e delegamos para terceiros, num afã de fazer superávit comercial com minérios em situação semielaborada ou *in natura* - o que é um equívoco, o que é um erro.

Acho que nós vamos... nós estamos num bom caminho. Acho que esse é um projeto que não é terminativo. Ele não encerra em si o tema, mas ele endereça... ele dá um bom endereçamento a um tema que é, sem dúvida nenhuma, estratégico, necessário e premente para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão a matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero apenas exaltar aqui, naturalmente, o belo relatório promovido pelo eminente Senador Eduardo Braga.

Eu tenho só uma dúvida em relação, naturalmente, a esse PL 2.780, em relação ao conselho. Já disse aqui o Omar Aziz: ficou muito desproporcional, é o que eu acho: 15 para o Governo e 5 para a iniciativa privada. Isso causa, com certeza, um desequilíbrio muito grande.

Por outro lado, pode acontecer uma politização excessiva em relação, naturalmente, a esse conselho. Ou seja, isso vai evitar... vai ter, com certeza, uma menor concorrência também - vamos ser bem honestos aqui. E outra: vai afugentar até mesmo, Senador, assim, a pouca participação da sociedade civil em relação a esse projeto. Isso me causa, assim, uma preocupação de que pode afugentar até o capital privado.

V. Exa. disse aqui em relação à possibilidade de nós termos as debêntures, que não havia até então em relação a essa matéria tão importante. A debênture também é um grande mecanismo e instrumento para nós buscarmos recursos do mercado, seja nacional ou seja internacional. Entretanto, o que me causa preocupação é esse excesso, ou seja, de disparidade, de desequilíbrio entre o Governo, que vai indicar 15, e a sociedade civil, apenas 5.

É esse o meu questionamento só.

Mas eu quero cumprimentá-lo. Eu vi, acompanhei atentamente o seu relatório, é do mais zeloso possível. Houve, com certeza, uma explicação de forma didática aqui, pedagógica, e todos nós conseguimos assimilar a sua fala aqui. Todavia eu quero deixar registrada aqui essa minha preocupação. Ademais, eu o cumprimento e o parabenizo pelo belo relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - Senador Jayme, permita-me chamá-lo de meu guru.

Meu guru, deixe-me dizer uma coisa a V. Exa. Esse não é um conselho deliberativo. Esse é um conselho que vai, única e exclusivamente, em nome do Estado brasileiro. E aí o Estado brasileiro está abrindo para a sociedade civil, através dos representantes - um do estado, um do município, um do setor privado e um da academia -, que traga a sua opinião para um conselho de Estado, porque este é um conselho de Estado. É apenas para homologar aquilo que a vida privada já fez.

Agora, além das debêntures estruturadas... Por isso é que há um certo equívoco no que o meu amigo e companheiro Senador Omar colocou em relação ao conselho. Isso não é um conselho - por exemplo, como existem nas empresas - de políticas administrativas, em que tudo vai ser votado ali para ser decidido, não é isso. Ali nós vamos homologar, e o que vamos homologar são quatro itens que estão explicitamente definidos. Eles não podem se autoatribuir outras competências; então, tem limitação.

Agora, além da questão das debêntures, nós estamos criando aqui um fundo garantidor, ou seja, esse fundo garantidor é muito importante, sabe por quê? Uma grande mineradora não vai atrás do fundo garantidor, não; ela vai atrás da debênture estruturada. Agora, uma pequena mineradora, essa, sim, vai atrás do fundo garantidor, entendeu, Senadora Tereza?

Então, eu creio que nós estamos aqui fazendo uma coisa bastante equilibrada do ponto de vista - primeiro - do papel da soberania, porque nós precisamos ter essa preocupação. Eu não quero aqui adentrar na política de outros países e não quero aqui adentrar em casos e *cases* de outros países, no que aconteceu, mas ninguém é soberano em terras-raras porque tem terras-raras em seu território em abundância; é porque saíram comprando terras-raras em territórios de outros países, sem que houvesse a preocupação que nós estamos, tardiamente, finalmente, fazendo no Brasil.

E, recentemente, nós já tivemos agora no Brasil, aqui no Estado de Goiás, uma operação em que, se houvesse controle, teria sido, pelo menos, por cinco vezes o valor do que aconteceu - é só para dar um exemplo - e em que, se tivesse as políticas que nós estamos estabelecendo aqui, talvez nós pudéssemos associar capital nacional e verticalizar isso no Brasil, sem que isso saísse do nosso país.

E o que eu defendo é que esta normatização que nós estamos fazendo aqui não seja retroativa. Veja que não há retroatividade no texto que nós estamos aprovando. Portanto, o que está feito está feito. O que nós temos que fazer é correr atrás do que nós vamos fazer, mas o que está feito está feito. E nós temos que dar segurança jurídica àquilo que foi feito, e nós estamos dando nessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Líder Eduardo Braga, eu sei que V. Exa. está há algum tempo aí já.

Nós não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Peço a atenção do Plenário. Foram apresentados os seguintes requerimentos de destaque: 658, de autoria do Líder Senador Carlos Portinho, Líder do PL, de destaque para votação em separado da Emenda nº 41 - há amparo regimental para a solicitação feita pelo Líder; o requerimento de destaque está deferido -; e o Requerimento 660, também do Líder do PL, Senador Carlos Portinho, de destaque para votação em separado da Emenda nº 70.

Esses dois requerimentos da Bancada do Partido Liberal têm amparo regimental e os dois requerimentos de destaque estão deferidos pela Mesa.

Concedo a palavra ou consulto o autor do requerimento de destaque se V. Exa., após as argumentações do Relator da matéria, mantém os destaques.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Mantemos!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - As matérias destacadas serão votadas após o texto-base, ou seja, nós vamos votar o texto principal e, em seguida, os dois destaques que foram rejeitados pelo Relator e que o Partido Liberal mantém para apreciação do Plenário.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) - Presidente, antes de votar, eu gostaria de insistir ainda com o nosso Relator... É só um detalhe que eu quero colocar, adicionar aqui.

Esse projeto de terras-raras... Muitas vezes se leva mais de dez anos entre a pesquisa e a produção. Então há um investimento altíssimo, que precisa de segurança jurídica, como foi falado aqui pelo Senador Omar Aziz.

Então, dizer realmente, no que couber, a liberdade econômica, isso ajuda muito na segurança jurídica do investimento.

Então, se possível...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Posso fazer uma contra-argumentação a V. Exa.?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Pode.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - No caso do Gripen *versus* Rafale, por que se atrasou tanto a decisão sobre que tipo de caça o Brasil ia comprar? V. Exa. sabe me informar?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - O que eu posso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Qual foi a lei que estabeleceu o atraso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - O que eu posso dizer é que da forma como está hoje é discricionário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - É porque, todas as vezes que a gente quer atrapalhar um projeto, a gente usa os prazos curtos estabelecidos na liberdade econômica.

Então o que eu quero dizer a V. Exa. é que eu tenho o maior respeito por V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Eu sei. Eu também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Inúmeras vezes, eu como Relator, V. Exa. foi campeão das emendas aprovadas e acatadas por este Relator, tal o respeito que tenho pela contribuição legislativa de V. Exa.

Mas, no caso em espécie, a liberdade econômica é garantida pela Constituição da República. A Constituição Federal assegura a liberdade econômica.

Agora, eu trazer o texto da liberdade econômica para cá é trazer os limites de prazo, e os limites de prazo poderão fazer com que algo que deveria ser homologado em seis meses demore seis anos, porque eu não vou cumprir os prazos da Lei de Liberdade Econômica. Foi o que aconteceu na disputa entre o caça Gripen e o caça Rafale, e manejado competentemente por escritórios advocatícios.

Então, veja, isso é direito constitucional, a liberdade econômica. Trazer para uma lei infraconstitucional os prazos dessa lei é engessar, não é trazer segurança jurídica, perdoe-me. É trazer a possibilidade, onde eu tenho interesses econômicos difusos sendo disputados por superpotências, trazer para dentro dessa discussão algo que pode penalizar o Brasil.

Então, até por patriotismo, eu tenho que dizer a V. Exa. que a liberdade econômica está assegurada no texto constitucional. Não há lei maior do que a Constituição da República. E lá está assegurada a liberdade econômica.

Agora, eu trazer para cá, onde couber, é eu dizer que posso atravessar uma ação e dizer que os seis meses foram expirados e que eu tenho que, portanto, paralisar o processo e começar tudo de novo, desde a prospecção. E esse risco nós não podemos correr. Isso deixa de ser uma alteração de redação e passa a ser uma alteração de mérito. É essa...

V. Exa. tenha a certeza de que eu tinha a maior boa vontade, a partir do momento em que eu consegui entender que por detrás da liberdade econômica tem uma pegadinha. A pegadinha é que a Lei de Liberdade Econômica estabelece prazos e subprazos que podem tornar essa lei de soberania nacional um entrave para o desenvolvimento do país - simples assim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Permita-me...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Eu entendo V. Exa.

A minha preocupação, Presidente - eu vou encerrar -, é que realmente a gente sabe como funcionam os conselhos. Não é previsível, é discricionário, aí você fica anos e anos discutindo no conselho...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - ... como disse aqui o Senador Omar Aziz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Esse é um conselho de política de Estado, não é um conselho deliberativo, ele não vai deliberar.

O seu consultor deve dizer a V. Exa. que nós estamos tratando de um conselho de política de Estado. Não é um conselho deliberativo, não é um conselho de acionistas - não é um conselho de acionistas. Ele é um conselho de política de Estado. Ele apenas homologará. Ele está com as suas competências infra reduzidas. Ele homologa, e homologa apenas o quê? Ele homologa as seguintes questões: mudança de controle societário, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária; acesso às informações geológicas, o que é estratégico para o país - ele homologa isso -; contratos, acordos ou parcerias internacionais - ele homologa apenas, como o Congresso Nacional homologa -; alienação, cessão ou oneração de títulos minerários de que trata a lei, pertencentes direta ou indiretamente à União. Ou seja: ele é apenas um conselho de política pública, ele vai homologar apenas. E isso foi extremamente negociado com o setor. Eu conversei com o setor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) - Não, tudo bem.

Presidente, eu vou retirar o destaque.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - Obrigado, viu, Senador Izalci? V. Exa., como sempre, muito compreensivo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Sobrou o meu só, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Eu ainda tenho esperança - ainda tenho esperança.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não, já foram retirados os dois destaques agora. V. Exa. falou no microfone.

O destaque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não, o Líder é V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Não, sou eu. *(Risos.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - V. Exa. é colíder.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Ontem ele estava Líder; hoje, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O Destaque nº 660, que foi defendido pelo Senador Izalci Lucas, foi retirado pelo autor.

Ainda remanesce apenas um destaque. *(Pausa.)*

Novamente, agora: o único destaque será votado após a votação do texto-base.

A Presidência submeterá, primeiramente, o texto-base à votação simbólica e, em seguida, o único destaque.

Votação do projeto e das emendas, em turno único, nos termos do parecer, com as adequações feitas em Plenário pelo Relator Eduardo Braga, ressalvado apenas o único destaque.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 4, 16, 64 a 66 e 72 a 79, de redação, ressalvado o destaque, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

Há apenas um único destaque, da Bancada do Partido Liberal, para a votação da Emenda nº 41, destacada pelo Líder Senador Carlos Portinho.

Eu concedo a palavra ao Senador Portinho.

Peço a atenção do Plenário, porque o autor do destaque vai fazer a defesa do seu destaque neste momento na tribuna.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) - Inicialmente, eu queria até submeter ao Relator, o Senador Eduardo Braga, no bom espírito cooperativo, que me parece - eu vou fazer a defesa, Eduardo, mas me parece - que caberia um ajuste de redação.

Por quê? A questão central da Emenda 41 é a quem vai caber a competência para fiscalizar. O que a gente quer é deixar claras as competências para que não haja sobreposição, porque, quando o texto do art. 3º, §2º, diz que cabe... propõe o art. 3º... O que eu quero é definir com maior clareza, Senador Eduardo, a atuação do conselho e da Agência Nacional de Mineração. Isso é muito importante, porque a gente não pode enfraquecer as nossas agências.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Mas a agência não está sendo enfraquecida, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - O texto estabelece que esses órgãos poderão... os órgãos poderão registrar e acompanhar atividades relacionadas à Política Nacional de Minerais Críticos.

A proposta da minha emenda retira a possibilidade de fiscalização pelo conselho, evitando sobreposição com as competências da agência. Com isso, busca limitar a atuação do conselho - justamente o que a V. Exa. disse agora -, a coordenação e o monitoramento estratégico, sem criar novas instâncias decisórias ou ampliar poderes sancionatórios. O objetivo é preservar a soberania e o interesse público, ao mesmo tempo que reforça a livre iniciativa e a segurança pública.

Com relação ao poder de fiscalização, a gente tem uma agência que deve ter, como outras tantas nos seus setores, esse poder. O que eu quero evitar é uma sobreposição.

Por isso que eu acredito que, com a sabedoria de V. Exa., num ajuste de redação, porque eu imagino que não tenha sido a intenção de V. Exa., isso possa se resolver.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - V. Exa. me permite fazer uma correção? Longe de mim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Não, de forma alguma.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - V. Exa. é advogado, V. Exa. é constitucionalista. Eu sou um rábula e um aprendiz de quase tudo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Nunca! Ministro de Minas e Energia!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Mas, veja bem, o que eu vou ler aqui, Sr. Presidente, não é de minha autoria. É da Constituição da República.

De novo, o mandamento é da Constituição da República. A emenda de V. Exa. fere a Constituição da República. Sabe por quê? Não pode ser competência desse conselho o que V. Exa. diz ali, ó: registrar e acompanhar.

Sabe por quê? No art. 32 da Constituição... aliás, desculpa, é porque os meus óculos não estão muito bons. É o art. 23, eu inverti os números. No art. 23: "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...]". Aí ele vem... E lá no inciso XI diz assim: "registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios".

Se eu disser que isto é competência de um conselho da União, eu estou...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Não, da agência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não. Não, querido. A agência é nacional. Eu não posso dar competência exclusiva para ela, porque essa competência é...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Mas nem ao conselho - nem ao conselho. Eu só quero deixar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não! O conselho não tem...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Eu concordo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - O conselho não tem essa competência!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Estamos concordando nisso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - O conselho não tem essa competência! A emenda de V. Exa. que quer dar a ele... A emenda destacada por V. Exa. quer dar ao conselho uma competência que é inconstitucional! Porque esta competência é da União, dos estados e dos municípios, e não de um conselho do Governo Federal. Portanto, eu não posso acatar a emenda de V. Exa., por inconstitucionalidade.

Então, eu quero dizer...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Não... Desculpe, mas acho que a gente está concordando. A proposta retira a possibilidade de fiscalização pelo conselho - isso é justificativa -, evitando a sobreposição com as competências já atribuídas à agência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não, querido. Quando V. Exa. estabelece aqui... Vou ler o que V. Exa...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - É registrar e acompanhar, não é fiscalizar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - Não, não. Eu vou ler o que V. Exa. está destacando, porque eu não sei se V. Exa. atentou, mas eu vou ler: "§ 2º As atividades disciplinadas pelo PNMCE subordinam-se aos princípios da soberania nacional e da supremacia do interesse público, assegurado ao Poder Público, por meio do Conselho Nacional para Industrialização de Minérios Críticos e Estratégicos [...] [que é o conselho a que eu me refiro] e da Agência Nacional de Mineração [...], nos termos do regulamento, registrar e acompanhar".

Eu não posso restringir a eles. Por quê? Porque o Estado do Rio de Janeiro tem competência comum para fiscalizar e acompanhar. Porque a cidade, o Município do Rio de Janeiro tem competência comum, e eu não posso.

E mais. De novo, na Constituição, no art. 170:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive [...] [e tal];

VII - redução das desigualdades regionais [...];

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido [...] [e tal].

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos [...] [nesta Constituição].

A emenda de V. Exa. é inconstitucional!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Senador Eduardo Braga, se V. Exa. está satisfeito com o texto...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Estou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Então concordo e retiro a emenda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Ah, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Viu? V. Exa. fez um elogio para o Senador Izalci, agradeceu, e agora só um muito obrigado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Muito obrigado porque, como professor de direito, constitucionalista, ele é que tinha que ter me dado uma aula sobre a Constituição Federal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - De forma alguma! V. Exa. foi Ministro. Eu ainda não cheguei lá. Um dia...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não! Eu tinha que receber uma aula de direito constitucional aqui do meu querido colega Carlos Portinho. Mas fica aqui o registro de que o Líder Portinho sempre foi muito correto nas negociações e sempre proativo na construção, e eu agradeço a retirada do destaque.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Escolho as minhas batalhas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - Não, porque, literalmente, V. Exa. há de reconhecer que essa matéria é constitucional.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - V. Exa. tem razão, me convenceu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Diante do entendimento construído pela Liderança do Partido Liberal, notadamente o Senador Carlos Portinho e o Senador Izalci Lucas, com argumentos técnicos de humilde rábula do Senado Federal brasileiro, Eduardo Braga, foi retirado o destaque. A emenda retorna ao grupo a que pertence, sendo considerada rejeitada na primeira votação, nos termos do Regimento do Senado Federal.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Parabéns, Líder Eduardo. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) - Sr. Presidente, eu queria, primeiro, agradecer a V. Exa., agradecer aos pares, agradecer ao corpo técnico do Senado, que nos ajudou muito na construção dos argumentos; e fazer um agradecimento muito especial ao Ministro Bruno Moretti, que acompanhou...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - O seu microfone está aberto, viu, Presidente? O seu microfone está aberto. Eu estou sendo seu assessor aqui no momento.

Eu quero agradecer ao Ministro Bruno Moretti pela proatividade com que ele se propôs na construção dos textos que conseguimos aprovar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Obrigado, Eduardo.

Senadora Mara, V. Exa... *(Pausa.)*

Ah, está ali.

Senadores e Senadoras, se V. Exas. desejarem permanecer no Plenário, é muito importante; senão eu queria fazer a leitura... V. Exas. já deram a presença, então podem votar pelo celular. E acho que nós não teremos problemas de termos votação nominal nessas matérias que foram solicitadas extrapauta.

Eu vou fazer a leitura de todas elas que foram solicitadas, para que V. Exas. tenham conhecimento, porque a gente vai precisar de um pouco mais de tempo aqui no Plenário.

Foi solicitado, pela Senadora Mara Gabrilli, que está ali para relatar, pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, pelo Líder Antonio Brito e pelo Presidente da Câmara, Hugo Motta, a votação de uma matéria que foi votada na Câmara dos Deputados, que altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para prorrogar a faculdade de dedução do imposto sobre a renda dos valores correspondentes a doações e patrocínios destinados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas). A Relatora já está aguardando ali.

Foi solicitado, pelo Senador Jaques Wagner, nosso Líder, a deliberação do Projeto de Lei 1.663, que extingue a Floresta Nacional de Cristópolis, localizada no Estado da Bahia, criada pelo decreto de 18 de maio de 2001.

Foi solicitado, pelo Senador Jayme Campos, que se encontra presente, pelo Senador...

Parabéns, Líder. Parabéns pelo poder de convencimento de V. Exa. da tribuna,

pelo Senador Jayme Campos, que está ali, e pelo Senador Líder Wellington Fagundes que nós colocássemos o projeto de lei que institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

Foi solicitado pela Senadora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) - Pela ordem, Presidente, até para que eu não fique enquadrado nesse artigo de violência contra a mulher. Eu cometi uma violência contra a Senadora Roberta: é que ela é autora da Emenda nº 30, que foi aprovada, juntamente com a Emenda 16, do Senador Heinze, e eu não citei o nome dela. Portanto, eu estou aqui me redimindo e fazendo justiça à Senadora Roberta, que é autora da Emenda nº 30, que foi, conjuntamente à Emenda 16, acatada como emenda de redação. Parabéns à Senadora Roberta! E com isso eu me eximo e me excluo de ser enquadrado no artigo que a V. Exa. está lendo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Da lei aqui. Parabéns!

Senadora Leila, V. Exa. solicitou que nós colocássemos para deliberação o PL 2.584, que altera a lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

A Liderança do Governo, a Senadora Teresa Leitão, solicitou que nós colocássemos em votação o PL 4.578, que dispõe sobre as diretrizes para o desenvolvimento do futebol feminino no País; e altera as Leis nºs 14.193, de 6 de agosto de 2021, 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), e 15.421, de 1º de junho de 2026.

Tem uma solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, para votar o PRS 51, que apenas denomina a sala da Secretaria-Geral da Mesa de "Sala Sarah Abrahão", em homenagem a uma antiga servidora Secretária-Geral da Mesa.

Foi solicitado pelo Senador Nelsinho Trad... Ah, já foi votado. Nós já votamos a solicitação extrapauta do Senador Nelsinho.

Foi solicitada pelo Senador Randolfe Rodrigues a inclusão na pauta do Projeto de Lei 1.482, que altera o Código Penal, para dispor sobre crimes de furto e de roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis e óleos lubrificantes removidos dos estabelecimentos de produção, de quaisquer instalações de armazenamento e de transporte de combustíveis, incluídos dutos e unidades de transporte em qualquer modal; e altera a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para tipificar novos crimes contra a ordem econômica.

Foi solicitada pelo Senador Camilo Santana, que está presente, a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 2.225, que dispõe sobre princípios e diretrizes para a formação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e também a Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Foi solicitado pelo Senador Rodrigo Pacheco o Projeto de Lei nº 1.743, que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para modificar a nomenclatura do Secretário-Geral Adjunto, bem como a composição da Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e facultar aos conselhos seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O Senador Sérgio Petecão está presente.

Eu já vou conceder, Senadora Damares.

O Senador Sérgio Petecão solicitou a inclusão o projeto...

Essas matérias estão todas prontas para deliberação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não é possível.

Projeto de Lei nº 6.531, de 2025, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, para dispor sobre a regularização ambiental de áreas embargadas em razão de infração administrativa relacionada ao descumprimento dos regimes de proteção da vegetação previstos na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

E tem a solicitação que a Câmara acabou de votar...

Antes de eu falar sobre esse assunto, me permitam uma informação a V. Exas.: a medida provisória que está denominada... a medida provisória que acaba com a taxação das compras no exterior de até US$50, que foi denominada "taxação das blusinhas", a Câmara dos Deputados vai deliberar apenas amanhã. Nós vamos manter o painel de hoje, com 75 Senadores presentes, vamos suspender a sessão, para, quando a Câmara dos Deputados deliberar a medida provisória...

Nós já temos uma sessão convocada, desde a semana passada... Para às 10h de quinta? A sessão deliberativa de quinta, que está convocada? *(Pausa.)*

Amanhã, às 10h da manhã, já está convocada. Vai apenas se manter o painel, para que amanhã dê tempo de a Câmara dos Deputados deliberar e o Senado deliberar. Eu vou estar aqui para abrir a sessão às 10h, mas V. Exas., que sabem qual é o assunto que vamos votar amanhã - que é essa medida provisória -, podem votar pelo sistema semipresencial do aplicativo.

E, amanhã, eu vou incluir - já falei para o Senador Randolfe Rodrigues e para o Senador Camilo Santana -, V. Exas. lembram, duas matérias. O Senador Viana vai lembrar, o Senador Portinho também e o Senador Randolfe. Nós votamos aqui duas leis que transformavam universidades... *(Pausa.)*

... os Cefets, as escolas técnicas, em universidades federais.

Essas matérias, Senador Viana, Senador Randolfe e Senador Portinho, não tinham condições de ser sancionadas pelo Presidente, porque, pela assessoria, foram indicadas questões constitucionais.

O que é que o Governo fez? Fez as três leis criando os Cefets, as universidades de Minas, do Rio e do Norte do Brasil, que eu vou incluir na pauta amanhã, porque todas as três estão em regime de urgência. Então, eu vou incluí-las, porque, se nós votamos a favor aqui, nós vamos votar amanhã também a favor.

Com a palavra a Senadora Damares.

Não se esqueça, Senadora, que a Senadora Mara Gabrilli está aguardando para relatar o primeiro item da pauta.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) - É bem rapidinho, é só para manter a sua lista.

Há um ofício desde ontem - eu ia falar em nome do Líder, e ele chegou atrás do senhor -, mas eu vou falar em nome do Alan.

Nós ontem solicitamos, pelo Republicanos, a inclusão extrapauta do PL 159, de 2026, do antigo Senador Marcelo Crivella, que passou por unanimidade aqui, mas a Câmara deliberou só este ano. Ele está pronto para a pauta. É uma matéria maravilhosa, que determina a realização periódica de inspeções prediais.

Está aí o ofício. Eu só queria lembrar para colocar na lista de extrapauta o 159, de 2026.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Vai ficar registrado aqui na Secretaria-Geral da Mesa.

Eu tenho apenas uma lembrança, Líder Alan. Quando da outra vez, Ministra Damares, foi solicitado - estou lembrado deste projeto -, eu consultei alguns colegas nossos Senadores, que tinham preocupação em relação a esse seguro predial.

Eu estou lembrado deste projeto.

Eu vou consultá-los novamente para ver se nós podemos incluí-lo, porque tinha divergência. E como vai ser item extrapauta, é melhor que a gente possa fazer com a concordância dos Senadores.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Presidente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - O segundo pedido, só para encerrar, colega.

Nós hoje deliberamos uma matéria muito importante sobre *bets,* na Comissão de Ciência e Tecnologia. Há a possibilidade de ela entrar via extrapauta também, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadora...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - É um PL. Inclusive um deles já está pronto para a pauta aqui no Plenário. Pedimos apensamento...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadora, a orientação da Mesa é que este projeto é terminativo lá na Comissão. Não vem para cá.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Pedimos apensamento para um que está aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) - Presidente, eu estava encaminhando aí o 6.531, e o senhor não terminou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não... Só um minutinho.

Eu não entendi, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Nós solicitamos para o Mesa o apensamento desse que é conclusivo a um que está aqui na Mesa. Estamos esperando o deferimento do apensamento e aí ele fica pronto para a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não, mas a Comissão ainda não mandou para cá. Mas o projeto que votou hoje, sem precisar apensar, é terminativo e vai para a Câmara.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) - O senhor não terminou o encaminhamento aí do 6.531, e entrou o das blusinhas. O senhor estava no meu projeto, e aí o senhor mudou de assunto.

Termine aí o encaminhamento. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu li o projeto de V. Exa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Não, não leu, não. O senhor estava na metade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu li. Eu tenho certeza absoluta de que eu li. Mas eu vou ler de novo, porque V. Exa. pode achar que é marcação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Não, termine...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Altera a solicitação do Senador Sérgio Petecão, grande Líder do Acre, do Estado do Acre...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - E vota no Alan, que está atrás do senhor aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - ... e do Líder Alan Rick, Governador, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientes), para dispor sobre a regularização ambiental de áreas embargadas, em razão de infrações administrativas relacionadas ao descumprimento do regime de proteção da vegetação, prevista na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Muito bem, Presidente. O senhor vai pautar, não vai?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É o extrapauta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Excelente. É por isso que eu sou seu fã.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Vou iniciar o primeiro extrapauta aqui, porque a Senadora Mara Gabrilli está aguardando.

Desculpe, Senadora Mara, é porque eu gostaria de ler para todo mundo ter conhecimento.

Projeto de Lei nº 6.231, de 2019, de autoria do Deputado Sergio Souza, que altera a Lei nº 12.715, de 2012, para prorrogar a faculdade de dedução do imposto sobre a renda dos valores correspondentes a doações e patrocínios destinados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Foi apresentado o requerimento, aliás, foram vários requerimentos - 657 e 659 - dos Líderes partidários, solicitando urgência para a deliberação da matéria.

Submeto à votação os requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da Senadora Mara Gabrilli para proferir o parecer em Plenário e peço atenção a V. Exas. porque a Senadora Mara está no modo remoto semipresencial.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para proferir parecer. *Por videoconferência*.) - Muito obrigada, Presidente, por essa oportunidade.

Peço licença para ir direto à análise.

O Projeto de Lei nº 6.231, de 2019, tramita em regime de urgência, devendo receber deliberação deste Plenário com amparo nos arts. 336, inciso II, e 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, não havendo o que discutir quanto à regimentalidade da presente manifestação.

É competência da União, em concorrência com os demais entes federativos, legislar sobre a defesa da saúde e a proteção e integração social das pessoas com deficiência, conforme o art. 24, incisos XII e XIV, da Constituição Federal de 1988.

Assim, em relação ao exame de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, não se verificam vícios que possam obstar a tramitação do projeto ou a aplicação da norma que lhe sobrevier.

Quanto ao mérito da proposição, é indiscutível que o projeto encontra respaldo no direito social à saúde, bem como nos direitos fundamentais das pessoas com deficiência.

O Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD), criados em 2012, representam instrumentos essenciais para suprir gargalos no SUS, direcionando recursos privados via renúncia fiscal para promover avanços na pesquisa, tratamentos e reabilitação de pessoas com câncer e pessoas com deficiência, com impacto comprovado em 893 projetos executados entre 2013 e 2021, totalizando R$1,2 bilhão investido para a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que necessitam desses apoios e avanços.

Atualmente, os programas operam com prorrogações sucessivas. A última foi até 2025, para pessoas físicas, e será até o final do ano-calendário de 2026, para pessoas jurídicas, o que gera instabilidade e interrupções, e prejudica os projetos aprovados.

A instituição de incentivos fiscais destinados a fomentar políticas públicas de saúde encontra fundamento no art. 196 da Constituição Federal, que impõe ao Estado o dever de garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, bem como no art. 203, que trata da assistência social.

A renúncia fiscal em favor de entidades sem fins lucrativos certificadas como beneficentes de assistência social, nos termos da Lei Complementar nº 187, de dezembro de 2021, configura mecanismo legítimo de cooperação entre Estado e sociedade, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade da administração pública.

A prorrogação garantirá a possibilidade de que organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, como as APAEs e o Graac (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer), por exemplo, e centros especializados em reabilitação e hospitais do SUS tenham previsibilidade orçamentária para atendimentos e pesquisas, evitando quedas em capacitação, captações e alinhando com políticas de longo prazo como o PNC (Política Nacional de Câncer).

A pesquisa "A contrapartida do setor filantrópico no Brasil", do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), apontou que, para cada R$1 de imunidade tributária, as filantrópicas retornam R$9,79, praticamente R$10. Aqui tem tanto o retorno tangível - o valor de cada procedimento e atendimento - quanto o lado qualitativo. Além da entrega desses serviços, tem mais entrega de qualidade comparada com a média das instituições que prestam serviços, sejam públicas ou privadas. Realmente, é um retorno muito alto, quase dez vezes maior de investimento, o que precisa ser reconhecido e valorizado.

A proposta, que prorroga, no âmbito do Pronon e do Pronas/PCD, os incentivos fiscais das pessoas jurídicas até 2031, atende a duas finalidades relevantes: continuidade do financiamento de entidades que executam serviços de alta complexidade em oncologia e de reabilitação e habilitação da pessoa com deficiência, muitas vezes complementares ao SUS; previsibilidade orçamentária, ao fixar um novo ciclo de vigência compatível com o limite de cinco anos previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a nossa LDO, para a renovação de benefícios tributários, evitando a necessidade de novas prorrogações de curto prazo.

O texto aprovado na Câmara, em vez de tornar permanentes os referidos programas, optou por prorrogar os incentivos até 2031, o que se mostra tecnicamente mais adequado à atual disciplina da LDO e à transparência das renúncias fiscais.

Ademais, as alterações de cunho redacional promovidas pelo PL na Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, também são pertinentes porque atualizam a referência normativa da matéria, qual seja, a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, garantindo coerência com o regime atual de certificação de entidades beneficentes, reforçando a segurança jurídica e o controle social sobre os destinatários dos recursos.

A adoção da expressão "transtorno do espectro autista" em lugar de "autismo" alinha o texto legal à terminologia consagrada em normas recentes sobre direitos da pessoa com deficiência, inclusive, em conformidade com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, construída na ONU e internalizada com *status* constitucional aqui no Brasil.

Não há no texto ampliação de percentuais de dedução, criação de novos benefícios ou majoração de despesa orçamentária direta. Os limites e condições para o usufruto do benefício permanecem inalterados, de modo que a renovação do incentivo não implica aumento de renúncia fiscal em termos percentuais, mas apenas a manutenção do regime vigente por mais um ciclo.

Nesse sentido, verifica-se a ausência de implicação financeira ou orçamentária que exija estimativa detalhada nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo do acompanhamento das estimativas de renúncia no âmbito da Receita Federal e do Ministério da Fazenda.

Feitas essas considerações, e nada havendo de óbices relacionados à análise de constitucionalidade e de juridicidade, julgamos que o projeto se encontra pronto para aprovação e para começar a operar seus efeitos como lei.

Indo ao voto: ante o exposto, por ser constitucional, jurídico, regimental, de boa técnica legislativa e adequado do ponto de vista orçamentário, financeiro e meritório, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.231, de 2019, que prorroga o Pronas e o Pronon.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Parabéns, Senadora Mara Gabrilli! Cumprimento V. Exa., que estava preocupada com a deliberação desta matéria que a Câmara dos Deputados votou ontem, e nós incluímos imediatamente.

O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria.

Para discutir a matéria, eu concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) - Obrigado, Presidente. Primeiro, quero parabenizar a Senadora Mara Gabrilli pela relatoria, e também o autor do projeto.

Aqui, nós vemos projetos de vários tipos e de várias utilidades. De alguns deles eu não gosto, mas para alguns nós temos que tirar o chapéu. Então, esse é o tipo de projeto que merece o nosso apoio, merece que tenha prosseguimento. Ele atende de forma adequada, usando métodos adequados, com resultados comprovados, e a extensão desse prazo precisa ser feita.

Nós sabemos das dificuldades que existem para o financiamento de projetos, financiamento de instituições que tratam de câncer, tratam pessoas com deficiência e que, muitas vezes, são esquecidas - essas instituições. A gente vê o sofrimento dessas pessoas e a dificuldade pelas quais elas passam. Portanto, é um projeto no qual a gente tem orgulho de votar positivamente, votar "sim" para que tenha resultado. E o que eu peço a todos os nossos pares aqui é que votem a favor porque realmente merece.

Parabéns de novo, Senadora Mara Gabrilli, e parabéns a todas as instituições que trabalham fazendo esse tipo de atividade, que é tão importante para muita gente e que muitas vezes passa despercebida.

Então, obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai imediatamente à sanção presidencial, e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Quanto às solicitações dos Senadores dos itens extrapauta, dos nove projetos, seis ou sete precisam dos relatórios. Senadores que solicitaram, peço a V. Exas. que permaneçam em Plenário.

Senador Alan Rick, V. Exa. solicitou o tempo de Liderança?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC) - Cinco minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - É porque o Senador Wagner está aqui.

Senador Wagner, em seguida é o seu, mas deixe-me conceder, pelo tempo de Liderança, para o Senador Alan Rick, que está inscrito.

Com a palavra o Senador Alan Rick, e, em seguida, vamos votar a solicitação do Senador Jaques Wagner.

Na condição de Líder, Senador Alan Rick. Com a palavra V. Exa.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - AC. Pela Liderança.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, o Brasil acompanha, estarrecido, as revelações envolvendo o Ministro Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

Estamos falando de um relatório da Polícia Federal com mais de 200 páginas, produzido a partir do celular apreendido com Vorcaro. O documento reúne mensagens, registros de encontros e informações que precisam ser esclarecidas, Senador Cleitinho, com muita urgência.

Entre os episódios revelados, Senador Carlos Viana, está a mensagem enviada poucos dias antes da prisão do banqueiro, na qual ele pergunta, no telefone atribuído ao Ministro Alexandre de Moraes, se ele deveria fugir do país - isso é muito grave.

Também aparecem pedidos para que autoridades da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República fossem procuradas em favor do Banco Master, além de indícios de participação do Ministro na edição daquele contrato milionário, Senador Alessandro, entre o banco e o escritório de advocacia dirigido pela esposa do Ministro Alexandre de Moraes. Não se trata, portanto, de uma ilação nas redes sociais. São elementos reunidos em um relatório oficial da Polícia Federal.

Naturalmente, ninguém deve ser condenado sem investigação, sem o direito de defesa e sem o devido processo legal - isso vale para qualquer cidadão e também deve valer para o Sr. Ministro Alexandre de Moraes -, mas o devido processo legal não pode ser utilizado como um argumento para impedir o processo.

Quem exerceu tamanho poder, conduziu processos contra o Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados com extremo rigor e adotou medidas que atingiram direitos, liberdades e patrimônios não pode agora receber o silêncio, receber a complacência ou a proteção institucional quando as suspeitas recaem sobre sua própria conduta.

A lei não pode ter dois pesos e duas medidas. O mesmo rigor exigido de Bolsonaro e de tantos brasileiros perseguidos precisa valer para o Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Não estamos atacando o Supremo. Uma instituição não se fortalece escondendo graves fatos. O Supremo será preservado se demonstrar que nenhum de seus integrantes está acima da Constituição e das leis.

Também não podemos aceitar que uma discussão meramente processual seja utilizada para apagar o conteúdo do que foi encontrado. Se houve alguma irregularidade na condução da apuração, que ela seja devidamente examinada. Mas as mensagens, os encontros e as revelações não desaparecem com uma decisão de nulidade.

Cabe, agora, Sr. Presidente, ao Senado da República cumprir o seu dever constitucional.

Diversos Senadores já apresentaram ou anunciaram pedidos de *impeachment*. Eu, por exemplo, conversei ainda há pouco com o Senador Carlos Viana, para que ele apresente um novo pedido, e a Senadora Damares apresentou um que nós já assinamos. Esses pedidos não podem continuar esquecidos em alguma gaveta, enquanto o país aguarda explicações.

Defendo, Sr. Presidente, que o Senado analise imediatamente as representações apresentadas - imediatamente. O pedido de *impeachment* protocolado pela Senadora Damares, do qual sou signatário e mais 27 ou 28 Senadores, não pode dormitar nas gavetas desta Presidência do Senado.

Devemos, sim, exigir que esses fatos sejam investigados com independência, com transparência e com responsabilidade. O Brasil não precisa de vingança, precisa de justiça; não precisa de condenações antecipadas, precisa de investigação. Se cobramos responsabilidade do cidadão comum, precisamos cobrar ainda mais de quem exerce uma das maiores autoridades da República. Ninguém pode estar acima da lei, Sr. Presidente, nem mesmo quem tem o poder de interpretá-la.

O Brasil não aceita esses fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Durante o discurso do Sr. Alan Rick, o Sr. Davi Alcolumbre, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Laércio Oliveira, Quarto-Secretário.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) - Cumprimento o Senador Alan Rick.

Item extrapauta, o item 2.

Projeto de Lei n° 1.663, de 2022, da Presidência da República, que extingue a Floresta Nacional de Cristópolis, localizada no Estado da Bahia, criada pelo Decreto de 18 de maio de 2001. *(Pausa.)*

Foi apresentado o Requerimento nº 652, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para a matéria.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Jaques Wagner para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, o projeto - eu confesso - já está distribuído, e eu vou me abster da leitura. Eu vou apenas explicar o que é: é desses casos que se diz que, se não aconteceu em nenhum lugar, já aconteceu na Bahia.

Essa floresta foi criada no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, pelos órgãos ambientais federais. Porém, a demarcação da área foi feita de forma equivocada. O GPS que foi utilizado determinava que a área era em Cristópolis, e, na verdade, ela se encontra no Município de Baianópolis, um outro município da Bahia.

A área que deveria ser destinada é da ordem de 4 mil hectares, e, no decreto, saiu como sendo 11 mil hectares, ou seja, estava totalmente equivocado, prejudicando os proprietários... Agora, imaginem, foi criada em 2001, nós estamos em 2026: 25 anos se passaram para que a gente chegasse a este ponto. O projeto de lei já foi votado na Câmara dos Deputados, da relatoria do Deputado Federal Leur Lomanto, de oposição, inclusive, ao meu Governador e ao meu Presidente, e veio remetida para cá, e eu pedi ao Presidente Davi que pudesse fazê-lo no dia de hoje.

Porque, Presidente Davi, o erro foi cometido em 2001, a demarcação - 2001 -, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 25 anos para que os proprietários pudessem retomar com normalidade e produzir nas suas áreas.

Então, eu estou me abstendo de ler porque é um projeto simples, e eu vou apenas dizer que esse projeto é para anular a floresta que foi feita equivocadamente e, portanto, pacificar essa região e deixar.

Pode parecer até estranho que um Senador do PT venha aqui para anular uma área de floresta, mas aqui é reconhecido, inclusive, pelo Ibama o erro que foi feito há 25 anos.

Portanto, o meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.663, de 2022, que anula a chamada Flona, a floresta nacional que foi criada, como eu acabei de falar, e, portanto, repõe a normalidade.

É o meu voto e é o projeto de lei que acabo de relatar.

(*Durante o discurso do Sr. Jaques Wagner, o Sr. Laércio Oliveira, Quarto-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O parecer apresentado é favorável ao projeto.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

A votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

Parabéns, Senador Wagner!

A matéria vai à sanção presidencial, e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) - Sr. Presidente, pela ordem, 30 segundos, rápidos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pois não...

Pela ordem, Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) - Sr. Presidente, hoje a gente votou na CCJ o fim da escala 6x1. O senhor tem alguma previsão que a gente possa votar no Plenário, antes da eleição? Eu acho que é uma pauta extremamente importante para o Brasil.

A outra pergunta, com todo o respeito a V. Exa., é essa questão do Ministro Alexandre de Moraes: se tem uma previsão também de pautar o pedido de *impeachment* dele. Ontem eu até vi uma entrevista de V. Exa. dizendo que não é normal a quantidade de pedidos de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. Com todo o respeito, não é normal o Ministro Alexandre de Moraes... Um banqueiro que está preso por fraude bilionária não perguntar para o advogado particular, mas perguntar para o Ministro Alexandre de Moraes quando ele poderia sair do Brasil? - porque poderia ser preso.

Então eu peço a V. Exa. que a gente possa pautar o pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, porque a gente precisa dar uma resposta para a população brasileira. O senhor tem alguma previsão para a gente pautar esse pedido de *impeachment*?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não tenho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - Sr. Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Tempo de Líder.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG. Pela ordem.) - Presidente Davi, na mesma sequência do Senador Alan Rick...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Tem dez solicitações.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - O Senador Alan Rick fez, há pouco, um pronunciamento que eu tenho certeza de que reflete todo o pensamento, inclusive, de quem não quer se manifestar.

É estranho, Presidente Davi, esta Casa não cumprir o papel constitucional dela de investigar...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - ... um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Estranho, Excelência, é um ministro com um comportamento que, por si só, já é motivo de que ele não ocupe a toga, porque nós não estamos falando nem da questão de recebimentos, usando advocacia administrativa; nós estamos falando daquilo que a Constituição prevê, de conduta ilibada. O relacionamento, provas levantadas pela Polícia Federal que estão disponíveis, recebimentos e aviões, e nós ficarmos, Presidente Davi, omissos, de certa forma até em covardia em relação a isso, ao país, Presidente Davi?!

Nós temos na sua mesa um pedido de *impeachment* e temos também um requerimento para convocar ou convidar o Ministro Alexandre de Moraes para vir aqui.

Vote, Presidente Davi! Vamos ter coragem, Presidente Davi, de colocar o Senado no papel dele, Presidente Davi, na história. O país espera muito de nós. Esse assunto hoje é o assunto...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - ... que o Brasil inteiro quer ver resolvido e investigado. Esta é a Casa da investigação. Foi para isso que nós fomos eleitos, Presidente Davi.

Quem sustenta todo este trabalho aqui, quem paga imposto neste país e que vê as coisas com indignação olha para cá e se pergunta: "O que esses homens do Senado vão fazer?". Nós não podemos ficar aqui sem fazer nada. Isto é estranho: não investigar o que a população quer que nós levemos à tona. Tudo o que aconteceu, o envolvimento desse banqueiro, onde quer que seja, Presidente Davi.

Então, fica aqui, mais uma vez, o meu apelo.

Tenhamos coragem de fazer história. Vote a convocação dele. Vamos trazê-lo aqui ao Plenário para ele dizer do envolvimento ou não dele, para ele poder explicar. Esta Casa é a Casa para essa investigação. Está nas mãos de V. Exa. como Presidente deste Senado. É o nosso pedido aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) - E eu tenho certeza de que a maioria, mesmo não se manifestando, espera de V. Exa. essa coragem em nós cumprirmos com o nosso papel.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Só para... Eu vou passar para V. Exa. V. Exa. está inscrito como Líder.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Eu fui o mais educado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Eu vou passar para V. Exa.

Nós ainda temos todos os projetos para votarmos como item extrapauta. Só que o Senador Carlos Portinho, da mesma maneira que o Senador Alan Rick solicitou o tempo de Liderança, veio à mesa cobrar o tempo de Liderança em que ele estava inscrito. Como eu atendi o Senador Alan Rick, eu não posso me furtar de atender o Líder que está solicitando com amparo regimental o tempo de Liderança. Eu peço só a compreensão de todos os Relatores dos projetos que estão na pauta para que fiquem no Plenário, porque eu fico aqui aguardando para que a gente possa votar todos aqueles que tiveram interesse de solicitar inclusão de matérias.

Pelo tempo de Liderança, concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) - Presidente Davi Alcolumbre, na mesma linha dos meus colegas, eu faço hoje esta manifestação. Faço vocalizando o sentimento do nosso Brasil.

V. Exa., Presidente Davi, disse ontem à CNN que há 109 pedidos de *impeachment*. Deve ter feito muita coisa errada mesmo esse povo lá do STF.

Apenas um desses 109 já tem, Senador Carlos Viana, mais de 41 apoiamentos e goza do apoio da maioria, portanto.

Apenas um desses 109, Presidente Davi, basta para devolver ao Senado o seu poder constitucional, que o Judiciário lhe suprimiu há muito tempo, e o Senado se deixou suprimido.

Apenas um desses processos, Presidente Davi, devolverá o poder ao Presidente desta Casa.

Apenas um desses 109 - que já tem quarenta e tantas assinaturas, mais do que a maioria - permitirá a V. Exa., Presidente Davi, que se livre de chantagens e intimidações que te travam e te limitam. Sabemos que assim agem os Ministros do STF. A matéria de hoje da CNN revela também que o Presidente Lula, se não é cúmplice, é certamente refém de igual maneira.

Apenas um desses 109 pedidos de *impeachment* mostrará para o Brasil que as instituições ainda funcionam e não foram completamente sequestradas pelo STF. Sim, a título de defender a democracia, eles a capturaram e capturaram as nossas instituições e, pior, as venderam.

Apenas um desses pedidos de *impeachment* dará ao Brasil a esperança de que ainda existem grandes homens de coragem nesta República.

Apenas um desses pedidos de *impeachment* dirá que também não estão envolvidos nessa parcela demais Senadores.

Apenas um desses pedidos de *impeachment* revelará ao Brasil o grande homem que se acredita que V. Exa. é, tanto que foi alçado muitas vezes à Presidência desta Casa, e não foram engano.

Abra esse *impeachment* de uma vez por todas, Presidente Davi, porque o tempo das trevas logo se vai e haverá luzes. Não fique na sombra! Seja você parte do destino - você é o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Presidente Davi -, ou seremos todos atropelados pela história.

Liberte-se, Presidente Davi! Essa é sua chance de entrar para a história pela porta da frente dos heróis da República, e não sair com Alexandre de Moraes pelos fundos porque ele sairá. Abra esse *impeachment* de uma vez por todas. Vivemos dias imorais, com revelações imorais, pessoas imorais!

Chega! O Brasil não aguenta mais! *Impeachment* é a ordem que tem que acontecer imediatamente para o bem do Senado Federal! Isso é um problema do Judiciário e cabe a nós, no Senado, tomar a frente e as rédeas e chamar à responsabilidade, Presidente.

Só você, com o apoio de mais de 41 assinaturas, da nossa maioria, poderá fazê-lo. Faça, Presidente Davi, faça.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Randolfe Rodrigues, me permita. Eu vou voltar para a pauta aqui, porque senão eu vou ter que responder muitas agressões que, como Presidente do Senado Federal, eu estou recebendo nos últimos dias. E eu acho - apenas um comentário; no momento adequado, eu vou falar - que todo mundo esqueceu que pediram R$130 milhões para a mesma pessoa, para fazer um filme, e agora o culpado só é o Ministro Alexandre de Moraes; mas eu vou fazer um relato de tudo o que eu quero falar.

Projeto de Lei 2.525, de 2024, da Deputada Coronel Fernanda, que institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 2013.

Foi apresentado o Requerimento 409, de 2026, dos Líderes, que solicita urgência para a apreciação da matéria.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Jayme Campos para proferir o seu parecer, imediatamente, em Plenário.

Senador Jayme, permita-me, rapidamente, enquanto V. Exa. se dirige à tribuna...

Senadora Teresa Leitão, Senador Jaques Wagner, Senador Sérgio Petecão, Senador Randolfe, Senador Alessandro, queria registrar a presença, na Mesa do Senado Federal, do nosso colega Congressista - e por isso é que fiz questão de fazer o registro -, o Deputado Federal José Guimarães, que está licenciado do mandato de Deputado Federal do Brasil pela representação do Estado do Ceará e está participando e veio fazer uma visita de cortesia como Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais.

Aproveito, Ministro Guimarães, na condição de Presidente do Senado, para cumprimentá-lo pelas tratativas republicanas na relação institucional entre o Governo Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, trazendo, a todo instante, o desejo das agendas e das matérias importantes para o Governo, tanto para o Presidente Hugo Motta como na relação comigo, pessoal, sempre de muita cordialidade, e entendendo também os aspectos do ponto de vista do Poder Legislativo. O Poder Legislativo tem o seu tempo, tem a sua maturação, e eu tenho certeza de que V. Exa. compreende toda essa construção harmoniosa entre os Poderes constituídos no nosso país - e V. Exa. exerce com maestria essa relação.

Faço questão de, publicamente, fazer esse registro; nunca o fiz, mas tenho certeza absoluta e quero dizer a V. Exa., publicamente, do trato respeitoso, cordial que mantenho com V. Exa. Tenho muito respeito e admiração pelo seu trabalho e pela sua função nessa relação política.

Seja bem-vindo ao Senado Federal!

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, prezado amigo Davi Alcolumbre; Sr. Ministro aqui, José Guimarães; ilustre e novo Ministro, de quem, nos próximos dias, estaremos participando da posse lá no Tribunal de Contas da União, prezado amigo Rodrigo Pacheco - e hoje o seu nome já foi aprovado pela Câmara, aguardando apenas a posse e, com certeza, um belo coquetel que vai nos ser oferecido; estamos juntos -, demais Senadores...

Presidente, com a devida vênia, eu peço a V. Exa. a permissão para que eu possa entrar na fase da análise, para darmos celeridade aqui ao projeto, está certo?

À análise, tendo em vista que o projeto está disponibilizado, para darmos celeridade aos trabalhos da Casa.

No aspecto formal, a proposição, de autoria da Deputada Coronel Fernanda, do Estado de Mato Grosso, insere-se no âmbito da competência legislativa da União, por veicular normas destinadas à proteção das vítimas de violência, ao aperfeiçoamento da persecução penal e à articulação de políticas públicas de garantia de direitos.

A matéria encontra-se fundamentada nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e da efetividade da segurança pública, além de contribuir para o cumprimento do dever estatal de proteção da vida e da integridade física e psicológica das pessoas em situação de vulnerabilidade. Tampouco se verifica reserva constitucional de iniciativa, uma vez que a proposição não invade campo normativo privativo de outro poder. Desse modo, não se identificam vícios de constitucionalidade, tampouco óbices quanto à juridicidade ou à técnica legislativa da proposição.

No mérito, a iniciativa revela-se relevante e necessária ao aprimoramento da atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade.

O *20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, publicado em 2026 com base nos registros das secretarias estaduais de segurança pública, contabilizou mais de 84 mil vítimas de estupro e estupro de vulnerável em 2025, o equivalente a 39,5 registros por 100 mil habitantes. Embora tenha havido redução de 5,4% em relação a 2024, o próprio levantamento adverte que a variação pode refletir mudanças na notificação, e não necessariamente diminuição da violência real.

O perfil das vítimas reforça a necessidade de atendimento especializado e articulado. Em 2025, 77% dos registros corresponderam a estupro de vulnerável e aproximadamente nove em cada dez vítimas eram do sexo feminino. Entre as vítimas de até 13 anos, familiares foram apontados como autores em 59,2% dos casos. A residência foi o local de ocorrência de 57,6% dos estupros e de 64,9% dos estupros de vulnerável.

Esses números evidenciam um problema público grave, que exige atuação célere, acolhedora e coordenada. Não obstante, a análise do ordenamento vigente indica que a dificuldade central reside menos na ausência de comandos legais do que na implementação desigual das normas e dos fluxos já existentes.

Nesse contexto, a proposta busca enfrentar um dos principais entraves à adequada resposta estatal aos casos de violência: a fragmentação da atuação institucional e a ausência de procedimentos integrados capazes de assegurar acolhimento qualificado às vítimas e maior eficiência na apuração dos fatos. A instituição de protocolo intersetorial favorece a coordenação entre os órgãos de segurança pública, saúde e perícia oficial, conferindo maior uniformidade e efetividade aos fluxos de atendimento, investigação e produção probatória.

Embora o Decreto 7.958, de 13 de março de 2013, e a Portaria Interministerial nº 288, de 25 de março de 2015, já estabeleçam diretrizes para o atendimento humanizado e integrado às vítimas de violência sexual, a disciplina permanece predominantemente em nível infralegal. A incorporação dessas garantias à legislação confere maior estabilidade normativa, reduz sua vulnerabilidade a alterações administrativas e consolida, como dever estatal permanente, a articulação entre os serviços de saúde, segurança pública, assistência e perícia.

Nesse sentido, ao elevar a matéria ao nível legal, a proposição reforça direitos essenciais das vítimas, como acolhimento humanizado, privacidade, informação acessível, preservação de vestígios, atendimento prioritário e prevenção da revitimização. Também oferece fundamento normativo mais uniforme para a atuação dos diferentes entes federativos e órgãos envolvidos, sem impedir que os aspectos técnicos e operacionais sejam atualizados por regulamentação.

A medida contribui para a concretização do dever estatal de proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade e para a garantia de acesso à Justiça, ao estabelecer mecanismos voltados à redução da revitimização e à prestação de atendimento humanizado. A previsão de espaços adequados, a capacitação continuada dos profissionais envolvidos e a adoção de práticas orientadas pelo respeito à dignidade das vítimas mostram-se compatíveis com os compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo Estado brasileiro em matéria de direitos humanos, especialmente no que se refere à proteção de mulheres, crianças, adolescentes e demais grupos vulneráveis.

Ademais, a proposta tem potencial para aprimorar a qualidade da investigação criminal e ampliar a capacidade de resposta das instituições encarregadas da persecução penal. A padronização de procedimentos relacionados à preservação, coleta e encaminhamento de vestígios fortalece a cadeia de custódia e reduz riscos de perda de elementos probatórios relevantes, contribuindo para a elucidação dos crimes e para a responsabilização dos autores. Ao mesmo tempo, a integração entre os diversos órgãos envolvidos favorece maior celeridade e eficiência na atuação estatal, com reflexos positivos na prevenção da impunidade e na proteção das vítimas.

Por fim, Sr. Presidente, a previsão de responsabilização em casos de descumprimento do protocolo, quando houver prejuízo à vítima ou à investigação, reforça a efetividade das medidas propostas e estimula sua observância pelos agentes envolvidos. Assim, a proposição mostra-se meritória por fortalecer a proteção dos direitos humanos, assegurar atendimento digno e integrado às vítimas de violência e aperfeiçoar os mecanismos de segurança pública e de resposta estatal à criminalidade.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.525, de 2024.

Peço aqui aos nossos nobres colegas que possamos votar este projeto, sobretudo porque ele é muito meritório. E que ele venha a atender, com certeza, esse estado que, lamentavelmente, nós estamos vivenciando no Brasil, pelo fato de que estamos criando, Presidente Pacheco, Presidente Davi, um protocolo, porque hoje não existe protocolo no Brasil. A partir da aprovação desse projeto, que é da autoria da ilustre e eminente Deputada Fernanda, eu quero crer que nós teremos um protocolo estabelecido para, com isso, melhorar, sobremaneira, esse ambiente em relação a esse assunto que está sendo aprovado aqui nesse projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Parabéns, Senador Jayme!

O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passamos à discussão.

Está inscrito para discutir a matéria o Senador Wellington Fagundes, que, da mesma maneira, para fazer justiça, solicitou a inclusão desta matéria como item extrapauta no dia de hoje, com a iniciativa também do Senador Jayme Campos.

Com a palavra, para discutir, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) - Senador Davi e todos os Senadores e Senadoras, eu quero agradecer pela inclusão extrapauta dessa matéria tão importante e registrar aqui também a autoria da Deputada Coronel Fernanda, do nosso partido do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, esse projeto cria um protocolo integrado entre saúde, segurança pública e perícia, exatamente para atender mulheres, crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade vítimas de estupro e de outras formas de violência.

Nas primeiras horas depois de um crime, o Estado precisa agir com rapidez, chegar antes de o crime acontecer, acolher a vítima, preservar as provas e dar condições para responsabilizar, acima de tudo, o agressor.

Não podemos fazer uma mulher, uma criança ou qualquer vítima passar de um órgão para outro, repetindo a mesma história e ainda revivendo a violência.

Nós precisamos integrar o atendimento, tudo ao mesmo tempo, fortalecer as provas para que quem cometeu o crime seja verdadeiramente punido.

Por isso, Sr. Presidente, proteger a vítima e punir o agressor é dever do Estado.

Infelizmente, o meu Estado, o Mato Grosso, hoje, por dois anos consecutivos, foi campeão de feminicídio. E, no ano passado, aumentou o número de feminicídios.

Agressão à criança, Sr. Presidente, é inaceitável.

Eu parabenizo aqui o Senador Jayme Campos pela celeridade do relatório e, mais uma vez, a Deputada Coronel Fernanda pela forma de apresentá-lo e por lutar para que esse projeto pudesse ser aprovado na Câmara dos Deputados.

Nós estamos aqui, antes das eleições, mostrando para a sociedade brasileira que não aceitamos que mulher seja agredida. Temos que proteger as mulheres. Temos que proteger as nossas crianças. É o mínimo que a legislação brasileira precisa fazer.

Encerro aqui, Sr. Presidente, inclusive registrando que, acima de tudo, a vítima não pode reviver a violência em cada porta do Estado. Precisa encontrar acolhimento, proteção e, acima de tudo, justiça.

Nas primeiras horas, o Estado precisa ser mais rápido do que o medo, acolher a vítima, preservar as provas e, acima de tudo, punir o agressor.

É isso que esperamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Durante o discurso do Sr. Wellington Fagundes, o Sr. Davi Alcolumbre, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

A matéria segue para a sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item extrapauta nº 4.

Projeto de Lei nº 2.584, de 2025, do Deputado Julio Cesar Ribeiro, que altera a Lei 13.756, de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

Pareceres favoráveis, Relatora: Senadora Leila Barros: Pareceres nº 8, de 2026, da Comissão de Esporte; e nº 55, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Foi apresentado o Requerimento nº 104, de 2026, da Comissão de Assuntos Econômicos, que solicita urgência para a matéria.

Votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de urgência da matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo Senadores e Senadoras que queiram discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos dos pareceres.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

A matéria segue para sanção presidencial.

Será feita devido à comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei nº 4.578, de 2025, da Presidência da República, que dispõe sobre as diretrizes para o desenvolvimento do futebol feminino no país; e altera as Leis nº 14.193, de 2021, 14.597, de 2023 (Lei Geral do Esporte), e 15.421, de 2026.

Foi apresentado o Requerimento nº 663, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para a matéria.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da Senadora Teresa Leitão para proferir parecer de Plenário.

Senadora Teresa Leitão tem a palavra para proferir parecer.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Projeto de Lei nº 4.578, já aqui anunciado. Peço licença a V. Exa. para ir direto para a análise.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, não se identificam óbices à sua aprovação. A matéria insere-se na competência da União para editar normas gerais sobre o desporto, exercida no âmbito da competência legislativa concorrente prevista no art. 24, inciso XI e §1º, da Constituição Federal.

A proposição mostra-se, ainda, consentânea com o art. 217 da Constituição Federal, que atribui ao Estado o dever de fomentar as práticas desportivas e não formais.

Também sob o aspecto da juridicidade, a proposição merece prosperar. O texto inova o ordenamento jurídico por meio de normas dotadas de generalidade, abstração e imperatividade, integrando-se de forma coerente à legislação esportiva vigente, sem produzir antinomias ou comprometer a segurança jurídica. Sob o prisma regimental, igualmente não se observam impedimentos à apreciação da matéria pelo Senado Federal e, especificamente, por seu Plenário, na forma prevista pelo Regimento Interno.

No mérito, o projeto merece pleno acolhimento. Seu ponto de partida é uma escolha clara: situar o desenvolvimento do futebol feminino entre as prioridades da política esportiva nacional. A proposta reconhece a dimensão alcançada pela modalidade e oferece instrumentos para que seu crescimento deixe de depender de iniciativas dispersas e passe a integrar uma ação pública contínua.

O futebol feminino brasileiro não cresceu em terreno favorável. Sua história foi construída por mulheres que permaneceram na modalidade apesar da escassez de recursos, da precariedade das estruturas e da resistência de instituições que demoraram a reconhecer a sua legitimidade - sempre o preconceito de gênero em todas as áreas, nas áreas profissionais, na política e na área esportiva também. A força dessas mulheres fez o esporte avançar; cabe agora fazer com que as instituições avancem na mesma medida.

A profissionalização ocupa posição central na proposta. A redução gradual da presença de atletas não profissionais nas competições busca superar relações precárias e assegurar vínculos compatíveis com o nível de exigência imposto às jogadoras.

Igualmente relevantes são as medidas de proteção à saúde, à maternidade e à integridade física e psicológica das mulheres, assim como as iniciativas de promoção da igualdade salarial e de enfrentamento da discriminação, da intolerância e da violência.

Eu vou citar rapidamente, Presidente, antes de dar o voto, 11 pontos importantes a serem considerados nesse projeto, bem rapidinho.

O PL estabelece uma política nacional. O futebol feminino passa a ser reconhecido como prioridade dessa política esportiva nacional. O PL propugna mais oportunidades, proteção, equidade e participação para meninas e mulheres no futebol. Reforça a igualdade de direitos e benefícios para quem forma talento no futebol feminino. Fortalece uma política estruturada para formar atletas, profissionalizar as competições e ampliar oportunidades no futebol feminino. Delineia um caminho progressivo para transformar o futebol feminino em uma modalidade plenamente profissional. Reforça uma lógica de tolerância zero à discriminação, à intolerância e à violência contra as mulheres no futebol. Fixa que a formação de atletas do futebol feminino passa a ter pleno reconhecimento no modelo das SAFs. Reforça mais proteção, estrutura e igualdade de condições para as mulheres em todas as etapas do futebol. Reforça, com tais comandos, que a Copa do Mundo Feminina de 2027 deixe um legado permanente para o desenvolvimento do futebol feminino no Brasil. E a lei assegura a aplicação célere das novas regras com prazo de adaptação para a sua implementação.

Concluída a análise, vou ao voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.578, de 2025, com a emenda de redação a seguir. A emenda se refere ao art. 5º.

> *EMENDA Nº - PLENÁRIO (DE REDAÇÃO)*
>
> *[...]*
>
> *"Art. 5º. .....*
>
> *.....*
>
> *I - promover condições favoráveis ao desenvolvimento do futebol feminino profissional e não profissional [...] [substituindo por "amador"];*
>
> *.....*
>
> *III - incentivar o futebol feminino de formação [ou de base, substituído por "base", são ajustes de vocabulário], com o apoio à realização de competições na categoria de todas as idades;*
>
> *.....*
>
> *V - estabelecer orientações gerais para a criação e a manutenção de equipes de futebol feminino, profissionais e [...] [da base], para a disputa de competições oficiais;*
>
> *....."*.

Esses ajustes foram necessários porque estão compatíveis com a Lei Geral do Esporte.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - O parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação, que apresenta.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e da emenda em turno único, nos termos do parecer.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1, de redação.

Cumprimento a Líder Senadora Teresa Leitão pelo seu parecer.

Passamos para a matéria... Perdão.

Parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei nº 1.743, de 2024, do Deputado Doutor Luizinho, que altera o Estatuto da Advocacia para modificar a nomenclatura do Secretário-Geral Adjunto, bem como a composição da diretoria do Conselho Federal da OAB, e facultar aos conselhos seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias.

Foi apresentado o Requerimento de nº 665, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para a matéria.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Faço a designação de S. Exa. o Senador Rodrigo Pacheco para proferir o parecer em Plenário.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MG. Para proferir parecer.) - Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício, Senador Randolfe Rodrigues, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Primeiramente, Presidente, antes de adentrar no mérito do projeto que relato nesta sessão, eu gostaria de fazer um especial agradecimento à Câmara dos Deputados, a todos os Deputados e Deputadas Federais, ao Presidente da Câmara Hugo Motta, pela diligência e presteza no exame do projeto de decreto legislativo referente à minha indicação ao Tribunal de Contas da União, uma vez que ontem votamos no Senado - e eu tive a oportunidade de agradecer aos Senadores e Senadoras. Neste momento faço esse agradecimento à Câmara dos Deputados porque já hoje, às 11h da manhã, a Câmara cuidou de apreciar e aprovar esse projeto de decreto legislativo, sob a relatoria do meu conterrâneo, ex-Governador, ex-Presidente da Câmara, Deputado Federal Aécio Neves. Por isso, esse meu agradecimento muito especial à nossa Casa-irmã, a Câmara dos Deputados, a qual integrei de 2015 a 2018 com muito orgulho. Antes de ser Senador, tenho muito orgulho de dizer que fui Deputado Federal e fui muito feliz naquela Casa, desempenhando a representação do meu Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, eu pedi ao Presidente Davi Alcolumbre que pudesse pautar diretamente no Plenário esta matéria, que estava sob a análise da Comissão de Constituição e Justiça nesta manhã. Considerando a apreciação dos temas relevantes das propostas de emenda à Constituição, não foi possível chegar ao exame desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça. E pedi que ele pudesse vir direto ao Plenário - agradeço aos Líderes que promoveram o requerimento de urgência para que isso acontecesse nesta noite de hoje, em especial o Líder do meu partido, o Senador Cid Gomes -, porque se trata de um projeto muito singelo, mas muito importante para a Ordem dos Advogados do Brasil e, consequentemente, para a advocacia brasileira.

Eu tenho muito orgulho de dizer que, nesses meus 12 anos de vida pública, tanto no meu mandato como Deputado Federal quanto no mandato de Senador da República, pude ser uma das vozes a vocalizar as demandas da advocacia brasileira no âmbito do Parlamento. Outras tantas se somaram ao longo desse tempo: o saudoso Deputado Arnaldo Faria de Sá; o Deputado Fábio Trad, que desempenhou um belíssimo trabalho na defesa da advocacia na Câmara dos Deputados; hoje o Deputado Lafayette de Andrada, que é o Presidente da Frente Parlamentar da Advocacia na Câmara; Senadores também que sempre cuidaram desse tema, em especial a Senadora Soraya Thronicke, muito atenta aos temas da advocacia. Então, tenho muito orgulho de dizer que fui uma dessas vozes ao longo desse tempo. E, nos últimos anos, muitas conquistas em favor da advocacia aconteceram.

Para além de uma compreensão de que isso possa ser algo corporativo, de defesa exclusivamente de uma classe, é sempre bom lembrar que o advogado tem um papel muito importante para a cidadania, para a democracia, para a República brasileira. É a única profissão liberal expressa na Constituição Federal, no art. 133, que diz que "o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei". E esta lei federal de 1994, sancionada pelo então Presidente da República, nosso estimado conterrâneo e saudoso Itamar Franco, é a Lei 8.906, de 1994, que disciplina a profissão de advogado e disciplina a Ordem dos Advogados do Brasil. Portanto, toda mudança que poderia, em tese, ser *interna corporis* da OAB precisa necessariamente acontecer no âmbito de uma alteração legislativa, e daí a razão desse projeto de lei.

Ao longo desses anos, foram muitas conquistas, como o Simples da advocacia; a sociedade individual do advogado; a criminalização da violação das prerrogativas dos advogados; a supressão da multa do art. 265 do Código de Processo Penal, que era uma aberração autoritária em relação ao exercício profissional, sobretudo da advocacia criminal; mais recentemente, um projeto do Deputado Federal Paulo Abi-Ackel, que é outro incansável defensor das prerrogativas da OAB, há muitas décadas, no Parlamento, e que promoveu essa alteração legislativa na Lei 8.906, justamente para fortalecer as prerrogativas dos advogados, fortalecer a Ordem dos Advogados do Brasil, porque isso significa, em última análise, a defesa do próprio cidadão. Quem se posta em defesa do cidadão numa demanda, por exemplo, contra o Estado, o poderoso Estado, é sempre um advogado. Por isso, a sua indispensabilidade e a prerrogativa que, dentro, obviamente, dos limites da razoabilidade e de uma lei federal, acaba sendo muito importante para a sociedade em geral. Não é, repito, simplesmente uma defesa corporativa. E esse projeto é um projeto muito singelo, porém relevante, de autoria do Deputado Federal Dr. Luizinho.

E eu peço a permissão para, suprimindo o relatório, ir direto à análise, para a sua apreciação.

Por força do disposto no art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Suprimida a fase da CCJ, em razão do requerimento de urgência, fazemos o parecer, portanto, em Plenário.

Também cabe a esta Comissão, nos termos do inciso II do citado art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer quanto ao mérito sobre matérias de competência da União.

Tendo em vista que compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, da Carta Magna de 1988, dispor sobre todas as matérias de competência da União, verifica-se que está atendido esse pressuposto constitucional, em razão de o projeto tratar de assunto atinente à Ordem dos Advogados do Brasil, entidade de âmbito nacional que cuida da regulamentação e fiscalização do exercício da profissão de advogado.

Ademais, compete privativamente à União legislar sobre condições para o exercício de profissões, a teor do inciso XVI do art. 22 da Constituição Federal.

A Ordem dos Advogados do Brasil não integra a administração pública e, desse modo, não há reserva de iniciativa legislativa do Presidente da República para as leis que tratem de sua organização e funcionamento.

Nesse sentido, ressaltamos que a Lei 8.906, de 1994, o Estatuto da OAB, originou-se do PL 2.938, de 1992, de autoria do insigne Deputado Federal Ulysses Guimarães.

E, mais recentemente, a Lei nº 14.365, de 2 de junho de 2022, a que me referi no início de minha fala, de autoria do Deputado Paulo Abi-Ackel, alterou a referida Lei 8.906, para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia, que aí se originou do PL nº 5.284, de 2020, repito, de autoria de meu conterrâneo mineiro Deputado Paulo Abi-Ackel.

Quanto ao mérito, concordamos com o parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ressaltando que as alterações propostas: (i) reforçam o quadro institucional do Conselho Federal da OAB, com a criação de dois novos cargos em sua Diretoria, a saber, o de Diretor Administrativo e o de Diretor Executivo, e a atualização da função do Corregedor-Geral; e (ii) garantem maior flexibilidade à organização dos conselhos seccionais da OAB, entidades com jurisdição específica sobre cada estado, Distrito Federal ou território - art. 44, §2º, do Estatuto da OAB -, por meio da figura das "diretorias temporárias e temáticas", cujo funcionamento será disciplinado em regulamento, com o objetivo de promover um mais fino alinhamento com as diferentes demandas e necessidades da advocacia estadual.

Contudo, com vistas ao aperfeiçoamento da proposição, oferecemos uma emenda de redação, a fim de que a faculdade de os conselhos seccionais poderem criar diretorias regimentais temporárias de caráter temático seja feita na forma do regulamento geral, alterando, assim, a redação do parágrafo único, acrescido pelo PL ao art. 57 da Lei 8.906, de 1994, a fim de compatibilizar com o disposto nos incisos V, VII e IX do art. 54 da referida lei, que estabelece a competência de o Conselho Federal, como órgão cimeiro da OAB, editar e alterar o regulamento geral (inciso V); intervir nos conselhos seccionais, onde e quando constatar grave violação do regulamento geral (inciso VII); e intervir e julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos conselhos seccionais nos casos previstos no regulamento geral (inciso IX).

Feito esse singelo reparo redacional, concluímos que a proposição é meritória, não havendo, ademais, óbice quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa para a sua aprovação.

O voto.

Em face do exposto, nos termos do art. 133, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 1.743, de 2024, com a seguinte emenda de redação. E aqui tem uma emenda de redação proposta por mim, como Relator, Sr. Presidente.

Portanto, é simplesmente uma alteração numa entidade cujo exercício é um múnus público, *pro bono*, gratuito. É uma recomposição pretendida pela Ordem dos Advogados do Brasil de composição da diretoria - em vez de cinco, sete diretorias -, que é a pretensão, inclusive, de proporcionar maior divisão de competências, maior capilaridade, maior eficiência do exercício do papel da Ordem dos Advogados do Brasil, essa entidade que é tão relevante para a República brasileira e para a nossa democracia e, naturalmente, para o exercício profissional da advocacia.

Portanto, é esse o pleito, vindo do Conselho Federal, do Presidente Beto Simonetti, do ex-Presidente Marcus Vinicius Furtado Coêlho, dos dirigentes da OAB de Minas Gerais, tanto do Presidente atual, Gustavo Chalfun, quanto do ex-Presidente Sérgio Leonardo, que pretendem e promovem essa busca de alteração legislativa nesse sentido, para melhorar a eficiência de nossa gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil, entidade também que eu tive a enorme satisfação e honra de integrar em diversas posições, inclusive como Conselheiro Federal por Minas Gerais desta entidade - a Ordem dos Advogados do Brasil.

Portanto, é este o voto, Presidente, pedindo o apoio dos nossos pares do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Obrigado, Presidente... Senador, Presidente, Ministro. A Presidência fica um tanto confusa quanto a qual pronome de tratamento usar para com V. Exa.

Muitíssimo obrigado por seu parecer.

Parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação, que apresenta.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e da emenda, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1, de redação.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria segue à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu quero registrar aqui meu agradecimento ao Presidente Davi Alcolumbre por ter me passado a Presidência e possibilitar que designasse o nosso agora Ministro do Tribunal de Contas da União para relatar uma de suas últimas matérias nesta Casa. É razão de muita honra para mim, Presidente Davi e Presidente Rodrigo Pacheco, pessoas que tanto estimo.

Item extrapauta nº 7.

Projeto de Lei nº 2.225, de 2024, da Deputada Laura Carneiro, que dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com a absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e dá outras providências.

Pareceres nº 72, de 2026, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5, de redação, que apresenta; e nº 11, de 2026, da Comissão de Meio Ambiente, Relator: Senador Alessandro Vieira, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 e 5, de redação, e Emenda nº 4, na forma da subemenda de redação, com as Emendas nºs 6 e 7, de redação, que apresenta.

Foi apresentado o Requerimento nº 18, de 2026, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita urgência para a matéria.

Votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passamos à discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir... *(Pausa.)*

Consulto o Senador Camilo se se inscreve para debater sobre o tema. *(Pausa.)*

Não? Então seguimos.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, das emendas e da subemenda, em turno único, nos termos do parecer da Comissão de Meio Ambiente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, com as Emendas de nºs 1 a 3 e 5 a 7, de redação, e a subemenda de redação à Emenda nº 4.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para registrar a importância desse projeto, que é singelo, mas que traz a questão do respeito à natureza para o cotidiano dos jovens. Quero ressaltar o trabalho dos Relatores, da autora, Deputada Laura, que seguramente tem dezenas de projetos aprovados nesta legislatura, muito atuante, e do pessoal do Instituto Alana, que, mais uma vez, se mobilizou para garantir esse avanço importante para nossa juventude.

E, Presidente, aproveito para fazer dois breves comunicados. Um, primeiro, para avisar ao Presidente Davi Alcolumbre. Presidente Davi, já foi anunciada a convocação da Câmara dos Deputados apenas para o período da tarde, às 14h, para que o senhor ajuste o funcionamento do Senado para viabilizar a votação das MPs que estão em andamento.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Alessandro, ainda há pouco eu conversei com a Senadora Teresa Leitão, e ela me informou sobre a sessão da Câmara ter sido marcada para as 13h.

A informação que eu tive ontem à noite, quando concluímos a reunião, com o Presidente Hugo Motta, com o Ministro Bruno Moretti, com a Relatora Senadora Leila e com o Presidente da Comissão, o Deputado Reginaldo Lopes, era que o Plenário da Câmara dos Deputados deliberaria às 9h da manhã, por isso que o Senado marcou às 11h. Quando terminarmos aqui, eu vou ao encontro do Presidente Hugo Motta para esclarecer o horário das sessões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) - Perfeito. Foi formalizado às 13h55.

E, por último, por uma questão de respeito regimental, entendo a condição e a situação do Presidente Davi Alcolumbre e entendo a legitimidade que ele tem para dar andamento ou não a pedidos de *impeachment*. É assim que é o nosso desenho constitucional. Está errado? Tá, mas é o desenho.

Um novo pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre está sendo apresentado agora, são 12 Senadores assinando, é um pedido técnico, sóbrio, mostrando com clareza solar o cometimento de crime de responsabilidade. Esse é um fato incontestável. Alguém pode gostar, pode desgostar, mas a verdade, os fatos são um bicho teimoso e eles continuam aí persistindo. Então, mais um pedido de *impeachment* para a conta e para a gaveta. Vamos ter que aumentar a gaveta do Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Item extrapauta nº 8.

Projeto de Resolução n° 51, de 2026, da Comissão Diretora do Senado Federal, que denomina “Sala Sarah Abrahão” o espaço que abriga as instalações principais da Secretaria-Geral da Mesa, localizado em frente ao Plenário do Senado Federal.

Foi apresentado o Requerimento nº 638, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para a matéria.

Votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passamos à discussão da matéria.

Não havendo oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto de resolução em turno único.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto de resolução.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria segue para promulgação.

Item extrapauta nº 9.

Projeto de Lei nº 6.531, de 2025, do Senador Sérgio Petecão, que altera a Lei de Crimes Ambientais para dispor sobre a regularização ambiental de áreas embargadas em razão de infração administrativa relacionada ao descumprimento dos regimes de proteção da vegetação previstos na Lei nº 12.651, de 2012.

Parecer nº 15, de 2026, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Zequinha Marinho, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta.

A matéria foi incluída na Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2026.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos, então, à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, com as Emendas de nºs 1 a 5.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Conceda-me aí 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Por favor, fique à vontade.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) - Gostaria de agradecer ao nosso Relator, o Senador Zequinha Marinho; agradecer à Mesa Diretora, que colocou o projeto nesta tarde-noite de hoje, e gostaria de fazer um relato breve, muito breve.

De que trata esse projeto? E V. Exa., como é um morador da Amazônia, do Amapá, com certeza já deparou com várias situações desse tipo. São pessoas, principalmente o pequeno produtor, que têm as suas áreas embargadas. O órgão vai lá, embarga aquela obra, e o proprietário - coitado - muitas das vezes não tem nem condição para fazer a sua defesa, vai lá e faz a sua defesa. Hoje os órgãos dão ali um embargo de gaveta de três, quatro ou cinco anos, e essa pessoa fica totalmente impossibilitada de fazer qualquer coisa.

De que trata o projeto? Lá, o órgão, o ICMBio ou qualquer órgão lá do estado que tenha feito o processo, tem exatamente 60 dias para que ele dê uma resposta para o produtor. Não fica mais à deriva, sem expectativa, porque uma pessoa que tem uma área embargada está totalmente imobilizada.

Então, o grande objetivo desse nosso projeto - e tive o apoio de vários colegas Parlamentares, inclusive do nosso Presidente Davi - é que nós possamos dar o direito ao produtor, ao pequeno produtor, principalmente, ao médio e ao grande, aos produtores, de terem, pelo menos, uma expectativa de poder, nesses 60 dias que o órgão tiver, se ele não se manifestar...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - ... de o produtor passar a produzir, porque, da forma como nós estamos hoje, é uma luta desigual com os nossos produtores.

Então, eu queria agradecer aos colegas que me ajudaram na articulação para a aprovação desse projeto.

Obrigado, Randolfe.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) - Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) - Eu só queria aqui parabenizar o Senador Petecão e dizer para vocês que nós precisamos fazer realmente justiça para os nossos pequenos produtores da Amazônia, para a agricultura familiar e para o pequeno produtor, que sofre tanto na Amazônia - isso em toda a região lá e em todos os estados da Amazônia, principalmente em Rondônia, no Acre, no Amazonas, no Amapá, em Roraima e no Acre.

E quero dizer para vocês que é impossível que um produtor que às vezes tem, Petecão, uma área... A área dele já é pequena - ele tem 20 a 25ha lá -, e, às vezes, porque cometeu uma infração em 1ha...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) - Em 0,5ha.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - ... em 0,5ha, que seja, da área desse produtor, em vez de só ficar embargado o polígono onde ele cometeu essa infração, fica a área dele toda embargada. E às vezes ele fica por dois ou três anos com a área embargada, sem poder vender aquilo que ele produz lá com muito sacrifício.

Obrigado, Presidente.

(*Durante o discurso do Sr. Jaime Bagattoli, o Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) - Randolfe, só mais um minuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone*.) - Agora é o Davi.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Só fazer um registro aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) - Quero registrar, aqui, a presença do nosso Magnífico Reitor Fábio, do Ifac, do Acre, que está aqui nos prestigiando com sua presença.

Obrigado, Davi.

Seja bem-vindo, Fábio!

Cadê ele? *(Pausa.)*

Está aqui.

Obrigado, Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Parabéns, Petecão.

Permita-me...

O Senador Randolfe fez referência, mas eu queria registrar a importância da solicitação de V. Exa. para incluirmos este projeto na deliberação da pauta de hoje.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Muito bom. Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Parabéns, Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) - Valeu, Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - V. Exa. apresenta uma grande proposta no dia de hoje.

Item extrapauta: é uma solicitação do Senador Randolfe Rodrigues.

Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, de autoria do Deputado Juninho do Pneu, que altera o Código Penal, para dispor sobre os crimes de furto e de roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, biocombustíveis e óleos lubrificantes removidos dos estabelecimentos de produção, de quaisquer instalações de armazenamento e de transporte de combustíveis, incluídos dutos e unidades de transporte em qualquer modal; e altera a Lei nº 8.176, de 1991, para tipificar novos crimes contra a ordem econômica.

Parecer nº 11, de 2026, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Relator foi o Senador Jaime Bagattoli, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, de redação, que apresenta; Parecer nº 23, de 2026, da Comissão de Segurança Pública, o Relator foi o Senador Flávio Bolsonaro, e o Relator *ad hoc* foi o Senador Sergio Moro, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3 a 6, de redação, que apresenta; Parecer nº 60, de 2026, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na CCJ o Relator foi o Senador Randolfe Rodrigues, favorável ao projeto e às Emendas nºs 3 a 6, de redação.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Foram apresentados os Requerimentos nº 30, de 2026, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e nº 662, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para a apreciação da matéria.

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os requerimentos.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e das emendas, em turno único, nos termos dos pareceres da Comissão de Segurança Pública e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto, com as Emendas nºs 3 a 6, de redação.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu quero só fazer um registro.

Hoje, na CCJ, nós, a CCJ e o Senado, obtivemos uma grande vitória na votação da PEC da segurança, e a vitória foi perceber o descuido que tinha no texto: 30% do imposto cobrado das *bets* voltaria para a segurança pública. O Senador Rogério acatou a proposta da Comissão e retirou do texto, Senador Randolfe, até porque tornaríamos constitucional, levando para a Constituição uma PEC legalizando, de fato, *ad aeternum*, a jogatina no Brasil, levando para dentro do texto constitucional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - É minha filha. Parece comigo, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) - Não, Harry Potter já sabia que Maguinha é minha filha.

Eu registro aqui, Sr. Presidente, a presença da minha filha, Maguinha Malta. Parece com o pai. Graças a Deus, olhou e ouviu o pai.

Eu gostaria muito de fazer esse registro para que a população saiba que houve muito um quebra-cabeça, essa PEC da segurança pública, e obrigatoriamente ela vai ter que voltar à Câmara dos Deputados, porque a CCJ conseguiu, e o Relator da CCJ, que é o Senador Rogério, acatou, então, retirando do texto da PEC esses 30% cobrados nas *bets*, na jogatina, que iriam para um fundo de segurança pública. Aí nós estaríamos colocando na Constituição a eternização da jogatina, que nós lutamos tanto, Senador Randolfe, aqui ao longo de tantos anos, impedindo que isso acontecesse.

É para fazer esse registro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Parabéns, Senador Magno Malta, pela lembrança e pela oportunidade que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal detectou no texto da PEC, essa observação que V. Exa. traz ao Plenário do Senado Federal.

Parabéns ao Senador Rogério Carvalho também, que teve a compreensão de retirar do texto esse trecho que estava na redação votada da PEC na Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - É o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Com a palavra, V. Exa., Líder Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) - É o mesmo tema, eu quero fazer uma complementação, porque seria a minha intervenção lá na Comissão, que não deu tempo de fazer, porque já tinha sido aberto aqui o trabalho do Plenário.

Primeiro, quero dizer que essa matéria não veio no texto original, ela foi incluída na Câmara dos Deputados. Havia duas emendas de supressão, uma da Senadora Damares e uma outra do Senador Humberto Costa, da mesma natureza.

Acho importante a gente ter acatado, o Relator ter acatado e a Comissão também ter votado, Senadores, por duas questões. Uma que o Senador Magno Malta levantou: a gente não pode constitucionalizar, e isso aconteceria caso a emenda da Câmara permanecesse, uma medida que se relaciona a uma das chagas da sociedade brasileira. A gente tinha é que acabar com as *bets* e nunca botá-las dentro de uma PEC, fosse com que motivação fosse.

E o outro aspecto é que isso demonstra o que se faz da boca para fora ou da política para dentro: a defesa da família. São as famílias que estão sendo desestruturadas, Senadora Eudócia. São as crianças, são os jovens, os trabalhadores. O Senador

Omar deu um exemplo para a gente, neste debate, de um chefe de família que começou perdendo tudo, perdendo tudo, perdendo tudo, se separou da mulher, saiu de casa e foi ao suicídio.

Então, acho que a PEC da segurança traz esses dois aspectos com essa medida. Ainda ficarão pendentes a votação de dois destaques, mas eu acho que o texto matriz, o texto básico que foi aprovado, é um texto que responde a três aspectos importantes da política de segurança.

A votação de dois destaques ainda ficará pendente, mas eu acho que o texto matriz, o texto básico que foi aprovado, é um texto que responde a três aspectos importantes da política de segurança. Primeiro, o combate frontal ao crime organizado, às facções, inclusive com o tratamento subsequente, que é o tratamento de uma política integrada que ataca a territorialidade desses crimes. É de um estado para outro, porque as fronteiras não existem para o crime organizado, Senador. Então, a relação e o tratamento de um sistema com os três entes federados atuando de maneira orgânica e harmônica sobre a condução e a administração da União vão dar, inclusive, aos estados e aos municípios melhores condições de cuidar. E a criação do Ministério da Segurança, tão requerida e tão pedida por todos nós.

Então, espero também, Senador Davi, que, no nosso retorno, a gente conclua na CCJ a votação dos dois destaques. Que possamos trazer essa PEC, Senador Magno Malta, ao Plenário. É uma grande vitória para o povo brasileiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) - Só para complementar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) - Só para eu complementar o que disse a Senadora Teresa.

Essa luta contra a jogatina não é nova, ela é antiga. Começou no meu primeiro mandato; depois, o Randolfe chegou aqui, e tinha três pessoas, um não está aqui. Nós seguramos, durante anos, por dois mandatos seguidos: eu, o Randolfe e o Serra. Inclusive, eu não quero dar nome aos que estão ausentes, os proponentes dessa miséria que se estabeleceu no Brasil. A pior chaga dos últimos tempos é essa desgraça das *bets*.

Para você ver um jogo na televisão, você não consegue, porque são tantos LEDs de *bets*, são tantos LEDs, que parece que roubam a sua atenção de estar vendo um jogo de futebol. Então, é tudo programado para iludir criança, para iludir adulto. Hoje, nós temos mais dependentes de *bets*, de jogatina, de ludopatia, no Brasil, do que dependente de cocaína. Há mais gente viciada em jogo do que em cocaína no Brasil. E aí, essa lambança, a qual eu tinha me referido, Senadora Teresa, é exatamente essa lambança que veio da Câmara: uma lambança que colocaram ali e que a gente não podia jogar dentro da Constituição esse mal, essa chaga, essa perversidade.

Uma das piores coisas que este Parlamento fez foi ter aprovado as *bets* para meia dúzia virar trilionária em cima da desgraça de famílias. E o problema é que essa meia dúzia... Quando eu ia para a tribuna para enfrentar contra a jogatina, eu dava nome a quem era Relator, a quem era proponente. E, normalmente, os proponentes dessa porcaria são pessoas que... Deus me perdoe...

Então, nós temos uma história com essa história de jogatina e autoridade, exatamente.

Por isso, eu quero comemorar o fato de termos retirado, de voltar para a Câmara. Retiramos a lambança! E que a Câmara não repita, porque nós não vamos deixar passar aqui.

Retiramos a lambança, e que a Câmara não a repita, porque nós não vamos deixar passar aqui. É uma chance que nós temos de minimizar um problema - de 100%, tirar aí 1%, tão somente -, porque essa desgraça, sem dúvida alguma... Nós temos que procurar uma maneira definitiva de proibir a jogatina no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, em manifestação ao projeto apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) - Obrigado, Presidente.

Eu quero aqui parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues pela sua relatoria. Eu tive a felicidade de ser Relator desse projeto lá na Comissão de Infraestrutura. Isto é algo que nós viemos sofrendo há muitos anos, não só na Amazônia, mas no Brasil inteiro: esta situação dos furtos, dos roubos de combustível.

O prejuízo disso aí foi bilionário, não só para o Governo também, até na própria arrecadação. O problema disso tudo, Presidente Davi, são as pessoas que recebem esses produtos furtados, esses produtos do roubo, e que acabam sendo beneficiadas com isso. Então, foi um sacrifício de muitos anos que nós tivemos com essa situação de roubos.

Não é só o roubo, não, também é a adulteração de produtos que não são feitos... Nós estamos discutindo isso também mais à frente - é uma outra situação -, sobre a situação de que não é feita a verdadeira mistura nos combustíveis. É outra adulteração que é feita, e tem muitos empresários que acabam se beneficiando sobre essa situação.

Parabéns ao Senador Randolfe Rodrigues, parabéns a todos que participaram, e à intensificação também do Senador Flávio Bolsonaro, que se empenhou nesse PL também!

Quero dizer para vocês que pelo menos nós vamos fazer mais justiça e colocar a ordem também e dar uma punição também para o receptador desses roubos de combustível.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Parabéns, Jaime!

Item extrapauta: Requerimento 641. Este requerimento foi apresentado por mim e apoiado por outros Senadores, foi uma solicitação dos nossos servidores da Secretaria-Geral da Mesa, e, naturalmente, eu a acolhi de imediato, porque eu quero registrar a brilhante assessoria que nós temos no Senado Federal, na Mesa do Senado - o corpo de servidores do Senado Federal, nossos colaboradores, homens e mulheres que nos ajudam a nós exercermos a nossa missão enquanto Senadores da República.

Esta solicitação foi uma solicitação trazida pelo Dr. Danilo, que é Secretário-Geral da Mesa e que representa os nossos servidores, para a realização de uma sessão especial destinada a celebrar os 80 anos da SGM, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, em razão da sua relevante contribuição - como disse - para o funcionamento institucional do Senado Federal, da Casa da Federação, e para a consolidação do processo legislativo brasileiro.

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

A sessão será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Na mesma linha, houve uma solicitação da Diretoria-Geral, da Dra. Ilana, que é Diretora-Geral do Senado Federal - e, em nome dela, todos os nossos colegas colaboradores e servidores da Dger -, que apresentou o requerimento de minha autoria, apoiado por outros Senadores, de nº 648, de 2026, que solicita a realização, também, de sessão especial destinada a celebrar os 80 anos de criação da Diretoria-Geral do Senado Federal.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Essa sessão especial será agendada também pela Secretaria-Geral da Mesa.

Senadora Dra. Eudócia, V. Exa. está inscrita para fazer um pronunciamento, na condição de oradora. *(Pausa.)*

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Antes da Senadora Dra. Eudócia, concedo a palavra à Líder Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) - Depois da Senadora Eudócia ainda tem algum projeto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Nós tínhamos 32 projetos para votarmos ainda hoje, mas eu vou tirar, porque a pauta foi muito extensa - eu vou tirar todos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Tem algum requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Também não.

A senhora está liberada, já trabalhou muito hoje.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) - Não, eu vou esperar a Senadora Eudócia. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Senadora Eudócia, com a palavra V. Exa. *(Pausa.)*

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. Para discursar.) - Boa noite, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras aqui presentes. É um prazer falar com vocês sobre os inícios do trabalho do Setembro Dourado, no mês de setembro, que é alusivo às doenças oncológicas infantojuvenis.

Fui Presidente de uma audiência pública na CAS, que acabou há pouco tempo, em que nós conversamos e palestramos com vários personagens da saúde brasileira, oncologistas pediátricos, toda a equipe do Ministério da Saúde, e falamos, na oportunidade, sobre a questão do diagnóstico precoce para nossas crianças com doenças oncológicas - diagnóstico precoce e tratamento precoce, porque essas doenças oncológicas na faixa etária infantojuvenil têm grandes chances de cura quando o diagnóstico chega precocemente, e obviamente, o tratamento.

Então isto é motivo de muita preocupação, saber que hoje as doenças oncológicas são as doenças que mais matam as nossas crianças e os nossos adolescentes. Por isso é que eu levanto essa bandeira aqui, da oncologia, no Senado, para que possa mudar essas estatísticas e possa mudar o avanço do combate ao câncer.

E me sinto honrada em ser autora do projeto de lei, que hoje é lei, que é o marco regulatório da vacina contra o câncer, e de ser Relatora do projeto de lei das imunoterapias, contemplando todas as imunoterapias do rol da ANS também para os nossos pacientes do SUS. É motivo de muita alegria poder ter participado de cada momento desse processo aqui no Senado Federal, e de o Ministério da Saúde poder também acompanhar o meu trabalho, e juntos podermos fazer esse avanço em termos de tratamento em toda a área do câncer, de todas as faixas etárias, mas especialmente, em se tratando de Setembro Dourado, a faixa etária infantojuvenil.

E solicitei que, nos dias 22 e 23 deste mês, as cúpulas do Congresso Nacional sejam iluminadas com a cor dourada, para que a gente possa fazer mobilizações e fazer também trabalhos voltados à conscientização da sociedade em prol dessa causa tão nobre que é o câncer infantojuvenil.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a vida pública não se mede pela extensão dos mandatos, nem pelo número de vezes em que o nome aparece nas urnas. Mede-se pelo legado que se constrói enquanto se exerce o mandato, pela responsabilidade com que se honra a confiança popular, sobretudo pela capacidade de preservar a própria trajetória.

E, quando uma longa trajetória passa a ser marcada reiteradamente por investigações, representações, inquéritos, denúncias, por organização criminosa e graves questionamentos públicos, já não basta responder a processo por processo como se cada episódio existisse isoladamente. Chega um momento em que um conjunto dos fatos impõe uma pergunta: até quando a sociedade deve tratar como normal aquilo que, de tão recorrente, passou a acompanhar uma vida pública inteira?

E aqui eu estou falando do Senador Renan Calheiros. Quem escolhe viver da vida pública também escolhe viver ao lado do povo. E quero dizer ao Sr. Senador Renan Calheiros que o povo o observa, o povo compara e o povo guarda na memória. Não só o povo alagoano, mas o povo brasileiro.

A trajetória do Senador Renan Calheiros atravessa mais de quatro décadas da política brasileira. São décadas marcadas por sucessivos episódios que colocaram seu nome sob investigação e sob questionamento público. Nenhuma decisão judicial apaga a responsabilidade de um homem público de responder politicamente pela trajetória que construiu. A memória política de um povo deve ser sempre estimulada e revivida.

Entre maio e novembro de 2007, esta Casa recebeu seis representações por quebra de decoro parlamentar contra um único Senador, chamado Renan Calheiros. Seis - seis - representações em menos de sete meses. Estou falando da origem de recursos usados para pensão alimentícia envolvendo a empreiteira Mendes Júnior. Estou falando aqui também de suspeita de tráfico de influência em favor de uma empresa chamada Schincariol, que tinha, e tem, lá em Alagoas - é uma cervejaria que comprou fábrica de propriedade do próprio irmão do Senador -, e de suspeitas envolvendo o Banco BMG e o fundo de pensão Postalis.

Esse fundo de pensão Postalis é o fundo de pensão dos aposentados dos Correios, e ele recebeu R$30 milhões - R$30 milhões - roubando os cofres do Postalis, do fundo de pensão dos aposentados dos Correios. Mas ele não fez isso sozinho, ele teve a ajuda do Ricardo Magro, o Ricardo Magro, sim, que nós conhecemos, que está foragido nos Estados Unidos, que está no rol da Interpol, na lista vermelha da Interpol - que está foragido. É com essas pessoas que o Senador Renan Calheiros se associa, que o Senador Renan Calheiros anda e que o Senador Renan Calheiros tem amizade.

Ele também tem uma denúncia, aqui nesta Casa, de espionagem contra colegas, contra colegas desta própria Casa. Olhem que absurdo! Como um colega Senador faz espionagem aqui dentro da própria Casa?

O Conselho de Ética chegou a aprovar o relatório favorável à cassação em mais de uma dessas representações - foram seis. Em mais de uma dessas representações, o Senador Renan Calheiros teve o apoio dos colegas para a cassação do seu mandato, e isso é muito grave.

Sr. Presidente, caros Senadores e Senadoras aqui presentes, há um fato que nenhuma interpretação pode apagar: em 4 de dezembro de 2007, o próprio Renan Calheiros leu, neste Plenário, uma carta de renúncia à Presidência do Senado Federal. Ele não foi cassado porque ele renunciou. Ele renunciou à Presidência do Senado para tentar evitar a cassação do seu mandato parlamentar por quebra de decoro, e quem renuncia a um cargo dessa magnitude por vontade própria reconhece, na prática, que havia se tornado insustentável manter-se nesse cargo, dessa forma reconhecendo seus próprios erros.

Alguns diriam que 2007 foi um ano isolado, mas os fatos posteriores dizem o contrário: de 2015 a 2025, portanto, por dez anos, o nome de Renan Calheiros voltou a aparecer sistematicamente em investigações conduzidas pela mais Alta Corte do país. Foram nove processos, originados não de boatos de corredor, mas de colaborações premiadas de executivos da Odebrecht, reportagens investigativas e decisões da própria Procuradoria-Geral da República.

Pergunto a esta Casa e ao povo brasileiro e, em especial, ao povo de Alagoas, do meu querido Estado de Alagoas: é razoável que nove processos distintos, ao longo de dez anos, quase um por ano, envolvendo Petrobras, fundos de pensão de trabalhadores, incentivos fiscais bilionários e a maior operação de combate à corrupção da história do país, tenham como denominador comum o mesmo nome, o nome do Senador Renan Calheiros?

E, depois de mais de 40 anos - mais de 40 anos -, o espantoso não é o povo ainda perguntar. O espantoso é ainda existir tanto a ser explicado. E o Senador Renan Calheiros continua em silêncio, continua calado. Ele não explica os motivos pelos quais ele praticou tantos crimes de corrupção contra o Estado brasileiro e contra o Estado de Alagoas.

E - mais grave - esse modo de fazer política não parece ter ficado preso ao passado, não, porque as pessoas não esquecem e até...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... porque está registrado nos *Anais* desta Casa e está registrado nas reportagens dos maiores jornais do Brasil e de Alagoas. Ele atravessou gerações, ocupou administrações e continua produzindo perguntas ao Brasil e ao meu Estado de Alagoas.

Quando seu filho, o ex-Governador Renanzinho, que também foi Prefeito da cidade de Murici na região da Zona da Mata do meu querido Estado de Alagoas... Quando Renanzinho assumiu a Prefeitura de Murici em 2005, uma dessas perguntas chegou até a merenda das crianças. Pasmem! Isso existiu, isso é real. Aconteceu no meu estado. Aconteceu na cidade de Murici.

A gestão municipal do Renanzinho tornou-se objeto de investigação envolvendo recursos federais destinados ao Programa Nacional...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... de Alimentação Escolar (Pnae). *(Fora do microfone.)*

Segundo as apurações divulgadas à época, entre 2005 e 2008, a prefeitura recebeu cerca de R$1,25 milhão, em valores atualizados, para a alimentação escolar.

Imaginem um Prefeito tirar da boca de uma criança o alimento! Olha ao que esse Prefeito se propôs em 2005, o Prefeito Renan Calheiros Filho, conhecido em Alagoas como Renanzinho.

A empresa vencedora dessa licitação da merenda escolar foi a RJS Comércio. Passou a ser investigada. E a CGU (Controladoria-Geral da União) apontou irregularidades no procedimento licitatório.

A investigação também confrontou notas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Presidente, por gentileza, estou concluindo. Eu lhe agradeço a atenção.

A investigação também confrontou notas fiscais apresentadas à prefeitura com registros fiscais na empresa, além de examinar a atuação da administração municipal no processo de contratação. Anos depois, já no STJ, houve determinação de quebra dos sigilos fiscal e bancário da empresa no âmbito da apuração.

Estamos aqui falando, povo brasileiro, povo alagoano, de merenda escolar, de dinheiro destinado a colocar comida no prato de criança! Quando até o recurso da alimentação dos alunos vira objeto de inquérito e de questionamento dos órgãos de controle, não estamos diante de uma pequena controvérsia administrativa, e, sim, diante de um episódio que não pode ser apagado da memória política de Alagoas! Porque as pessoas não esquecem. Não esquecem o que aconteceu no nosso querido Estado de Alagoas. O povo alagoano tem o direito de conhecer os fatos, compreender o que aconteceu e saber quem participou dessa história.

Décadas se passaram, mudaram os casos, cresceram as cifras, surgiram novos personagens, mas há algo que insiste em permanecer: os escândalos e questionamentos continuam lançando sombras sobre a trajetória política dos Calheiros e, por consequência, atingindo a imagem política de Alagoas. O povo alagoano não merece - o povo alagoano não merece - carregar o peso de uma história que não escreveu. Não foi o povo alagoano que escreveu essa história, e, sim, os Calheiros, que estão maculando, que macularam lá atrás, há 40 anos, e continuam maculando a história política do meu querido Estado de Alagoas.

Agora, elas passam pelo bilionário mercado dos combustíveis. A Operação Carbono Oculto revelou a dimensão nacional da infiltração do crime organizado na cadeia de combustíveis. Seus desdobramentos chegaram às Operações Carbono Oculto e Sem Refino, da Polícia Federal e da Receita Federal. Nesta última, Sem Refino, passou a apurar suspeita de gestão fraudulenta, lavagem de capitais, sonegação fiscal, evasão de divisas e crimes contra a ordem econômica, envolvendo o grupo relacionado à Refit e ao empresário Ricardo Magro.

Está aqui Ricardo Magro, mais uma vez, na história política de Alagoas...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... e dessa vez - com licença, Sr. Presidente - envolvido com o ex-gestor estadual Renanzinho. O mesmo Ricardo Magro estava lá, sonegando... Na verdade, ele não. O ex-Governador Renanzinho estava sonegando impostos através do esquema fraudulento com Ricardo Magro, dono da Refit.

O que acontecia? Os navios que vinham do exterior com os combustíveis, com as naftas passavam pelo mar de Alagoas; não eram atracados no porto e nem fiscalizados. Passavam pelo mar de Alagoas e iam para o Rio de Janeiro. E o Senador Renan Calheiros Filho, o Renanzinho, sonegou esses impostos para o povo alagoano. O dinheiro a que o povo alagoano tinha direito foi sonegado para facilitar uma transação junto com Ricardo Magro.

Qual é o interesse que um Governador tem de sonegar impostos sabendo que o nosso Estado de Alagoas é um estado... não vou dizer que é pobre, mas é um estado que precisa muito de recursos? E você sonegar impostos? Mas ele fez isso, junto com o Secretário Estadual de Finanças. Eles fizeram várias autorizações para que fossem pagos com dinheiro dos precatórios e não fazendo da devida forma que teria que ter sido feita pela lei estadual.

E Alagoas entrou neste debate por uma razão que precisa ser esclarecida até o fim. Foram formalmente levados ao STF e à Procuradoria-Geral da República questionamentos sobre operações da Refit no Estado de Alagoas, benefícios tributários concedidos durante o Governo do Renanzinho, circulação de combustíveis por Alagoas com destino a outros estados e utilização de precatórios para pagamento de ICMS.

Isso tem um nome: se chama sonegação. Sonegação é crime. Quando um gestor sonega o dinheiro aos cofres públicos, faltam residências para os munícipes, para os nossos cidadãos e cidadãs alagoanos e alagoanas. Faltam hospitais, faltam insumos para nossos pacientes, falta toda a infraestrutura para as cidades, falta água no Sertão.

E, por falar em Sertão, quero falar em Canal do Sertão. O Senador Renan Calheiros também está envolvido na questão da construção do Canal do Sertão, também fazendo desvio de recursos nessa obra. Olha a que ponto, gente: o canal que foi feito para levar água para o povo sertanejo, que não tem condições de pagar um carro-pipa - custa de R$300 a R$500 um carro-pipa.

E as pessoas hoje, agora... Isto está acontecendo agora, hoje, no meu Estado de Alagoas: o Sertão está agonizando por falta d'água. As pessoas pobres, que não têm condições de comprar um prato de comida, têm que juntar dinheiro para comprar um carro-pipa no valor de R$300 a R$500, se quiserem ter água limpa para beber e para comer.

E está lá o Canal do Sertão, que não funciona, que não chega às residências - não chega às residências. Estive lá, pessoalmente, fiscalizando no Sertão. As pessoas abrem as torneiras e não vem a água. E, quando vem, é de uma forma reduzida, reduzidíssima. Isso é muito grave e isso é muito cruel.

Continuando aqui a questão da sonegação dos impostos lá em Alagoas.

O ex-Governador Renanzinho terá que devolver, porque não é o povo de Alagoas que vai pagar esse dinheiro que foi cerceado do povo alagoano, não - quem tem que pagar é o ex-Governador Renanzinho. Ele terá que devolver aos cofres

públicos do Estado de Alagoas o que foi sonegado ao povo alagoano durante a sua gestão - durante a sua gestão -; e não o povo alagoano pagar o rombo que ele deixou quando foi Governador do estado. São alegações submetidas a autoridades competentes e que não podem ser empurradas para debaixo do tapete.

E esse padrão de questionamentos também aparece no sistema financeiro, no encontro entre o antigo caso BMG e o atual caso Banco Master. Em 2007, o nome do Senador Renan Calheiros já aparecia em suspeitas relacionadas...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Com licença mais uma vez, Sr. Presidente, por gentileza. Eu agradeço a sua atenção.

O povo alagoano não merece isso aqui que eu estou falando.

Muito grata, Sr. Presidente.

Em 2007, o nome do Senador Renan Calheiros já aparecia em suspeitas relacionadas ao Banco BMG e ao crédito consignado. Em 2026, o próprio Senado voltou a registrar questionamentos públicos sobre possíveis conexões entre BMG, Banco Master e operadores do mercado de consignados.

E fui além: apresentei o requerimento para a criação da CPI dos Bancos BMG e Master e consegui, com os nobres colegas Senadores e Senadoras, todas as assinaturas necessárias para que esses fatos sejam devidamente investigados nessa CPI e as responsabilidades esclarecidas, passando esse caso a limpo...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... tanto para o Brasil como para o meu querido Estado de Alagoas.

Sr. Presidente, trata-se de cobrar a respostas para fatos objetivos que vieram a público. O próprio Senador Renan Calheiros afirmou - ele afirmou - ter conversado três vezes com Daniel Vorcaro, que é controlador do Banco Master.

Também foi apontado publicamente que Márcio Alaor de Araújo, que estruturou a área de consignados do BMG nos anos 2000, posteriormente apareceu no ecossistema do Banco Master, novamente ligado ao setor de benefícios e consignados.

E há ainda uma questão política que merece explicação. Enquanto o Senador Renan Calheiros preside a Comissão de Assuntos Econômicos, responsável por acompanhar o caso Master, Renan apresentou propostas para ampliar a proteção do Fundo Garantidor de Crédito a fundos públicos de previdência...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... atingidos por investimentos em papéis do banco, comportando-se como o verdadeiro advogado do Vorcaro.

E aí eu faço uma nova pergunta ao Senador Renan Calheiros, como fiz na ocasião, lá em uma das reuniões da CAE, que ele ainda não respondeu. Senador Renan Calheiros, eu lhe pergunto mais uma vez: Quem elaborou esse projeto de lei, da sua autoria, que protege o Vorcaro e faz com que o Fundo Garantidor de Crédito tenha que pagar o rombo do Banco Master, no lugar de Vorcaro pagar o que ele roubou do Brasil e dos brasileiros e brasileiras? Você se comporta como um verdadeiro advogado do Vorcaro e você ainda não deu essa resposta para o Brasil e para Alagoas.

Diante desse conjunto de fatos, a pergunta é legítima: Qual é, afinal, a extensão da relação entre Renan Calheiros, o antigo caso BMG e o Banco Master? Essa ligação precisa ser esclarecida com transparência, investigação e respostas objetivas.

E, quando mais um ciclo eleitoral se aproxima, é hora de colocar em perspectiva todos os discursos, todas as promessas, todos os supostos feitos de pessoas assim. Quem se coloca como exemplo de homem público, de referência em cuidar das pessoas merece mais atenção ainda. A população não pode se deixar levar por propagandas enganosas nem falsas promessas.

O Senador Renan Calheiros, nessa hora que se avizinha, esconde sua ficha corrida e todo o perverso caminho que percorreu.

Portanto, é hora de levar luz às pessoas para que não sejam ludibriadas mais uma vez.

Eu quero mostrar a todos aqui presentes os 23 processos durante a vida pública do Senador Renan Calheiros - total de 23 processos. Nós, o povo brasileiro, não merecemos isto aqui: ter um Senador da República representando o povo brasileiro, em especial representando o povo alagoano, com 23 processos. Alguns desses processos estão arquivados, mas eu já solicitei desarquivamento, para que esses fatos sejam elucidados. Ele falou também na CAE, outro dia, que ele tinha sido inocentado. Não, Senador Renan Calheiros! Você não foi inocentado pela Justiça. Os seus processos, alguns deles foram

arquivados, mas eu já solicitei desarquivamento. E o povo brasileiro vai saber e vai passar essa história a limpo, e o povo alagoano também. Sempre tem o dia D, e o seu dia D se aproxima. É só você aguardar mais um pouco.

Ontem, a pergunta...

(Interrupção do som.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Estou concluindo, Sr. Presidente.

Ontem, a pergunta estava, como eu já falei, na merenda da cidade de Murici; hoje está nos milhões e bilhões que atravessam a cadeia dos combustíveis e o escândalo BMG Master. E os números falam por si. Foram, como eu já elenquei aqui, 23 processos contra o Senador Renan Calheiros entre casos, operações, inquéritos e processos. Não estamos falando de um fato isolado, de uma única controvérsia ou de um episódio perdido no tempo. Estamos falando de uma sucessão de questionamentos que atravessam décadas - décadas - de vida pública.

Há decisões que revelam muito sobre um governo, revelam suas prioridades, seus critérios e, sobretudo, aquilo que ele já está disposto a tolerar.

O que aconteceu na saúde de Alagoas - quero aqui incluir também o caso da saúde de Alagoas - exige uma resposta política clara. Estou falando aqui da saúde estadual de Alagoas. A Polícia Federal pediu o afastamento do Secretário Estadual de Saúde, o Dr. Gustavo Pontes de Miranda, apontado, nas investigações da Polícia Federal, como um dos chefes da organização criminosa investigada. E o que fez o Governo de Alagoas? E o que fizeram os Calheiros, que são cúmplices de tudo isso, que são cúmplices, junto com o Governador atual, Paulo Dantas? E o que fez o Governo de Alagoas? - pergunto mais uma vez. Na primeira oportunidade, colocou o Secretário Gustavo Pontes de Miranda novamente no comando da saúde -novamente, pasmem! -, e está lá ainda como Secretário Estadual de Saúde.

Senhoras e senhores, estamos falando da pasta que cuida da vida das pessoas, que administra hospitais, medicamentos, tratamentos em um orçamento gigantesco.

Para vocês terem uma ideia, só para o hospital chamado Hospital Carvalho Beltrão, que fica na cidade de Coruripe - estou aqui até com os dados -, entre o ano de 2017, quando o ex-Governador Renanzinho era Governador, até os dias atuais, até 2026, foi enviado para o Hospital Carvalho Beltrão, em Coruripe, quase R$1 bilhão. Está aqui, ó. Eu trouxe a planilha para vocês verem. Quase R$1 bilhão, isso tudo para um único hospital, que é um hospital particular, que tem a rede SUS também funcionando lá. O que justifica você mandar para um único hospital quase R$1 bilhão, e você não ter o tratamento devido da saúde dos nossos pacientes?

Os pacientes oncológicos estão morrendo na fila, esperando o atendimento oncológico, esperando a biópsia. Quando têm a biópsia, não têm a consulta precocemente, e, quando têm a consulta e têm a prescrição médica, não têm o medicamento.

A saúde do meu Estado de Alagoas está um caos: pessoas morrem nas filas, crianças morrem nas filas, e gestantes morrem por não terem maternidade e colegas que possam fazer o seu trabalho devidamente, porque não tem estrutura no hospital.

É como, por exemplo, o hospital da nossa maternidade, que está agonizando, a Maternidade Santa Mônica, onde as parturientes ficam no corredor, esperando atendimento, e os nossos colegas estão dando o melhor de si, mas o hospital não tem estrutura para um trabalho de excelência.

É por esse motivo que também não morrem só parturientes, não morrem só mães, morrem também os bebês. Infelizmente, esse é o caos que está instalado na saúde estadual de Alagoas.

Inclusive, eu pedi ao Ministro da Saúde intervenção na saúde do Estado de Alagoas - eu espero ainda uma resposta do Ministro -, para que a gente possa se posicionar e para que pessoas não morram mais, para que crianças não morram mais.

O Hospital da Mata e o Hospital do Agreste, que o ex-Governador deixou, são hospitais até grandes por fora, mas dentro não tem os insumos, dentro não tem estrutura necessária para atender nossos pacientes. E os pacientes agonizam e terminam, muitas vezes, indo a óbito.

E o Hospital da Cidade, que é o único hospital do Município de Maceió, está dando toda a estrutura necessária para esse déficit, só que nós não podemos garantir só com o Governo municipal. O Governo estadual tem que fazer o seu papel.

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Mais uma vez, obrigada. Mas eu estou concluindo de verdade, Sr. Presidente. Agradeço a sua atenção de sempre.

Senhoras e senhores, aqui eu já falei das pastas que cuidam da vida, mas eu quero dizer que... Eu quero fazer um questionamento: que mensagem um Governo transmite ao povo quando, diante de acusações dessa gravidade, escolhe manter no centro do poder justamente quem está sob investigação? Por que o Dr. Gustavo Pontes de Miranda continua como Secretário Estadual de Saúde - e está sendo vergonhosa a gestão dele - com esses desvios todos? Ele foi apontado,

pela Operação Estágio IV, da Polícia Federal, que esteve lá na Secretaria Estadual de Saúde... A Operação Estágio IV da Polícia Federal o colocou como o principal, como chefe da quadrilha - o Secretário Estadual de Saúde, Gustavo Pontes de Miranda, como chefe da quadrilha -, investigando o desvio de R$100 milhões dos cofres públicos da saúde do Estado de Alagoas.

Como que um gestor tem esse relatório da Polícia Federal e mantém um gestor no cargo? Essa é a pergunta que eu faço; essa é a pergunta que eu faço, porque isso é extremamente inexplicável e tem uma só explicação. E aqui eu não estou afirmando, aqui eu estou perguntando também: será que há cumplicidade? Isso é uma pergunta, Sr. Presidente. Será que há uma cumplicidade por parte dos Calheiros, que gerem o estado, que administram o Estado de Alagoas...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... junto com o atual gestor, com o Governador Paulo Dantas? Porque como é que pode dois Senadores - pai e filho -, dois Senadores de mandato assistirem de camarote ao que está acontecendo no meu Estado de Alagoas, especialmente agora, nessa questão da saúde, e não fazerem nada? Isso é subestimar o povo. Isso é dizer que o povo não está atento. Isso é dizer que o povo não tem que ter esperança, não tem que ter sentimento de esperança e de mudança. Mas isso vai mudar, porque tudo tem um limite.

Já que os dois Senadores que representam o meu Estado de Alagoas não fazem o seu mister, como Senadores que são, eleitos pelo voto popular, eu, enquanto Senadora, a única Parlamentar...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Estou concluindo. Obrigada, Sr. Presidente.

Eu, a única mulher Parlamentar... Eu tenho muito orgulho de representar a todas as mulheres do Brasil e a todas as mulheres do meu querido Estado de Alagoas - e aqui mando o meu forte abraço para todas as mulheres, cidadãs brasileiras e do meu querido Estado de Alagoas. Isso é fazer com que... é o mesmo que falar que as pessoas não raciocinam e não estão vendo, não estão enxergando a gravidade do que está acontecendo debaixo dos nossos olhos.

Mas eu continuarei aqui, investigando e colocando para cada alagoano e alagoana, colocando para cada brasileiro e para cada brasileira o que está acontecendo no meu estado, fazendo o que é devido a mim fazer pelos mais de 1 milhão de votos...

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... que obtive junto com o Senador Rodrigo Cunha.

Essa é uma questão política, porque o povo de Alagoas merece um governo que, diante da dúvida, escolha a prudência; diante de uma investigação grave, escolha a transparência; e, diante do dinheiro da saúde, não deixe sequer pairar uma sombra de desconfiança.

E aqui eu quero colocar também... Mas como tempo é exíguo, Sr. Presidente, e já lhe agradeço a sua atenção de sempre com a minha pessoa e com todos os colegas aqui Senadores, porque o senhor é um Presidente que realmente respeita muito os pares e agradeço por isso...

Isso sem comentar da Lava Jato, em que o Renan Calheiros também estava envolvido, em que ele foi apontado. Foi um dos primeiros Senadores a ser apontado na questão da Lava Jato...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - ... e isso foi algo que ele deixou muito marcante na vida política dele - uma das, uma das -, foi a questão da Lava Jato, em que ele estava totalmente envolvido também.

E isto me traz um sentimento de tristeza, saber que um Parlamentar tem a coragem de olhar para os votos que obteve no seu estado, a confiança que o povo colocou naquele Parlamentar, e ele fazer tudo isso que ele fez e vem fazendo. É motivo de muita tristeza e, posso dizer, também de vergonha de ter um colega nesta Casa que fez, faz e com certeza continuará fazendo tudo o que é de mais perverso e tudo o que é de mais corrupto...

(Interrupção do som.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL. *Fora do microfone*.) - ... que possa existir.

(Soa a campainha.)

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Infelizmente, essa é a realidade.

Sr. Presidente, muito grata, um grande abraço.

Que Deus continue o abençoando!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Obrigado, Senadora Dra. Eudócia.

Apenas me permita fazer uma ponderação a V. Exa., que, pelo tempo regimental, V. Exa. teria dez minutos para o uso da palavra, e, pela informação da Secretaria-Geral da Mesa, V. Exa. falou por 38 minutos.

Então me desculpe o toque da campainha. Eu fui tentando prorrogar o máximo de tempo para atender o pronunciamento de V. Exa.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AL) - Muito grata, Sr. Presidente. Grata pela atenção.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A Presidência suspende a presente sessão e declara que o seu retorno está previsto para amanhã, às 11h da manhã.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 21 horas e 06 minutos do dia 2/9/2026 e reaberta às 16 horas e 13 minutos do dia 3/9/2026, sob a Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) - Declaro reaberta a sessão.

A presente sessão deliberativa ordinária foi iniciada no dia 1º de setembro, tendo sido suspensa ao final do dia e continuada ontem, dia 2 de setembro, quando foi novamente suspensa com a sua continuação agendada para hoje.

Informo às Senadoras e aos Senadores que a lista de oradores inscritos para hoje será mantida e que novos oradores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa Diretora durante a sessão.

Antes de passar a palavra à Senadora Teresa Leitão, permitam-me V. Exas. fazer alguns esclarecimentos que acho importantes.

Ontem, nós anunciamos, Senador Paulo Paim, que nós iríamos retomar a sessão deliberativa ordinária hoje, às 11h da manhã. Anteontem, Senadora Tereza Cristina, nós fizemos uma reunião com o Presidente Hugo Motta por mais de três horas, com a Senadora Leila, Relatora da Medida Provisória 1.357, denominada medida provisória que trata da isenção da tarifa das importações de até US$50, conhecida como medida provisória da taxa das blusinhas, e conseguimos compatibilizar o entendimento em relação ao texto.

Ocorre que a Câmara dos Deputados... e nós achávamos que a reunião da Câmara hoje seria às 9h, para dar tempo de a gente abrir a nossa às 11h e votarmos as matérias, inclusive esta medida provisória. Mas nós votamos uma legislação aqui, que estava pendente de deliberação, que trata do Redata, que é o incentivo para *data centers* no Brasil, e que necessariamente necessitaria que nós fizéssemos uma adequação no projeto de lei complementar, porque se trata de incentivo fiscal e tributário.

Até ainda há pouco, o Relator na Câmara dos Deputados, que foi designado pelo Presidente Hugo Motta, Deputado Isnaldo Bulhões, estava em reuniões com o Governo e com as Lideranças partidárias sobre o texto do PLP, que, se não me engano, será o nº 74, de 2026 - 74, não é, Líder?

Então, como eles demoraram no PLP, a Câmara não abriu a sessão às 9h. Então, não adiantava nós estarmos aqui às 11h da manhã, porque nós não tínhamos nem a medida provisória, nem o PLP, nem os outros projetos prontos para a deliberação cuja inclusão extrapauta foi solicitada ontem por vários Senadores, conforme eu anunciei. O Presidente Hugo Motta - são 16h15 -, às 15h15, me informou que os Líderes partidários com o Governo chegaram a um entendimento no texto do PLP, cuja Relatora será a Líder Senadora Teresa Leitão, quando chegar ao Senado. Parece que agora colocaram, no sistema, o relatório acordado na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Ainda não.

Então, nós continuamos ainda com o mesmo impasse. Mas, tudo bem, nós estamos aqui agora e nós vamos continuar com os itens extrapauta, os pronunciamentos, aguardando a medida provisória e também o PLP. A Senadora Teresa Leitão...

E me foi pedido ontem pela Senadora Tereza Cristina, assim como por vários Senadores - o Senador Jayme está aqui - sobre a possibilidade de nós, de uma vez por todas, deliberarmos a questão do seguro-safra, o seguro rural dos produtores brasileiros. Esta matéria está sendo tratada há algum tempo, só que agora nós estamos com uma urgência por conta do prazo em que se iniciam as plantações no Brasil da maior safra brasileira, que é nesse período.

Então, eu queria pedir aos Senadores e às Senadoras que estão nos acompanhando, aos assessores todos, porque nós vamos, no decorrer da sessão, tentar construir um entendimento com o Governo, com os ministros, mas esta matéria já foi tratada e já foi, por todos nós, aguardada, há muito tempo, a busca do entendimento. Quando nós terminarmos a deliberação da pauta previamente estabelecida, o meu compromisso é incluir esta matéria como item extrapauta e nós a deliberarmos no dia de hoje. Se tivermos um avanço na relação do acordo construído com o Governo, vai ser maravilhoso, porque isso é muito bom para o Brasil, para a produção, para a agricultura e para a arrecadação do Estado brasileiro com a riqueza da produção agrícola. Se não tivermos conseguido construir o acordo, eu vou resgatar o acordo feito com o Governo na Câmara dos Deputados, que concordou com esse texto. Então, eu vou fazer, no momento adequado, as manifestações em relação ao projeto que foi votado na Câmara, que - eu consultei a autora e o Relator - é o mesmo texto que a Câmara dos Deputados votou com o acordo dos Líderes, da Presidência da Câmara e do Governo. Então, não tem por que nós esperarmos mais para construirmos um novo texto, já que nós estamos na urgência de iniciarmos o processo de plantação no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Exato.

Pela lista de oradores inscritos, vou conceder a palavra, pelo tempo de Liderança, à Senadora Teresa Leitão, que solicitou para fazer o seu pronunciamento.

Com a palavra a Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu falo em nome da Universidade Federal de Pernambuco, através da sua comissão dos 200 anos, a serem celebrados em 11 de agosto de 2027. Mas a comissão demarcou o início desse bicentenário no aniversário de 199 anos, celebrados no último 11 de agosto de 2026.

A Universidade Federal de Pernambuco deu, portanto, início, no dia 11 de agosto, às comemorações dos 198 anos dos cursos jurídicos de Olinda, os primeiros cursos jurídicos do Brasil, posterior Faculdade de Direito do Recife, momento em que é fundado o primeiro curso sob a pena de Dom Pedro I no Mosteiro de São Bento, na cidade de Olinda.

Em 1800, foi fundado também em Olinda o Seminário dos Jesuítas, sob os auspícios do Bispo Azeredo Coutinho e tendo Frei Miguelinho, hoje nome de uma cidade, como orador da aula inaugural. Trata-se de um momento, ao mesmo tempo fundador e insólito, na medida em que estavam sendo introduzidos ali os ideais do iluminismo francês pela Igreja, instituição participante do Pacto Colonial, defendendo as ideias de liberdade civil, de resistência à tirania, de igualdade entre os homens e de uma vontade geral expressa no conselho da lei universal e positiva.

Esse espírito também estará presente, algum tempo depois, na inauguração da Universidade Moderna, a de Berlim, em 1810, dando início a um modelo de universidade que deveria se livrar de duas tutelas - a do Estado e a da Igreja - e aceitar apenas a tutela da ciência.

Já em 1820, eclode na cidade do Porto a chamada Revolução Liberal, um importante levante que culminará com a derrubada do absolutismo português e trará consequência para o Brasil.

Com a instalação das Cortes de Lisboa, o Brasil vê a possibilidade histórica de enviar representantes com poder de decisão sobre os destinos do Brasil, como Estado Nacional e livre, e, finalmente, assegurar o início dos cursos superiores até então proibidos.

Muniz Tavares, que terá forte atuação, em 1824, na Confederação do Equador e também Deputado naquelas Cortes, propõe, então, a criação dos cursos jurídicos de Olinda, que Dom Pedro I instituirá, portanto, em 11 de agosto de 1827, conjuntamente com os cursos do Largo São Francisco, em São Paulo.

O que estará em jogo na institucionalidade é uma formação jurídica entre nós, senhoras e senhores. É uma questão de formação do Estado Nacional, sobretudo após Dom Pedro I ter dissolvido a Assembleia Constituinte em 1823, na famosa Noite das Garrafadas, e outorgado uma Constituição, assim como o primeiro marco do ordenamento jurídico foi resultado de um ato arbitrário e golpista.

Vejam como a gente consegue, no longo da história, superar, Senador Camilo, pela democracia, pela resistência, atos arbitrários e golpistas.

Orientados por José Bonifácio, nossos representantes naquelas Cortes portuguesas lutaram para que tivéssemos um primeiro estatuto jurídico que garantisse aqueles direitos já consagrados pelo republicanismo francês pós-revolucionário.

Nossa primeira universidade nasce em Olinda, ainda sob o signo de três fortes injunções coloniais: a escravidão, o latifúndio e a economia voltada para o mercado externo.

Vejam a grave contradição que inaugura nosso primeiro balbucio de Estado Nacional: querer aliar pressupostos liberais e iluministas com a permanência da mais vil e ignominiosa relação social: a escravidão!

É interessante observar como nossas elites agrárias e escravistas conseguiram a quadratura do círculo: vencido o republicanismo político de 1817 e de 1824, nossas elites adotaram um liberalismo de inspiração lockeana. John Locke considerava que a propriedade antecedia a liberdade. Assim, como o escravizado era propriedade de um senhor, seu direito à liberdade ficava suprimido por um direito anterior e preponderante, o direito à propriedade!

Inaugurada em 1827 e instalada no Mosteiro de São Bento, em Olinda, nossa universidade ainda demorará um pouco para livrar-se daquelas tutelas que a Universidade de Berlim exigia em seu memorando inaugural.

Essas ideias terão forte influência às ideias que se contrapuseram a isso, às ideias que vieram através de novos pensadores, expressas, por exemplo, em um artigo para uma revista jurídica carioca propondo dois códigos penais: um para os brancos (conscientes dos aspectos morais do crime) e outro para negros para quem aquela consciência faltava!

Assim, as formas jurídicas de contestação da herança colonial e de adequação à sociedade propriamente moderna ainda tardarão.

Essas ideias também terão forte influência na chamada Escola do Recife, criada em 1870, onde nomes como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Tito Rosas, Castro Alves, Rui Barbosa deixaram suas marcas na, agora, Faculdade de Direito do Recife.

Fica clara a influência do Positivismo e do Spencerianismo nas ideias da escola, um princípio de evolucionismo social que fará com que Sílvio Romero defenda o branqueamento da raça brasileira. Ou seja: ao mesmo tempo abolicionista e descrente na capacidade dos negros de promoverem processos civilizatórios, uma instituição universitária banhada nas contradições culturais e ideológicas de sua época.

Passamos um pouco à frente, algumas décadas, e a Universidade, a Faculdade de Direito do Recife, resistindo a todas essas contradições, chega a 1911.

O edifício de estilo eclético, com influência do neoclássico, projetado pelo arquiteto francês Gustave Varin, ficou pronto e abriga até hoje a instituição que aniversaria nos seus 199 anos, rumo ao bicentenário.

Foi ali, nesse novo prédio, que um eminente membro da Escola do Recife, o Prof. Clóvis Beviláqua, foi um dos responsáveis pela elaboração de nosso primeiro Código Civil, em 1916, e a Faculdade de Direito do Recife (FDR, como a chamamos carinhosamente) vai participar de todos os grandes momentos da vida política, institucional e jurídica de nossa história republicana: dos grandes embates políticos que marcaram o fim da Primeira República (1930), dos conflitos com o Estado de exceção varguista (1937-1945) à decisiva participação estudantil no processo de redemocratização, que levou à morte do líder estudantil Demócrito de Souza Filho (1921-1945), assassinado num comício na Pracinha do Diário.

Em 1946, as diversas escolas, faculdades e institutos são reunidos na antiga Universidade do Recife, federalizada em 1965.

Por aquela Universidade do Recife, passaram nomes da mais alta importância em nossas letras, ciências humanas e exatas, educação, medicina, e, sob o risco de cometer uma imensa injustiça, lembro alguns incontornáveis: Manoel Correia de Andrade - estudei com ele -, Tania Bacelar - ainda hoje a nossa ícone da economia do Nordeste -, José Antonio Gonsalves de Mello, Pelópidas Silveira, o grande Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, o querido Patrono da Educação brasileira, Paulo Freire, Sérgio Rezende, Socorro Ferraz, Silke Weber - nossa eterna Secretária de Educação -, Manoel Caetano, Amaro Quintas, Arnaldo Marques, Naíde Teodósio, Germano Coelho, Elyanna Caldas - pianista -, Milton Baccarelli, Jaime Diniz, Maria do Carmo Tavares de Miranda, Nilo Pereira e tantos outros que, na história de Pernambuco, têm o seu lugar de destaque onde transitaram, onde exerceram o seu mister; nomes que marcaram sua época pela erudição, pelo empenho formativo e pela dedicação à instituição, inclusive na criação de novos cursos.

Não poderia, como professora que sou, deixar de falar do Patrono da Educação Nacional, Paulo Freire. O grande educador pernambucano formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1947, mas nunca exerceu a profissão e dedicou-se à missão que o tornou mundialmente conhecido: a ação e a reflexão sobre a prática educativa.

Em 1959, a pedido do então Reitor da Universidade do Recife, João Alfredo da Costa Lima, Paulo Freire criou o Serviço de Extensão Cultural, que inaugurou a ideia de extensão universitária no Brasil e colocou a ciência e o saber produzidos pela universidade pública ao alcance da sociedade e, sobretudo, dos mais necessitados.

Em 1964, após o golpe civil-militar, Paulo Freire e toda a equipe dirigente da antiga Universidade do Recife foram cassados, expulsos, presos e exilados.

Em 1965, os militares federalizaram a Universidade do Recife, criando a Universidade Federal de Pernambuco, cujas escolas, institutos e faculdades estavam espalhados pelo centro da cidade.

Com as agitações estudantis que marcaram o ano de 1968, quando os estudantes ocupavam a cidade em embates violentos com a polícia do então Governador Nilo Coelho - depois membro desta Casa Legislativa -, os militares decidiram agrupar todas as unidades situadas no centro da cidade no então longínquo bairro do Engenho do Meio, onde encontram-se até hoje.

O campus da nossa universidade é lá, mas a Faculdade de Direito do Recife permanece no centro da nossa cidade.

O aniversário de 199 anos da Faculdade de Direito do Recife significa, na verdade, o ato inicial criador da nossa Universidade Federal de Pernambuco, situada, hoje, entre as seis melhores universidades federais brasileiras e a primeira do Norte e Nordeste.

Camilo Santana, nosso ex-Ministro da Educação, sabe muito bem do que eu estou falando.

Sob a Presidência do Presidente Lula, a Universidade Federal de Pernambuco conheceu um amplo processo de expansão territorial e social: novos *campi* foram abertos no interior do estado e suas portas foram abertas para aqueles segmentos sociais que se viram, ao longo da nossa história, preteridos e excluídos da vida e da experiência universitária. A expansão territorial foi seguida pela expansão social.

E faço uma citação ao nosso então Ministro Camilo Santana como um empreendedor e como também um gestor que se preocupou com essa imagem das universidades no patamar e no perfil que o Presidente Lula assim o destinou.

Sob o reitorado atual do Prof. Alfredo Macedo Gomes, a universidade hoje conta com 29 polos de apoio presencial em todo o estado, inclusive no Arquipélago de Fernando de Noronha, sob a forma de EaD.

Atualmente ingressam mais de 7 mil alunos nos cursos presenciais, mil alunos nos cursos de pós-graduação e mais de 1,3 mil nos cursos à distância.

Conta com 114 cursos de graduação, sob a coordenação de 87 departamentos, dispondo de um excelente parque tecnológico.

Interiorizando suas ações, ampliando o conceito de diversidade para receber e atender à pluralidade de expectativas e demandas sociais e culturais da região - quilombolas, povos indígenas, assentados do MST -, a UFPE pode, com orgulho, ostentar seu dístico atual: "Excelência na diversidade".

No momento em que as instituições da cultura e da educação estão sendo metódica e sistematicamente agredidas, e em especial as de ensino superior, precisamos da universidade como garantia e âncora de uma vida nacional soberana e livre.

Caminhando para a conclusão desse panegírico comemorativo dos 199 anos da nossa universidade, gostaria, caros colegas Senadores e Senadoras, de dizer que uma universidade é um dos poucos e privilegiados lugares onde uma nação pensa sobre si mesma e seu futuro: a metódica reflexão sobre seus destinos; os critérios que permitem escolher caminhos políticos e sociais; sua capacidade de orientar políticas públicas para a tomada de decisões baseada nos princípios da autonomia, da democracia e da soberania; e a formação de quadros que garantirão a continuidade de um processo civilizatório. É nela onde tais princípios são praticados, ensinados e difundidos.

Uma universidade, por fim, é um modo de vida. Um modo de vida que garante que nossos antepassados não passaram, estão entre nós, e que formaremos homens e mulheres preocupados em dar continuidade a uma memória e a uma esperança.

Uma universidade é o lugar onde decidimos se amamos suficientemente o mundo para permitir a sua continuidade, com liberdade, com humanidade, com respeito.

Obrigada pela atenção.

Vida longa à UFPE!

E vamos rumo ao bicentenário dessa instituição, que é uma instituição que está cravada não apenas na história de Pernambuco, mas na história do povo brasileiro.

Muito obrigada. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Passamos à continuação da Ordem do Dia.

O Senador Camilo Santana vai relatar *ad hoc*...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Ah, perdão, primeiro é aquele do qual V. Exa. é o Relator, né?

Está aqui já.

Projeto de lei 4.952, de 2026, da Presidência da República, que transforma os Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro na Universidade Federal de Ciência e Inovação de Minas Gerais e na Universidade Federal de Ciência e Inovação do Rio de Janeiro e altera a Lei nº 11.892, de 2008.

A matéria tramita em regime de urgência constitucional, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi apresentado o Requerimento 668, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para a apreciação e deliberação da matéria.

Em votação o requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Senador Camilo Santana, para que ele possa proferir o parecer imediatamente em Plenário.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, demais Senadores e Senadoras, parecer em Plenário sobre o Projeto de Lei nº 4.952, de 2026.

O Projeto de Lei nº 4.952, de 2026, de autoria do Poder Executivo, visa a transformar os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, respectivamente, na Universidade Federal de Ciência e Inovação de Minas Gerais e na Universidade Federal de Ciência e Inovação do Rio de Janeiro.

Para tanto, o PL adota as seguintes medidas:

- estabelece as finalidades e objetivos das novas instituições;

- dispõe sobre sua estrutura organizacional e forma de funcionamento;

- trata de suas unidades acadêmicas, cursos e corpo discente;

- redistribui cargos e funções dos atuais CEFETs para as novas universidades;

- estipula a constituição de seu patrimônio e as origens de seus recursos financeiros;

- determina a administração superior das novas instituições pelo reitor e pelo conselho universitário, conforme os estatutos e regimentos pertinentes;

- condiciona a implantação das universidades à existência de dotação orçamentária específica;

- define prazo para o encaminhamento das respectivas propostas de estatuto ao Ministério da Educação; e

- altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A proposição foi encaminhada em regime de urgência ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, em 11 de agosto último, após a aposição do Veto nº 41, de 2026, por inconstitucionalidade formal, ao PL nº 5.102, de 2023, do Deputado Patrus Ananias, que encampava o mesmo objetivo.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada em Plenário, sob a relatoria do Deputado Rogério Correia, na forma de substitutivo que faz os seguintes ajustes ao texto:

- acréscimo do parágrafo único ao art. 1º, para explicitar que as novas universidades são autarquias vinculadas ao Ministério da Educação;

- inclusão do novo art. 10, para dispor sobre as normas relativas à nomeação dos respectivos Reitor e Vice-Reitor; e

- inclusão do novo art. 15, para prever, em ambas as instituições, o espaço institucional de oferta da educação profissional de nível médio técnico.

Análise, Sr. Presidente.

Não há óbices de constitucionalidade para a aprovação do projeto. Igualmente, do ponto de vista regimental e de juridicidade, inexistem obstáculos para sua aprovação. No tocante à técnica legislativa, não há quaisquer reparos a fazer.

No mérito, trata-se de proposição da maior relevância, cujo objeto já havia sido aprovado pelo Poder Legislativo.

O Cefet de Minas Gerais e o Cefet do Rio de Janeiro são instituições reconhecidas pela elevada qualificação de seus corpos docentes e discentes, pela expressiva produção científica e inovação aplicada e pela relevante contribuição à formação técnica, científica e tecnológica brasileira. Ao longo das últimas décadas, ambas ampliaram significativamente sua atuação na educação superior, na pós-graduação e na pesquisa aplicada, assumindo perfil acadêmico compatível com o modelo de universidades tecnológicas federais.

A conversão dessas instituições em universidades representa medida compatível com sua evolução institucional e com a complexidade das atividades atualmente desenvolvidas, além de estarem inseridas em um contexto de crescente demanda por inovação, qualificação especializada e ampliação da competitividade econômica nacional.

No tocante à adequação financeira e orçamentária, a exposição de motivos que acompanha o PL esclarece que a estrutura organizacional proposta para as novas instituições se assemelha às estruturas organizacionais de outras universidades públicas federais e utiliza as tipologias de cargos e funções existentes, com origem, inicialmente, na transformação de cargos vagos do MEC. Os quadros efetivos serão compostos por cargos ocupados e vagos atualmente disponibilizados para ambos os CEFETs. Não há, portanto, incremento imediato de despesa de pessoal decorrente da transformação pretendida.

No que tange aos aspectos relacionados ao impacto orçamentário-financeiro neste exercício, no âmbito das despesas de investimento, ressalta-se que os CEFETs já possuem estruturas consolidadas e em pleno funcionamento.

Para 2027 e 2028, o Poder Executivo estima um investimento inicial total de R$80 milhões, pleito compatível com o Plano Plurianual, no Programa 5113 - Eixo Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade, bem como com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Por fim, Sr. Presidente, no que se refere às modificações introduzidas pela Câmara no texto proposto pelo Poder Executivo, trata-se de ajustes importantes que explicitam a vinculação administrativa das novas instituições, preveem sua compatibilidade com as normas de nomeação de dirigentes nas universidades federais e garantem o espaço institucional específico para a oferta da educação técnica de nível médio. Entendemos, portanto, que são alterações que merecem a acolhida desta Casa, uma vez que aperfeiçoam a proposição original.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.952, de 2026.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para registrar aqui a presença da Diretora Carla Chamon, do Cefet de Minas Gerais, e que o Cefet de Minas Gerais completará 116 anos no dia 8 de setembro e recebe esse presente, se transformando numa universidade federal.

Quero cumprimentar também o Mauricio Motta, do Cefet do Rio de Janeiro, também presente neste Plenário, e dizer que, para mim, como ex-Ministro da Educação... Eu me sinto aqui com uma espécie de dever cumprido por ser responsável por relatar esse projeto, porque havia um compromisso do Governo do Presidente Lula em transformar essas duas grandes instituições em universidades. Então, ganha o Brasil, ganha a educação brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço aqui a oportunidade e, mais uma vez, quero cumprimentar todos que fazem agora - deixe-me ver aqui o nome direitinho - a nova Universidade Federal de Ciência e Inovação de Minas Gerais e a nova Universidade Federal de Ciência e Inovação do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O parecer apresentado pelo Relator é favorável ao projeto.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Nós não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Senador Camilo, V. Exa. vai relatar...

Senador Paulo Paim, o Senador Randolfe Rodrigues, que é o Relator do Projeto de Lei que cria a Universidade Federal da Fronteira, solicitou a V. Exa. para relatar *ad hoc*? Ele solicitou?

Item extrapauta.

Projeto de Lei 4.951, de 2026, da Presidência da República, que cria a Universidade Federal da Fronteira Norte. A matéria tramita em regime de urgência constitucional, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

Foi apresentado o Requerimento 661, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para a apreciação da matéria.

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Senador Paulo Paim, como Relator *ad hoc*, para a leitura do parecer apresentado pelo Senador Relator Randolfe Rodrigues.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para proferir parecer.) - Presidente Davi Alcolumbre, permita-me anunciar que ao meu lado, sentado no Plenário, está o Deputado Federal Martín Lousteau, da Argentina. Ele foi Senador e está visitando agora o Brasil. E eu falava um pouco da conjuntura nacional deste momento do país, que ele conhece muito bem, viu? Parabéns.

Presidente, então agora eu vou ao relatório.

Presidente, de fato, este relatório eu já li num outro momento. Meu Presidente, só para esclarecer, este relatório eu já li, nós já o aprovamos, e aconteceu que foi vício de iniciativa. Aí o nosso querido Randolfe, que é ali do Governo, conversou com o Governo, e o Governo repetiu então a impressão do novo parecer, do novo relatório. Eu então vou sintetizar aquilo que eu já li outra vez, e que agora veio por parte do Governo, o.k.? *(Pausa.)*

Projeto de Lei do Senador Randolfe, cujo Relator é o Senador Randolfe, PL 4.951, de 2026, que cria a Universidade Federal da Fronteira Norte.

A criação da Universidade Federal da Fronteira Norte é uma demanda histórica do Amapá, destinada a transformar o *campus* de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá (Unifap) em uma instituição autônoma. A iniciativa tramitou inicialmente no Congresso, por meio do PL 3.455, de 2023, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Posteriormente, foi apreciado em conjunto com proposições do mesmo objetivo na Câmara dos Deputados. Após aprovação na Câmara, em junho de 2026, a matéria retornou ao Senado na forma de substitutivo, consolidando o entendimento parlamentar favorável à criação da nova universidade.

Em julho de 2026, fui designado o Relator do PL 3.455, de 2023, neste Plenário, manifestando-me favoravelmente, então, claro, à matéria. Em 8 de julho de 2026, o Plenário aprovou definitivamente o projeto, concluindo sua tramitação no Congresso e encaminhando-o à sanção presidencial.

O texto previa a criação da nova universidade a partir da estrutura já existente da Unifap em Oiapoque, com a incorporação dos cursos, dos estudantes, dos servidores, dos cargos e do patrimônio vinculados ao *campus*.

Em 30 de julho de 2026, entretanto, o Presidente Lula vetou integralmente o projeto por vício formal de iniciativa, e não por divergência quanto ao mérito da criação da universidade. A Constituição reserva ao Presidente da República a iniciativa de projetos que tratem da criação de autarquias federais e de seus cargos e funções. Para sanar o impedimento constitucional, o próprio Presidente encaminhou ao Congresso - que é o fato que me leva à tribuna neste momento - este PL nº 4.951, de 2026, de iniciativa do Poder Executivo, com urgência constitucional, criando, assim, a Universidade Federal da Fronteira Norte, por desmembramento da Unifap, com sede em Oiapoque.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados em 2 de setembro e encaminhada ao Senado Federal, onde chega para apreciação em regime de urgência constitucional. O novo projeto preserva o objetivo essencial da matéria anteriormente aprovada pelas duas Casas, agora - o que mudou - com iniciativa constitucionalmente adequada; por isso, veio do Executivo.

A futura universidade absorverá o atual *campus* de Oiapoque, que conta com oito cursos de graduação e aproximadamente 1,2 mil estudantes, fortalecendo, então, a interiorização do ensino superior, o desenvolvimento do norte do Amapá e a cooperação transfronteiriça com a Guiana Francesa.

Diante do exposto, e cumprimentando o Senador Randolfe e o seu estado, o meu relatório é pela aprovação do projeto. *(Pausa.)*

O.k., Presidente?

É pela aprovação, na íntegra; não houve nenhuma alteração no mérito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O parecer apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues, cuja leitura *ad hoc* agora foi feita pelo Senador Paulo Paim, é favorável ao projeto.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção presidencial e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Permitam-me, Senador Paulo Paim, Senadora Teresa Leitão, fazer apenas uma manifestação em agradecimento ao trabalho do Senador Randolfe Rodrigues.

Foram feitas aqui, pelo Senador Paulo Paim, as considerações em relação a este projeto; essa matéria tinha sido uma matéria de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, que sabe a importância de termos esta universidade no extremo norte do Brasil, no Estado do Amapá - no meu estado. E o Senador Randolfe Rodrigues teve essa iniciativa, e precisa ser exaltada, pela importância estratégica para o Brasil, até por conta da descoberta do petróleo na costa do Amapá, a 175km do Município de Oiapoque, que é onde esta universidade vai existir para o Brasil, para o Norte, para a Amazônia e para o meu Amapá - é importante que eu faça este registro.

O Senador Randolfe Rodrigues teve essa iniciativa - estou repetindo pela terceira ou quarta vez, porque foi e é fundamental termos a condição de formarmos capacidade intelectual na academia, na universidade, no conhecimento, nessa nova perspectiva das riquezas, da exploração do petróleo e das riquezas que o petróleo pode proporcionar para o Brasil e vai proporcionar para a Amazônia, de conhecimento, de inteligência. E a universidade, só ela é capaz de gerar todas essas perspectivas.

Então eu queria cumprimentar o meu colega Senador de bancada do Amapá, Randolfe Rodrigues, que também conseguiu, com o Governo Federal, quero fazer este registro - conseguiu, com o Governo Federal -, fazer com que o Governo Federal, a partir da sua iniciativa, pudesse encaminhar esse projeto de lei em regime de urgência.

Então, também os meus agradecimentos ao Presidente Lula, que compreendeu a importância dessa universidade para o Amapá e que atendeu esse chamamento do povo amapaense, viabilizado pela iniciativa brilhante do Senador Randolfe Rodrigues, que teve naturalmente o apoio unânime dos Senadores e das Senadoras aqui no Plenário do Senado Federal no dia de hoje.

Nós tínhamos aprovado essa matéria, mas por conta de vício de iniciativa, o Governo entendeu a importância e mandou como projeto de lei. E agora a gente transforma em realidade esse sonho do Parlamento, de iniciativa de um colega nosso, o Senador Líder Randolfe Rodrigues. Parabéns.

Projeto de decreto legislativo...

Quero informar a V. Exas. e a todos que estão nos acompanhando que a medida provisória já foi votada na Câmara dos Deputados, e o processado está sendo encaminhado para o Senado Federal - não é isso?

E o projeto de lei complementar…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - A medida provisória, Senadora Damares, a 1.369, que trata da relação do INSS, para diminuir as filas dos nossos aposentados, também foi votada na Câmara. Apesar de ela expirar só em outubro, eu vou incluir também, como item extrapauta, para a gente poder ter essa medida provisória transformada em lei e os efeitos dela práticos na vida das pessoas que necessitam ter esse olhar especial para esse enfrentamento das filas gigantescas do INSS. Então nós vamos votar as duas medidas provisórias.

Projeto de…

Só ainda não votaram o projeto de lei complementar, então nós vamos aguardar, e eu vou retornar para a pauta.

Projeto de Decreto Legislativo 266, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2022, assinado no Conselho Internacional do Café, em 7 de outubro de 2022.

Parecer favorável nº 30, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Relator foi o Senador Carlos Viana.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo 267, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Camboja, assinado em Bangkok, em 2 de julho de 2021.

Parecer favorável nº 25, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Humberto Costa, Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à sua apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2024, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Zagreb, em 14 de fevereiro de 2023.

Parecer favorável nº 26, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Carlos Viana.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não tendo Senadores inscritos, está encerrada a discussão.

Passamos à sua apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Nós estamos aguardando... Senadoras e Senadores presentes, e os que estão participando da sessão, nós estamos aguardando também - e vamos aguardar um pouco mais, até para nós ouvirmos os pronunciamentos dos Senadores que estão inscritos, como o Senador Paulo Paim e outros colegas Senadores e Senadoras... A Senadora Teresa Leitão está tratando de uma demanda do Estado de Goiás, pela Liderança do Governo, de uma solicitação do nosso colega Senador Vanderlan Cardoso, que é uma mensagem de empréstimo para o Estado de Goiás. Nós estivemos, no decorrer da semana, tratando desse assunto. A Líder do Governo está tratando no Governo, e eu fiz um compromisso com o Senador Vanderlan Cardoso de que, se essa matéria chegasse no dia de hoje, nós a deliberaríamos diretamente em Plenário.

Então, eu gostaria de informar a V. Exas. que, em substituição à CAE, nós vamos deliberar essa matéria em Plenário, diretamente - a do empréstimo do Estado de Goiás -, porque há essa solicitação do Senador Vanderlan, há esse compromisso da Líder Teresa e há o meu compromisso com o Senador de fazermos a deliberação direto em Plenário, pela importância para o Estado de Goiás desse financiamento.

Então, nós vamos aguardar a assinatura, a publicação no *Diário Oficial*, para, se der tudo certo, nós incluirmos ainda na sessão de hoje, do esforço concentrado, a deliberação dessa matéria.

Senador... Ah, sim. Retornamos à pauta.

Solicitação do Senador Nelsinho Trad, que foi anunciada ontem como item extrapauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2024, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, adotada durante a Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006.

Parecer favorável nº 32 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Esperidião Amin.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à sua apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O Senador Flávio Arns, o nosso professor, solicitou ontem, e eu me esqueci de falar no microfone: hoje ele me ligou, pela manhã, dizendo ter conversado com a Senadora Damares sobre um projeto, que tinha um entendimento, que institui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

Ele solicitou a V. Exa., Ministra Damares, que fizesse a leitura, como Relatora, que V. Exa. é. Ele não estaria presente, mas pediu para que aqui nós incluíssemos o projeto na pauta.

Como eu acho que ele conversou também com as nossas Lideranças todas, e eu atendi todos os Senadores, vou incluir, já que V. Exa. está aguardando para fazer a leitura do seu relatório.

Projeto de Lei nº 2.269, de 2026 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012), de autoria do Senador Blairo Maggi, que institui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

Foi apresentado o Requerimento - foi justamente essa a solicitação que ele fez - nº 482, de 2026, de autoria do Senador Flávio Arns e outros Senadores, que solicita a urgência para a deliberação da matéria em Plenário.

Submeto à votação o requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a urgência.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da Senadora Damares Alves para que S. Exa. possa proferir o seu parecer em Plenário.

Com a palavra a Relatora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para proferir parecer.) - Obrigada, Presidente.

Mais um presente para o Brasil na área da educação hoje. Antes de começar a leitura do meu voto, quero dizer que essa matéria não é nova, gente; ela está sendo discutida desde 2012. O Congresso se debruçou sobre a matéria e hoje, indo agora para a minha análise, informo que o Projeto de Lei nº 2.669, de 2026 - apesar de ter o número de 2026, ele é lá de trás, de 2012 -, tramita em regime de urgência, devendo receber deliberação deste Plenário com amparo na Constituição Federal e no Regimento Interno. Em relação, Presidente, ao exame de constitucionalidade e juridicidade, não se verificam vícios que possam obstar a tramitação do projeto ou a aplicação da norma que lhe sobrevier.

Quanto à técnica legislativa, a proposição suscita aprimoramentos que serão apontados após o exame do mérito - e eu estou fazendo essa aprimoração por meio de emendas.

A propósito, da menção ao mérito, é inconteste que o projeto se encontra fundamentado na Constituição Federal, ademais de articular-se com a legislação educacional ordinária, incluída a que trata do planejamento educacional de longo prazo para o país.

Eu quero lembrar que nós temos na mesa o nosso ex-Ministro da Educação e nós temos na mesa a nossa ex-Presidente da Comissão de Educação, e todos nós, com certeza, apontamos na direção da necessidade da aprovação desse projeto.

De fato, a proposta encontra respaldo também no direito social à educação - a educação como direito de todos e dever do Estado. Como esse direito só se concretiza com o efetivo acesso à aprendizagem, que não prescinde do ensino público de qualidade, é certo que o fortalecimento da docência por meio do Pibid é um instrumento direto e hábil para assegurar a qualidade do ensino.

Ademais, o programa pode contribuir para a realização do princípio constitucional da valorização dos profissionais da educação, insculpido no art. 206, inciso V, da mesma Carta Magna, que o impõe como orientador do ensino no país, conjuntamente com a garantia de planos de carreira e ingresso exclusivo por concurso público.

Desse modo, o Pibid atua diretamente na raiz dessa valorização - que é o seu sonho, Teresa, a valorização da docência -, ao enfatizar a melhoria da formação dos futuros docentes.

De igual modo, as ações do programa se inserem no regime de colaboração previsto no art. 211 da Constituição Federal.

O Pibid guarda ainda estreito alinhamento com a Lei 9.394, de 1996, a nossa LDB, que preconiza a necessidade de formação superior dos professores consubstanciada na articulação entre teoria e prática.

Ainda nessa linha da harmonização com a legislação educacional, o Pibid potencializa o alcance das metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação recentemente aprovado e tão discutido nesta Casa.

A propósito, considerando que o fomento às bolsas de iniciação à docência é atualmente balizado, majoritariamente, por atos administrativos infralegais, como portarias e editais da Capes, a ação padece de maior vulnerabilidade a injunções conjunturais, a contingenciamentos e a vontades políticas, às vezes.

Por isso, estamos hoje torcendo pela aprovação desse projeto.

Passando à análise da realidade educacional brasileira, já se tornou consensual a constatação de que o Brasil enfrenta, já há algum tempo, um apagão de professores, caracterizado pelo déficit crescente de docentes em áreas críticas, como física, química, matemática e biologia, associado ao desinteresse juvenil pelas licenciaturas, por sua vez, motivado por baixos salários e condições de trabalho precarizadas.

Por isso que o programa funciona, num primeiro momento, como um forte incentivo financeiro e motivacional para reter os alunos nesses cursos. Simultaneamente, o programa ajuda a reduzir a evasão no ensino superior.

Por fim, em relação aos efeitos diretos do próprio programa - que vamos aprovar hoje - no ambiente escolar das escolas públicas, os dados históricos acumulados pela Capes na gestão de sua vertente atual são indicativos de que as escolas participantes apresentam melhoras significativas na dinâmica pedagógica.

Diante desse quadro, parece haver razões suficientes a demonstrar a relevância educacional e social do projeto, o que recomenda a sua urgente aprovação.

Feitas essas alterações, que eu apresento em forma de emenda, não havendo óbice algum, dado o número de vezes que esse projeto já foi discutido - nenhum óbice constitucional e de juridicidade -, julgamos que o projeto se encontra pronto para aprovação e para começar a operar seus efeitos como lei.

O voto, Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.269, de 2026, com as emendas, as quais eu já citei.

Vamos dar um grande presente para os docentes do Brasil nesta tarde.

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O parecer, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados, com as adequações redacionais propostas pela Relatora, foi apresentado agora.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Camilo Santana para discutir a matéria.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria cumprimentar e parabenizar a Senadora Damares pela relatoria desse Projeto de Lei nº 2.269, que institui o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência, que já era uma política e que agora vai se transformar em lei. É fundamental, e quero aqui, como ex-Ministro da Educação, Senadora, lembrar que foi uma das nossas prioridades nesses três anos e seis meses.

Primeiro, fizemos as mudanças das diretrizes curriculares nacionais das licenciaturas brasileiras, Senador Paim. Proibimos, acabamos com o ensino à distância, 100% à distância, na formação de licenciatura do Brasil, porque, no Enade, as notas de cursos de licenciatura das universidades, em média, eram todas abaixo de 5. Para se ter uma ideia, Pedagogia era nota 3.

Portanto, mudamos... Inclusive hoje, com a nova política, há a obrigatoriedade de 50% da formação de licenciatura brasileira ser presencial, ou seja, precisa ser semipresencial.

Criamos também, Senadora, dentro do programa Pé-de-Meia, o Pé-de-Meia Licenciaturas, que foi além um pouco do Pibid, porque o Pibid é uma bolsa para alunos de licenciatura nas universidades para não abandonarem as universidades, é um estímulo; e o Pé-de-Meia-Licenciaturas é uma bolsa também, no valor de R$1,1 mil por mês, para o aluno que tire 650 pontos no Enem - ou seja, uma pontuação muito satisfatória - e que escolha a licenciatura, porque, muitas vezes, o aluno faz o Enem e, quando ele vê que a nota dele não dá para passar para Engenharia, ou para ser advogado, ou para outro curso, ele escolhe a licenciatura, porque a nota... Nós não queremos isso; queremos que os alunos que tenham vocação para a licenciatura ingressem na licenciatura.

Portanto, hoje eles têm direito a receber uma bolsa durante os quatro anos, que vai além da bolsa do Pibid, que é o Pé-de-Meia-Licenciaturas.

E esta Casa aqui aprovou um projeto de lei de minha autoria, que foi a Carteira Nacional Docente.

Nós criamos o Programa Mais Professores porque o país precisa reconhecer o papel da profissão que eu considero mais importante de um país, que é ser professor - até porque todos nós passamos por esses professores.

E aí, no Programa Mais Professores, além, como a senhora lembrou, de que faltam professores em determinadas áreas específicas, de física, de química, de matemática - há um déficit diferente de acordo com a região do Brasil -, hoje, também, a gente criou uma bolsa. O Ministério criou uma bolsa para aquele professor, daquele estado, que for suprir a necessidade de um determinado município, naquela determinada, específica disciplina: ele também recebe um estímulo, por parte do Governo, para suprir aquela demanda.

Criamos a Prova Nacional Docente, Paim. Durante muito tempo, a gente discutiu essa questão, porque a gente precisava padronizar um pouco; geralmente, os municípios e estados faziam as provas com suas características dependendo de cada município ou estado. Então, a Prova Nacional Docente - e uma grande maioria de municípios e estados aderiram à prova - é uma pré-condição para qualquer concurso público ou temporário que um estado... ou seja, você garante uma padronização no ingresso do professor, sabendo que aquele professor que vai para a sala de aula está sendo bem escolhido para a escola pública neste país.

E aprovamos nesta Casa a Carteira Nacional Docente, que é uma forma de reconhecer... Eu lembro-me, Ministra e Senadora Damares, que eu estava na Região Norte do Brasil, e uma professora chegou para mim e disse: "Ministro, às vezes eu preciso levar meu contracheque impresso [lá no Ceará a gente chama de holerite] para eu provar que eu sou professora para ter direito à meia entrada no cinema". E aí ficamos com aquela coisa na cabeça: o médico tem a carteira dele, o engenheiro tem a carteira dele, o profissional jornalista tem a carteira dele; por que é que o professor - que, para mim, é a mais importante profissão de uma nação - não pode ter uma carteira? E nós aprovamos a Carteira Nacional Docente, que hoje dá algumas vantagens e benefícios para o professor, mas é uma forma também, Senador Paim, de reconhecer. A sociedade brasileira precisa reconhecer a importância desse profissional para uma nação e para um país.

Portanto, o Pibid faz parte do estímulo e do incentivo para a permanência dos jovens na licenciatura, na docência, nas universidades brasileiras.

Então, quero aqui para parabenizar a iniciativa desse projeto e parabenizar a Relatora Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não temos mais Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do substitutivo da Câmara dos Deputados, com as adequações redacionais, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o substitutivo da Câmara dos Deputados, com as adequações redacionais propostas pela Relatora.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria segue à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra à Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) - Presidente, eu deixei para falar depois da aprovação para lhe agradecer.

O Brasil está pegando fogo hoje e o senhor trouxe para a pauta matérias que estavam há anos engavetadas, com muita coragem, e eu espero que a imprensa fale isso hoje.

Inclusive, tem tuítes aí falando que vão fiscalizar o Senador que te elogiar hoje.

Comecem a me fiscalizar, porque eu vou elogiar Davi Alcolumbre. Desde 2012, Presidente, os professores vêm esperando isso aqui, porque a bolsa está hoje instituída por forma de política pública. Mas, da forma como que é instituída, decreto se derruba, portaria se derruba. Quando a gente traz por lei, a gente dá sustentabilidade: entra o Presidente que quiser, não acaba mais. Então, essa entrega que nós estamos fazendo, num dia de tanta confusão no Brasil, eu espero que a imprensa e os professores do Brasil observem que se teve de ter muita coragem para fazer isso.

Então, Davi, eu sou muito justa e eu não canso de subir a esta tribuna para te elogiar, porque a gente tem dado... hoje nós demos um *show* para a educação neste Plenário, como a gente muitas vezes deu um *show* pela infância sob a sua condução. Eu estou de amarelo porque é por sua causa que a gente tem a maior lei de prevenção ao suicídio - é a última vez que eu vou falar em setembro da tribuna e eu preciso falar sobre isso: prevenção ao suicídio e à automutilação. Não esqueçam, gente! Está todo mundo em campanha, mas não esqueçam que tem muita gente em sofrimento e em silêncio. Ouçam, acolham.

Então, Davi, em nome do Flávio Arns, que queria estar aqui relatando e que me deu a honra de ser a Relatora... Eu sou professora, e aí, Camilo, eu nunca tive uma carteirinha... Que linda! Exibi a carteirinha de professora! Então, eu me somo ao Governo, ao Camilo, à Teresa e te elogio, Davi. Na confusão que está o Brasil, podem me fiscalizar, estou elogiando o Presidente do Senado.

Que Deus te abençoe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Obrigado, Senadora Damares, minha Ministra querida. Permita-me a partir da sua fala... eu, às vezes, penso muito em fazer as minhas manifestações do alto da cadeira da Presidência do Senado Federal, porque existe uma questão institucional que é muito maior do que só os meus desejos como cidadão brasileiro, mas também como Senador da República.

Todos os dias eu falo desta cadeira que eu gostaria muito que no nosso país, em vez de nós estarmos comemorando quem agride mais as pessoas - o que infelizmente é o que nós estamos vivendo hoje -, era para nós estarmos comemorando quem reconhece as pessoas que fazem a diferença na vida das outras pessoas com a responsabilidade de um mandato de Senador da República, ou de Deputado Federal, ou de Deputado Estadual, ou de Vereador, ou de Prefeito, ou de Governador, ou de Presidente.

As coisas estão muito difíceis no Brasil. E muitas das vezes, Damares, eu escuto agressões, ofensas, todos os dias, e o desejo do cidadão Davi era ir à tribuna e falar as verdades que estas pessoas que agridem a gente mereciam ouvir.

Uma vez, Tereza Cristina, minha Ministra querida, eu tive a oportunidade de conviver com você como Ministra do Brasil e eu, Presidente do Senado. Eu tive a oportunidade de conviver com a Damares como Ministra do Brasil e eu, Presidente do Senado, no Governo passado. Neste Governo, eu tive a oportunidade de conviver com o Ministro Camilo Santana, que é meu colega Senador, que está aqui hoje. Está impossível o que nós estamos vivendo hoje. As pessoas estão felizes de ofender as outras.

E, muitas das vezes, Senador Nelsinho, eu abro os jornais ou as redes sociais e me deparo com agressões inimagináveis contra a minha conduta ou a minha postura. Está muito cômodo as pessoas, atrás de um telefone celular ou de um robô, de uma *fake news*, de uma mentira, ofenderem as pessoas sem avaliar o que nós fazemos pelo Brasil todos os dias aqui.

Eu já falei uma vez aqui, em forma de desabafo, parte das ofensas que eu sofro todos os dias.

Eu queria cumprimentar V. Exa., Senadora Damares, pela coragem, porque V. Exa. defende as suas bandeiras com convicção.

Seria tão bom se, no Brasil, a gente pudesse apenas discordar das pessoas, o que não seria pouca coisa, porque geralmente, quando a gente não tem o direito de discordar de ninguém, a gente está sob regimes totalitários ou autoritários, sem poder ter um telefone celular para ofender a história de alguém. Só que a gente vive numa ditadura, numa democracia com característica de ditadura na rede social. É muita ofensa! É muita agressão! E a gente não consegue se defender.

Uma vez, eu ouvi uma história de um rei que disse para uma pessoa: "Olhe, você está falando isso da minha família. Você vai subir em cima daquela torre, e eu vou rasgar um travesseiro de penas. Se você conseguir juntar esse travesseiro de penas, você não vai para a pena de morte pelo que você está falando da minha história e da minha família". Não tem como juntar mais depois que se abre um travesseiro de penas no vento. É igual à rede social. Ninguém nunca mais, Paim, vai juntar, porque também ninguém consegue juntar um travesseiro rasgado com penas.

As pessoas falam aqui o que querem, o que acham que é verdade. Às vezes, chegaram a um grupo e só fazem encaminhar, e deixam as outras falarem mal das outras pessoas sem eu saber se ela tem pai, se ela tem mãe, se ela tem irmão, se ela tem filho, se ela tem família, se ela tem amigos...

Então, infelizmente, uma Senadora da República ter que subir na tribuna para falar que vai me elogiar e que vai se preparar, porque as pessoas estão fiscalizando quem vai elogiar o Davi, é a coisa mais dramática que eu poderia ouvir como Presidente do Congresso Nacional, chefe de um Poder do meu país, de um país com 215 milhões de pessoas, em que as pessoas de bem estão com medo de falar as verdades ou defender as outras pessoas de bem. Está prevalecendo só o ódio, e não o amor. Estão prevalecendo a raiva e a agressão, e não a fraternidade e a compreensão.

Está impossível o que nós estamos vivendo no Brasil, só que piorou agora. Não piorou agora porque piorou agora, mas porque o mundo está doido. Os problemas da humanidade são gravíssimos, tem muita gente com muito poder no planeta Terra que, de manhã, fala uma coisa, de tarde, fala que vai destruir a nação e, de noite, fala que não vai mais destruir. Agora as coisas contaminaram as pessoas, e as pessoas estão se dando o direito de fazerem o que acham que devem fazer e não pensam na vida das outras pessoas.

E como eles são minoria, mas são minoria do ódio, de um lado e do outro lado, a maioria está espremida no meio, assim, sem poder ir à tribuna falar de uma lei tão importante para o Brasil ou, se for votar e for elogiar o Davi, ter que fazer um argumento de dizer que pode falar mal. Mas os nossos colegas Senadores talvez todos pudessem e pretendessem elogiar, mas também, às vezes, estão com medo de serem agredidos.

Mas na minha condição de Presidente do Senado, eu vou tentar, da melhor maneira possível, sempre ter o discernimento da minha fala, porque a minha fala é muito forte. Nós somos três Chefes de Poder neste país e eu sou o Chefe de um Poder, que é o Poder da legitimidade do voto popular, que conhece a verdadeira realidade do Brasil. E muitas das vezes quem está aqui no Poder central não sabe a realidade do extremo norte do Amapá ou do extremo sul do Rio Grande do Sul, mas o Senador Paim sabe, e eu sei do Amapá, como todos sabemos aqui das nossas realidades do Nordeste ou do Centro-Oeste, ou do Sul ou do Sudeste.

Então, eu fico todo dia aqui me penitenciando e me policiando e pensando do que é que eu vou falar, na condição de Presidente do Senado Federal. Se eu não fosse Senador da República, Presidente do Senado Federal, ou se eu fosse só mais um Senador, colega de vocês, eu ia falar muita coisa naquele microfone ali, inclusive para colegas nossos que se acham no direito de fazer um vídeo agredindo as pessoas, para o assessor do lado estar filmando ele na rede social, para ele ganhar curtida na rede social e talvez para querer ganhar a eleição no dia 4 de outubro, porque, se não fosse no processo eleitoral, ele não colocava o assessor para filmar ele ali, para agredir outro colega dele. Ele ganhou a eleição, teve voto,

eu também ganhei a eleição, mas ele bota ali a rede socialzinha dele, filmando o rostinho dele, ofendendo outro colega Senador que é Presidente do Congresso. E aquilo ele já distribui no mundo e diz agora, no programa eleitoral - vou ver muito isto: "Votem em mim que eu tive coragem de agredir e ofender o Presidente do Congresso, Davi Alcolumbre". E nem me esperou ontem, para eu descer da minha cadeira de Presidente do Senado, para conversar com ele.

Mas tudo tem tempo, tudo tem hora aqui.

Então, é muito difícil, Damares, o que nós estamos vivendo. É muito difícil. Eu estou falando sempre isso aqui. Isso aqui está impossível. E o que estão fazendo com a honra das pessoas é inimaginável. Vamos contestar minha opinião, vamos discordar; proponha uma saída diferente da que eu falei, faça eu me convencer de que eu estava errado, e, se eu não me convencer de que eu estava errado, eu vou continuar com a minha posição, mas não me ofenda! Não precisa me agredir, só discorde, e tente convencer a maioria de que está certo.

Mas está só piorando e a piora disso vai só se agravar, porque, infelizmente, alguém quer ganhar a eleição no dia 4, ofendendo os outros. E eu gostaria de ver uma proposta do que ele pensa para o futuro da educação do Brasil, que ele poderia propor para votar essa lei que nós votamos hoje. Não esqueceu essa lei, não vai pedir essa lei, não; ou propor para o Brasil ter discernimento da sua posição geográfica, estratégica e logística e uma nova matriz modal para o Brasil, para baratear o custo do transporte, para tirar as carretas das estradas, para os portos funcionarem melhor, para a nossa agricultura ser fortalecida, para melhorar o ambiente dos fertilizantes, dos insumos que têm que vir da Rússia.

Não, não tem proposta para o Brasil. Tem proposta para a eleição.

O que vão votar em mim na rede social? Não é a proposta; é a agressão. Porque a pessoa está gostando aqui e manda no grupo, nem leu o que estava falando.

Então, está muito difícil. Permitam-me fazer apenas essa ponderação aqui para que fique registrado, porque ninguém tem o direito de subjugar ninguém e de ofender tanto as outras pessoas. E todo mundo tem o direito de discordar. Eu quero só ter o meu direito de discordar. E eu nunca ofendi ninguém aqui, na minha condição de Senador ou de Presidente do Senado.

Senador Paulo Paim, V. Exa. está inscrito.

A medida provisória já foi votada, o PLP também já foi votado, e nós estamos aguardando apenas que chegue, na Secretaria-Geral da Mesa, o processado. *(Pausa.)*

Para fazer uso da palavra, pela lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) - Sr. Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento os que estão aqui no plenário: Senadora Damares, Senadora Teresa Leitão, Senador Camilo Santana, Senadora Roberta Acioly, Senador Jaime Bagattoli, Senadora Tereza Cristina e Senador Nelsinho Trad.

Presidente, venho à tribuna porque ontem, nesta Casa, eu entendo que avançamos com um belo e importante resultado na CCJ em relação à escala 6x1. Milhões de trabalhadores do nosso país estão olhando para esta Casa com muita esperança, mas com muita esperança! A CCJ aprovou a PEC 221, de 2019, de autoria dos Deputados Federais Reginaldo Lopes e Erika Hilton, que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários.

Sr. Presidente, Senadores, Senadoras, dos 27 Senadores daquela Comissão, somente quatro foram contrários. Somente quatro dos 27 votaram contra. Não foi diferente na Câmara. De 513, somente 19 votaram contra a redução de jornada, numa demonstração de que Câmara e Senado sabem o que querem: querem garantir ao povo brasileiro o direito de trabalhar cinco e descansar dois dias.

Parabéns a todo o Congresso Nacional!

Mas quero cumprimentar, de forma especial, o Relator, Senador Omar Aziz, pelo belo trabalho realizado, inclusive, apontando a possibilidade de ajuste no texto depois da aprovação, em dois turnos, nas duas Casas, em parceria com o Governo.

Quero cumprimentar o meu também querido amigo Presidente da CCJ, Senador Otto Alencar. Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que estiveram lá, independentemente da sua posição, que participaram da decisão. Poderiam obstruir, mas não obstruíram.

Quero cumprimentar o Relator na Câmara, Deputado Leo Prates, que construiu um amplo acordo lá, por isso, a votação foi tão ampla, como também cumprimento V. Exa., Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre. V. Exa. cumpriu a palavra, porque quando eu disse lá... Ontem, eu disse: na política a gente tem que cumprir a palavra empenhada. E V. Exa. falou para esses dois companheiros que estão do seu lado neste momento, falou para mim e falou para tantos: "Depois da conversa com o Presidente Lula, os projetos como esse" - de que eu estou falando todos os dias - "hão de andar", e estão

andando. Por isso, Sr. Presidente, eu falo isso com muita tranquilidade. Cumprimentei aqui o Presidente Davi, o Presidente da Câmara dos Deputados também, o Hugo Motta, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fez também a sua parte, dialogando com V. Exa. e deixando claro qual é a posição que ele tem. A política é isso: assumir as suas posições.

Senhoras e senhores, a CCJ aprovou, agora é a vez do Plenário do Senado. É urgente votar essa matéria. É urgente que o Plenário do Senado dê uma resposta positiva, eu diria - porque eu sinto que essa é a vontade dos Senadores e Senadoras -, aos milhões de brasileiros que trabalham seis dias por semana para poder descansar somente um; gente que acorda cedo, enfrenta horas de transporte, trabalha, trabalha, trabalha e tem direito a algo que parece tão simples, mas que ainda é negado a milhões e milhões de pessoas no nosso país: é um pouquinho mais de tempo para viver; é um pouquinho mais de tempo para estudar; e um pouquinho mais de tempo para chegar em casa, conversar com a família; um pouquinho mais de tempo para ir para a igreja; um pouquinho mais de tempo para jogar um futebol com um amigo, um tipo de esporte, cada um escolha...

Parece-me tão simples que não consigo entender como é que a gente vai negar; são alguns minutos por dia. Eu fiz todos os cálculos, porque eu discuto esse tema, Presidente Davi, há 50 anos, não há 40: cinco como jovem estudante - eu já defendia as 40 horas -; cinco como sindicalista, porque, em seguida, vim para o Congresso para ser Constituinte - eu defendia as 40 horas.

Na Constituinte, defendi com toda a força que se possa imaginar - do mundo - e dialoguei com o centro, com a direita e com a esquerda. Não só eu, claro, estava lá o Lula, estava o Olívio, estavam tantos outros. Nós encontramos um entendimento e reduzimos quatro horas.

Para que estamos lutando agora? Para reduzir quatro 40 anos depois. Dá alguns minutos por dia a menos.

Alguém vai dizer: "Mas quantos minutos?". Dá em torno de 48 minutos, porque é isso que está em debate.

São 48 minutos em que as pessoas poderão viver melhor - menos acidentes, menos doenças, mais contato com a vida - e se preparar para novos tempos: o ensino técnico está aí, a IA está aí, a inteligência artificial.

Por isso, Presidente, não estamos falando de um pedido exagerado. Estamos falando de dar mais dignidade a quem trabalha, só a quem trabalha: mais saúde, mais convivência com a família, mais qualidade de vida.

Não há motivo para nós continuarmos, e muitos dizem que não houve tempo para o debate.

Presidente, V. Exa. ajudou. V. Exa. permitiu que eu fizesse, um dia aqui - em que alguns eram contra -, uma sessão temática. Participaram 56 painelistas.

Alguns tentaram boicotar aquela reunião. Falei com V. Exa., aí na mesa, que disse: "Não, Paim, pode garantir aos convidados que o debate vai acontecer".

Foram 56: metade empresários, metade trabalhadores.

A Câmara dos Deputados mostrou que é possível o acordo e aprovou rapidamente naquela Casa, até no mesmo dia. Foi Comissão Especial e direto para o Plenário. Lá também o Presidente - eu o elogiei aqui já - cumpriu o que ele havia prometido.

A CCJ do Senado fez a sua parte. Agora é aqui no Plenário, é conosco! Não é, Presidente Davi? Vai ser aqui no Plenário.

Nós também faremos a nossa parte. Eu tenho certeza absoluta!

Ontem, na Comissão, senhoras e senhores, eu fui o primeiro a chegar, às 8h30, e fui o penúltimo a falar. Ouvi a todos e saí de lá mais convencido que eu já estava.

A hora é agora, repito: de 27 Senadores, somente 4 foram contrários.

Todas as reuniões que tinham que acontecer para votar aconteceram, inclusive reunindo a cúpula dos três Poderes.

O que está faltando? Alguns falam que falta debate. Ora, vejam só: o Senado debate no mínimo há 11 anos esse tema! Há 11 anos estamos debatendo aqui dentro esse tema. Desde 2015, quando apresentei a PEC 148, também aprovada na CCJ, e ela está pronta para votar no Plenário.

Mas eu sou daqueles que respeita o Regimento! Casa que aprova primeiro - a Casa subsequente é o Senado, no caso; a Câmara aprovou - é essa que lidera e é essa que eu defendo, e não a que eu apresentei em 2015, mas o eixo, o palco é o mesmo: é redução de jornada sem redução salarial, num primeiro momento para 40 horas.

Até 2026, realizamos dezenas de audiências públicas na CDH, na CAS e na CCJ. Realizamos duas sessões temáticas aqui no Plenário. Presididas por quem? Pelo Senador Laércio e por mim. Dividimos a Presidência.

Portanto, não é falta de debate.

Eu afirmo com tranquilidade: foram, só numa sessão temática - eu tenho que repetir isso -, 56 painelistas. Dividimos o tempo para os empregadores e os trabalhadores.

O trabalhador brasileiro espera - espera - há 40 anos. A sociedade espera - espera -, há 40 anos, as 40 horas.

Enfim, percebo eu que, num horizonte próximo, muito próximo, esta Casa vai deliberar. É hora de o Plenário do Senado dizer: "Sim, é possível trabalhar menos, viver mais e produzir mais".

Este mesmo Senado, que já aprovou grandes temas para a história do país e para a gente brasileira, não há de se negar neste momento em que está sendo chamado para ficar na história. Não vai haver omissão.

Eu estou tranquilo, Presidente Davi, estou muito tranquilo mesmo, porque conheço, inclusive, V. Exa.

Sublinho aqui em cores, se pudesse eu, coloridas e vibrantes: vamos votar! Este Plenário vai fazer acontecer!

Senhoras e senhores - termino -, essa luta eu faço com tanto carinho, com tanto coração e com tanta alma, porque ela faz parte da minha vida e faz parte da vida de todos os trabalhadores do campo e da cidade do nosso país. É uma luta não de um partido de direita, de centro ou de esquerda; é uma luta, uma causa.

Eu sempre digo que político tem que defender causas, e não coisas.

E aqui eu tenho encontrado um palco - Presidente, permita-me que eu diga - muito iluminado; senão, eu não teria aprovado todos os estatutos que aprovei, não teria aprovado a lei do Alzheimer, não teríamos aprovado o salário mínimo, não teria aprovado a política de cotas.

Todo mundo sabe que eu sempre fui defensor da política de cotas, e alguém tentava me confundir, achando que cota é só para negro e índio. Não é! É para branco, para negro, para indígena vulnerável.

Eu fui chamado, inclusive, a universidade para explicar. E fui e vi lá crianças pobres, loiras, na política de cota. E daí? Fiquei feliz de ver que a política de cota é para todos.

Essa luta faz parte da minha vida. É uma luta do povo brasileiro.

Terminando, Presidente, eu faço uma pergunta...

Não podemos mais esperar. Por que esperar? Vamos resolver, como na Constituinte nós resolvemos.

Na Constituinte de 1988, alcançamos as 44 horas - foi um passo gigantesco para a época. E hoje, quase quatro décadas depois, estamos diante de uma nova oportunidade histórica.

A tecnologia avançou, a produtividade está aí, a IA chegou para ficar, a automação veio para ficar, transformou as fábricas, escritórios e serviços, produzindo muito mais em menos tempo.

O mundo caminha assim - em alguns exemplos só -: França, Portugal, Bélgica, Itália, e, para não dizer que eu falei só de países mais poderosos, eu falo do Chile e falo do Uruguai, só para dar alguns exemplos.

O Brasil pode gerar cerca de 4 milhões de novos empregos - dou a fonte: Diap, Dieese e Unicamp. Quem é contra está dizendo que vai haver desemprego e menor produtividade, mas eu vou citar aqui um dado que assusta quando eu digo, mas vão conferir: de 1988, quando reduzimos de 48 horas para 44 horas, a 2008 - porque eu quero ser fiel à época, mas poderia trabalhar com o número de hoje... De 1988 - época da Constituição Cidadã. Eu estava lá. Eu ajudei a construir - a 2008, após a redução de jornada para 44 horas semanais, a produtividade do trabalho na indústria de transformação brasileira cresceu 84%.

São dados de onde? Do IBGE, analisados e divulgados pelo Dieese.

Reduzir a jornada de trabalho significa melhorar as condições de vida da nossa gente: mais saúde, menos morte, menos acidente, mais dignidade, mais tempo para viver.

No Brasil, centenas de empresas com milhares de trabalhadores já aplicam a jornada de 40 horas sem reduzir o salário.

Presidente, eu sei que está na hora de terminar e eu digo: mais humanidade nas relações de trabalho. Que este Senado - eu tenho certeza, Presidente - tenha coragem de entrar para a história com aqueles que fizeram a mesma coisa que os abolicionistas fizeram lá em 1888; e, daquelas galerias, os abolicionistas receberam chuva de rosas e de orquídeas.

Não me perguntem os nomes dos escravocratas, porque aquele senhor que está ali, ó, mandou queimar os nomes deles pela vergonha perante a história.

Eu quero sair daqui com orgulho de todos os Senadores e Senadoras - de todos, de todos -, num grande acordo pelo país, não individual, nem com disputa ideológica.

E faço um clamor aos próprios presidenciáveis. Se eu fosse candidato a Presidente, o que não sou e nunca serei, porque estou me aposentando, é meu último ano... E agradeço aos senhores que me acolheram sempre.

A primeira bandeira que eu pegaria no meu colo, abraçaria e beijaria seria uma proposta como essa, que é a proposta do povo. Não é minha, não é sua, não é de ninguém - não é, Reginaldo? Você é o autor, citei aqui você e a Erika Hilton já.

É com esse grande acordo que eu espero - e aqui eu termino - avançar para um novo tempo, tempo no trabalho para um novo mundo do trabalho.

Quarenta horas!

Quero voltar, Presidente, isso eu lhe confesso. Gostaria muito de voltar para casa. E vou voltar para casa. *(Manifestação de emoção.)*

Não adianta, porque é a parte em que eu mais me emociono, porque há 40 anos que eu vou uma vez por mês para casa.

Muitos na campanha me criticaram: "Mas é um Senador que não vem ao estado". Meu lugar de trabalho é aqui! Eu tenho amor por esta Casa. Gosto de ficar aqui, gosto de ser o primeiro a chegar muitas vezes; chego atrás de um ou de outro.

E, por isso, como seria bom...

Dizem que o mundo cabe em um abraço. Que eu volte para casa, abraçado, e veja neto, bisneto - bisneto que eu nem conheci, que mora no exterior, mas não pude ir lá, porque tinha que ficar aqui... Ficaria abraçado com as 40 horas, beijando, talvez, a CLT e a Constituição... "Dever cumprido. Agora volto para casa".

Chegou a hora de o Senador Paim descansar e abrir porta para a nossa juventude que está aí, essa juventude querida desse país tão querido que há de continuar esse trabalho, da mesma forma como nós fizemos aqui dentro.

Só que eu estou com 76 anos. Eu me dediquei a essa vida pública, sem sombra de dúvida, no mínimo - no mínimo - 50 anos. Talvez, como alguém me disse "Paim, lá fora também tem vida", é dessa vida que eu vou ao encontro.

Mas gostaria muito... Como eu fui abraçado na Constituição, abraçado na CLT, agora gostaria de chegar em casa abraçado com as 40 horas semanais.

Para a alegria minha? Não! Eu me aposento como Senador e eu vou sair daqui quase chorando. Eu me aposento como Senador, e eu paguei sempre. Eu fui muito certinho, desde o dia em que eu cheguei aqui, paguei direitinho.

Eu volto para casa como Senador. Saio do Congresso, Senador Davi.

V. Exa. me disse um dia numa Comissão: "Paim, pense duas vezes antes de sair". Mas chegou a hora de eu ir para casa.

Mas queria muito, muito - faltam três meses - chegar em casa e depois ir para as portas de fábrica e dizer para todos, na porta de fábrica: "Temos agora as 40 horas semanais para toda a nossa gente".

Desculpe o tempo.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

Obrigado, obrigado.

Eu vou aí te dar um abraço. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Quero aproveitar esta oportunidade em que o Senador Paulo Paim está aqui na mesa - veio me dar um abraço - para dizer para V. Exa. e para o Brasil, Senador Paulo Paim, que V. Exa. estará aqui votando, após as eleições, o fim da escala 6x1 no Plenário do Senado Federal.

Pela ordem, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) - Muito obrigada, Presidente.

Falar depois do Senador Paim sobre um tema semelhante ao que ele vai falar - minha fala é um pouco mais extensa... - em relação aos temas, é difícil, e eu estava dizendo ali ao Senador Camilo: todos os discursos que o Senador Paim está fazendo este ano, desde que ele decidiu que não mais vai ser candidato à reeleição, têm sempre esse tom, Paim, de saudade para você, para o senhor, mas de muita saudade para a gente.

O que vai ficar aqui marcado, na sua vida longa neste Senado, eu acho que vai ser coroado, sim, porque a PEC do fim da jornada 6x1 será votada com a sua digital. Eu tenho certeza de que o Presidente Davi vai fazer isso.

Mas eu quero, Senador Davi, nessa questão de ordem, repercutir... Eu fiz até uma postagem, no meu Instagram, sobre o que eu vou dizer agora, mas eu queria pontuar, como questão de ordem, e aproveitar para citar mais algumas coisas.

A partir de um depoimento da Senadora Damares, V. Exa. fez um depoimento sobre o que foram esses três dias de esforço concentrado, desse segundo esforço concentrado, porque as pessoas, Senadora Damares, realmente ficam nos monitorando.

Eu acho que é importante este controle social sobre as nossas ações. É claro, pois nós estamos aqui com uma representação que nos foi dada pelo voto. É necessário que sejamos, sim, fiscalizados, monitorados e que também prestemos conta

daquilo que a gente faz. O que a gente não pode é ficar refém de avaliações superficiais, muitas vezes perseguidoras e, às vezes, até incautas em relação ao que aqui se faz.

Por isso, Senador Davi, que eu fiz questão ontem de postar no Instagram o seguinte texto, que vou ler e vou colocar mais alguns elementos. Faço isso na minha condição de Líder do Governo, porque começo agradecendo aos 75 Senadores, mas, com a licença da Senadora Tereza Cristina e da Senadora Damares, preciso destacar a bancada a qual eu lidero, sem nenhum demérito para a participação de todos vocês neste esforço concentrado. Então, eu começo agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras da base do Governo. Agradeço o empenho, a mobilização e o compromisso com as pautas prioritárias do Governo do Presidente Lula.

Destaco e parabenizo, de maneira especial, os Relatores e a Relatora que tiveram um papel fundamental na construção desses avanços que vamos concluir na votação hoje, com a medida provisória: a Senadora Leila Barros, na MP que acaba com a taxa das blusinhas; o Senador Eduardo Braga, na Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos; o Senador Rogério Carvalho, na PEC da Segurança Pública, que votamos o texto principal ontem na CCJ e voltaremos com dois destaques que existem ainda para apreciação; o Senador Omar Aziz, na PEC do fim da escala 6x1; o Senador Cid Gomes, no Redata; e ressalto ainda a condução do Senador Otto Alencar nos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça.

Foram dias de muito diálogo e articulação, foram dias de muitas reuniões para construir consensos em torno de matérias importantes para o desenvolvimento do país e de forte interesse das famílias brasileiras. Continuamos a postos até a conclusão de cada um dos processos legislativos.

E aí me dirijo, Senador Davi, especialmente a V. Exa.

Desde que eu assumi a Liderança do Governo, o Presidente Lula nos deu a tarefa de destravar. Ele disse isto no seu Twitter, no dia que me convidou: "Tem que destravar essas três pautas", que terminaram sendo cinco.

Isso dependia, evidentemente, de uma concordância do Presidente do Senado. E eu fui a ele com esse desafio. Até a história de Trancoso eu lhe contei, a mesma que contei para o Presidente Lula. E conseguimos construir uma relação em que eu agradeço a confiança de V. Exa., e foi baseada nessa confiança que eu lhe disse - e disse, sobejamente, muitas vezes, à imprensa, Senadoras -: "O tempo-calendário não nos permitirá votar a PEC 6x1 no esforço concentrado [não disse?], porque ela tem que ser publicada, ela tem que ser lida, temos que seguir cinco sessões". O que é que nos permitiria? O tempo político. O tempo político poderia fazer com que a gente aprovasse aquele requerimento de indicação - porque tinha que ser nesses termos - na CCJ, trazido ao Plenário e submetido, evidentemente, ao poder discricionário do Presidente de acatar ou não.

Tempo político, senhoras e senhores, não se define por decreto; tempo político está contextualizado no que está acontecendo no mundo, no que está acontecendo no Brasil e no que está acontecendo aqui no Senado. Eu compreendi plenamente que perdi a batalha para o tempo-calendário. O tempo político não teve força suficiente, por conta da conjuntura e por ter que ouvir as duas bancadas, a Bancada do Governo e a Bancada da Oposição - é isso o que compete a um Presidente de um Poder, do maior Poder Legislativo que a gente tem no Brasil.

Então, assim como disse o Senador Paim, vamos nos curvar ao tempo-calendário. Que ele seja seguido - e eu sei que o Senador o seguirá, o Presidente desta Casa, para que a gente tenha a aprovação do fim da jornada 6x1 dentro desse tempo. O tempo político foi dado, foi muito bem aproveitado - muito bem aproveitado. Foram 24 Senadores que se inscreveram ontem para falar na CCJ, foram mais de três horas de reunião; foram suficientes para a gente ter segurança no que vai votar, do ponto de vista concreto, mas no Parlamento não existe isso. O que existe no Parlamento é o falar, é o pesar, é o ouvir.

E eu acho que o que a gente construiu, Senador Davi, neste esforço concentrado, nos dá, sim, condições de dizer o que fizemos com essas cinco medidas que o Presidente Lula apresentou para o país, negociou com V. Exa. e com o Presidente da Câmara como medidas fundamentais. E quero dizer, Senadora Tereza Cristina, que os diálogos que tivemos com V. Exa., com a Senadora Damares, com outros Líderes da Oposição, nos dão também a confiança de que nós teremos fôlego suficiente para cuidar das duas PECs que ainda têm estágios de tramitação.

Resolvemos o projeto do Redata - vamos concluir hoje, com a votação do PLP 74 -; resolvemos o projeto das terras-raras e minerais críticos - os dois dialogam entre si, são projetos estratégicos demais para o desenvolvimento do país, resolvemos dentro do prazo. A Senadora Leila disse que não vai mais usar blusinha, só vai usar casaquinho, de tanto que aperrearam a pobre com a medida provisória do fim das taxas das blusinhas. Ainda resolvemos as duas PECs na Comissão de Constituição e Justiça.

Então eu quero parabenizar a todos nós, Senador, a todos nós. Fico muito feliz, porque o desafio é muito grande.

E se a gente tivesse botado a PEC para votar ontem, a gente teria votos suficientes, eu tenho certeza. Por isso que eu digo que o tempo político nos regeu até o seu limite. Então, agora vamos, com esse conteúdo político, que construímos durante

todo esse esforço concentrado, que, de fato, foi concentrado, vamos, com todo esse esforço, ao tempo-calendário. Que o tempo-calendário nos espere, porque nós vimos com tudo para concluir as duas PECs, para ver o que não foi possível fazer, porque esta instância, o Senado da República... Eu tenho um irmão que diz assim a mim, Senadores: "Olhe para o Brasil e veja que, do Brasil inteiro, só tem 81 pessoas sentadas na cadeira do Senado, e você é uma delas. Tenha muito juízo, minha irmã, porque você é uma dessas 81 pessoas que está representando o Brasil nesse Senado".

Então parabéns, parabéns ao Senador Davi, parabéns, de maneira muito especial, pela confiança que, neste momento de tanto desafio, a Bancada do Governo me creditou, ao Senador Camilo, Líder da Bancada do PT. E vamos aguardar as cenas dos próximos capítulos. Que elas sejam as melhores, as melhores para o Brasil, as melhores para a democracia, as melhores para o povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Item extrapauta.

Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2026, proveniente da Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 1980, que dispõe sobre a tributação simplificada das remessas postais internacionais para o Brasil.

Perante a Comissão Mista, foram apresentadas 112 emendas.

O parecer nº 1, de 2026, da Comissão Mista, da Relatora Senadora Leila Barros, foi favorável à medida provisória e a parte das emendas apresentadas, na forma do projeto de lei de conversão.

A matéria foi aprovada hoje no Plenário da Câmara dos Deputados, e o seu prazo de vigência se esgota no dia 8 de setembro.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Consulto a Relatora, Senadora Leila Barros, se gostaria de discutir a matéria ou apenas fazer...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Não, Sr. Presidente, eu gostaria depois de fazer uso da palavra, após a votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Quando concluirmos a votação?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Isso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Tenho duas coisas para falar para V. Exa.: "para" "béns".

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos imediatamente à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação conjunta os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária, pertinência temática da matéria e o mérito do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, nos termos do parecer apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto de lei de conversão.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas apresentadas.

A matéria vai à sanção presidencial e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra à Relatora da medida provisória aprovada no Plenário do Senado Federal na tarde de hoje, Senadora Leila Barros.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente Davi Alcolumbre, cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores presentes aqui no Plenário.

Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna, neste momento, com muita satisfação, para agradecer a aprovação da Medida Provisória 1.357, de 2026, uma matéria que mobilizou o Congresso Nacional, os setores produtivos e, principalmente, milhões de consumidores brasileiros, porque, para além dos setores que eu atendi, eu atendi também coletivos de mulheres, Damares - mulheres que vieram ao meu gabinete.

Então eu quero começar reconhecendo e saudando a iniciativa do Presidente Lula - mais uma vez, o Governo Federal demonstra a sua preocupação com aqueles que mais precisam - e sua sensibilidade para perceber como determinadas decisões econômicas repercutem concretamente na vida das pessoas.

Com a transformação da medida provisória em lei, abre-se a possibilidade, agora, de zerar o imposto de importação incidente sobre as remessas internacionais de até US$50. Nós sabemos quem são muitos dos brasileiros que utilizam essas compras de pequeno valor: são pessoas que procuram um produto mais barato, são famílias que precisam fazer o orçamento caber no final do mês, são trabalhadores que pesquisam preço, comparam alternativas e encontram no comércio eletrônico uma maneira de ampliar o seu poder de compra. São consumidores que, muitas vezes, jamais tiveram a oportunidade de viajar ao exterior e usufruir da isenção concedida a quem retorna ao Brasil com compras realizadas fora, que a gente sabe que pode ser em torno de até US$2 mil.

Por isso, desde o início da minha atuação como Relatora, manifestei claramente a minha posição favorável à possibilidade de isenção das remessas internacionais de até US$50. Considero essa uma medida de justiça social, mas exercer uma relatoria como esta, ao mesmo tempo, exige convicção e capacidade de diálogo, e foi exatamente isso o que nós procuramos fazer, Senador Camilo, durante todo esse processo.

A matéria, como já falado pelo Presidente Davi, recebeu 112 emendas parlamentares, que foram analisadas com todo o cuidado pela nossa equipe. Além delas, nós recebemos várias outras contribuições ao longo dos últimos dias: ouvimos o Governo Federal, ouvimos Parlamentares, ouvimos representantes das plataformas digitais e fiz questão também de receber representantes da indústria e do varejo brasileiro, inclusive no meu gabinete, no último domingo - nós trabalhamos sábado e domingo, Senadora Teresa -, para compreender as suas preocupações e buscar caminhos que pudessem aperfeiçoar a proposta.

Desde o início, deixei muito claro que a relatoria estaria aberta ao diálogo, porque eu não acredito que esse debate deva ser tratado como uma disputa entre consumidor e setor produtivo nacional. É responsabilidade do Congresso procurar construir esse equilíbrio.

Foi exatamente esse espírito que orientou o projeto de lei de conversão que apresentamos, que foi aprovado na Comissão Mista, na Câmara dos Deputados e agora no Senado Federal.

O texto preserva o objetivo central da medida provisória, mas, é claro, incorpora importantes aperfeiçoamentos.

Em primeiro lugar, estabelecemos uma avaliação periódica obrigatória dos efeitos econômicos do regime de tributação das remessas internacionais pelo Ministério da Fazenda.

A primeira avaliação - como a medida foi emitida em maio - vai ser realizada em três meses, porque de maio até o final do ano vão ser mais ou menos seis, sete meses. Posteriormente, a cada seis meses. Essa análise deverá considerar aspectos fundamentais como: o impacto sobre o emprego e a renda; a competitividade da indústria e do comércio varejista brasileiros; os preços dos produtos de consumo popular; a evolução do volume e do valor das remessas; eventuais assimetrias concorrenciais e também os efeitos sobre a arrecadação federal e estadual.

Esses relatórios deverão ser publicados, então vai ter que ter publicidade em cima desses relatórios. Portanto, nós estamos introduzindo transparência, acompanhamento e responsabilidade nessa política.

Também incluímos o próprio Congresso Nacional nesse processo. O PLV determina uma avaliação anual, pelo Parlamento, com base em relatório de impacto fiscal e econômico apresentado pelo Poder Executivo, ou seja, esta Casa continuará acompanhando os efeitos da medida sobre consumidores, trabalhadores, indústria, comércio e arrecadação.

Outro avanço importante foi o fortalecimento das exigências de conformidade das plataformas digitais e dos operadores logísticos. O texto determina mecanismos de identificação de indícios de subfaturamento, fracionamento artificial de remessas e ocultação de remetentes, além de exigir rastreabilidade dos vendedores, monitoramento de operações suspeitas, manutenção de registros e cooperação com a Receita Federal.

Também incorporamos medidas para ampliar a prevenção, a comercialização de produtos ilegais ou que violem direitos de propriedade intelectual, com deveres adicionais de verificação, controle e cooperação por parte das plataformas digitais também.

Outro aperfeiçoamento foi permitir que as remessas expressas internacionais também possam ser consideradas na definição das alíquotas diferenciadas do imposto de importação, harmonizando esse tratamento com a legislação mais recente e preservando os mecanismos de fiscalização e controle aduaneiro.

Incluímos ainda a possibilidade de utilização da taxa de câmbio vigente na data da compra para a nacionalização das mercadorias adquiridas em plataformas habilitadas, em programas de conformidade, trazendo maior previsibilidade para consumidores e operadores.

E acolhemos, também, medida destinada a facilitar o acesso - essa também foi uma grande medida, pela qual eu quero até parabenizar o Senador Hiran - a medicamentos sem similar nacional destinados ao tratamento de doenças raras ou

negligenciadas, permitindo isenção plena no imposto de importação e, assim, a redução de custos para pessoas que enfrentam tratamentos de elevada complexidade.

Portanto, Sr. Presidente, caros amigos Senadores e Senadoras, o texto que chegou hoje ao Plenário é resultado de muito diálogo. Não é exatamente o texto defendido por um único setor e penso que é essa justamente uma das suas virtudes. Nós não estamos defendendo apenas um setor, nós estamos, através desse texto, atendendo, na medida do possível, a todos que nos procuraram.

Procuramos preservar o benefício ao consumidor, especialmente àquele de menor renda, e, ao mesmo tempo, conseguimos incorporar mecanismos capazes de acompanhar os impactos da medida sobre a indústria, o varejo, os empregos e a arrecadação. Isso é mediar, isso é construir uma solução possível a partir de interesses legítimos e, muitas vezes, é claro, divergentes.

Quero agradecer, sinceramente, a todas as Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados que participaram da construção dessa matéria e apresentaram suas sugestões.

Agradeço aos representantes do Governo Federal, aos representantes do Ministério do Planejamento, do Ministério da Economia, à SRI, à Casa Civil, à Liderança do Governo na Casa, às consultorias das duas Casas, à minha assessoria legislativa, enfim.

Graças a Deus, eu sou uma pessoa altamente coletiva e sei, Presidente, isso o esporte me ensinou, que ninguém consegue nada sozinho. Para a gente conseguir a excelência, para a gente conseguir realizar sonhos, essa construção sempre tem que ser coletiva.

Então, eu agradeço a todos que, de alguma forma, colaboraram para esse texto final. Mesmo as propostas que não puderam ser incorporadas contribuíram, é claro, para a reflexão e para um aperfeiçoamento do nosso trabalho.

Quero reconhecer o trabalho, o apoio e a parceria também do Presidente da Comissão Mista, o Deputado Reginaldo Lopes, que foi um grande companheiro. Ele passou aqui rapidamente, mas teve que voltar para o seu estado, Minas Gerais. Mas, ao Deputado Reginaldo Lopes aqui, a minha gratidão pela parceria e pelo companheirismo durante toda a construção desse trabalho.

Quero agradecer ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Hugo Motta, pela condução e pelo apoio à tramitação desta matéria, que exigiu diálogo, colaboração entre as duas Casas do Congresso Nacional.

E, é claro, faço um agradecimento muito especial a você, Presidente Davi, Presidente do Senado, Presidente do Congresso Nacional, pela confiança depositada em mim, por me designar para tal responsabilidade, e também aos Líderes que estão aqui, Teresa Leitão e Camilo.

Enfim, quero agradecer mesmo, Presidente Davi, por essa confiança, por me designar para essa tão importante relatoria, que eu recebi com muita responsabilidade. Procurei corresponder à sua confiança, com trabalho, com diálogo, com disposição para ouvir, que não me falta. Este é meu lastro como atleta: a paciência e a resiliência de ouvir e de seguir trabalhando, e o compromisso com a construção de um texto equilibrado.

Eu agradeço, portanto, o apoio das Sras. e dos Srs. Senadores, que permitiram a aprovação dessa medida na tarde de hoje, uma medida que atende ao consumidor brasileiro, especialmente àquele que mais precisa fazer o seu dinheiro render, mas que, graças ao trabalho realizado no Congresso Nacional, passa também a contar com instrumentos mais robustos de acompanhamento, transparência, fiscalização e equilíbrio.

É assim que eu acredito que o Parlamento deve trabalhar: ouvindo, mediando e buscando soluções que melhorem concretamente a vida das pessoas.

Sr. Presidente, mais uma vez reforçando, quero agradecer demais aos meus colegas essa confiança.

E é isso, mais um trabalho realizado. Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Parabéns, Senadora Leila; parabéns.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Medida Provisória nº 1.369, de 2026, que altera a Lei nº 15.201, de 2025, para reduzir o prazo de análise dos processos dos serviços administrativos no âmbito do Programa de Gerenciamento de Benefícios.

Durante o prazo inicial, não foram apresentadas emendas.

Parecer nº 1, de 2026, da Comissão Mista, Relatora: Senadora Zenaide Maia, favorável à medida provisória, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

A matéria foi aprovada hoje na Câmara dos Deputados e o seu prazo de vigência se esgota no dia 16 de outubro.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação conjunta os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária e o mérito da medida provisória, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a medida provisória.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei nº 3.540, de 2026, de autoria do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que altera a Lei nº 7.689, de 1988, a Lei nº 9.249, de 1995, e a Lei nº 9.430, de 1996, para fixar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades resseguradoras locais e para afastar a incidência do adicional do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre essas sociedades, e dispõe sobre a compensação de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL por elas apuradas.

Foi apresentado o Requerimento 699, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para apreciação e deliberação da matéria.

Submeto à votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Camilo Santana para que ele possa proferir o seu parecer em Plenário.

Com a palavra o Relator da matéria.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, primeiro eu queria cumprimentar a Senadora Leila pela relatoria do importante projeto que isenta das taxas, conhecido como a isenção das taxas das blusinhas. Senadora, parabéns. E quero parabenizar o Presidente Lula por essa iniciativa e a todos que aprovaram, tanto a Câmara como o Senado.

Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 3.540, de 2026, aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal para apreciação.

A proposição legislativa em tela estabelece um regime tributário específico para sociedades resseguradoras locais de que trata o inciso I do *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007. De acordo com esse dispositivo, o ressegurador local é aquele sediado no país, constituído sob a forma de sociedade anônima, tendo por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão.

As modificações propostas na legislação federal podem ser sintetizadas do seguinte modo:

1) Redução e fixação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: altera o art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para estabelecer em 9% a alíquota da contribuição aplicável às sociedades resseguradoras locais;

2) Afastamento do adicional do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: insere o §5º no art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e o §5º no art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para afastar expressamente a incidência da alíquota adicional de 10% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica sobre as resseguradoras locais;

3) Flexibilização da compensação de prejuízos fiscais e bases negativas: afasta a aplicação do limite de 30% - conhecido como "trava dos 30%" - para a compensação de prejuízos fiscais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de bases de cálculo negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que não tenham sido integralmente compensados no prazo de três anos contados de sua apuração. A medida abrange, inclusive, saldos de prejuízos apurados anteriormente à publicação da lei.

Como regra de vigência e eficácia, a proposição estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027 para a redução da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro

Líquido e para a regra de compensação de prejuízos (arts. 2º e 5º), e a partir de 1º de janeiro de 2030 para o afastamento do adicional do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (arts. 3º e 4º).

Segundo a justificação, a medida busca promover a correção de assimetrias tributárias históricas e fortalecer o mercado ressegurador nacional por meio das alterações da legislação federal.

Não foram apresentadas emendas à proposição, Sr. Presidente.

Vistas as modificações que se pretende obter com a aprovação do PL, passa-se à análise do seu conteúdo.

A apreciação em Plenário, em substituição às Comissões temáticas, do PL nº 3.540, de 2026, está fundamentada nos arts. 336, inciso III, e 340 do Regimento Interno do Senado Federal, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 669, de 2026, de Líderes, que solicita urgência para a matéria.

Inicialmente, quanto à constitucionalidade formal, cumpre observar que não há vício de competência nem de iniciativa na proposição. Relativamente à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados - arts. 61, §1º, e 165 da Constituição da República Federativa do Brasil -, de modo que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

A proposição versa sobre matéria tributária de competência privativa da União - art. 48, inciso I, e art. 153, inciso III, complementar ao art. 195, inciso I, "c", da Constituição Federal. O projeto de lei é compatível formalmente com o ordenamento jurídico, uma vez que a concessão, revisão e prorrogação de benefícios fiscais relativos a tributos federais devem ser regulados por meio de lei específica da União, na forma do §6º do art. 150 do texto constitucional. Por essa razão, entendemos que o projeto também inova o ordenamento jurídico, o que demonstra a sua juridicidade.

A alteração de alíquotas e regras de compensação de tributos federais via lei ordinária cumpre estritamente a exigência constitucional do princípio da legalidade tributária.

Em relação aos demais aspectos formais, foram observadas, em regra, as normas de técnica legislativa apropriadas, porque seguidas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, bem como foram seguidas as disposições regimentais pertinentes.

Sob o aspecto da constitucionalidade material, o projeto atende aos princípios da isonomia tributária e da capacidade contributiva, além de guardar sintonia com o princípio constitucional do desenvolvimento nacional e incentivo ao mercado interno.

Nesse sentido, e quanto ao mérito, para compreender o alcance e a conveniência da proposta, cabe simplificar o conceito técnico de resseguro, que é, essencialmente, o seguro das seguradoras.

Caso uma seguradora assuma a proteção de grandes riscos - como obras de infraestrutura e safras contra eventos climáticos severos -, ela não pode reter todo esse risco sozinha, sob pena de insolvência em caso de um grande sinistro. Por isso, a entidade transfere parte desse risco a uma sociedade resseguradora.

Historicamente, o mercado ressegurador brasileiro enfrentou severas assimetrias tributárias em comparação ao mercado internacional. As resseguradoras locais no Brasil são submetidas a alíquotas elevadas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e ao adicional de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de 10%, acumulando uma carga nominal comparável à de grandes instituições financeiras bancárias.

Diferentemente, as resseguradoras estrangeiras muitas vezes operam em jurisdições com regimes tributários mais competitivos. Essa assimetria desestimula a manutenção de capital no Brasil e incentiva o envio de prêmios de resseguro para o exterior, gerando saída de divisas.

A fixação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em 9% e o afastamento do adicional de 10% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica alinham, assim, o setor de resseguro local à tributação geral das demais pessoas jurídicas corporativas.

O resseguro possui uma lógica operacional baseada no acúmulo de reservas de longo prazo para cobrir eventos incertos. Reduzir a tributação direta sobre o lucro permite a retenção de patrimônio líquido no Brasil, aumentando a capacidade de suporte a grandes sinistros nacionais.

Em relação à trava de compensação, a regra geral tributária brasileira limita a compensação de prejuízos fiscais acumulados a, no máximo, 30% do lucro real tributável de cada ano-calendário. Para o mercado de resseguros, por ser intrinsecamente volátil e sujeito a ciclos de catástrofe, a norma geral causa distorções. Uma resseguradora poderá registrar lucros moderados por anos e, de repente, em decorrência de um desastre ambiental ou de uma grande seca, registrar prejuízos bilionários em um único exercício.

Ao permitir a compensação integral de prejuízos e bases negativas que não tenham sido absorvidos após três anos da sua apuração, o PL nº 3.540, de 2026, garante a efetiva tributação sobre o lucro real. Isso evita que a empresa pague tributos sobre lucros fictícios de curto prazo, enquanto ainda carrega perdas estruturais não compensadas de anos anteriores.

Embora a medida represente uma redução imediata da arrecadação direta sobre o setor, seus efeitos indiretos para a economia real são extremamente positivos.

Com resseguradoras locais mais fortes, o Brasil reduz a dependência excessiva do mercado internacional e da variação cambial para cobrir grandes riscos operacionais e de infraestrutura. Ademais, o aumento da oferta e da competitividade local tende a baratear o custo do seguro para indústrias, agronegócios e projetos de transição energética.

A atração de novos investimentos e a incorporação de novas sociedades resseguradoras do país expandirão a base tributária global ao longo do tempo, compensando a alteração de alíquotas com o crescimento do volume de operações.

Por fim, Sr. Presidente, o estabelecimento de prazos diferenciados para o início da produção de efeitos - ano de 2027 para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e compensação de prejuízos, ano de 2030 para o adicional do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - demonstra responsabilidade fiscal e planejamento orçamentário, permitindo a transição segura dos fluxos de arrecadação estatal.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação financeira e orçamentária e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.540, de 2026, e no mérito, por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Obrigado, Senador Camilo Santana.

O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o projeto de lei.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Senadora Damares, Senador Paim, já chegou o processado do PLP 74 à Mesa, mas os nossos consultores e os nossos assessores que estão assessorando a Senadora Teresa Leitão estão ainda construindo o relatório para nós deliberarmos.

Ou eu vou suspender a sessão ou, se V. Exas. desejarem fazer um pronunciamento, a gente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) - Pode suspender.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 18 horas e 39 minutos e reaberta às 19 horas e 13 minutos, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está reaberta a sessão.

Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2026, de autoria do Deputado José Guimarães, que altera a Lei Complementar nº 229, de 2026, para incluir o regime especial de tributação para serviços de *datacenter*, o programa federal de financiamento de ações de apoio às pessoas com câncer e às pessoas com deficiência, bem como a desoneração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades resseguradoras locais entre as exceções às regras aplicáveis à concessão de benefícios tributários e altera a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foi apresentado o Requerimento nº 671, de 2026, de iniciativa dos Líderes partidários, solicitando a urgência para a deliberação da matéria.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Senador Camilo Santana como Relator para proferir parecer em Plenário.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Camilo Santana.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para proferir parecer.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Encontra-se em exame no Plenário o Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2026, doravante chamado apenas de PLP.

O texto em apreciação é fruto da aprovação pela Câmara dos Deputados de substitutivo ao PLP inicial, de autoria do Deputado José Guimarães.

A matéria apresenta quatro artigos, sendo o último a cláusula de vigência, com a lei complementar entrando em vigor na data de sua publicação.

O art. 1º do PLP fixa o escopo da proposição.

Primeiro, o afastamento da aplicação de dispositivos legais de caráter fiscal para proposições que tratam do regime especial de tributação para serviços de *datacenter*, do programa para financiamento de ações de apoio às pessoas com câncer e às pessoas com deficiência, bem como a desoneração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades resseguradoras locais.

Segundo, alteração da Lei Complementar (LCP) n° 101, de 4 de maio de 2000, que trata da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 2º da matéria altera o art. 1º da Lei Complementar n° 229, de 30 de março de 2026, para, desde que as medidas de renúncia de receita sejam compatíveis com a meta de resultado primário do respectivo exercício e sejam previstas na estimativa de receita da lei orçamentária anual correspondente, ressalvar, da observância das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre renúncia de receita, da meta de 2% do Produto Interno Bruto para o valor total dos incentivos e benefícios tributários concedidos, de que trata a Lei Complementar n° 200, de 30 de agosto de 2023, e da vedação de ampliação, prorrogação ou extensão do gasto tributário em 2026, constante da Lei n° 15.321, de 31 de dezembro de 2026 (LDO - para 2026), as renúncias elencadas em proposições legislativas que tratam:

i) do regime especial de tributação para serviços de *datacenters*;

ii) do programa de financiamento de ações de apoio às pessoas com câncer e às pessoas com deficiência, nos termos da Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, e da desoneração do Imposto sobre a Renda da Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido devido pelas sociedades resseguradoras locais, inclusive quanto à compensação de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativas de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por elas apurados.

O art. 3º do PLP acrescenta §4º ao art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal para desobrigar os municípios com até 65 mil habitantes de comprovar, para fins de realização de transferências voluntárias, o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor e a prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

Consoante o autor da proposição, o PLP limita-se a proteger situações já consideradas na elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2026 ou que atendem às exigências da legislação fiscal vigente. Nos dizeres do autor, o objetivo central da matéria é conferir segurança jurídica, previsibilidade e racionalidade à execução das políticas públicas, evitando interpretações que possam inviabilizar medidas legítimas e já planejadas.

A análise, Sr. Presidente.

A União está autorizada a legislar sobre finanças públicas, nos termos do art. 163, inciso I, cabendo ao Congresso Nacional, conforme o art. 48, todos da Constituição Federal, dispor sobre todas as matérias de competência da União, com posterior sanção presidencial.

Não há reserva de iniciativa na disciplina desse assunto. O PLP tampouco viola as cláusulas pétreas.

A proposição em exame atende ao requisito de juridicidade, ao inovar o ordenamento jurídico e ser dotada de abstração e generalidade. Ademais, a escolha da lei complementar como espécie normativa é plenamente justificável, visto que, por força do art. 163, inciso I, da Lei Maior, essa espécie normativa é o lócus para normatização dos temas de finanças públicas.

O PLP também está em sintonia com a técnica legislativa, ao obedecer aos preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que regulamenta a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, salvo

quanto às necessidades de explicitação do teor da alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal na ementa da matéria e de ligeira modificação do §4º do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, proposto pelo art. 3º da proposição.

A proposição, Sr. Presidente, é meritória. As medidas de renúncia de receita abrigadas pelo PLP, imprescindíveis para o atendimento de demandas setoriais legítimas, somente serão postas em execução caso sejam compatíveis com a meta de resultado primário do devido exercício financeiro, de modo a não trazer novas pressões sobre a dívida pública. Por sua vez, a flexibilização da LRF objetiva que a população de pequenos municípios não seja prejudicada pela interrupção de repasses federais e estaduais necessários ao financiamento de políticas públicas ocasionada por inadimplência tributária ou creditícia circunstancial das municipalidades.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, encaminho voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2026, com o acréscimo das seguintes emendas:

EMENDA Nº - PLEN (de redação)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2026:

Altera a Lei Complementar nº 229, de 30 de março de 2026, para incluir o regime especial de tributação para serviços de data center, o programa federal de financiamento de ações de apoio às pessoas com câncer e às pessoas com deficiência, bem como a desoneração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das sociedades resseguradoras locais entre as exceções às regras aplicáveis à concessão de benefícios tributários, e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para desobrigar os Municípios com até 65.000 (sessenta e cinco mil) habitantes de comprovar, para fins de realização de transferências voluntárias, o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor e a prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

Segunda Emenda, Sr. Presidente:

EMENDA Nº - PLEN (de redação)

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei Complementar nº 74, de 2026:

Art. 3º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 [...], passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

"Art. 25.

§4º As exigências previstas na alínea "a" do inciso IV do §1º ficam dispensadas para os municípios com até 65.000 (sessenta e cinco mil) habitantes."

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O parecer apresentado pelo Relator da matéria, Senador Camilo Santana, é favorável ao projeto, com as emendas apresentadas na tribuna.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não temos Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Gostaria de pedir atenção às assessorias dos nossos colegas Senadores e Senadoras porque a votação deste projeto e das emendas, em turno único, nos termos do parecer, por se tratar de uma matéria que depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, um projeto de lei complementar, é necessária a votação nominal e nós precisamos obter pelo menos 41 votos "sim", favoráveis ao relatório apresentado pelo Senador Camilo Santana.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Eu queria pedir para a Secretaria-Geral da Mesa e para os nossos Senadores, que estão presentes no Plenário e nos acompanhando na sessão no modo remoto... Nós estamos em processo de votação nominal e são necessárias a presença e a votação do maior número possível de Senadores nesta votação da tarde de hoje.

Lembrando que esta votação da tarde de hoje organiza toda a tramitação das matérias que nós votamos no dia de ontem, mas também durante a semana do esforço concentrado, principalmente no que diz respeito ao Redata - e também ao Pronon, que nós votamos no dia de ontem.

E que as assessorias possam informar aos gabinetes de: Senador Sérgio Petecão, Senador Alan Rick, Senador Renan Calheiros, Senadora Dra. Eudócia, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Lucas Barreto, Senador Eduardo Braga, Senador Plínio Valério, Senador Omar Aziz, Senador Jaques Wagner, Senador Otto Alencar, Senador Cid Gomes, Senadora Leila Barros, Senador Magno Malta, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Wilder Morais, Senadora Eliziane Gama, Senador Weverton, Senadora Lourdinha Pereira, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Fávaro, Senador Wellington Fagundes, Senador Nelsinho Trad, Senadora Soraya Tronicke, Senador Carlos Viana, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Cleitinho, Senador Jader Barbalho, Senador Zequinha Marinho, Senador Beto Faro, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Efraim Filho, Senador Flávio Arns, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Sergio Moro, Senador Fernando Dueire, Senador Ciro Nogueira, Senador Marcelo Castro, Senadora Jussara Lima, Senador Carlos Portinho, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Styvenson Valentim, Senador Rogerio Marinho, Senador Luiz Carlos Heinze, Senador Confúcio Moura, Senador Marcos Rogério, Senador Chico Rodrigues, Senadora Roberta Acioly, Senador Esperidião Amin, Senadora Ivete da Silveira, Senador Jorge Seif, Senador Giordano, Senador Rogério Carvalho, Senador Laércio Oliveira, Senador Eduardo Gomes, Senador Irajá e Senadora Professora Dorinha Seabra.

Peço às assessorias das Lideranças que possam, nos gabinetes dos Senadores, entrar em contato com S. Exas. para que possam votar nesta votação nominal. Além da questão da necessidade, do ponto de vista constitucional, regimental e das normas - nós precisamos ter 41 votos favoráveis para aprovar esse PLP -, nós temos as questões administrativas de uma votação nominal. Então eu peço a V. Exas. que informem os gabinetes dos Senadores para que eles possam votar no aplicativo do celular, e às bancadas para, se puderem, informar os seus liderados também: Senador Camilo Santana; Senadora Damares Alves, do Republicanos; Senador Jaime Bagattoli, do PL; Senadora Tereza Cristina, do Progressistas.

Eu queria registrar a presença no Plenário do Senado Federal do Ministro de Estado do Planejamento, Bruno Moretti. Em algumas oportunidades, Ministro Bruno, V. Exa., na condição de Ministro de Estado, tem participado ativamente dos debates, mas principalmente - permita-me, publicamente, Senador Camilo, fazer essa referência - da construção possível na relação congressual com o Governo, na condição, hoje, de Ministro do Planejamento, mas já em outras oportunidades, fazendo toda a articulação pela Casa Civil da Presidência da República com o Senado Federal.

Falo em meu nome, mas falo também em nome do Presidente Hugo Motta, porque inúmeras vezes, quando nós buscávamos o diálogo para buscar uma concertação em temas, às vezes, difíceis e espinhosos do ponto de vista do processo legislativo, V. Exa. sempre busca o melhor entendimento para fazermos as coisas acontecerem em favor do Brasil, sempre mostrando o ponto de vista do Governo e tendo a compreensão de que o Parlamento, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, também vão se posicionar do ponto de vista do Legislativo.

E o certo - e é importante fazer isso, porque muitas das vezes fica nas conversas internas, reservadas, de construção política saudável, republicana - é que muitas das vezes a gente não consegue expressar o nosso respeito pela forma com que V. Exa. trata o Congresso brasileiro.

Queria lhe agradecer novamente por V. Exa. estar aqui. Seja sempre muito bem-vindo, porque eu sei que, a todo instante, V. Exa., diferente de outras pessoas que exaltam as nossas divergências, busca sempre as nossas convergências, e, por isso, as coisas acontecem nessa relação institucional. Seja muito bem-vindo!

Como diz o Líder Senador Camilo Santana, o Ministro Bruno Moretti é um craque. Então, estou repetindo as palavras do Ministro Camilo, que está aqui do meu lado. Parabéns!

Hoje mesmo foi um dia, fora a construção do PLP - é importante falar isto também, Senadora Tereza Cristina -, fora o PLP, que foi uma construção a várias mãos, em que a gente estava com um problema aqui na questão do seguro rural. E V. Exa., acompanhando há algum tempo, sempre com muito cuidado e com muita atenção, está também hoje aqui novamente para debater um texto que possa ser consolidado, que foi uma demanda da Senadora Tereza e do Senador Jaime, para que a gente o incluísse como item extrapauta, já que, nesta semana de esforço concentrado, nós fizemos a mesma coisa com diferentes Senadores de diferentes partidos, da base e da oposição, e esse era mais um tema de que nós gostaríamos de nos vermos desobrigados a bem do Brasil, para não deixar a insegurança jurídica permear esse ambiente da produção brasileira, especialmente a produção de grãos no Brasil. V. Exa., novamente, há algum tempo, está ali atrás na reunião

e conseguiu construir uma "concertação" para que nós pudéssemos votar esse projeto de lei hoje, que já foi deliberado na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado pela sua compreensão e pelo apoio no melhor encaminhamento possível da nossa agenda. *(Pausa.)*

Senador Jaime, permita-me fazer um apelo a V. Exa. Muitos Senadores do PL ainda não votaram. Se V. Exa. puder ajudar na Liderança... *(Pausa.)*

Senadora Tereza, Senador Heinze, Senador Amin, Senadora Daniella. *(Pausa.)*

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Presidente, o Senador Amin está tentando votar e diz que está dando erro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Ele está comunicando isso aqui para o Senador Camilo agora.

Vamos ligar para ele para ajudar. *(Pausa.)*

Eu acho que foi feita uma construção, eu não percebi. Apesar de não ter orientação dos Líderes, eu não percebi que teríamos alguma objeção em relação ao texto.

A nossa Líder Teresa não está presente - do Governo.

Eu não sei o Senador Camilo se tem a percepção de que a gente pode encerrar ou aguardar mais um pouco, porque como a gente não colheu as orientações, a gente não sabe... E precisa de 41 votos "sim". *(Pausa.)*

Já votaram 67 Senadores...

A Senadora Tereza está falando com quem?

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) - Já votou, pode abrir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Já votou.

Já tem 67.

O SR. CAMILO SANTANA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) - Pode abrir, pode abrir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Está um quórum bom.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Votaram SIM 66 Senadores e Senadoras; NÃO, nenhum.

Está aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, de redação.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item extrapauta.

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, de autoria da Senadora Tereza Cristina, que altera as Leis nºs 8.171, de 1991, e 10.823, de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 2010, com o objetivo de aperfeiçoar o marco legal do seguro rural no Brasil.

Foi apresentado o Requerimento nº 540, de 2026, dos Líderes, solicitando a urgência para apreciação e deliberação da matéria.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de urgência.

A matéria depende de parecer de Plenário.

Faço a designação do Senador Jaime Bagattoli para proferir o seu parecer em Plenário.

Com a palavra o Relator da matéria.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para proferir parecer.) - Quero cumprimentar aqui o Presidente Davi, por ter pautado hoje esse PL 2.951, de 2024, tão esperado pelo Brasil - essa regulamentação, esse marco do seguro rural.

Quero cumprimentar aqui a nossa Senadora Tereza Cristina, autora, e o Relator na Câmara dos Deputados, Presidente da FPA, o Deputado Pedro Lupion.

Quero agradecer aqui também o entendimento que se teve com o Ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, porque a gente teve esse entendimento com ele, para que se pautasse, neste dia de hoje, esse PL tão importante.

Quero aqui também cumprimentar e agradecer a Senadora Teresa Leitão, Líder do Governo, por ter entendido também que nós precisávamos pautar e votar isso no dia de hoje.

Quero dizer para você, Presidente - eu até estava falando, há pouco agora, com a Senadora Tereza Cristina -, que o plantio de soja no Mato Grosso já se inicia, com a abertura do plantio, no dia 17. Então, se nós não corrêssemos com isso, nós não teríamos o seguro para a nossa safra de verão, e só iria valer a partir do ano que vem, em 2027, na safra, na safrinha, como a gente fala, e nas demais safras de 2027.

Sr. Presidente, eu quero ir direto à análise.

Nos termos do art. 22, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil, compete privativamente à União legislar sobre seguros, matéria em que se insere o seguro rural. Soma-se a isso a competência material comum para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, matéria contida na proposição.

Não há, ainda, qualquer previsão de reserva de iniciativa de lei conferida ao Presidente da República para a matéria tratada na presente proposição legislativa, nos termos do art. 37, inciso X, do art. 40, §14, do art. 61, §1º, e do art. 165 da CRFB. Isso porque a proposição não organiza órgão ou cargo da administração pública federal, não trata de regime próprio de previdência, nem se confunde com as leis orçamentárias de iniciativa privativa do Poder Executivo - plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

Quanto à constitucionalidade material, o substitutivo harmoniza-se com os comandos constitucionais, ao concretizar os objetivos da política agrícola previstos no art. 187, especialmente no que se refere à gestão dos riscos inerentes à atividade agropecuária e à promoção da estabilidade da produção rural.

A proposição também se harmoniza com os princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano, na livre iniciativa e na redução das desigualdades regionais e sociais - art. 170, *caput* e inciso VII -, bem como contribui para a realização do objetivo fundamental de garantir o desenvolvimento nacional - art. 3º, inciso II - e para a efetivação do direito social à alimentação - art. 6º, caput -, ao fortalecer instrumentos destinados à mitigação dos impactos de eventos adversos sobre a produção de alimentos.

Nesse mesmo plano de constitucionalidade material, cumpre examinar a compatibilidade da atribuição de caráter obrigatório à despesa com a subvenção ao Prêmio do Seguro Rural com as regras de responsabilidade fiscal do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, do art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e do art. 140 da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025, a LDO de 2026, que exigem estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração de compensação para despesa obrigatória de caráter continuado.

A subvenção ao PSR não constitui despesa nova: figura nos projetos de lei orçamentária anual desde 2005, tendo suas dotações evoluído de cerca de R$45 milhões, nos primeiros anos de vigência da Lei nº 10.823, de 2023, para R$400 milhões a partir de 2013, R$1 bilhão em 2020 e R$1,018 bilhão na LOA de 2026 - Lei nº 15.346, de 2026, Volume 4.

Nesse orçamento, a despesa primária discricionária soma R$243 bilhões, de modo que a subvenção representa cerca de 0,4% desse total - impacto marginal frente ao conjunto das despesas discricionárias da União.

Para os anos seguintes, projeta-se elevação gradual até o patamar de R$2 bilhões em 2028, estimativa que, de todo modo, será reavaliada pelo Poder Executivo na elaboração de cada PLOA e somente se materializará se compatível com a meta fiscal.

Como fontes de compensação, somam-se: multas e penalidades aplicadas no âmbito do seguro rural; o incremento de arrecadação do Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial, instituído pela Lei nº 15.265, de 21 de novembro de 2025, que também incluiu propostas previstas na Medida Provisória nº 1.303 e que foram parcialmente inseridas nessa legislação para gerar ganho estrutural de receitas e redução de despesas obrigatórias; e a redução de benefícios fiscais federais sobre o seguro privado, promovida pela Lei Complementar nº 224, de 2025.

Está, portanto, atendida a exigência constitucional e legal de compensação, não havendo vício de inconstitucionalidade a obstar a criação de despesas obrigatórias.

Quanto à juridicidade em sentido estrito, o substitutivo dispõe de novidade, generalidade, abstratividade, imperatividade e coercibilidade, e não viola princípio geral do direito.

No que se refere à técnica legislativa, o substitutivo observa os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A proposição delimita adequadamente seu objetivo - art. 1º -; contém cláusula de vigência - art. 8º -; promove a revogação expressa das disposições incompatíveis - art. 7º -; e preserva a clareza, a precisão e a ordem logística - art. 11.

Por fim, quanto à regimentalidade, ao Plenário incumbe pronunciar-se, em substituição às Comissões que a apreciam, inclusive quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Assim, esgotadas as questões formais, passa-se à análise do mérito da proposição.

A necessidade de reformulação do marco legal do seguro rural encontra respaldo direto no diagnóstico do setor. Segundo a Federação Nacional de Seguros Gerais, a área plantada segurada no Brasil já chegou a representar 14 e 15% do total cultivado em safras anteriores, mas, hoje, esse percentual está abaixo de 5%.

Em termos absolutos, o recuo é ainda mais expressivo: em 2021, o seguro rural subvencionado alcançou o recorde de 217,9 mil apólices contratadas, protegendo aproximadamente 14 milhões de hectares, ao passo que, em 2025, esse número caiu para 61,6 mil apólices, cobrindo cerca de 3,2 milhões de hectares, o menor volume da última década - caiu praticamente de seis para um.

Levantamento do FGV Agro confirma o quadro, apontando que a área segurada em 2025 foi de 3,3 milhões de hectares, equivalente a apenas 3,4% da área plantada no país. A comparação internacional dimensiona a distância a percorrer: nos Estados Unidos, o programa federal de seguro agrícola cobre cerca de 90% da área plantada das principais culturas, com o Governo arcando, em média, com 60% do valor do prêmio.

Essa fragilidade se soma ao agravamento das perdas decorrentes de eventos climáticos extremos, que tornam a ausência de coberturas securitárias um risco sistêmico, e não apenas individual.

Estudo da Confederação Nacional de Municípios sobre o período de 2013 a 2022 apurou que a agricultura brasileira sofreu danos de R$216 bilhões nesse intervalo, dos quais a estiagem respondeu por 86%, em torno de R$186,2 bilhões, e o excesso de chuvas por 14%, R$30,3 bilhões, com perdas registradas em 6,8 milhões de hectares de lavouras. O mesmo levantamento revela a trajetória de agravamento do fenômeno: os danos representavam 2,7% do valor bruto da produção agrícola em 2015 e passaram a 8,7% dez anos depois.

Lembrando bem aqui que o estado mais prejudicado com essa estiagem e com o excesso de chuva foi o Estado do Rio Grande do Sul, que vem sofrendo muito com esses problemas do fator climático.

Diante desse quadro, o seguro rural cumpre função que nenhum outro instrumento de política agrícola substitui com a mesma eficiência: transfere ao mercado segurador - e, em última instância, ao mercado ressegurador internacional - um risco que, na ausência da cobertura, recai sobre o Tesouro Nacional sob a forma de créditos extraordinários, renegociações de dívidas rurais e prorrogações de financiamento, sempre depois do fato consumado e sem a previsibilidade de uma indenização contratual.

A reiteração dessas medidas emergenciais, que se pretende mitigar com a obrigatoriedade da subvenção, é sintoma da subutilização do seguro como mecanismo de gestão de risco: o próprio contingenciamento de mais de 40% do orçamento do PSR em 2025 e em 2026 ilustra como a imprevisibilidade orçamentária de um instrumento preventivo acaba por deslocar o custo do risco climático para instrumentos reativos e fiscalmente mais onerosos.

A subvenção ao prêmio do seguro rural é, nesse contexto, o principal instrumento de política pública de fomento à contratação do seguro agrícola no Brasil, viabilizando o acesso de produtores de diferentes portes a um mecanismo essencial de gestão de risco climático.

A imprevisibilidade na execução orçamentária dessa despesa compromete a própria racionalidade da política, pois o produtor rural, ao planejar sua safra, não dispõe de garantia mínima de que a subvenção contratada será efetivamente

honrada pelo Estado. A obrigatoriedade da despesa, tal como proposta, corrige essa distorção sem comprometer a disciplina fiscal, na medida em que preserva a análise anual de compatibilidade com a meta de resultado primário e se apoia em fontes de compensação já identificadas.

O fortalecimento do seguro rural como garantia de crédito rural - mediante cessão fiduciária de indenizações, prioridade de pagamento à instituição financeira credora e prazos de regulação mais céleres - tende a reduzir o custo de capital para o produtor e de mitigar o risco de inadimplência associado a eventos climáticos, com reflexos positivos sobre a oferta e o custo do crédito agropecuário.

Na mesma linha, o aperfeiçoamento da governança do fundo de que trata a Lei Complementar nº 137, de 2010, amplia a capacidade de absorção de riscos catastróficos pelo mercado segurador, reduzindo a dependência de recursos públicos emergenciais.

Merece registro, ainda, a articulação entre a subvenção ao PSR e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), expressamente contemplada no art. 6º do substitutivo. Trata-se de estratégia já sinalizada pelo Conselho Monetário Nacional, no sentido de migrar gradualmente o atendimento de produtores para o mercado segurador privado, mantendo o Proagro focado nos empreendimentos sem oferta de cobertura por seguradoras - o que tende a qualificar o gasto público, ao direcionar recursos escassos para onde o mercado não supre a demanda.

Em síntese, o substitutivo responde a um diagnóstico setorial concreto - a baixa e decrescente cobertura do seguro rural brasileiro, num contexto de perdas climáticas crescentes e de distância significativa em relação a experiências internacionais de maior êxito - e aperfeiçoa, de modo coerente e financeiramente sustentado, o marco legal que sustenta essa política, conferindo previsibilidade a um instrumento essencial à segurança alimentar e ao desenvolvimento do agronegócio nacional, sem violar as regras fiscais aplicáveis à criação de despesa obrigatória, razão pela qual merece aprovação.

Por fim, para melhor atender o que dispõem as regras previstas na legislação orçamentária e fiscal, entendemos mais adequada a simples supressão do art. 6º do substitutivo e o acréscimo da expressão "estarão condicionadas à observância de medidas de compensação nos termos de legislação específica" ao final do §4º do art. 1º da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, na forma do art. 3º do substitutivo. Trata-se esta última de mera adequação redacional para tornar explícita a necessidade de observância de medidas de compensação para a execução das despesas advindas da nova lei.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, ressalvado seu art. 6º e com a seguinte adequação redacional:

Dê-se ao §4º do art. 1º da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, na forma do art. 3º do substitutivo, a seguinte redação:

> *§4º As despesas com a subvenção econômica de que trata este artigo terão caráter obrigatório, limitadas ao montante previsto no projeto de lei orçamentária anual encaminhado pelo Poder Executivo federal ao Congresso Nacional, correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério da Agricultura e Pecuária e estarão condicionadas à observância de medidas de compensação nos termos de legislação específica.*

Sr. Presidente, se nós tivéssemos, Senadora Tereza Cristina, um seguro rural, um país igual ao nosso, em que nós subsidiamos uma taxa de juro de 5% a 6%, comparada com a taxa Selic, para a produção rural no Brasil, que é tão significativa para o PIB brasileiro, o seguro rural, se ele estivesse realmente fazendo o seu papel e, a partir do momento em que os governos entenderem que não adianta, Presidente, você gastar R$15 bilhões, R$16 bilhões, R$18 bilhões em subvenção na taxa de juro e depois nós não termos um seguro que dê cobertura sobre os fatores climáticos.

Olha o que aconteceu com o Rio Grande do Sul. Dá dó do produtor do Rio Grande do Sul. Não é só o Rio Grande do Sul, parte do Paraná, do Mato Grosso do Sul, diversos estados.

E no Brasil, Senadora Tereza Cristina, só vai dar certo o seguro rural a partir do momento em que todos os produtores entendam, o pequeno, o médio, o grande produtor, quem pega dinheiro com juro, com subvenção, com juro subsidiado na taxa de juro, que todos terão que participar do seguro rural. Vão ter que participar. Nós temos que nos debruçar sobre isso, para ser criado um fundo sobre o seguro rural, porque, senão, cada vez, nós vamos ter essa situação igual nós estamos vendo, igual, Presidente Davi Alcolumbre, você está vendo aí agora, essa situação aí para nós resolvermos o problema do endividamento do Brasil.

E sem considerar que nós podemos - vamos pedir a Deus que não - ter um fator climático aí à frente, que nós não sabemos o que vai... a imprensa vem falando sobre o fator climático que pode acontecer, que está acontecendo em outros países aí. E a gente sabe que essa situação do clima, se isso aconteceu 30, 40, 50 anos atrás, ele vai e vem, e se nós tivermos

mais um problema, sem considerarmos que o nosso produtor rural hoje, além do endividamento, nós temos o maior custo de produção da história da nossa produção brasileira, principalmente da produção de grãos, que está sendo nesta safra 2026-2027.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Obrigado, Senador Jaime. Parabéns pelo relatório apresentado por V. Exa. E cumprimento V. Exa. também, que, desde o início da semana, do esforço concentrado, levantava essa preocupação de nós definirmos essa matéria como deliberação na Ordem do Dia, o que fizemos no dia de hoje, sobre o relatório de V. Exa. Parabéns.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) - Eu quero aqui também cumprimentar o nosso Senador Laércio Oliveira, Tereza Cristina. Era para ele estar aqui neste dia de hoje relatando esse PL. Quero agradecer pelo empenho do Laércio, junto com a Tereza, junto com todos nós Senadores do setor produtivo, os Senadores que pensam em ajuda e querem contribuir, o próprio Governo também, hoje com o empenho do Ministro aqui em querer resolver essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - O parecer é favorável ao substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados, ressalvado o seu art. 6º, e com a adequação redacional apresentada pelo Relator na tribuna.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Para discutir...

Permita-me, antes de passar a palavra a V. Exa., Senadora Tereza Cristina, cumprimentar V. Exa.

V. Exa. tem sido, para todos nós aqui, a liderança do setor produtivo brasileiro nas pautas legislativas que vão à deliberação - pela sua experiência, pela sua trajetória, pela sua capacidade de articulação, pela sua capacidade política. E, hoje, nós reconhecemos V. Exa. como uma grande liderança no Senado Federal, que reúne todas as condições de fazermos as concertações necessárias para a agenda do desenvolvimento econômico do Brasil, da produção agrícola do Brasil.

V. Exa. é autora deste projeto, então tenho certeza absoluta de que hoje V. Exa. vê a consagração do seu trabalho, de uma lei apresentada dois anos atrás para dar segurança para os produtores brasileiros do ponto de vista do seguro rural.

Então, vou passar a palavra a V. Exa. para discutir a matéria, tendo a compreensão exata da sua capacidade de articulação, da sua capacidade de lutar para que nós botássemos esse projeto na pauta no dia de hoje. E, hoje, eu tenho certeza absoluta de que nós vamos sair daqui todos felizes, sob a sua liderança, por um projeto de sua autoria, apresentado, que vai ser transformado em lei, com certeza absoluta, para o bem do Brasil.

Com a palavra a Senadora, Líder Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) - Muito obrigada, Presidente Davi Alcolumbre.

Eu quero agradecer também ao senhor por esta semana de esforço concentrado, em que, com certeza, nós entregamos boas coisas para o Brasil - umas já definitivamente votadas, aprovadas, que agora vão à sanção, outras que ainda precisam vir ao Plenário, mas, enfim, a gente sai daqui nesta semana com a sensação do dever cumprido com o nosso país.

Então, muito obrigada pelo seu comprometimento, e faço um agradecimento especial, porque, desde o dia em que eu coloquei para o senhor a importância que tem este projeto para os agricultores brasileiros... Também por um problema de data, porque, na agricultura, Senador Jaime Bagattoli, como você bem sabe, nós temos dia de plantar, dia de pulverizar, dia de colher e, ali, isso não espera as nossas discussões aqui e a nossa burocracia aqui no Parlamento.

Então, a sua compreensão hoje foi fundamental, mas eu também quero agradecer à Líder Teresa Leitão, porque, desde segunda-feira, quando eu coloquei esse projeto fora da pauta e o senhor disse que podíamos trabalhar, nós tínhamos que vencer alguns gargalos, algumas coisas que precisavam estar arredondadas.

E hoje, aqui com a presença também do Ministro Bruno Moretti, a gente teve aí uma discussão, uma fala - discussão no bom sentido -, uma argumentação para que pudéssemos aprovar, esta noite ainda, esse projeto, que é um projeto pelo qual todos os produtores brasileiros esperam há muito tempo.

Nós já temos um seguro rural, mas o seguro rural que nós temos hoje não resolve mais o problema da moderna agricultura brasileira, essa agricultura que tem feito toda a diferença no nosso país.

Senadora Damares, a nossa agricultura é das mais tecnificadas do mundo, é a mais sustentável do mundo e, apesar de todos os problemas que nós temos de infraestrutura - de preços, do dólar, enfim, de tudo o que nos deixa em vulnerabilidade,

da falta de armazenamento -, assim mesmo o agricultor brasileiro consegue ser competitivo com as maiores economias do mundo, como a dos Estados Unidos e da China, para onde nós exportamos grande parte da nossa produção.

O seguro rural representa um instrumento essencial, Senador Bagattoli, de gestão de risco, pois protege o produtor rural contra perdas decorrentes de eventos aleatórios e não controláveis. O senhor citou aí o problema que o Rio Grande do Sul vem sofrendo nos últimos quatro anos: seca, inundação, chuvas de granizo fora da época. Enfim, tudo isso vem abalando o produtor do Rio Grande do Sul, de parte do Paraná, de parte de Santa Catarina e também do sul do meu Mato Grosso do Sul.

O seguro rural com certeza vai contribuir para a estabilidade da renda agrícola - e é disso que nós precisamos - e também para a segurança alimentar do nosso país, reduzindo a vulnerabilidade do produtor, estabilizando as cadeias produtivas e fortalecendo a resiliência do setor frente às mudanças climáticas.

Hoje nós vivemos um momento muito difícil, não no Brasil, mas lá fora, com duas guerras acontecendo. Há uma guerra no Oriente Médio que penaliza o preço dos fertilizantes nitrogenados; uma guerra na Rússia que continua - era para ser uma guerra de 30 dias, e quatro anos já se passaram -, que penaliza não só os nitrogenados, mas também o potássio, que é importantíssimo para a nossa produção. Hoje, o Brasil é altamente dependente desses produtos, além do fósforo, que importamos da África.

Quero dizer que também, Senador Davi, aprovamos aqui, outro dia, o Profert, nesta Casa, que é um projeto que vai colaborar com a produção própria de pelo menos parte dos fertilizantes dentro do território nacional, para um país tão relevante em termos de produção de alimentos.

Assim, o seguro rural representa um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, integrando eficiência econômica, proteção social, segurança alimentar, como se verifica nos principais países que possuem o agronegócio desenvolvido e que são concorrentes diretos do Brasil.

A expansão da cobertura do seguro rural também traz benefícios aos credores do agro, como os bancos, as revendas, as cooperativas, as *tradings*, os mercado de capitais, investidores de fundos e montadoras, pois reduz o risco de inadimplência, protegendo essas entidades da perda de capital nas operações de crédito rural.

Olha só, o Senador Bagattoli também colocou muito bem colocado. Hoje o agro, apesar de toda a pujança de tudo que ele traz, anteontem saiu o PIB: de novo, o agro puxando o PIB brasileiro. Mas o setor vive um momento muito difícil.

As fábricas de máquinas agrícolas não estão vendendo. Os produtores não estão conseguindo comprar os fertilizantes pelo preço que esses fertilizantes vêm chegando ao Brasil.

Nós temos aí um problema dos juros, que são altíssimos. Então, isso leva a um problema de crédito - muitos produtores inadimplentes e muitos pedindo recuperação judicial.

O dólar.

Nós plantamos a safra, Senador Davi, com o dólar a US$6, e hoje o dólar está a US$5,20. Então, isso também traz um prejuízo, já que a nossa produção, Senadora Damares, é vinculada também ao dólar.

Por isso que eu gosto de dizer que o agro brasileiro vive uma tempestade quase perfeita. A gente vê esses números e não acredita no que está acontecendo nesse setor.

E o seguro é o instrumento que pode trazer mais tranquilidade ao produtor rural, mais segurança, trazer uma previsibilidade, e ele pode trabalhar na sua indústria, que é uma indústria a céu aberto, que depende muito de São Pedro e das intempéries. Ele pode trabalhar com muito mais tranquilidade.

Por fim, o seguro rural também gera impactos positivos nas finanças públicas, e eu conversei muito sobre isso, Senador Davi, com o Ministro Haddad, depois com o Ministro Dario Durigan, mostrando a eles que não adianta colocar 15, 18 bilhões na subvenção do Plano Safra, se nós não temos o seguro rural, porque, no final, quando se perde a safra sem o seguro, o Governo acaba pagando duas vezes, porque a inadimplência está aí posta e aí não tem como o produtor rural não vir bater à porta do Governo para poder renegociar e prorrogar as suas dívidas.

Se tivesse o seguro rural, o seguro pagaria, e aí, para o produtor, vida que continua. Ele, de novo, faz o custeio, não precisa ficar inadimplente, paga o seguro rural e planta a próxima safra com muita tranquilidade.

Com certeza, isso acaba prejudicando a execução orçamentária do país, pois requer a edição de créditos extraordinários para cobertura de despesas imprevistas, despesas que são imprevisíveis.

Dessa forma, a ampliação do seguro rural também deve aumentar a qualidade dos gastos públicos, mitigando o risco das renegociações.

Isso é tudo uma cultura que nós precisamos adquirir. O produtor rural, como bem disse o Senador Jaime Bagattoli, quando tomar crédito subvencionado, tem que fazer o seguro rural.

Primeiro, o seguro vai, no futuro... Isso não vai acontecer de imediato, mas é uma maneira de se diminuir os juros também do custeio agrícola, do investimento agrícola, porque, se tem seguro, o banco corre menor risco e, consequentemente, os juros serão menores.

Então, hoje é um dia, Senador Davi, de se comemorar.

Mas aqui eu queria agradecer, muitíssimo, ao Senador Jayme Campos, que foi o primeiro Relator deste projeto de lei de minha autoria e que foi terminativo na CCJ.

Esse projeto foi para a Câmara e também foi aperfeiçoado na Câmara. Ele voltou um projeto muito bom, feito pelo Relator Pedro Lupion, que é o Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura. Volta para o Senado. Olha como as coisas demoram. Aí, a gente fica aqui... São dois anos, e esse é um projeto que andou rápido, Senador Davi, graças à celeridade que nós tivemos nesta Casa, tivemos na Câmara dos Deputados e agora, na volta, novamente, para o Senado.

Quero dizer, Senador Jaime Bagattoli, que tivemos também a relatoria do Senador Laércio. Olha quantas mãos fizeram para que esse projeto acontecesse hoje. E agora o senhor é aqui o Relator *ad hoc*, uma pessoa que tem experiência, que também é um produtor rural e que está hoje aqui podendo comemorar.

Eu acho que esse é um dia vitorioso para o agro brasileiro.

Senador Davi, eu tenho certeza de que os agricultores brasileiros que começam a sua safra, daqui a 15, 20 dias, vão poder trabalhar com muito mais tranquilidade.

Agora, precisamos cumprir o acordo que foi feito aqui hoje para que pudéssemos aprovar esse projeto, que é a mudança e um compromisso de fazer as medidas compensatórias para tornar obrigatória a despesa do PSR e a mudança, também, da Lei 10.823, de 2003. Acordo, esse, construído com o Ministro Moretti, construído com a Senadora Teresa Leitão e com S. Exa., o Presidente desta Casa, o meu amigo Davi Alcolumbre, para que possamos, em 15 dias, antes da volta do recesso parlamentar, por conta das eleições, construir um texto e vir para cá, ou através de uma medida provisória ou, enfim, de outro instrumento legal, um PLS, para que nós possamos, então, mandar esse projeto à sanção nos próximos 15 dias.

Muito obrigada a todos.

Hoje é um dia muito importante para a agricultura brasileira, porque esse projeto é muito esperado.

E ele é o início, Senador Davi. Nós ainda temos que progredir muito mais com esse assunto de seguro rural. Nós temos que partir para os seguros que, aqui, caberão dentro dessa lei também: seguro paramétrico, seguro de renda, enfim, outras modalidades de seguro que vão ajudar cada vez mais o produtor rural brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Parabéns, Senadora Tereza.

Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) - Presidente, eu quero voltar à data de 28 de maio, neste Plenário, quando, por sua determinação, nós paramos tudo no Senado para discutir com os maiores especialistas do Brasil e autoridades mundiais sobre os efeitos do El Niño. Foi um ato preparatório para a gente chegar a este momento aqui. Foi este Poder que subsidiou o Governo Federal em tomadas de decisões.

Então, quando a gente viu a possibilidade do efeito do El Niño também ao setor produtivo, isso nos trouxe muitos elementos para a gente dialogar com todas as partes para a gente chegar a essa decisão, o que mostra a maturidade do Senado nas grandes discussões e a honra que eu tenho de fazer parte nesta legislatura, Tereza. Cientistas vieram aqui.

Então, se tinha alguém com alguma dúvida quanto a essa matéria, 28 de maio foi ato preparatório para esta data. A Câmara, inclusive, usou nossos relatórios aqui.

Então, quero cumprimentar todo o Senado por essa discussão. Não importa quem foi Relator ou não, todo mundo se envolveu, e eu sei que a gente vai passar por unanimidade.

Aí, a gente manda para o Brasil um recado que este Poder aqui está fazendo sua parte, inclusive, Tereza, na busca de respostas e pacificação, ao contrário de um outro Poder.

E aí, permita-me, nós estamos numa discussão de uma matéria importante, mas acabo de saber que, ali do outro lado da rua, o outro Poder parece que não quer pacificação.

Informo, Sr. Senador Jaime, que o Ministro Alexandre de Moraes acabou de incluir, no inquérito das *fake news*, o Ministro André Mendonça. Que demonstração de falta de maturidade!

Então, infelizmente, eu só queria estar celebrando, mas eu tenho que te dar, Senador Jaime, essa triste notícia agora.

Que os outros Poderes também amadureçam, como o Senado tem amadurecido todo dia.

Obrigada.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) - Pela ordem, Presidente.

Quero só fazer um pequeno comentário sobre o seguro.

Às vezes, muita gente não quer comparar, Senadora Tereza Cristina, a produção nossa, do Brasil, do produtor brasileiro, com a do produtor americano.

Produtor é aqui, é nos Estados Unidos, é na Europa, todos são agricultores. Claro, eles talvez... Quanto à tecnologia, até que hoje, no Brasil, a tecnologia da produção de larga escala está muito idêntica. Mas, Senador Davi, Presidente, no Brasil, no ano de 2025, menos de 3,5% de toda a área plantada tinha seguro rural. Nos Estados Unidos, são 90%, como a Senadora Tereza Cristina falou aqui, sem falar de um seguro que eles têm ainda além disso, o seguro garantidor de preço. Nós não estamos nem falando sobre... Então, quer dizer, eles estão anos-luz à nossa frente.

Então, quer dizer, se nós tivéssemos aqui no Brasil uma proteção em que nós conseguíssemos atingir 50%, Senadora Tereza Cristina, de seguro rural para os nossos produtores, principalmente para o médio e para o pequeno produtor, eu tenho absoluta certeza de que essa subvenção de R$15 bilhões, R$17 bilhões, R$18 bilhões, que hoje a União, o Estado, o povo brasileiro dão para a produção, que são juros mais acessíveis do que é essa taxa Selic... Aí nós precisamos realmente ter um seguro para proteger a produção.

Não é fácil produzir no Brasil. V. Exa. começou a ser produtor, vai saber de verdade como é que é produzir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) - Não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do substitutivo da Câmara dos Deputados, com a ressalva do art. 6º e a adequação redacional em turno único, nos termos do parecer apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado parcialmente o substitutivo da Câmara dos Deputados, com adequação redacional. *(Palmas.)*

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Solicitação da Senadora Mara Gabrilli: Projeto de Lei nº 565, de 2022, da Deputada Celina Leão, que qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do art. 13 da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças.

Parecer nº 37, de 2024, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - a Relatora foi a Senadora Ana Paula Lobato -, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutivo), que apresenta.

Parecer nº 95, de 2025, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - nessa Comissão, a Relatora foi a Senadora Mara Gabrilli -, favorável ao projeto e à Emenda nº 1 (Substitutivo), nos termos da Emenda nº 2 (Substitutivo), que apresenta.

Parecer nº 38, de 2026, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - na CCJ, a Relatora foi a Senadora Mara Gabrilli -, favorável ao projeto e à Emenda nº 2 (Substitutivo).

Não foram apresentadas emendas perante a mesa.

Passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação da Emenda nº 2 (Substitutivo), nos termos dos pareceres das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em turno único.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Emenda nº 2 (Substitutivo).

Ficam prejudicados o projeto e a Emenda nº 1.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final para o turno suplementar, será publicado na forma regimental.

Discussão do substitutivo, em turno suplementar. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, sem emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

Muito obrigado aos nossos assessores, aos nossos servidores e servidoras do Senado Federal.

Muito obrigado à presença, na nossa sessão hoje, de 75 Senadores, participando da sessão de deliberação da tarde e noite de hoje, dia 3 de setembro de 2026, às 20h35.

Meus agradecimentos aos Senadores e às Senadoras que contribuíram até este horário, para que nós pudéssemos, na semana de esforço concentrado, entregarmos para o Brasil, do ponto de vista da votação de matérias importantíssimas, o que é o nosso dever do Parlamento brasileiro, que nós, com convicção absoluta, cumprimos esta semana com excelência.

Parabéns a todos e a todas.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa ordinária do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Parabéns!

(Iniciada às 14 horas e suspensa às 20 horas e 08 minutos do dia 1º/9/2026; reaberta às 14 horas, suspensa às 16 horas e 22 minutos, reaberta às 16 horas e 31 minutos e suspensa às 21 horas e 06 minutos do dia 2/9/2026; reaberta às 16 horas e 13 minutos, a sessão é encerrada às 20 horas e 36 minutos do dia 3/9/2026, sob a Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)